



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em Administração

DANUZIO WELITON GOMES DA SILVA

**O PAPEL DO ATIVISMO POLÍTICO NA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE LGBT
NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Brasília – DF

2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
Programa de Pós-Graduação em Administração

DANUZIO WELITON GOMES DA SILVA

**O PAPEL DO ATIVISMO POLÍTICO NA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE LGBT
NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira

Brasília – DF

2021

DANUZIO WELITON GOMES DA SILVA

**O PAPEL DO ATIVISMO POLÍTICO NA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE LGBT
NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Administração (PPGA) da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Doutor em Administração.

Banca examinadora:

**Presidente/Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira
(PPGA/UnB)**

**Membro externo: Profa. Dra. Cintia Rodrigues de Oliveira
(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)**

**Membro externo: Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva
(Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)**

**Membro interno: Prof. Dr. Edgar Reyes Junior
(PPGA/UnB)**

**Membro suplente: Profa. Dra. Gisela Demo Fiuza
(PPGA/UnB)**

Brasília/DF, 26/05/2021

Às pessoas ativistas participantes desta pesquisa e a tantas outras vidas que, em sua resistência, nos ensinam a só aceitar uma existência que seja digna de ser vivida.

AGRADECIMENTOS

A todos os seres, deste e de outros planos, que de alguma forma contribuíram ou foram fundamentais para a consecução deste trabalho.

Em especial a Zenilda, Damião, Daniela, Marcus, Cintia, Luiz Alex, Edgar, Anna, Beatriz, Bárbara, Gustavo, Andreia, Cledinaldo, Dayse, André, Kesia, Katya, Socorro, Luiz Cláudio, Paula, Angélica, Edvania, Evandro, Ricardo, Mônica, Theo, Vilmar, Bruno, Márcia, Marília, Raquel, Tatiana, Edvaldo, Débora, Paulo, Rosane e Célia.

Sem vocês seria definitivamente impossível.

Meu muitíssimo obrigado!

“Seja marginal, seja herói”

Hélio Oiticica

RESUMO

Esta pesquisa objetivou investigar, no discurso de LGBT, os reflexos do ativismo na promoção da diversidade sexual na UnB a partir de suas interações sociopolíticas, buscando saber, portanto, se essas resistências a heteronormatividade conjugaram vozes em práticas discursivas capazes de promover rupturas e descontinuidades nos discursos dominantes. Como consequência desse objetivo principal, o estudo propõe como objetivos específicos: (a) identificar a dinâmica das lutas LGBT por igualdade de direitos e respeito às diferenças na UnB; (b) explorar a construção histórica do sujeito político LGBT na UnB, individual e coletivamente; (c) investigar no discurso dos ativistas LGBT da UnB seu processo emancipatório; e (d) analisar nos discursos dos ativistas LGBT na UnB o efeito de poder de suas práticas e relações para que a diversidade exista como é nesse espaço e tempo ao dar conta de saberes insurgentes, locais e descontínuos que provocam rupturas. Como referencial teórico, o estudo apoiou-se, principalmente, nas abordagens de Michel Foucault, por meio de sua perspectiva genealógica e da teoria queer, e adotou como metodologia as entrevistas e a análise de discurso foucaultiano. Os resultados obtidos mostram que a dinâmica relacional dos ativistas LGBT na UnB contribui para que a diversidade sexual nesse espaço-tempo possa ser o que é, ainda que processos de exclusão e sujeição impeçam que alguns desses discursos ocupem posição de verdade e tenham significância em detrimento de outros.

Palavras-chave: Genealogia. UnB. Relações de poder. Diversidade sexual. Ativismo LGBT.

ABSTRACT

This research aimed to investigate, in the LGBT discourse, the reflexes of activism in the promotion of sexual diversity in UnB based on its socio-political interactions, seeking to know, therefore, whether these resistance to heteronormativity combined voices in discursive practices capable of promoting ruptures and discontinuities in dominant speeches. As a consequence of this main objective, the study proposes as specific objectives: (a) to identify a dynamic of LGBT struggles for equal rights and respect for differences in UnB; (b) explore the historical construction of the LGBT political subject at UnB, individually and collectively; (c) investigate the emancipatory process of LGBT activists at UnB; and (d) analysis of the speeches of LGBT activists at UnB the effect of the power of their practices and relationships so that diversity exists as it is in this space and time when dealing with insurgent, local and discontinuous knowledge that provoke ruptures. As a theoretical framework, the study was based mainly on Michel Foucault's approaches, through his genealogical perspective and queer theory, and adopted Foucault's discourse analysis and information as a methodology. The results obtained show that the relational dynamics of LGBT activists at UnB contributes to that sexual diversity in this space-time can be what it is, even though exclusion of exclusion and subjection prevent some of these speeches from occupying a true position and having significance at the expense from others.

Keywords: Genealogy. UnB. Power relations. Sexual diversity. LGBT activism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Panorâmica da evolução do campo de diversidade na pesquisa organizacional.....	30
Quadro 2 – Relação das práticas discursivas com o campo de saber, objetivos de pesquisa e enunciados empíricos coletados	107
Quadro 3 – Histórico e características gerais dos principais grupos ativistas identificados no estudo	115
Quadro 4 – Caracterização das políticas formais de diversidade identificadas	125
Quadro 5 – Práticas discursivas e subseções de análise.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Universidade de Brasília em números de 2018	39
Tabela 2 – Perfil dos entrevistados.....	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxo de operação da ADF neste trabalho	108
---	-----

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ADF – Análise do discurso foucaultiana

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome)

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

DIV – Diretoria de Diversidade

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBTQ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e queer

LGBTQIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, queers, intersexuais, assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades

PADiv – Programa de Atenção à Diversidade

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
1.1 A ascensão da diversidade na contemporaneidade em estudos organizacionais.....	26
1.2 A teoria queer e o advento da diferença em uma perspectiva pós-estruturalista.....	32
1.3 O compromisso social da universidade com a diversidade	38
1.4 O ativismo político	43
1.5 O papel político da universidade no caminho da liberdade e a interface com os movimentos políticos organizados	48
1.6 Identidades LGBT e a coalizão pós-identitária queer	55
1.7 LGBT – cultura e cotidiano	61
1.8 A discussão acerca do LGBT no contexto organizacional	66
1.8.1 O ativismo LGBT nas organizações	67
1.8.2 O ativismo LGBT no contexto universitário.....	75
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	83
2.1 A contribuição de Foucault com a análise do discurso LGBT	84
2.2 As escolhas ontoepistemológicas e a caracterização geral da pesquisa	88
2.3 Percurso metodológico	93
2.3.1 Definição das unidades de saber.....	93
2.3.2 Construção do corpus empírico	98
2.3.3 Descrição da ADF como estratégia de análise dos dados neste estudo	102
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	110
3.1 Histórico social dos grupos ativistas LGBT e caracterização das políticas de diversidade da UnB.....	112
3.1.1 Os grupos LGBT.....	113
3.1.2 As políticas de diversidade	125

3.2 Práticas discursivas: vulnerabilidade e resistência dos ativistas LGBT na UnB.....	128
3.2.1 “Lutar por si mesmo, porque é uma questão que fala sobre a gente, mas não é sobre nós”: a aliança política dos corpos	129
3.2.2 “Nascemos das lutas, como defensores dos oprimidos e problemáticos”: a construção do sujeito LGBT ativista na UnB.....	140
3.2.3 “Querendo ou não é um espaço que pressiona muita gente de diversas formas”: o processo emancipatório, em sujeitos LGBT ativista na UnB, subjetivados pelo neoliberalismo	145
3.2.4 “Começou um processo de ativismo muito intenso dos alunos e isso foi criando um novo clima na faculdade”: como ações dos ativistas LGBT nas relações de poder da UnB contribuíram para que a diversidade sexual pudesse se tornar o que é?	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS.....	168
ANEXO 1 – Parecer consubstanciado do CEP	196
ANEXO 2 – Parecer consubstanciado do CEP emenda.....	200
APÊNDICE 1 – TCLE.....	205
APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevista.....	207

Para mim, e talvez para todos nós hoje, permanece a pergunta sobre de que modo a resistência pode fazer mais do que apenas recusar um modo de vida, uma posição que por fim abstrai o moral do político à custa da solidariedade, produzindo a crítica muito acertada e moralmente pura como o modelo de resistência.

BUTLER, em *Corpos em aliança e a política das ruas*

INTRODUÇÃO

A universidade pública tem como um dos seus principais discursos a inclusão, e isso já é tema de pesquisa nos estudos de educação superior desde 1945, não apenas entendendo o seu papel para a eliminação das desigualdades, mas como fator fundamental para formação pessoal que prepare o sujeito para as oportunidades profissionais e, principalmente, para o pleno exercício da cidadania (Pedrosa, 2013).

Nas universidades, a inclusão é experienciada quando da existência de práticas observadas por meio de programas de ações afirmativas (como é o caso de cotas), da gestão universitária orientada para a gestão social (com ações democráticas, isonômicas, participativas, cooperativas, plurais e com decisões mais solidárias que fundamentalmente econômicas) e da inovação social (desenvolvimento de projetos para inclusão dos menos favorecidos), todos instrumentos imbuídos de um agir comunicativo-dialógico em que os participantes da ação social admitam sua validade (Moreira, Pereira, Amorim & Moretto Neto, 2011), uma utopia com possibilidades.

O ato de incluir deve proporcionar o desenvolvimento humano, organizacional e social em um processo amplo de transmissão de conhecimentos, valores e crenças, integrando as minorias por meio de práticas que se voltam às condições materiais concretas de existência e deixando de reproduzir os espaços de estigmatização existentes na sociedade (Magalhães, Andrade & Saraiva, 2017; Franco, Magalhães, Paiva & Saraiva, 2017).

Aí se insere o tema diversidade sexual, que, apesar dos avanços, no cenário atual, ainda é bastante preocupante em todo o mundo e reflete também no ambiente universitário, onde lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer e intersex sofrem as mais diversas formas de violências (Gallardo-Nieto, Gómez, Gairal-Casadó & del Mar Ramis-Salas 2021): presença ignorada (Beemyn & Rankin, 2016); clima de antagonismo que produz ambiente negativo para essas pessoas (Rankin *et al.*, 2010); dificuldade de acesso a serviços de saúde sexual e mental, em especial, para as vidas tidas como “abjetas”, que sofrem preconceito e discriminação até por parte dos próprios

homonormativos (Waling & Roffee, 2017; Waling & Roffee, 2018), dentre outras que repercutem não apenas na qualidade de vida desse grupo social, mas na sua permanência nesses espaços (Rankin *et al.*, 2010; Waling & Roffee, 2018).

É importante acrescentar outro agravante a esse estigma. Não é possível deixar de fora outras categorias da diversidade que se interseccionam com a sexual, pois, como evidenciou Aksoy, Carpenter, Frank e Huffman (2019), em uma pesquisa em larga escala sobre essa questão, e ainda tomando por base uma literatura crescente, as estratificações sociais como raça e gênero, associadas a sexualidades minoritárias, produzem múltiplas marginalizações ao exacerbar diferenças, sobretudo nas situações em que a diversidade individualiza o diferente e homogeneiza pessoas em determinadas categorias, escondendo, portanto, o que é singular e desigual, inclusive neutralizando algumas lutas (Pullen, 2017; 2019).

E é nesse contexto que indivíduos, por meio dos movimentos sociais, em que se inclui a resistência¹ LGBT, passam a defender seus interesses, assumindo disputas e se posicionando como ativistas na vida acadêmica, internamente e na esfera pública, a depender de sua capacidade contra-hegemônica, a promover confrontos no sentido de resistir e construir espaços para a expressão de críticas ao conservadorismo, à dominação e à exclusão social, com vistas a buscar a transformação real pela inclusão participativa, pelo reconhecimento e pela efetivação de direitos iguais (Rêses, 2015) e respeito às diferenças.

Bastante ativos nas universidades, os ativistas LGBT surgem por meio de coletivos que agem e se organizam das mais diversas formas, procurando combater a heteronormatividade, baseada, geralmente, num sentimento de indignação diante de situações de LGBTfobia (Amaral, 2014; Cruz, 2012; Souza, 2015). Esses grupos de afinidade têm crescido sensivelmente nos últimos anos, seja em organizações públicas, como o caso desta pesquisa, seja em uma organização privada.

No caso das organizações privadas, esses grupos de afinidade têm contribuído para o desenvolvimento das organizações, inclusive, em termos de formação de uma comunidade e de combate à discriminação, até mesmo as mais veladas, como no caso de promoção de pessoal. Nas organizações públicas, há em tese mais facilidade de desenvolver trabalhos dessa natureza, especialmente em universidades, em que alunos se tornam protagonistas nessas ações, tendo um

¹ “a resistência é, para Foucault, uma atividade da força que se subtrai das estratégias efetuadas pelas relações de forças do campo do poder. Esta atividade permite à força entrar em relação com outras forças oriundas de um lado de fora do poder” Maciel Jr, A. (2014, p.2). Resistência e prática de si em Foucault. Trivium-Estudos Interdisciplinares, 6(1), 01-08.

papel fundamental junto à gestão da organização, que não conseguiria, de fato, implementar uma política de diversidade sem a participação desses grupos.

Na literatura, esses grupos de afinidades nas organizações variam em suas estruturas e em seus objetivos, podendo adotar estilos organizacionais emergentes e mais radicais, ou abordagens mais ordeiras e estruturadas. De todo modo, no geral, buscam oferecer suporte social e uma plataforma organizada a partir da qual se possa defender as mudanças tanto em âmbito social quanto organizacional (Githens & Aragon, 2009).

Fato é que esses movimentos suscitam consequências que vão da rejeição hostil à aquiescência e/ou a um endosso entusiasmado, a depender das características das instituições e das coalizões envolvidas que intervêm nos resultados da sua ação, determinando que as mobilizações sejam precursoras de resultados incognoscíveis, uma vez que, na esfera organizacional, tais respostas não são geradas por instituições amorfas, mas emanam de debates e deliberações no dia a dia (Briscoe, Chin & Hambrick, 2014; Carlos, Dowbor & Albuquerque, 2017).

À vista disso, notadamente, a evolução de um campo depende muito de como as forças sociais e políticas se desenrolam, em outros termos, de como atuam seus atores ao se diferenciarem e se mobilizarem para compartilhar e articular politicamente seus interesses no intuito de construir legitimidades (Hambrick & Chen, 2008; Nkomo *et al.*, 2019). Desse modo, é no jogo das disputas constantes pelo exercício de poder que se deflagram não apenas os conflitos, mas também as possibilidades de mudanças, fazendo que se constitua “uma ligação inextricável entre as organizações e a sociedade em geral [...], bem como as ligações entre desigualdade, poder e diversidade” (Nkomo *et al.*, 2019, p. 504-505, tradução nossa).

Importante frisar que, apesar de ser tema clássico e largamente debatido na academia, o poder permanece em evidência até ao presente, talvez por ainda não haver sido completamente compreendido e por sermos uma sociedade organizacional,² em que esse elemento exerce papel fundamental ao influenciar indivíduos e estruturar toda a sociedade, como nos sugerem Segnini e Alcadipani (2014), Máximo, Araújo e Silva (2010).

² “[...] caracterizada por pressões extremas sobre os indivíduos para se adaptarem às características burocráticas, pressões que vão muito além dos limites de organizações particulares, porque a burocracia é inevitável no curso normal da vida, seja alguém aparentemente um membro de tal organização ou não. Essas pressões, por sua vez, induzem certos padrões de ajustamento pessoal à ‘sociedade organizacional’ - padrões que, devido à universalidade das situações às quais são respostas, se tornam gerais e, portanto, têm consequências últimas para a capacidade da sociedade de lidar com certos tipos de problemas”. Udy, S. (1963, p. 633, tradução nossa). *Political Science Quarterly*, 78(4), 632-634. doi:10.2307/2146373.

Fato é que essa discussão tem sido dominada por duas correntes de análises divergentes. Por um lado, entendendo o poder a partir dos aspectos de dominação, baseados nos trabalhos de Marx e Weber; por outro, abordando o seu entranhamento nas estruturas organizacionais (Carrieri, Pimentel & Cabral, 2010) por meio das relações desiguais, relações de poder que podem ser “mantidas, resistidas ou transformadas” (Pullen *et al.*, 2017), constituindo, com isso, o conceito de resistência que, nos estudos de teoria organizacional, tem sido bastante explorado por meio da análise de discursos, em que se destaca a analítica foucaultiana (Carrieri, Pimentel & Cabral, 2010). Em que pese salientarmos que não existe o operacional foucaultiano e ainda que o filósofo tenha afirmado que o objetivo de seu trabalho não passava por “analisar o fenômeno do poder, nem elaborar os fundamentos de tal análise”, mas “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault, 1995, p. 231), as implicações teórico-metodológicas de seus estudos têm sido vastamente empregadas nas mais diversas áreas, principalmente na fase genealógica. Nessa fase, nas palavras do próprio Foucault (1979, p. 7), o objeto podia ser abordado “no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte”, isto é, prioriza-se como os saberes e o exercício do poder configuram formas de ser sujeitos multifacetados e em transformação. Tal saber foi sistematizado, principalmente nas suas obras *Vigiar e punir*, *História da sexualidade I: a vontade do saber* e *A ordem do discurso*, e aplicado nesta tese a partir destes e de outros textos.

A expansão da pesquisa atual sobre poder, direcionada a essa última visão, que também é crítica, pela resistência e pelas relações de poder, se consubstancia, principalmente, pelo seu impacto nos estudos de diversidade nas organizações, em que o poder se torna também um mecanismo de promoção da mudança, rumo à superação das diferenças, pelas lutas conscientes que vencem concentrações hegemônicas (Pullen *et al.*, 2019).

Esse processo se estabelece por meio da discussão crítica dos aspectos políticos e éticos que constroem classificações categóricas, em que quem tem poder para definir as categorias define também as normas e os atributos das diferenças. Com isso, se “essas correlações são consideradas essências fixas e naturalizadas de um grupo, ainda que subjetivas e dependentes de percepções individuais, elas servem de fundamento para preconceitos e estereótipos” (Risberg & Pilhofer, 2018, p. 136).

Nesse debate, que é de luta pela emancipação das minorias subjugadas, a teoria queer, discutida no referencial teórico desta tese, também emerge como potência que se acopla ao tema,

não apenas por ser político e envolver o poder, mas, sobretudo, por se referir a fenômeno relacionado “[...] as posições de gênero e sexuais [que] se multiplicaram e escaparam dos esquemas binários” (Louro, 2001, p. 541). Como deduz Halperin (2007), ao analisar o pensamento de Foucault, seria viver relações com infinitas possibilidades de conceber o prazer, desvinculado de padrões moldados e fixos, ou seja, criados a partir de uma construção de si que não admite aprisionar-se a interesses coletivos, nem mesmo o de movimentos que, sob as bandeiras de libertação, acabam por desenvolver outros tipos de dominação.

Por esse olhar, faz-se importante incorporar essa analítica que busca desconstruir o universalismo e o relativismo de modo a evitar a tônica funcionalista da diversidade cultural nas organizações pela qual o respeito é subsumido pela ideologia da tolerância homogeneizadora, que exclui ou, no mínimo, subalterniza algumas vidas, ao privilegiar o interesse organizacional em detrimento da dignidade das pessoas e da manutenção das relações de poder assimétricas (Lozano & Escrich, 2017). Com isso, evita-se bloquear a visão pós-identitária, fundamental para a resistência em práticas organizacionais que oprimem e insistem em colocar à margem projetos de emancipação humana (Souza & Pádua Carrieri, 2010), que só são exequíveis pelas vias do poder.

Isso porque o poder não atribui propriedade e só pode ser exercido ao emergir das relações e práticas sociais intencionais; não resulta da decisão de sujeitos, mas atua por meio de estratégias e táticas, formando dispositivos; e deve ser analisado em sua microfísica, e não como objeto, sendo as pessoas e as instituições fontes de poder que produzem multiplicidades, movimentos, desejos e forças, pressupondo sempre certa forma de liberdade, instabilidade e reversibilidade (Foucault, 1979; 1988; 2004a).

Assim, nesse contexto, em que a resistência tem potencial para informar a mudança nas organizações, ainda que envolvida por muitas questões paradoxais, nos sentimos instados pela problemática: Qual é a influência do ativismo LGBT no desenvolvimento da diversidade sexual na Universidade de Brasília? Importante considerar que essas práticas são precedidas por discursos reivindicatórios que podem ser aceitos, rejeitados, desenvolvidos, revertidos, recuperados ou ampliados (Chojnicka, 2015), de modo a produzir ou não práticas emancipatórias que reestruturem o desequilíbrio de poder (Mckenna & Chughtai, 2020). Importante, ainda, que se exprima, desarticulando o poder hegemônico que tende, por meio dos dispositivos do capitalismo neoliberal e num suposto pacto de segurança (preservação das vidas que merecem ser vividas), controlar os

corpos, objetivando normas e subjetivando medos, ao articular elementos discursivos e institucionais que buscam manter um *status quo* (Foucault, 1997).

Estimulados por esse problema e visando discutir essa questão levantada, no espaço organizacional de uma universidade pública brasileira, delineamos, para a exequibilidade dessa empreitada, os seguintes objetivos:

I. Geral: Investigar, no discurso de LGBT, os reflexos do ativismo na promoção da diversidade sexual na UnB a partir de suas interações sociopolíticas.

II. Específicos:

A. Identificar a dinâmica das lutas LGBT por igualdade de direitos e respeito às diferenças na UnB;

B. Explorar a construção histórica do sujeito político LGBT na UnB, individual e coletivamente;

C. Investigar no discurso dos ativistas LGBT da UnB seu processo emancipatório;

D. Analisar nos discursos dos ativistas LGBT na UnB o efeito de poder de suas práticas e relações para que a diversidade exista como é nesse espaço e tempo ao dar conta de saberes insurgentes, locais e descontínuos que provocam rupturas.

Tal empreendimento suscita, portanto, investigar historicamente, no caso da UnB, como esses contradiscursos foram potentes o bastante para irromper discursos hegemônicos, permitindo “restabelecer os jogos de dominação, nos quais se pode observar o estado de forças em que acontecimentos são produzidos [...] dando visibilidade a outras possibilidades de interpretação que foram subsumidas pela prevalência de visões dominantes e totalizantes” (Resende, 2020, p. 339). Inclusive, como retratado em alguns estudos (Lionço, Tavira, Baére & Portela, 2016; Oliveira, 2012), a UnB, dentre as universidades públicas brasileiras, tem sido pioneira em muitos projetos, programas e ações em favor da diversidade sexual, demonstrando, com isso, práticas e relações sociais concretas que sustentam essas práticas discursivas analisadas, engendrando novos objetos e experiências.

É possível explicar as justificativas deste estudo em três dimensões, a saber: teórica, prática e social. Quanto à justificativa de cunho teórico, é importante ressaltar que não foram encontrados

estudos publicados em periódicos no Brasil sobre ativismo LGBT nas organizações. A pesquisa sobre LGBT em organizações, de modo amplo, internacional e nacionalmente, não tem se desenvolvido no mesmo compasso que outras dimensões da diversidade, como raça e deficiência (Freitas, 2015; Köllen, 2016; Ng & Rumens, 2017). Identificou-se, em artigos e revisões de literatura recentes, que as questões predominantes desse campo envolvem discriminação contra a população LGBT e medidas e políticas adotadas pelas organizações para esses grupos (McFadden & Crowley-Henry, 2017; Paniza, 2020; Pompeu & Souza, 2018; Schmidt, Githens, Rocco & Kormanik, 2012).

É importante acrescentar que esse campo, no Brasil, tem avançado e se articulado em diversas perspectivas, como identidade e cultura gay (Silva, Bastos, Lima, Ferraz & Cabral, 2013; Siqueira & Zauli-Fellows, 2006); violência moral e discriminação no trabalho (Garcia & Souza, 2010; Irigaray, Saraiva, & Carrieri, 2010; Siqueira *et al.*, 2009); políticas de diversidade (Saraiva & Irigaray, 2009; Souza *et al.*, 2012; Diniz *et al.*, 2013); efeitos e tabu de ser LGBT nas organizações (Irigaray & Freitas, 2011; Caproni Neto, Bretas, Saraiva & Silva, 2015); implicações socioprofissionais da decisão de permanecer ou sair do “armário” (Caproni Neto, Saraiva & Bicalho, 2014; Gomes & Felix, 2019; Rabelo & Nunes, 2017); estratégias de sobrevivência no ambiente de trabalho (Irigaray & Freitas, 2013); heteronormatividade, feminilidade, masculinidade e questão queer (Saraiva, Santos & Pereira, 2020; Caproni Neto & Saraiva, 2018; Souza & Carrieri, 2010; Souza, 2017; Moura & Nascimento, 2020); e estigmatização de transexuais e travestis (Baggio, 2017; Carrieri, Souza & Aguiar, 2014). Assim, apesar do amplo interesse no tema, emerge a necessidade de ampliar no país a discussão específica sobre ativismo, mais avançada internacionalmente. Em âmbito nacional, foi localizado apenas um capítulo de livro que trata desse tema no Brasil (Siqueira & Andrade, 2012).

Sendo importante ressaltar que o ativismo LGBT nas organizações ao colaborar com a mudança potencializando a abordagem das questões de diversidade com suas mais diferentes táticas de influência e confronto das estruturas que desqualificam e enfraquecem os grupos minoritários (Silva, Castro & Siqueira, no prelo; Den Hond & Bakker, 2007) torna-se, portanto, exemplo poderoso que emerge do cruzamento de organizações de trabalho e movimentos sociais (Raeburn, 2004) e por isso relevante de ser melhor compreendido teórica e empiricamente.

Em termos práticos, gostaríamos de ressaltar que a primeira motivação para empreender esta pesquisa não surge da Academia, mas de experiências pessoais e profissionais com a questão

LGBT. Nordestino de cidade sertaneja, precisei superar diversos estigmas na formação acadêmica na capital e no início da atividade profissional em um grande grupo empresarial brasileiro. Descobri, desde cedo, que aceitar minhas origens e construir o desenvolvimento contínuo seria o caminho para a independência financeira e realização no âmbito do trabalho. Fiz carreira na iniciativa privada e, em dado momento, decidi deixar de ser empregado e empresariar, com intervalo de sete meses sabáticos na Inglaterra. Posteriormente, tendo percebido que esse ainda não era o meu caminho, tornei-me professor em uma universidade pública federal brasileira e, nesse *locus*, tenho encontrado bastante satisfação.

Mas o que tudo isso tem a ver com esta pesquisa? Nas palavras do Lorde Alfred Douglas (1824, p. 28), “eu sou o amor que não ousa dizer seu nome”. Saí de casa com 18 anos para estudar na metrópole – como a maioria dos LGBT o faz, muito mais para viver sua sexualidade que por escolha própria –, porém, na universidade, como estudante, tive que ficar no “armário” para evitar o preconceito de colegas e não poder fazer parte dos grupos masculinos em todas as atividades, o que me interessava; na empresa, por dez anos como funcionário, tive que permanecer no “armário” para não ser estigmatizado por alguns colegas e chefias, podendo vir a ter prejuízos na carreira; como empresário, tive que continuar no “armário” para maior credibilidade junto a algumas parcerias comerciais; em Londres, que imaginava ser liberdade total, percebi que a reserva também era a “lei”. A famosa Soho não passava de um gueto muito mais para turistas, os quais, longe de suas terras, podiam gozar do anonimato. Mas, na universidade pública, como professor, foi diferente, talvez pela estabilidade do serviço público e cargo, que outorgam algumas condições de poder. Fato é que, passado algum tempo, descobri que poderia, nesse espaço, ser eu mesmo, o que me trouxe enorme paz.

É verdade que, em toda essa narrativa, trago muito mais de minha vivência pessoal, atravessada por crenças, valores e relações de poder, nos grupos de que fiz parte do que propriamente uma realidade que poderia ser generalizada. De outro modo, amparado na literatura, posso afirmar que a existência de ativismo, acolhimento e inclusão LGBT nesses espaços vividos poderia ter me poupado de bastante sofrimento, mesmo não sendo “preto”, “pobre”, “afeminado” ou queer,³ os quais, pela interseccionalidade de opressões, são violentamente mais apenados. Nesse

³ Nas palavras de Salih (2016, p. 9-10): “[...] constitui uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar, e seu radicalismo reside, pelo menos em parte, na sua resistência à definição. [...] enquanto os estudos de gêneros, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de “o sujeito” (isto é, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito “feminino”) como um pressuposto, a teoria

sentido, este trabalho, que visa discutir dialeticamente o papel do ativismo na promoção da diversidade, é também uma forma de levante pessoal prazeroso na soma de esforços aos que lutam por mudanças dessa realidade que reprime e oprime essa população todos os dias e em todo o mundo, das mais diferentes formas.

A ampliação do acesso à universidade pública não garante a inclusão, no caso, da orientação sexual e da identidade de gênero. Para muitos pesquisadores, as universidades produzem e reproduzem desigualdades, gerando violências e opressões (Amaral, 2014; Nardi, 2013; Givigi, 2013; Silva, 2017), o que demanda mecanismos de estabilização para os conflitos sociais nos quais podemos incluir a atuação dos coletivos LGBT. De forma prática, a divulgação deste trabalho poderá motivar novas pesquisas e estimular o apoio de simpatizantes, militantes, gestores, organizações governamentais e não governamentais, a partir de uma melhor compreensão dessas dinâmicas e de suas contribuições.

Socialmente, por fim, esse tipo de pesquisa é relevante, pois coopera para a promoção do paradigma contra-hegemônico, estimulando as formas de participação política para além dos procedimentos eleitorais, reconhecendo os coletivos LGBT ou queer como atores fundamentais na luta pela resignificação de práticas sociais que não favorecem o processo democrático (Amaral, 2014; Miskolci, 2017), uma vez que a inclusividade é um desafio quando identidades sociais visíveis desencadeiam reações divisivas (Wharton, 1992).

Em tempos de neoconservadorismo e inflexão dos direitos e conquistas dos LGBT, “o Brasil continua a ser o país onde mais pessoas LGBTI+ são assassinadas em todo o mundo”, segundo protocolo policial para enfrentamento da violência LGBTfóbica no Brasil,⁴ publicado em dezembro de 2020 pela Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP. Soma-se a isso a constatação de que os jovens LGBT estão em maior risco de ideação suicida, risco sexual, vitimização e problemas de saúde mental. Torna-se, pois, imperativo haver mais estudos para a prática de apoio social nos espaços educacionais, inclusive por compromisso com a justiça social, conforme indica Biolo (2012).

queer empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas”.

⁴ Disponível em:

https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/protocolo_policial_para_enfrentamento_da_violencia_lgbt_fobica_no_brasil_2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

Quando nos propomos a trabalhar com a construção desses sujeitos políticos envolvidos no encaminhamento das ações de inclusão por orientação sexual e identidade de gênero na universidade pesquisada, suas resistências e o efeito de poder das suas relações, logo um olhar mais abrangente para as relações de poder, observando vieses e jogos de interesse, entendemos também que estabelecemos relação com o *gap* aventado por pesquisadores como Briscoe, Chin e Hambrick (2014), que, no estudo muito citado publicado em revista de alto impacto, levantam a necessidade de pesquisas futuras, fazendo referência a outros pesquisadores importantes no campo sobre: comparação dos diferentes tipos de ativismo e sua forma de atuação; diferenças entre ativistas internos e externos às organizações; e como as inclinações dos gestores afetam suas respostas ao ativismo.

Por fim, antes de apresentar a estrutura desta tese, esclarecemos que o estudo assumi três premissas as quais são oriundas da fundamentação teórica, e que se apresentaram vividas em nossa investigação, quais sejam: 1) Os LGBT continuam, apesar dos avanços legais, sociais e culturais, a serem marginalizados e discriminados; 2) Práticas de ativismo favorecem contradiscursos com potencial de provocar mudanças na direção de maior justiça social em seus espaços e tempo; e 3) É por meio dos discursos, que a efetiva ruptura ou fissura nos regimes de verdade excludentes, podem de fato se materializar.

Estrutura da tese

Após oferecer uma visão geral acerca da temática da pesquisa, o trabalho segue assim estruturado: no primeiro capítulo – fundamentação teórica –, apresentamos inicialmente a ascensão da diversidade na contemporaneidade em estudos organizacionais; posteriormente, tratamos da teoria queer e do advento da diferença; no terceiro item, adentramos na questão do compromisso social da universidade com a diversidade; no quarto, debatemos o ativismo político em suas nuances conceituais e práticas; e no quinto, ampliamos esse conhecimento para o nosso *locus*, ao dissertarmos sobre o papel político da universidade no caminho da liberdade e a interface com os movimentos políticos organizados. No oitavo item, expandimos a fundamentação teórica mais especificamente sobre o ativismo LGBT/queer organizacional e nas universidades, tendo sido oportuno, nos itens sexto e sétimo, contextualizar as identidades LGBT e a coalizão pós-identitária queer.

No segundo capítulo – aspectos metodológicos –, começamos por apresentar a epistemologia foucaultiana no sentido de justificar a importância da contribuição desse filósofo para a análise do discurso LGBT e, posteriormente, adentramos nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, defendendo as escolhas ontoepistemológicas e fazendo a caracterização geral do estudo. No terceiro item, que foi subdividido em três etapas, relatamos como foram definidas as unidades de saber, concernentes ao campo discursivo da investigação. Na sequência, relatamos como transcorreu a construção do *corpus* empírico do trabalho e, por fim, descrevemos a sistemática utilizada para operacionalizar a análise do discurso foucaultiana (ADF) nesta tese.

No terceiro capítulo – resultados e discussão –, fazemos inicialmente relato histórico e social dos grupos LGBT ativistas identificados na UnB e a caracterização das políticas formais de diversidade dessa universidade para, posteriormente, respondemos aos objetivos da pesquisa ao trabalhar a análise em quatro seções de práticas discursivas “na linha de uma genealogia das tecnologias de poder” (Foucault, 2008c, p. 47) que, submetidas aos dispositivos de poder desse *locus*, se materializaram pelos discursos dos ativistas LGBT. São elas: a primeira seção “Lutar por si mesmo, porque é uma questão que fala sobre a gente, mas não é sobre nós”: a aliança política dos corpos; a segunda seção “Nascemos das lutas, como defensores dos oprimidos e problemáticos”: a construção do sujeito LGBT ativista na UnB; a terceira seção “Querendo ou não é um espaço que pressiona muita gente de diversas formas”: o processo emancipatório em sujeitos LGBT ativistas na UnB, subjetivados pelo neoliberalismo; e a quarta seção “Começou um processo de ativismo muito intenso dos alunos e isso foi criando um novo clima na faculdade”: como ações dos ativistas LGBT nas relações de poder da UnB contribuíram para que a diversidade sexual pudesse se tornar o que é?

As considerações finais são então apresentadas ao retomarmos os objetivos, sintetizarmos os resultados, apresentarmos nossas limitações e sugerirmos novos estudos. Por fim, expõem-se referências, anexos e apêndices.

Ora esta vontade de verdade, tal como os outros sistemas de exclusão, apoia-se numa base institucional [...]. Mas é também reconduzida, e de um modo mais profundo sem dúvida, pela maneira como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído.

FOUCAULT em *A ordem do discurso*

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta fundamentação teórica, apresentamos inicialmente a ascensão da diversidade na contemporaneidade em estudos organizacionais, explorando conceitos, história, concepções de pesquisas e repercussões no campo de conhecimento de gestão. Posteriormente, tratamos da teoria queer e do advento da diferença, em uma perspectiva pós-estruturalista, demonstrando seu *approach* a esta pesquisa, uma vez que as teses defendidas convergem com a discussão demandada pelos objetivos da investigação. Na terceira parte, adentramos na questão do compromisso social da universidade com a diversidade para expandir a compreensão do tema no *locus* deste estudo.

Na quarta parte deste capítulo, debatemos o ativismo político em suas nuances conceituais e práticas e refletimos sobre sua história como forma de irmos nos direcionando ao objeto de pesquisa, do geral para o específico. Nesse sentido, nos aproximamos tanto da realidade do objeto escolhido para esta investigação quanto do caminho a ser percorrido para construção desse conhecimento, ampliado na quinta parte, ao dissertarmos sobre o papel político da universidade no caminho da liberdade e a interface com os movimentos políticos organizados.

Na parte oitava, expandimos a fundamentação teórica mais especificamente sobre o ativismo LGBT/queer organizacional e nas universidades, compreendendo suas práticas à luz de pesquisas com essa temática, as quais forneceram parâmetros substanciais ao olhar científico no campo e para a discussão dos achados. Foi oportuno, nas partes sexta e sétima, contextualizar as identidades LGBT e a coalizão pós-identitária queer, inclusive debatendo a questão a partir da categoria gênero na busca de definir quem são, em que contexto vivem e como agem esses atores, eleitos para esta empreitada, ampliando a condição de compreensão desse lugar de fala.

1.1 A ascensão da diversidade na contemporaneidade em estudos organizacionais

A palavra “diversidade”, antônimo de homogeneidade, deriva etimologicamente do latim *diversitas* e caracteriza-se tanto pela ideia de pluralidade, multiplicidade e diferença quanto de oposição e divergência (Dicionário Online de Português, 2020). Fruto da perda de densidade e convencimento do universal, o debate sobre a diversidade ressurgiu na direção do pluralismo ao posicionar o diferente como riqueza a ser preservada, a despeito dos conflitos inerentes a esse processo (Ortiz, 2017).

Conceitualmente, nos estudos organizacionais, apesar de sua concepção em constante evolução (Kreitz, 2007), diversidade se refere a diferenças composicionais entre as pessoas no trabalho (Roberson *et al.*, 2017), como atributo pessoal (Mannix & Neale, 2005) com impactos intergrupais (Pelled, Eisenhardt & Xin, 1999), quer sejam observáveis ou detectados (Jackson, May & Whitney, 1995), que permitem análises tanto em nível individual quanto grupal e organizacional (Williams & O’Reilly, 1998) e correlações de identificação (Lau & Murnighan, 1998), podendo resultar em características demográficas (Bezrukova, Thatcher & Jehn, 2007) ou categorias sociais às quais os indivíduos podem pertencer (Roberson, 2019).

Segundo Fleury (2000), a diversidade nas organizações pode ser entendida a partir da mistura de pessoas com identidades diferentes, interagindo em um mesmo sistema social, em que coexistem grupos de maioria e minoria, sendo os grupos de maioria privilegiados com vantagens de poder e recursos financeiros ao longo dos tempos. Cox (2001) trabalha a diversidade no contexto das organizações como significado de diferenças entre pessoas, não se limitando a gênero e raça, mas a variedade de identidades sociais e culturais (baseado em normas de comportamento) entre pessoas que vivem juntas no local ou no mercado de trabalho, incluindo as questões referentes a nacionalidade, religião, faixa etária, especialização, orientação sexual, entre outras.

Sendo assim, esse conhecimento é importante no ambiente de trabalho contemporâneo, onde convivem indivíduos de diversas etnias, sexos, orientações sexuais e religiões e que está cada vez mais heterogêneo (Alves & Galeão-Silva, 2004). A inserção da mulher e a migração contínua advinda da globalização ampliam esse efeito, evidenciando um convívio de indivíduos com muitas diferenças. De um lado, a desafiar os empregados a conviver com pessoas de identidades sociais⁵

⁵ A identidade está sendo bastante discutida na teoria social sob os argumentos de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” e de que essa identidade “é formada e transformada

distintas; de outro, a impor aos administradores a necessidade de elaborar estratégias que harmonizem justiça social e lucro com práticas organizacionais (Irigaray & Freitas, 2013).

Compreendida a partir de um quadro teórico amplo, a diversidade, na área de estudos organizacionais, se constituiu apropriando-se de conhecimentos de vários campos de saber, como “psicologia, sociologia, direito, economia, serviço social, políticas públicas, educação, marketing, enfermagem, relações industriais e etc.” (Roberson, 2019, p. 2). O termo foi empregado em periódicos importantes da administração a partir da década de 1990, quando se passou a usar o vocábulo “gestão da diversidade” e avançaram as discussões sobre ações de políticas afirmativas, já debatidas desde a década de 1960 nos EUA, para a pesquisa que busca investigar o desenvolvimento de organizações mais igualitárias e meritocráticas, na maioria das vezes com vistas à melhoria de desempenho e competitividade, apresentando, portanto, um viés claramente funcionalista e apolítico (Thomas, 1990; Nkomo & Cox Jr., 1999; Gilbert, Stead & Ivancevich, 1999; Cox Jr. & Blake, 1991; Galeão-Silva & Alves, 2004).

Ainda que de maneira bastante limitada, nessa mesma década (ver Litvin, 1997, e Prasad & Mills, 1997, como exemplos), outros estudos partem de uma perspectiva menos prescritiva para investigar questões sócio-histórico-políticas que influem e ampliam as possibilidades de compreensão da diversidade nas organizações, partindo dos “sistemas sociais de dominação (ou seja, racismo, sexismo, patriarcado, heteronormatividade e classismo)” (Nkomo *et al.*, 2019, p. 502). Ainda que essa incorporação explícita seja rara, torna-se de grande valia, uma vez que tem potencial para “desestabilizar tendências homogeneizadoras e efetuar mudanças sociais que desafiam as áreas de negócios” (Pullen, Vachhani, Gagnon & Cornelius, 2017, p. 453), principalmente por incrementarem, nas suas investigações e proposições, fatores que legitimam o que deve ser prioridade nas organizações, como o debate das relações de poder e a problematização das relações binárias, que marginalizam e hierarquizam vidas.

Essa perspectiva crítica parte de outra estratégia, qual seja: não instrumentalização da busca de justiça social pela condição de resultados organizacionais, mas por meio da reflexão que enseja a ação de desenvolvimento visando ao bem-estar geral, inclusive podendo avaliar as práticas de diversidade como ferramentas gerenciais que podem privilegiar determinados grupos na distribuição da equidade social (Bierema, 2010; Pullen *et al.*, 2017; Rhodes, 2017).

continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 7 e 13).

No Brasil, com quase uma década de atraso e ainda pouco explorado, esse tema teve como primeiro trabalho relevante o artigo “Gerenciando a diversidade: experiências de empresas brasileiras”, de autoria da professora Maria Tereza Leme Fleury (2000), que, por ser referência na área de negócios, conseguiu, por meio da temática diversidade cultural, estimular e posicionar essa discussão na área, além de desnudar como errôneo o mito da democracia racial e de classe nas organizações que operam nestas terras. Todavia, a exemplo do contexto internacional, parte dessa produção também por aqui foi funcionalista, como já constatado por Galeão-Silva e Alves (2004), e seguiu priorizada a associação do tema diversidade a desempenho organizacional (ver Carvalho, 2012; Sobral & Bisseling, 2012; Barreiro, Nabosne, Menezes & Matsumoto, 2015).

De outra parte, a pesquisa crítica de diversidade na academia brasileira de ciências sociais aplicadas se destacou de maneira profícua e perene por meio de autores qualitativistas e obras como Saraiva e Irigaray (2009), Irigaray e Vergara (2011), Diniz, de Pádua Carrieri, Gandra e de Almeida Bicalho (2013), Souza, Silva e Carrieri (2012), Siqueira e Mendes (2014), os quais inseriram majestosamente os discursos como ferramentas de análise da questão da diversidade, permitindo outra tessitura de fazer ciência, a qual busca afastar-se do funcionalismo empregado/empregador nessa legitimação, o que torna necessário aportar outras teorias em suas análises.

Em termos teóricos, apesar da dificuldade de síntese, a diversidade nas organizações articulou-se majoritariamente pelas “teorias sociopsicológicas das relações intergrupais” (Roberson, 2019, p. 5), podendo ainda variar e situar-se em áreas específicas. Mas foi pela lente da psicologia e do comportamento organizacional que a gestão da diversidade passou a se caracterizar como ciência (Roberson, 2019).

Esse encaminhamento nas ciências administrativas emergiu de tendências socioeconômicas resultantes de conexão geográfica de recursos, informações e avanços nos direitos humanos e civis, que hodiernamente têm promovido a inclusão de grupos historicamente pouco representados, devido a aspectos observáveis, como gênero, raça, deficiência e idade, ou por características menos observáveis, como orientação sexual, religião, formação, origem, valores e experiências, suscitando a diferença entre pessoas nas organizações (Roberson, 2019; Siqueira, 2017).

Nesse contexto de complexidade e desafio em que interagem circunstâncias sociopolíticas nacionais e globais, muitas vezes antagônicas, a teoria sobre diversidade na academia vem se modificando numa dinâmica de relação com o macroambiente que acaba por influenciar o desenho de suas temáticas (King, Avery, Hebe & Cortina, 2017; Hambrick & Chen, 2008). Dentre essas

adequações socioculturais e econômicas, destacamos, atualmente, a demanda por novos conceitos e analíticas que possam oferecer respostas a questões emergentes, como fluidez identitária, transnacionalidades móveis e a problemática de privilégios, mantidas mesmo em organizações que adotam discursos inclusivos (Nkomo *et al.*, 2019; Yadav & Lenka, 2020), desconstruindo, pondo à prova ou, no mínimo, ampliando as formas de fazer ciência nesse campo, que prossegue sua jornada há mais de 40 anos e agora, paradoxalmente, volta a enfrentar tensões sobre a aceitação das diferenças (Nkomo *et al.*, 2019).

Se, por um lado, a diversidade continua a receber atenção na academia de negócios pela sua importância como fenômeno coletivo a ser compreendido em termos demográficos, culturais, informacionais, cognitivos e organizacionais, por outro, essa mesma academia é impactada por predisposições sociais contemporâneas de inflexão que, conduzidas pelo capitalismo e populismo de direita desde a eleição de Ronald Regan, na década de 1980, e potencializadas por ações radicais de Donald Trump, influenciam o mundo, inclusive o Brasil, no sentido de dismantelar ações afirmativas para fortalecer a identidade do indivíduo com o Estado, enfraquecendo sentimentos de pertencimento a grupos organizados, à comunidade, por meio de uma ideologia política conservadora que promove a resistência à diversidade sob o argumento de obstáculo à união nacional (Nkomo *et al.*, 2019; Yadav & Lenka, 2020; Siqueira, Medeiros, Silva & Castro, 2020).

Esse processo ocorre por meio da retórica do multiculturalismo, que fomenta a diversidade e a inclusão, erroneamente dando a entender que promove a dissolução do projeto hegemônico de antes, quando, na verdade, ancora-se na ênfase (neo)liberal da realização dos indivíduos e utiliza-se de pretextos favoráveis a grupos historicamente excluídos para assessorar o projeto capitalista que domestica e neutraliza a diferença de seu efetivo significado: “processos que envolvem relações de poder [...] atribuição de sentido ao mundo social [...] com disputa e luta em torno dessa atribuição [...] [e] recusa a se fundir com o idêntico” (Silva, 2000, p. 96 e 101), ou seja, incompatíveis com os essencialismos homogeneizantes pregados por esse modelo de diversidade.

Assim, torna-se muitas vezes problemática e contraditória a relação da diversidade com a diferença, sobretudo nas situações em que a diversidade individualiza o diferente e homogeneiza pessoas em determinadas categorias, escondendo, portanto, o que é singular e desigual, inclusive neutralizando algumas lutas (Pullen, 2017; 2019) e bloqueando novas experiências, as quais deveria legitimar, o que contribuiria para a ação da agência e favoreceria a constituição de outras formas de viver a vida. Isso nos leva a questionar se haveria, de fato, que se falar em alteridade, por

meio de uma pretensa diversidade, em que se fazem necessárias identidades que dependem da identidade do outro para poder existir.

De todo modo, nesse contexto de ascensão e paradoxos, ilustramos no Quadro 1 evidências de que, apesar dos cenários de inflexões, o tema diversidade, que germinou de movimentos dos anos 1960 e 1970, ainda que com outros conceitos e nomenclaturas, emerge com novas oportunidades, suscitando esforços em teorizações cada vez mais afeitas aos aspectos da diferença, mesmo que não encontre bastante legitimidade no ambiente acadêmico, uma vez que este “não está imune às forças que se desdobram do contexto sociopolítico”, por isso marginalizam seus interesses (Nkomo *et al.*, 2019, p. 511).

Quadro 1 – Panorâmica da evolução do campo de diversidade na pesquisa organizacional

Décadas	Contexto sociopolítico	Contexto acadêmico	Pesquisa em diversidade
1960 - 1980	Legislação antidiscriminação e movimentos sociais de grupos oprimidos	Comitês desenvolvem esforços para buscar estabelecer a diversidade como campo de estudo	Questões raciais étnicas e de gênero (mulheres) nas organizações – mais voltado a aspectos de marginalização
Brasil	Brasil torna-se signatário na ONU de convenções relativas a desigualdades e combate à discriminação; Referência na luta contra AIDS	Ditadura militar e repressão; Direitos assegurados na constituição de 1988; Mulheres passam a ter maior representatividade	Na área de administração não são localizados artigos científicos relacionados a essa temática no período
1990 - 2000	Ampliação do debate sobre diversidade; Projeções de minorias sendo majoritários nas organizações; e reação conservadora política e econômica a este cenário	Surgimento do campo de gênero e diversidade nas organizações ainda com desafios teóricos e de legitimidade	Implementação de estudos funcionalistas e críticos empíricos nas organizações – maior atenção a aspectos de desempenho e competitividade
Brasil	Programas sociais, políticas de diversidade. Surgimento do discurso de empresas cidadãs e ONGs.	Debate sobre problemas de discriminação e preconceitos. Política pública de inclusão de afrodescendentes e indígenas	Emergência de estudos em categorias de pessoas com deficiências, questões LGBT e gênero (mulheres).
2010	Mito do Pós racismo, e massificação do uso das mídias sociais	Ampliação da pesquisa em categorias de diferenças relacionadas a idade, orientação sexual, deficiência, religião e outras	Explora aspectos identitários e de clima para diversidade nas organizações – ênfase em concepções individualizadas
Brasil	Desenvolvimento de programas de diversidade nas empresas privadas	Campo é impulsionado por estudo do Instituto Ethos / FGV sobre ações afirmativas nas 500 maiores empresas brasileiras.	Ampliação das mesmas pesquisas da década anterior e explora intensamente a questão geracional.

2019 - Tendências	Ressurgimento do populismo / nacionalismo de direita e reação dos movimentos sociais antidiscriminação	Conjuntura crítica para teorização sobre as diferenças de poder entre grupos dominantes e reconceituação de identidade	Desenvolvimento de pesquisas multiníveis buscando compreender por exemplo como a diversidade organizacional pode repercutir no macro ambiente – destaque no relacionalmente constituído e experiências fluídas
Brasil	Discursos conservadores e autoritários de lideranças governamentais no sentido de desconstruir direitos e não reconhecer diferenças	Avanços na compreensão do sujeito com repercussões críticas na diversidade essencialista	Paradoxo entre a busca de aproximação da pesquisa com a realidade local e as interseccionalidades, evitando reforço a sistemas dominantes que perpetuam exclusões, e a manutenção do <i>mainstream</i> .

Elaborado pelo autor a partir de: Freitas, 2015; de Almeida, 2019; Nkomo *et al.*, 2019; Carrieri & Correia, 2020.

A diversidade – composta de categorias que carregam em si complexidade, multiplicidade e movimento e de inúmeras perspectivas a partir das quais se podem delinear pesquisas nesse campo, como efeitos em desempenho, recrutamento, treinamento, comprometimento, satisfação, trabalho/vida, carreira, rede de afinidades, liderança, construção da inclusão, tomada de decisão –, configura-se na contemporaneidade, seja pela necessidade do cumprimento de exigências legais, da importância como ferramenta gerencial para lidar com ambientes plurais e interesses competitivos, ou de legitimação social interna ou externamente, como fenômeno coletivo importante de ser cada vez mais investigado (Freitas, 2015; Roberson, 2019).

Tendo em vista que ainda vivemos em um sistema social que não tem estrutura monolítica e onipotente, contínuos conflitos quanto a definições, avaliações, arranjos, privilégios e custos do comportamento sexual promovem, como principais campos de batalhas, a ideologia sexual e a regulação legal – esta última, reestruturada no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi responsável pelo aparecimento do sistema erótico moderno. A partir desse sistema, a sexualidade que é “boa”, “normal” e “natural” deve idealmente ser heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não comercial. Esse sistema produz uma estratificação sexual que provê vítimas fáceis que carecem de poder para defender a si mesmas (Rubin, 2012).

No Brasil, devido a problemas de justiça social e retrocessos no cenário sociopolítico atual, essa agenda se torna fundamental no enfrentamento de valores hegemônicos que insistem em se perpetuar na nossa cultura, controlando e dominando o social, inclusive fazendo destoar as práticas dos discursos mesmo em organizações que se dizem progressistas (Saraiva & Irigaray, 2009; Almeida, 2019).

Por fim, adentrando em aspectos mais teóricos e metodológicos desse campo nos estudos organizacionais, as abordagens mais utilizadas são três: (i) fatorial ou categóricas, que exploram os atributos pessoais dos indivíduos; (ii) proporcionais, que priorizam a propriedade estrutural de grupos e coletivos; e (iii) multidimensionais, que buscam alinhar atributos pessoais e categorias sociais (Roberson, 2019). Além dessas, citam-se perspectivas teóricas alternativas com tendência crescente, como discursivas, feministas, queer, pós-coloniais e interseccionais, que buscam compreender a diversidade a partir das conexões com o poder e o contexto (Nkomo *et al.*, 2019), promovendo “resistências às imposições dos sujeitos de maior poder que insistem em prescrever e estabelecer os caminhos para a organização da vida (Carrieri & Correia, 2020, p. 60).

Tomando como exemplo o objeto deste trabalho, no escopo específico da diversidade sexual, esta “delimita espaço sociais e garante privilégios” (Irigaray & Freitas, 2013, p. 77), demandando ações que façam frente à prevalência dos ambientes de trabalho heterocêntricos, em que ações sexistas permanecem reforçando estigmas e preconceitos em pleno século XXI (Almeida, 2019). Nesse sentido, a teoria queer vem se acoplar de maneira oportuna a este estudo, tornando necessária a contextualização do seu debate para demonstrar a aderência de suas teses aos objetivos da pesquisa.

1.2 A teoria queer e o advento da diferença em uma perspectiva pós-estruturalista

Apesar do termo “teoria queer” ter sido empregado por Teresa de Lauretis em 1991,⁶ essa expressão eclodiu nos EUA, nos anos 1980, influenciada pelos novos movimentos sociais das duas décadas anteriores, para fazer uma crítica à ordem sexual vigente e à visão hegemônica e estável de comunidade. Sua produção de conhecimentos, marcadamente a partir da década de 1990, teve como escopo principal questionar os sujeitos históricos e os valores morais que tornam algumas vidas socialmente “abjetas”, podendo também ser compreendida como movimento político que busca dar visibilidade às injustiças baseadas em normas e convenções, as quais marcam existências como “estranhas” (Miskolci, 2017).

A lente da teoria queer, portanto, é voltada para uma nova abordagem da política de gênero, que tem como alvo não os processos repressivos, mas as normas que fabricam, disciplinam e constituem os sujeitos que se apresentam livres das coerções, mas enredados em regras e aparelhos

⁶ De Lauretis, T. (1991). *Queer theory: Lesbian and gay sexualities* (Vol. 3, No. 2). Indiana University Press.

que os regula (Miskolci, 2017; Foucault, 1995). Com isso, é catalisada pela perspectiva pós-estruturalista que discute sexo, gênero e desejo sexual, não mais firmados em origens biológicas, mas institucionais e discursivamente ancoradas em “verdades” emanadas, primordialmente, dos sistemas jurídicos, do cristianismo, da psicanálise e da medicina (Spargo, 2017).

Nessa compreensão de constituição de sujeitos, o processo sobrevém das relações sociais, que são de poder, e, por privilegiar a hegemonia teorizada por Gramsci, não tem integrado as culturas periféricas, ou seja, tem descartado os desejos transgressores. Logo, forçosamente, por esse motivo, a teoria queer rompe com qualquer ideia unificante de diferença e de uma política identitária essencialista. Assim, posiciona-se criticamente até mesmo quanto ao assimilacionismo de outrora, que abrangia a inclusão dos dissidentes da heterossexualidade compulsória no intuito de harmonizar o social e induzir a tolerância, mas desde que não houvesse nessa diversidade representações de indivíduos “estranhos”, ou seja, “o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ [...] que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre lugares’, do indecidível [...] um corpo ‘estranho’ que incomoda, perturba, provoca e fascina” (Spargo, 2017; Louro, 2004, p. 13).

Enquanto movimento, o queer contribuiu, mesmo antes de ser teorizado, para impulsionar mudanças, renovações e cisões nos movimentos homossexuais e feministas dos anos 1970, principalmente induzindo a formação de novas coalizões, fundamentadas não mais na orientação sexual, mas em compromissos comuns, cujo exemplo marcante foi a aliança em defesa das vidas com Aids, na década de 1980, evoluindo para outras questões relacionadas a práticas e prazeres da sexualidade. Portanto, “não demarca uma positividade, mas sim uma postura frente ao normativo, [...] está à disposição de qualquer pessoa que seja ou se sinta marginalizada por suas práticas sexuais” (Spargo, 2017; Halperin, 2007, p. 83) e em constante movimento.

Esse pensamento abriria condições para o que Foucault (1999b, p. 242) chamou de a verdadeira resistência revolucionária, enunciando que sonhava “com o intelectual destruidor das evidências e das universalidades, que localiza e indica nas inércias e coações do presente os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente”. Desse modo, realocou, afastado do domínio do “natural”, o processo de fazer gênero e viver os desejos e prazeres do corpo, deduzindo que estes se renovam constantemente, mesmo que continuem sendo condenados, regulados e ou

negados. Esse fenômeno pode ser evidenciado nas relações amorosas estabelecidas pela internet, na atualidade, as quais, muitas vezes, facilitadas pelo anonimato, possibilitam viver identidades múltiplas (Louro, 2018).

É nesse ponto que o pensamento foucaultiano torna-se fundamental para que possamos compreender a teoria queer tal como é: “manifestação intencional da diferença” (Spargo, 2017, p. 32), à vista disso cabível a todo humano e passível de provocar mudanças em discursos e saberes dominantes, o que se apresenta como ameaça política ao questionar o regime político, econômico, institucional e principalmente a produção da verdade (Spargo, 2017; Foucault, 1979).

Depreende-se, então, o porquê de a cultura hegemônica insistir em interpelar os indivíduos, institucional, social e diuturnamente, para exercer influência na constituição dos sujeitos, instaurando “verdades” que os definem não apenas em identidades sexuais e de gênero, mas em identidades sociais como raça, nacionalidade, geração e outras. A ideia é marcar os corpos com o que são e com o que podem se tornar para aderir a determinadas condições de pertencimento. Sob outra perspectiva, o efeito dessa ação de exercício de poder tem se mostrado instável, transitório, múltiplo, fragmentado e contingente (Louro, 2018), e é nesse vácuo que a teoria queer pretende inquietar, mais que explicar, ao estimular a rejeição a qualquer categoria identitária, e se posicionar como defensora do “a-normal” (Spargo, 2017).

Sua tarefa prioritária, portando, é desconstruir o corpo, que ainda é ancorado na identidade e no significado pela cultura e que, a partir de sua aparência e comportamento, é hierarquicamente reconhecido e classificado nas relações de poder. Comete-se, com isso, o equívoco das delimitações de fronteiras – que quase sempre criam margens – do que é referência e, assim, rotula e subordina de maneiras “sutis ou violetas” (Louro, 2018, p. 15) vidas e grupos incitados permanentemente a uma luta de contestação justa a essa condição outorgada de margem, quando deveria ser de existência plural (Louro, 2018).

Nesse sentido, bebendo em conceitos lacanianos de identidade descentrada, desconstruções binárias, de Jacques Derrida, e principalmente das relações de poder e do discurso foucaultiano, a produção teórica queer tem florescido e se voltado geralmente para a formação cultural e as relações de poder que normalizam e normatizam o sistema sexual vigente, estruturando valores e saberes que discursivamente levam a nos percebermos como somos (Spargo, 2017).

Esse movimento é chamado por Butler de efeito performativo de uma prática discursiva em andamento; por Foucault, corporificação da resistência; por David Halperin, posicionamento excêntrico; e por Kosofsky Sedgwick, atos performativos e particulares de autopercepção experimental e afiliação – todos autores percursores da teoria queer, críticos da classificação binária e favoráveis a mudança discursiva e social (Spargo, 2017).

No Brasil, que também teve seu percurso original, essa produção teve seu germinar nas obras de Néstor Perlonger, no final da década 1980, ao criticar o processo de instituição da heterossexualidade, fazendo refletir por outro ângulo de análise e de maneira mais ampla as questões de sexualidade e desejo. Vale ressaltar que, diferentemente dos EUA, em que nesse período de nascedouro da teoria queer os governos conservadores se opunham aos movimentos sociais na década de 1980, o advento da epidemia da Aids, por aqui, aproximou o Estado dos movimentos sociais, favorecendo a produção acadêmica nos seus primórdios (Miskolci, 2017).

Outra referência dessa história nas terras brasileiras é a obra da historiadora e doutora em Educação Guacira Lopes Louro, iniciada na década de 1990, ao atender a demanda das escolas por conhecimentos que pudessem fazer frente à realidade de um ensino que proporcionasse direitos, reconhecimento e respeito aos diferentes (Miskolci, 2017). Muitos outros autores brasileiros ampliaram essa pesquisa e continuam a produzir na educação e em distintas áreas de conhecimento.

Fato é que a teoria queer, ao problematizar o advento da diferença na academia, complexifica o conceito de diversidade, a despeito de sua interdependência, por não considerar viável reduzir identidades a oposições binárias, quando são atos de criação linguística em um sistema de significação e assentados em estrutura instável (Silva, 2000), passível de mudanças.

Essa teoria aceita a diversidade que valora grupos sociais excluídos, mas não concorda com a política identitária que produz privilégios nas relações de poder, uma vez que não é possível simetria entre os opostos do binário, o que, ao contrário, promove hierarquização (produção social da identidade) e faz que a sexualidade que envolve “desejo, afeto, autocompreensão e até a imagem que os outros têm de nós” (Miskolci, 2017, p. 43) seja presa de normas sociais que, pela abjeção, invisibilizam indivíduos, controlando-os e induzindo-os a fugir das formas dolorosas de encarar a sua diferença (Miskolci, 2017).

Na teoria queer, é, portanto, primaz problematizar, nas diversidades, as identidades que cruzam fronteiras, não se fixam, são ambíguas, ou seja, falar em representações realmente inclusivas de modo que o diferente seja valorizado e legítimo, não apenas quando muito respeitado

e tolerado (Silva, 2000). Nessa crítica, estão envolvidas, inclusive, minorias que, muitas vezes, representam e defendem preceitos do regime que cria identidades subalternas e não incorpora a diferença como parte de todos nós (Miskolci, 2017).

Isso posto, compreende-se que a teoria queer faz crítica à diversidade enquanto retórica que defende tolerância às diferenças, desde que mantidas as normas da cultura dominante e as relações de poder estabelecidas, não representando, com isso, aceitação, reconhecimento e muito menos valorização das especificidades, por meio de um consenso dialógico e democrático em que o coletivo, como um todo, possa ser transformado, ressignificando o anormal e se abrindo para o futuro (Miskolci, 2017).

Por isso a necessidade de defender o descentramento das ideias binárias, com repercussões na compreensão do sujeito, conforme o entendimento da escola pós-estruturalista, de modo a ampliar a lente de preocupação para formas de dominação que transcendem a questão de classes, tendo na sexualidade a possibilidade do desconstrutivismo que pode, por meio da mudança cultural, enfrentar as condições opressivas, discriminatórias e excludentes a que são submetidos grupos sociais abjetos (Aguilar & Gonçalves, 2017).

Ainda mais especificamente, no que compete ao pós-estruturalismo, este dá suporte à teoria queer ao posicionar as subjetividades, sem desprezo às forças libidinais, como preponderantemente produzidas pelo simbólico e pela linguagem que, por meio do signo e no jogo do discurso, rompe com o sujeito soberano e central, do Iluminismo, e passa a concebê-lo em termos relacionais, em um constante devir, radicalmente dependente da pragmática do contexto, em que não apenas universalidades mas também as instituições são questionadas quanto às noções de “verdade” e de como o poder é exercido (Peters, 2000).

Com isso, podemos situar a teoria queer como analítica, visto que é variável, relacional, cultural, estratégica e historicamente dada em determinada sociedade. E dessa forma, com base epistemológica no pós-estruturalismo, se desamarra das concepções marxistas de luta pela liberdade para se firmar em aspectos das violências impostas e estigmas que assujeitam e forjam a sexualidade em categorias essencialistas e naturais (Miskolci, 2017). Salvaguardado, portanto, um conceito de diferença que não admite hegemonias justas, discursos neutros ou que possam representar síntese (Peters, 2000).

Por fim, em estudos organizacionais, essa lente se consubstancia ao “contesta[r] a visão e tentativa de uso instrumental da diferença pelas organizações, baseando-se em uma perspectiva não positivista e não essencialista de diversidade, enfatizando os processos contínuos e específicos de (re)produção de identidades” (Souza, 2014, p. 142), inclusive, evidenciados na própria escola de negócios, que, apesar dos avanços, tem se mostrado heteronormativa ao não estimular a pesquisa e o desenvolvimento de habilidades para o trabalho com LGBT e, ainda mais grave, esse que deveria ser um espaço plural e democrático, muitas vezes, não é sequer seguro para o ensino e a aprendizagem de pessoas pertencentes a sexualidades dissidentes (Rumens, 2016; McQuarrie, 1998). Por esse encaminhamento, denuncia os dispositivos de poder que impedem a emancipação das práticas hegemônicas no ambiente organizacional (Souza & Carrieri, 2010) em que “discursos são particularmente ambíguos” (Saraiva & Irigaray, 2009, p. 339) e demandam estruturas e coalizões que permitam advogar subversivamente por mudanças.

Reconhece, pois, pelo viés crítico de análise, a práxis política e ética em que a diversidade pode ser praticada nas organizações ao utilizar-se de meios alternativos de organização e mobilização com fins na justiça social (Pullen *et al.*, 2017). Essa percepção teórica sugere, portanto, enfrentamento às forças e aos regimes disciplinadores e reguladores que promovem classificações fixas de identidades que produzem assujeitamentos e expõem vidas reputadas como “abjetas” a condições precárias (Sampaio & Germano, 2014; Butler, 2018b).

É importante, por conseguinte, que renasça uma postura a partir dessas aprendizagens, e haja ações no tratamento do tema nas organizações e instituições em geral. Trabalhar a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, ou seja, desenvolver uma pedagogia desconstrutora e transgressora que desafie a velha ordem sexual e se adéque aos novos tempos (Louro, 2004).

No cerne da questão, contribuir para a proposição de estratégias que visem minimizar as diversas intolerâncias às sexualidades tidas como desviantes, o que compromete a dignidade de indivíduos e aumenta o seu nível de estresse (Irigaray, 2006); ou, conforme Woodward (2000), resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma, como fizeram os novos movimentos sociais quando se dirigiram para as identidades particulares, buscando não apenas desafiar o *establishment* ao celebrar e contribuir para a construção dessas singularidades, validando pautas flexíveis que possibilitaram solidariedade política sem essencialismos.

Sendo a universidade uma organização em que todas essas questões se fazem presentes, e principalmente nosso *locus* de pesquisa, a partir do próximo tópico, adentraremos nos seus aspectos mais específicos para expandir a compreensão teórica do que foi analisado no campo deste estudo.

1.3 O compromisso social da universidade com a diversidade

Em uma relação dialética perene com a sociedade, a universidade, que hoje luta pela sua autonomia em face das forças heteronômicas, no sentido de não se submeter a leis que lhe são exteriores, ao mesmo tempo, não é soberana, visto que se funda para atender a sociedade, que é parte de seu operar, por isso necessita assentar-se em nós conversacionais e multidimensionais que não permitem realidades institucionais, mas processualidades abertas a novas abordagens, intervenções e contribuições na geração de novos sujeitos históricos (Andrade, 2020).

Por esse entendimento, a universidade encontra-se socialmente interligada ao conceito de diversidade, o que lhe enseja legitimar e valorizar as diferenças, induzindo esses princípios no seu fazer científico e em suas práticas estruturais, gerenciais e de convivência (Andrade, 2020).

Infelizmente, como sintetizado no estudo de Patton, Sánchez, Mac e Stewart (2019) – *Uma verdade inconveniente sobre o “progresso”: análise das promessas e dos perigos da pesquisa em iniciativas de diversidade no campus* –, o qual avaliou iniciativas de pesquisas com diversidade aplicadas no ensino superior dos EUA, de 1968 a 2018, pouco do que se conquistou nesse campo difere realmente do que era exigido por estudantes 50 anos atrás, o que significa que a questão da diversidade funcionou como secundária nessas instituições e favoreceu a permanência dos sistemas de poder que asseguram o *status quo* e repercutem tanto na falta de engajamento da pesquisa desse tema, privilegiando pesquisas moldadas em valores capitalistas e conservadores, como na inércia organizacional que mantém preconceitos e impõe luta aos que se decidem por engajar-se na produção desse tipo de conhecimento tão fundamental ao papel da educação na justiça social (Osei-Kofi, Shahjahan & Patton, 2010; Patton, Sánchez, Mac & Stewart, 2019).

De toda maneira, o conceito de diversidade atravessa as universidades de forma permanente, fazendo que sua institucionalização seja considerada uma força por atender demandas internas e externas (Harris, 2019). Internamente, a pluralidade que habita esses espaços – vejamos o caso específico da Universidade de Brasília, *locus* desta pesquisa –, contabilizados na Figura 2, sem levar em consideração as importantes diferenças específicas de seus membros, demonstra as

possibilidades de efeitos no que é produzido coletivamente e que não respondem a uma lógica linear, mas colaboracional, que, de outra parte, suscita conflitos advindos dos interesses díspares dessa população numa luta emancipatória (Andrade, 2020), chamada por Boaventura Santos (2019) de “subversidade”.

Tabela 1 – Universidade de Brasília em números de 2018

Item	Número
Alunos de graduação	39.610
Docentes	8.435
Alunos de pós-graduação	2.818
Técnicos administrativos	3.171
<i>Campus</i>	04
Cursos de graduação	72
Cursos de mestrado e doutorado	101

Fonte: <https://unb.br/>

Quanto à demanda externa, a diversidade se firma na universidade pela reivindicação social de um papel mais ativo da instituição no que diz respeito à promoção da igualdade e da justiça social, sempre imbricada com o contexto histórico, contemporaneamente defendendo o desenvolvimento humano sustentável, ou seja, que inclui e mitiga diferenças (Buenestado-Fernández, Álvarez-Castillo, González-González & Espino-Díaz, 2019).

Esse compromisso demandado à universidade pela sociedade, embora tenha raízes nos movimentos por direitos civis e protestos dos estudantes na década de 1960, que geraram, inclusive, muitos regulamentos, a princípio, baseou-se na defesa da inclusão de negros nas escolas de ensino superior americanas e canadenses (Patton, Sánchez, Mac & Stewart, 2019), mas, com exceção do continente africano, esse reclame passou a ser global e amplo de diferenças.

Na Europa, o processo de impulso à diversidade nas universidades, apesar de muitas terem mais de 800 anos de história, intensificou-se a partir de 1998 com o programa Erasmus, que considera vários critérios, como: barreiras sociais, geográficas, culturais, de saúde e outros. Na América Latina, os movimentos sociais exigiram a deselitização das suas universidades para que se abra espaço para os grupos que por aqui foram historicamente excluídos e marginalizados (Buenestado-Fernández *et al.*, 2019), tendo como marco do período a “Declaração da III

Conferência Nacional de Educação Superior para a América Latina e Caribe Realizada em 2018” (Buenestado-Fernández *et al.*, 2019, p. 3).

O modelo universitário brasileiro, que tem pouco mais de 80 anos, ainda não estabeleceu a “necessária sintonia com as exigências de desenvolvimento da sociedade” (Pazeto, 2002, p. 82), visto que se construiu, até então, com muito controle estatal, o qual priorizou aspectos estruturais, quantitativos e uniformizantes, em detrimento das questões sociais, culturais e científicas que poderiam promover a consciência local, diversa e alternativa, e a “sustentabilidade humana e social” (Pazeto, 2002, p. 87).

De forma geral, é importante compreender que a realidade atual da universidade nacional e internacional pública é produto de forças globais induzidas pelo neoliberalismo a partir da década de 1980, escamoteadas por discurso reformista, que vêm causando debilidades institucionais tanto por via financeira quanto pela despriorização dos seus bens produzidos nas políticas públicas do Estado. E, ainda, pela emergência de transnacionalização exclusivamente mercantil, que valoriza o capitalismo educacional e transforma a universidade pública em objeto de concorrência, cujos objetivos culturais e humanísticos são esvaziados e preenchidos por ideologia focada no indivíduo, que desprivilegia a formação cidadã crítica, principalmente nos países periféricos e semiperiféricos (Santos, 2004).

Nesse cenário de mercantilização da produção acadêmica e do ensino, que adapta a universidade ao liberalismo tecnocrático e restringe as possibilidades de autonomia e pensamento crítico, busca-se consolidar a universidade como organização social por meio de sua progressiva destruição como instituição pública. Dissolve-se o espaço político institucional por meio da desqualificação dos opositores da “universidade do conhecimento”, ou seja, produtivista, homogeneizando o ambiente de trabalho universitário a qualquer outro espaço de trabalho capitalista, onde os resultados são mensurados na forma de mercadorias, e afastando a comunidade universitária cada vez mais dos centros de poder, o que resulta na limitação das respostas a coletivos organizados e do papel da universidade como agente histórico (Silva, 2014).

Numa universidade onde a reflexão crítica e o debate são desvalorizados, também são cerceados os direitos dos cidadãos de participar da cultura, e isso significa a perda do seu *status* de espaço democrático (Silva, 2001). Nesse contexto, a universidade pública vem sendo mergulhada em crises que, na perspectiva de Santos (1989, p. 14-15), foram divididas em três principais: (i) de hegemonia, “sempre que uma dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e

exclusiva”; (ii) de legitimidade, “sempre que uma dada condição social deixa de ser consensualmente aceita [...] se torna socialmente visível a falência dos objetivos consensualmente assumidos”; e (iii) institucional, “sempre que uma dada condição social estável e autossustentada deixa de poder garantir os pressupostos que asseguram a sua reprodução”.

Com tudo isso, as universidades públicas continuam a vincular a inclusão a benefícios e vantagens competitivas, a exemplo das instituições privadas. Exemplos disso são as universidades europeias onde as “reformas de Bolonha” impulsionaram competição entre as universidades e as conduziram a um modelo anglo-americano de gestão pelo qual a lógica da diversidade, mesmo que passe a ser exigência de institucionalização, é majoritariamente econômica e compromete o compromisso das instituições com o enfrentamento de desigualdades e discriminações (Buenestado-Fernández *et al.*, 2019; Oertel, 2018) que impedem “presença, participação e progresso” (Buenestado-Fernández *et al.*, 2019, p. 4), especialmente de grupos historicamente marginalizados.

Como forma de reagir a essa desconstrução e se constituir como possível agência da mudança, capaz de voltar a produzir discursos que permitam à sociedade se autorreferenciar, mesmo que não mais hegemonicamente, Boaventura Santos (2000; 2004), sociólogo português pós-moderno que critica o paradigma dominante⁷ e os ditames da modernidade e estudou profundamente essas crises da universidade pública, aponta como alternativa uma reforma democrática e emancipatória⁸ que mantenha a educação na condição de bem público, capaz de servir a um projeto de país⁹ e, nesse “papel”, por meio do campo da educação, contribua para a transformação social, não só questionando o discurso hegemônico, mas se esforçando para propor soluções coletivas para os problemas sociais e criando nova institucionalidade.

⁷ “[...] tem como expoente Durkheim, que acreditava que o correto era aplicar os princípios epistemológicos das ciências naturais nas ciências sociais. Essa corrente teórico-metodológica entendia que, apesar das diferenças de conteúdo entre as ciências naturais e sociais, estas últimas deveriam ser estudadas como as primeiras, se aproximando com os critérios da biologia e da física” (Becker, 2015, p. 1671). A metodologia da pesquisa no direito e o paradigma emergente de Boaventura de Souza Santos. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 10(3), 1667-1684.

⁸ “Uma reforma que permita à universidade pública responder criativa e eficazmente aos desafios com que se defronta no limiar do séc. XXI (Santos, 2004, p.6)”, reconquistando a legitimidade pela inovação nas áreas de: acesso/permanência/sucesso (eliminando privilégios); extensão (participação na luta em favor da inclusão social, meio ambiente e diversidade cultura, ampliando a área de prestação de serviços e destinatários); pesquisa-ação (construir alternativas contra-hegemônicas que marquem a utilidade social da universidade); ecologia de saberes (revolucionar epistemologicamente, promovendo uma nova convivência ativa de saberes); e universidade e escola pública (melhorar a vinculação da universidade com a educação básica e secundária) (Santos, 2004).

⁹ “[...] amplo contrato político e social desdobrado em vários contratos setoriais, sendo um deles o contrato educacional e, dentro dele, o contrato da universidade como bem público” (Santos, 2004, p. 39).

Por fim, e já dialogando com o intento desta tese, é importante enunciar que a evolução do conceito de diversidade nas universidades acontece não apenas como efeito da nova gestão pública e influenciada pelos cenários externos, mas a reboque das massas de estudantes “não tradicionais” (Bowl & Bathmaker, 2016) que passaram a ter acesso a essa modalidade de estudo nos países industrializados a partir da segunda metade do século XX, quando suas próprias experiências, como subrepresentados, impulsionaram e exerceram influência no sistema de diversidade em uma via de mão dupla virtuosa, uma vez que as necessidades dessa população foram projetadas, ainda que suas identidades sociais, nessa nova comunidade, fossem desafiadas por uma cultura acadêmica que “predominantemente reflete um discurso do aluno jovem, branco, masculino e de classe média” (Elwick, 2020, p. 14), desencorajando o sentimento de pertencimento dos alunos não tradicionais (Elwick, 2020) pela negação da alteridade que significa: “Ser outro, pôr-se ou constituir-se como outro”, conforme o dicionário de filosofia Abbagnano (2007, p. 35).

Essa compreensão de alteridade lança um grande desafio à universidade de nosso tempo, uma vez que não basta institucionalizar a diversidade, nos moldes do que defende o capitalismo contemporâneo, baseando-se apenas na aceitação das diferenças. É preciso ir além. Reconhecer e dar a condição de fala a esse outro, entendendo-o como parte de mim, que é diferente, mas pelo qual me sinto responsável, é, utopicamente, buscar extinguir tanto aquele que nega e se sente a referência para a norma, como o outro que é negado, por ser considerado degenerado e por isso se sente sempre estrangeiro na comunidade em que vive (Schurster, 2020, julho 16).

Quanto à mudança que favorece os princípios dessa alteridade, é preciso “ter o cuidado de não pensar ingenuamente que a educação, sozinha, pode dar conta dessa transformação que almejamos para a sociedade [ao mesmo tempo] [...] temos que fazer do combate ao fascismo, ou a modelos de educação fascistizante, uma causa da nova juventude” (Neto & Athaides, 2019, p. 231), a qual tem demonstrado interesse em fazer parte de algo em que acredite para se engajar. Nessa direção, o ativismo político tem se mostrado como via interessante para esse encaminhamento (Vecchione, Schwartz, Caprara, Schoen, Ciecuch, Silvester & Alessandri, 2015), compreensão que ampliaremos a seguir.

1.4 O ativismo político

A palavra “ativismo”, pressupõe transformação da realidade por meio da ação prática (Dicionário Online de Português, 2020), porém engajar-se e lutar por certas causas não é um fenômeno atribuído apenas ao ativismo. A militância aparece enquanto conceito que se entrelaça aos mesmos objetivos e, às vezes, sua nomenclatura é utilizada como sinônimo. Por esse motivo, resolvemos abrir a discussão para essa diferenciação, uma vez que tem implicações fundamentais na construção desta tese, demarcando o que está para além de igualmente buscar promover a mudança do outro no intuito de que haja mudanças no cenário histórico.

A militância, como *actio militares* (Veiga-Neto, 2012), é a organização segundo uma lógica de guerra em que o corpo militante se submete aos dispositivos de poder e saber, ou seja, a um regime de exercício de poder central e totalitário que disciplina e submete seus membros à obediência (Sales, Fontes & Yasui, 2018), não permitindo questionamentos dos ideários que sustentam as bases de suas ações (Veiga-Neto, 2012). Logo, é marcada por posições polarizadas que podem fazer destoar nos seus participantes as ações de sua vida privada, demonstrando discursos incompatíveis com a postura cotidiana do militante (Sales, Fontes & Yasui, 2018), uma vez que este não é livre para decidir, mas limitado a determinada conduta estratégica (Veiga-Neto, 2012), o que nos remete a refletir sobre a qualidade de uma prática que não comporta interfaces e crítica.

Por sua vez, ativismo, que significa atuar e agir para fazer avançar, diferentemente de militância, guarda nos seus antecedentes aspectos acentuadamente individuais que demandam, antes do agir coletivo, um compromisso ético não só nas relações com os outros, mas de coerência e verdade consigo mesmo, o que implica a necessidade de reflexão e estar aberto ao que é, fazendo ajustamento contínuo entre pensamentos e ações, em cada situação (Veiga-Neto, 2012). Vale lembrar que ativismo político envolve tanto as ações em que os indivíduos participam politicamente, individual ou coletivamente, como “os processos que os levam a fazê-lo e as consequências desses atos” (Nolas, Varvantakis & Aruldoss, 2017, p. 2).

Dito isso, transparece a importância do afeto e da ética no ativismo político (Nolas, Varvantakis & Aruldoss, 2017), em que a resistência para a mudança parte da identificação e da solidariedade entre pessoas que desejam trabalhar juntas no enfrentamento de determinadas questões (Chatterton, Fuller & Routledge, 2007). Nessa lógica, para além dos aspectos culturais, os valores pessoais importam na promoção e na inibição do envolvimento com o ativismo político.

Alguns desses valores foram demonstrados numa investigação realizada em 28 países de quatro continentes cujos resultados apontam para: autotranscendência, abertura para mudar, particularmente voltadas para o universalismo (bem-estar de todos), e autonomia de pensamento (autodireção) se relacionaram positivamente com o ativismo e negativamente com os valores de conservação no que se refere a conformidade e segurança pessoal (Vecchione *et al.*, 2015).

Isso explica o porquê de o ativismo ser mais evidente em países democráticos e em instituições confiáveis, pois nesses ambientes é maior a probabilidade de permissão à expressão dos valores individuais divergentes, já que são exatamente essas ações mais distantes de qualquer convenção normativa e que incluam diferenças individuais que motivam os participantes. Ademais, essas ações são comumente direcionadas a políticas não institucionalizadas e extraparlamentares, logo, de risco e exposição dos participantes, o que gera a inibição, a depender do ambiente em questão (Vecchione *et al.*, 2015).

Por esse ângulo de análise, vale ressaltar que, apesar de ser um campo bastante explorado, principalmente nas ciências políticas e na geografia humana, existe carência de estudos que investiguem esse conceito, com ênfase nas relações pessoais e sociais, no momento em que políticas neoliberais afetam populações, inviabilizando levantes críticos que favoreçam enfrentar caminhos normativos vigentes, os quais suprimem identidades e práticas desconformes dos padrões predefinidos, excluindo, portanto, experiências diversas e pessoais, com implicações no que se compreende por cidadania (Nolas, Varvantakis & Aruldoss, 2017). Isso abre espaço para pesquisas e ações que explorem a transformação social a partir de solidariedade, conexões emocionais e relações de poder (Chatterton, Fuller & Routledge, 2007). Em conexão com esse estudo, vale a pena frisar que, além da socialização familiar, das crenças religiosas e dos acontecimentos biográficos, a educação, principalmente a universitária, tem sido vista como fundamental para facilitar disposições para esse tipo de engajamento (Seidl, 2009).

Trazendo novamente à baila militância *versus* ativismo, agora contextualizando os dois conceitos com a universidade, observa-se que esse debate parte, geralmente, dos movimentos estudantis que receberam influência dos movimentos sociais do século passado (Nolas, Varvantakis & Aruldoss, 2017) e mostraram-se centralizados, hierarquizados, burocráticos e fortemente sugestionados por questões político-partidárias, o que os definiu apropriadamente como militância estudantil (Mesquita, 2003).

Contudo, contemporaneamente, desponta uma nova sociabilidade política entre os estudantes universitários que se contrapõe à tradição militante que reproduz comportamentos políticos institucionalizados para defender relações mais horizontalizadas que comportem as dimensões subjetivas do engajamento (Sales, Fontes & Yasui, 2018; Mesquita, 2003). Talvez por isso, a partir do final dos anos 1990, houve uma desmobilização da organização estudantil formal, o que precisaria ser mais bem investigado (Carrano, 2002).

O campo teórico dos movimentos sociais tem permitido que esse objeto seja estudado sob o olhar de vários paradigmas, com ênfase nas teorias dos novos movimentos sociais – que partem de uma crítica ao modelo marxista, centrado em questões puramente economicistas, mas mantendo a perspectiva macro-histórica e a relação entre conflito e mudança social (Alonso, 2009); contribuições da mobilização de recursos – evidenciando o aspecto racional e estratégico dos movimentos (Alonso, 2009); do processo político – que estuda a relação das mobilizações coletivas com o contexto político institucional e exalta o papel das coordenações (Alonso, 2009); e de teorias de enquadramento – que explicam a produção e a reprodução dos movimentos sociais a partir da influência do contexto cultural, baseada no interacionismo simbólico para considerar os sentimentos e as emoções dos participantes na ação coletiva (Pereira, 2008). Os teóricos dessas vertentes oportunizam explorar não apenas as dinâmicas de organização dos coletivos estudados, mas também fornecem amparo para discussões referentes à forma de captação de recursos e críticas à institucionalização em Amaral (2014) e Carlos (2012).

Vale salientar que a realidade brasileira teve como denominador comum, para a análise dos movimentos sociais, a abordagem culturalista, em contraposição à marxista, presente com mais força na análise dos movimentos populares, conforme Gohn (2011). Nesse contexto, parece provável que os movimentos sociais brasileiros são representados por manifestações coletivas espontâneas que reivindicam o atendimento de necessidades de reprodução de seus atores, mobilizados e organizados em espaços próprios, desvinculados de questões de classe e político-partidárias, numa perspectiva que transfere para as “massas marginais” o papel histórico de transformação social (Costa, 1988).

Tais manifestações são de possível compreensão pela teoria dos novos movimentos sociais, que lança seu olhar para as questões políticas e os microprocessos da vida cotidiana, podendo ter como categorias de análise a cultura, as identidades coletivas, a interação política e as redes sociais. Mais especificamente na América Latina, esse estudo foi ampliado para novos sujeitos históricos,

cidadania coletiva, exclusão social e redes de solidariedade, ainda que não encerrando a discussão paradigmática das causas e consequências dos movimentos na questão das desigualdades sociais, em um viés das teorias estruturalistas, ou relações de poder entre os conflitos políticos e as estratégias de mobilização, em sintonia com as teorias interacionistas (Magalhães & Gil, 2008). Essas categorias possibilitam maior aproximação com a realidade dos movimentos regionais.

Porém, no que diz respeito especificamente ao ativismo político estudantil, este, sozinho, tem se mostrado como fenômeno complexo, multifacetado e de difícil explicação. Senão vejamos: originado de várias forças e fatores, é esporádico, geralmente nacionalista, podendo ser institucional e permite comparações transnacionais com relação a atitudes e valores (Altbach, 1989). Contudo, seu escrutínio tem se mostrado de grande valia, tanto pela sua atuação na derrubada de governos ao longo da história, o que o torna um barômetro político que socialmente antecede e influencia ebulições maiores na sociedade, quanto pela sua contribuição na agitação e catalização de mudanças nas próprias universidades (Altbach, 1989).

Historicamente, os primeiros movimentos ativistas universitários datam de 1848, na Alemanha, quando houve um enfrentamento das monarquias absolutistas pela defesa dos princípios democráticos. Tais movimentos tiveram influência em toda a Europa. Lutas nacionalistas com a participação de estudantes também aconteceram no cenário colonial asiático e africano, mas foi nos EUA, a partir da década de 1960, que o movimento estudantil se tornou uma força política, oposicionista, mas nem sempre de esquerda, o que aponta para o fato de que o ativismo estudantil nunca foi universal, ainda que radical na sua orientação (Altbach, 1989).

Fazendo parte da equação política de um país, mostra-se importante entender que é falsa a assimetria entre universidade e sociedade geral. A ascensão do neoliberalismo e da globalização só acentuou as dificuldades de praticar o ativismo, o que não impediu que esse desejo permanecesse vivo na academia e na produção de trabalhos com grupos marginais, fazendo que muitos pesquisadores se sintam felizes nas suas carreiras por pesquisar oprimidos. Paradoxalmente, isso diverge de participar da luta e ascende a necessidade de pensar pesquisas mais orientadas para ação nesse campo, ainda que com todos os cuidados para que a emoção não sobrepuje o rigor científico e, ao mesmo tempo, não configure a universidade apenas como lugar de contemplar o mundo exterior, mas que conheça seu potencial emancipatório (Chatterton, Hodkinson & Pickerill, 2010).

Como nos incitam Chatterton, Fuller e Routledge (2007, p. 3), ao discutirem o engajamento ativo de pesquisadores, a academia devia perguntar-se: “Por que estamos fazendo ‘pesquisa’ e para

quem? Nós pensamos sobre onde somos necessários, que ‘pesquisa’ ou engajamento é realmente necessário, o que ou quem está sob ameaça?”. É fundamental, portanto, insistir na relação dialética para intervir nas causalidades da injustiça, tendo sido o projeto pedagógico freireano inspirador nesse sentido (Chatterton, Fuller & Routledge, 2007).

No livro *A pedagogia do oprimido*, Paulo Freire (1981) alerta para a dinâmica estrutural que tem sido prática de dominação de consciências na educação até mesmo quando bem-intencionada, uma vez que essa pedagogia das classes dominantes não permite ao educando tomar a palavra, refletir e conquistar-se como sujeito, constituindo-se historicamente. Freire (1981) propõe que seja revista a relação entre educadores e educandos, introduzindo o diálogo como forma de emancipar as massas de oprimidos. Esse método pressupõe o respeito às diferenças e à objetivação do pequeno “círculo de cultura” de que os educandos fazem parte para que assim possam, em conjunto e criticamente, recriar o seu mundo. O educador deixa, assim, de ser interventor e passa a ser facilitador da dinâmica desses grupos, pois não existe consciência individual sem intersubjetividade. Essa pedagogia tem potência política, uma vez que, evitando o risco de conceitualizações abstratas e distantes da realidade, coloca o alfabetizado em situação de poder, percebendo-se na condição de instaurar sua existência para que, humanizando-se, possa humanizar o mundo, como supõe Freire (1981).

Dessa maneira, quer seja por razões estruturais ou psicológicas, tendo em vista a sistemática das instituições e os valores de seus alunos, o ativismo político estudantil tem sido de difícil provisionamento e de longevidade curta, geralmente, de um a dois anos, talvez até pela mobilidade de seus líderes e seguidores, sem falar das questões sociológicas, como a dificuldade de adesão de estudantes das classes mais tradicionais a causas idealistas, e da dependência de reação da sociedade, e até da mídia, para que esse ativismo floresça (Altbach, 1989).

Ressaltamos, ainda, que, no Terceiro Mundo, esse cenário agrava-se por existir forte reação contrária ao entender esse tipo de movimento como ameaçador ao sistema político vigente (Altbach, 1989). De fato, essa suspeita tem fundamento se compreendermos, como nos propõe o pós-estruturalismo, que as verdades são forjadas e tudo é contingente, histórico e passível de mudança (Veiga-Neto & Fischer, 2004). Com isso, o ativismo político que se apresenta como mecanismo de práticas inclusivas, por não ignorar diferenças, as quais podem produzir invisibilidades (Veiga-Neto, 2020), se põe sempre em choque com o *status quo* que é, por si, mantenedor dos valores hegemônicos.

1.5 O papel político da universidade no caminho da liberdade e a interface com os movimentos políticos organizados

A liberdade nas relações de poder se estabelece para conceber a impossibilidade do poder que tudo controla, uma vez que este é exercido de maneira ambígua e hierarquizada, mas nunca homogêneo, sendo, portanto, o poder contrário à dominação, se assim não quiser extirpar as próprias relações que o constituem, e com isso deixar de ser poder, o qual pressupõe a existência das constantes lutas para ser dominação maciça (Souza, 2014). Foucault (2003) chamou-o de “Poder com P maiúsculo, espécie de instância lunar, supraterrrestre, e, do outro, as resistências dos infelizes que são coagidos a se vergarem ao poder. Penso que uma análise desse gênero é totalmente falsa, pois o poder nasce de uma pluralidade de relações que se enxertam em outra coisa, nascem de outra coisa e tornam possível outra coisa” (Foucault, 2003, p. 276).

Assim como só é possível pensar em resistência nos contextos em que existam espaços para a liberdade (Souza, 2014), essa última passa a ser de muito valor à política, por isso com várias implicações importantes neste estudo. Conforme Foucault (1995, p. 244), “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”.

De todo modo, se faz importante ressaltar que as escolhas individuais não são inteiramente livres (Salih, 2016), mas solidárias, uma vez que somos indubitavelmente influenciados pelo grupo a que pertencemos, cultura etc. e, ainda mais, para que essa liberdade seja exequível, necessariamente, deve de ser atravessada por batalhas coletivas que, ao desconstruir normas e convenções, as viabilizam (Castro, 2020).

Sendo assim, a liberdade passa a ser condição para a existência dos embates em que se estabelecem as relações de poder. E é nessas relações, produtivas e positivas, já que não há apenas repressões e negações, que o homem pode ter seus corpos controlados e docilizados ao serem fabricados como sujeitos que servem a determinado sistema, no processo de submissão aos jogos de poder, os quais estão sempre ativos numa correlação de força que anseia pela não promoção de mudanças das normas estabelecidas (Sousa França, 2017).

Nesse entendimento e no contexto deste estudo da diversidade sexual em universidades públicas, pelo qual o discurso social assume características de normas (Agreli, 2018), o

comportamento político dos estudantes na universidade pode repercutir não só na construção de suas identidades sociais, as quais são originadas também das práticas universitárias que proporcionam as experiências em que esses estudantes podem exercer representações de si (Costa, Torres, Burity & Camino, 1994), assim como essa micropolítica, que é de autotransformação, contribui com os fundamentos para a mudança social (Chatterton, Hodkinson & Pickerill, 2010), importante papel das universidades.

Destacamos que, quando aludimos ao “papel das universidades” na transformação social, ao mesmo tempo, as consideramos “mobilizadas por seus membros”. Fazemos essa abordagem orientando-nos por uma perspectiva de mobilização dos atores sociais para construção de mudanças e pelo pós-estruturalismo,¹⁰ que caracteriza o regresso do indivíduo como protagonista (Santos, 1995). Na contribuição da universidade para transformações sociais, é preciso considerar, portanto, a atuação dos coletivos, os quais se posicionam na vida acadêmica em várias instâncias, construindo cidadania a partir de educação coletiva, formação de atores sociais, preparação técnico-científica e envolvimento em práticas de mobilizações para transformação da ordem estabelecida.

Tais coletivos se envolvem na luta e levam-na para o fazer intelectual, construindo uma relação viva de teoria e prática, quiçá entendendo a universidade como parte de um movimento social orientado pela construção do conhecimento crítico e de sua sobreposição/enredamento social (Rêses, 2015), ou seja, “se as universidades podem ser compreendidas como espaços de cultura, saber e conhecimento, podem também assumir a posição estimuladora de inclusão social” (Agreli, 2018, p. 42), no que se insere a questão das sexualidades ditas “desviantes”.

Boaventura Santos (2004) teoriza a importância do processo de abertura das universidades ao conhecimento, fruto da experiência, por meio da ecologia dos saberes, demandando das universidades revoluções epistemológicas que incentivem institucionalmente a ocorrência desses diálogos entre o saber científico e o humanístico, de modo que cidadãos e grupos sociais possam intervir e não apenas permanecer na condição de aprendizes. Um fazer acadêmico com vocação pública que favoreça lugar de fala aos sujeitos para que estes possam protagonizar a reconstrução de valores e práticas que possibilitem uma cidadania democrática, que, inclusive, “[...] passa por

¹⁰ “O estruturalismo e o pós-estruturalismo têm em comum a importância conferida ao papel do Estado e de suas instituições na mudança estrutural que conduz ao desenvolvimento [...]. O pós-estruturalismo apresenta uma abordagem que se diferencia do estruturalismo no maior enfoque dado ao papel da sociedade como agente de transformação” (Oliveira & Lima, 2016). A polissemia do conceito de desenvolvimento no seio da formulação estratégica nacional sobre ciência, tecnologia e inovação. *Guaçu*, 2(2), 26-58.

políticas educacionais pertinentes com vistas a instituir a inclusão efetiva da diversidade sexual, nos seus variados cursos [...]” (Agreli, 2018, p. 47). Isso se faz desconstruindo realidades petrificadas, tencionando as relações de poder e instituindo autoridade partilhada que facilite a humanização das relações sociais e a construção de subjetividades (individuais e coletivas) articuladas sob fragmentos do agir e do pensar cotidiano (Genro & Santos, 2004).

Apesar da elitização e do conservadorismo presentes nessas instituições, utilizando-se, muitas vezes, de discurso distorcido de autonomia universitária e liberdade acadêmica para resistir às mudanças e manter o *status quo*, registram-se iniciativas dos movimentos estudantis no sentido de envolver a universidade nos problemas sociais e promover os direitos humanos das camadas excluídas da sociedade. Isso pode ser percebido como mudança em curso, já que esse envolvimento e essa promoção favorecem a socialização dos conhecimentos, em contraponto à elitização (Santos, 1995; 2004). Conforme evidenciado pelo estudo empírico de Gruginskie (2015), que analisou os olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais, é possível constatar esse processo:

[...] a universidade pública ainda se constitui em espaço onde a estrutura está arraigada, reproduzindo padrões, valores e modelos pré-definidos, muitas vezes resistentes às mudanças. O ensino ainda se apresenta voltado mais para as questões técnicas, constituindo-se em espaço de permanências, não potencializando as possibilidades de trocas de saberes e as transformações possíveis. [...] As potencialidades da universidade pública se apresentam a partir de ações pontuais de alguns sujeitos (docentes, estudantes e técnicos) e grupos dentro da universidade que questionam e buscam romper paradigmas, constroem ações e diálogos que propõem mudanças. (Gruginskie, 2015, p. 217)

Vários teóricos já abordaram essa discussão em suas produções, sugerindo o rompimento com o isolamento, e isso vem provocando mudança de paradigma na elite intelectual. Para Deleuze e Foucault (1979), na obra *A microfísica do poder*, as teorias práticas são parciais e fragmentárias, estando nas relações o processo de totalização em que o intelectual teórico deixa de ser uma consciência representante, como declara Foucault (1979):

[...] os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de

se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (Foucault, 1979, p. 42)

[...] este processo explica por que, se o escritor tende a desaparecer como figura de proa, o professor e a universidade aparecem, talvez não como elementos principais, mas como "permutadores", pontos de cruzamento privilegiados. A causa da transformação da universidade e do ensino em regiões ultrassensíveis politicamente acha-se sem dúvida aí. A chamada crise da universidade não deve ser interpretada como perda de força, mas, pelo contrário, como multiplicação e reforço de seus efeitos de poder no meio de um conjunto multiforme de intelectuais em que praticamente todos são afetados por ela e a ela se referem. (Foucault, 1979, p. 9)

Nessa citação e no texto “O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista”,¹¹ Foucault não conclama os intelectuais a dizer “verdades” para as massas, ao contrário do marxismo. A proposição é que, no campo micro de atuação do intelectual, este possa promover a mudança ética, sacudindo as evidências por meio da crítica à cultura e às formas de poder e livrando-se do fascismo¹² no seu próprio discurso em atos do cotidiano.

Alain Touraine (1999) também contribui nessa direção quando discute a escola de sujeitos e argumenta que uma escola que não se coloca a serviço da liberdade de cada sujeito pessoal, de forma a torná-lo autônomo, ator/atriz de sua própria vida, de maneira diversa e solidária, não promove mudança civilizacional no sentido de que cada pessoa possa individualizar-se e realizar-se. Essa escola, que apenas reconhece uma adesão à cultura geral e apoia o capitalismo do eu, produzido pelo consumo, não desenvolve nos sujeitos responsabilização pelo mundo e confiança nas outras pessoas, condição para viverem juntos. Touraine (2004) defende:

Na área de educação, onde se falava em socialização, é preciso falar em defesa da individuação. [...] a escola deve ser centrada no aluno, no estudante, no indivíduo, ajudando-os a se tornarem sujeitos, sendo o conhecimento, de fato, um elemento fundamental para tornar-se sujeito. (Touraine, 2004, p. 31 e 36)

¹¹ Prefácio à edição americana de *O anti-Édipo*. Capitalismo e esquizofrenia, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Foi retomado em *Dits et écrits*, de Foucault (Gallimard). O título é da redação do Magazine *Litteraire*, onde foi publicado pela primeira vez em francês. Trad. Fernando José Fagundes Ribeiro.

¹² “[...] não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini – que soube tão bem mobilizar e utilizar o desejo das massas –, mas também o fascismo que está em todos nós, que ronda nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz gostar do poder, desejar essa coisa mesma que nos domina e explora” (ibidem).

Partindo dessas concepções de importância do respeito à individualidade e do apoio à autonomia, como forma de afirmação individual e coletiva para produção de transformações sociais por meio da educação, faz-se necessária uma universidade com maior qualidade cultural, social, cívica e cidadã, que oportunize o desenvolvimento da tolerância às diferenças, a percepção de pertencimento e a compreensão das instituições que garantem o Estado de direito (Ristoff, 2002), visto que “a vida privada torna-se um problema público, e a dominação social, um problema privado (Touraine, 2004, p. 30). Esse processo de múltiplos atores traz consigo fatores limitantes para sua execução na universidade: o mimetismo cultural e as condições institucionais, quer sejam estruturais, funcionais ou da atuação de sua comunidade e dirigentes (Wanderley, 1994).

Um caminho para a consolidação dos movimentos sociais tem sido a institucionalização (Amaral, 2014; Carlos, 2012; Costa, 1994), considerada importante conquista ao proporcionar a concretização de políticas públicas e maior destinação de recursos por parte do Estado ou instituição vinculada. Nas universidades, vem sendo importantíssima a institucionalização de programas e estruturas administrativas, a exemplo da Universidade de Brasília, que, por meio da Resolução nº 0154/2012, criou o Programa de Combate à Lesbofobia, Homofobia, Bifobia e Transfobia e foi a primeira universidade federal a institucionalizar, em sua estrutura administrativa, uma Diretoria da Diversidade (Lionço *et al.*, 2016).

Por outro lado, a institucionalização de coletivos em universidades pode acarretar significado de institucionalização das identidades coletivas, tornar excludentes sujeitos que inicialmente deveriam emancipar, além do risco de passar a cumprir agenda dos núcleos e centros de pesquisa e do abandono do espaço de lutas (Amaral, 2014). De todo modo, e em termos das relações de poder, as práticas que se institucionalizam, se fazem muito úteis ao exercício do poder, pois têm potencial para estabilizar determinados processos de mudanças em meio ao permanente conflito de interesses internos e contingências externas (Peci, Vieira & Clegg, 2006).

Não é fácil operacionalizar uma gestão universitária que possibilite tangibilizar em seus planos de desenvolvimento institucionais e práticas do dia a dia o equacionamento de conflitos, naturais do contexto democrático e potencializados por agregar diferentes atores que disputam diferentes visões estratégicas e valores. Soma-se a isso o modelo de gestão gerencial estratégico, adotado na década de 1990 pelo governo federal e ainda vigente, que, diferentemente do discurso político de participação, limita essa interação a questões técnico-instrumentais, resumindo a participação nas universidades ao compartilhamento de informações e conscientização dos

servidores para a missão e os resultados esperados, mas poucos são convocados para as decisões importantes (Carvalho, 2013), o que só agrava ainda mais a crise da universidade enquanto instituição no século XXI, distanciando-a da sociedade (Santos, 2004).

Conforme alerta Santos (1995, p. 196): “o grande perigo para as universidades nas próximas décadas é o de os dirigentes universitários se limitarem a liderar inércias”. O autor sugere promover discussão transdisciplinar que comece no seio da própria universidade, em várias comunidades interpretativas, e transcenda para outras universidades, instituições de ensino, associações científicas, culturais e profissionais.

Tomando por referência a literatura (Raeburn, 2004; Githens & Aragon, 2009), compreende-se que o ativista é um dos atores sociais que interagem no processo de inclusão e têm papel fundamental nas mudanças institucionais em direção à diversidade. Muitas conquistas concretas e simbólicas desse público só foram alcançadas em organizações, inclusive universitárias, após a pressão desses grupos de afinidades, os quais, atuando por meio de suas redes e vínculos interorganizacionais, em estruturas formais ou informais, defendem seus interesses junto aos demais atores, principalmente a gestão, e atingem resultados positivos.

É preciso, portanto, pensar também a relação militância-Estado. Na perspectiva dos movimentos sociais, o conceito de estrutura de oportunidades políticas é útil para pensarmos as relações entre atores, pois ajuda a identificar como os movimentos sociais recebem fortes incentivos para se mobilizarem durante determinado período, mas perdem rapidamente sua capacidade de mobilização na ausência de determinados recursos ou com a emergência de grupos antagonicos (Machado & Rodrigues, 2015). Dois teóricos são expoentes desse conceito: (i) Tarrow (1997) trata da importância das redes sociais e dos símbolos culturais para generalização e sobrevivência desses movimentos; e (ii) Giugni (1998) aborda os efeitos culturais e institucionais da relação com estruturas estatais.

Como exemplo do exposto, no estudo de Colling (2015) com movimentos LGBT e queer, foi possível verificar, na fala de ativistas, a inflexão de políticas públicas geradas pelo desejo de partidos que se estabeleceram no poder, a exemplo do caso da Espanha, com repercussões relatadas no campo da educação, e de Portugal, onde mudanças foram impulsionadas pela classe política.

Para Rêses (2015), os processos participativos são os únicos caminhos que configuram sua capacidade de incidência na formação de opinião, de consensos, de normativas e de políticas no interesse mais amplo e dialógico das populações dominadas e excluídas. Tais processos

possibilitam que comunidades, mesmo divididas em suas narrativas progressistas e conservadoras, expressem suas lutas na busca de reconhecimento.

É preciso então fomentar reflexões e ações que amenizem o comum a esses grupos minoritários – o preconceito e a discriminação –, independentemente dos diferentes elementos e das questões da inclusão de raça, gênero, orientação sexual, deficiência etc. (Magalhães, Andrade & Saraiva, 2017) que geram enfrentamentos tanto em nível pessoal quanto em nível social em decorrência do estigma que os desqualifica (Goffman, 1988).

Por outro lado, é preciso cuidar para que essas ações não se reduzam a política de confronto, dado que, em muitas situações, os movimentos podem colaborar para criação e implementação de políticas, fazer parcerias para ações institucionalizadas, inclusive utilizando canais institucionais, conforme Giugni e Passy (1998) e Carlos (2012), para além do modelo conflituoso proposto por outros teóricos dos movimentos sociais, como Tarrow, McAdam e Tilly, em Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017).

Ainda, é importante considerar que, mesmo em cenários em que muitos aderem a essa “cultura de direitos”, estes não se dispõem a dialogar profundamente e adotar medidas que realmente façam avançar a igualdade, principalmente quando estão envolvidas questões de orientação sexual e identidade de gênero; temática dentro do campo de diversidade que elegemos para esta tese, ao contrário, expressam negação que objetiva manter intactas a masculinidade hegemônica¹³ e a heteronormatividade¹⁴ (Junqueira, 2012).

Nesse contexto, é fundamental analisar desde como essa temática é influenciada a ser pautada até o processo de participação no planejamento, execução e avaliação de “políticas”, materializadas na forma de documentos, planos, programas e ações, na medida em que abordam normas e comportamentos relacionados à coibição da discriminação contra LGBT. Nosso recorte foca a análise do papel do ativismo político na promoção da diversidade na universidade. Sendo assim, é fundamental explorar o saber sobre o ativismo LGBT e queer nas universidades para compreender essas dinâmicas, na etapa da análise micro desses processos que são relacionais.

¹³ Estabelecimento de um padrão de homem “normal” que geralmente é branco, heterossexual, cristão e sem deficiências (Connell, 1998).

¹⁴ “Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade –, mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre os aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral” (Berlant; Warner, 2002 *apud* Miskolci, 2007, p. 5).

Porém, dentro de uma lógica de contextualização, faz-se necessário, nos próximos tópicos, discutir inicialmente a questão LGBT e a coalização pós-identitária queer, ou seja, quem são e como agem esses atores, os quais se associam em determinados momentos, apesar de seus interesses, muitas vezes, antagônicos; apreciar sua cultura e seu cotidiano, que influem nas suas ações, em que a educação tem papel fundamental; apresentar essas identidades sociais no contexto organizacional de maneira ampla e relacionada ao ativismo; e, finalmente, encerrar a sustentação teórica com as experiências das universidades nesse debate.

1.6 Identidades LGBT e a coalização pós-identitária queer

A despeito de que toda categoria identitária se mostre insuficiente para dar conta da multiplicidade de sujeitos (Colling, 2015) e de que “a identificação de pessoas LGBT como pertencentes a uma categoria baseia-se em que eles são ‘outros’ para as normas assumidas de heterossexualidade e cisgeneridade” (Rhodes, 2017, p. 534), concordamos em parte com o entendimento de Santos e Nunes (2004) de que lutas emancipatórias carecem de multiculturalismo que torne partilháveis as defesas de igualdades e diferenças, uma vez que esse processo pode colaborar com direitos, porém gerar excluídos nas diferenças, o que pode ser mais bem compreendido por meio da categoria gênero.

Uma de suas mais importantes teóricas, Joan Scott (1986), afirma que existem limitações na teorização sobre gênero, em que generalizações simplistas não conseguem dar conta da complexidade da causalidade social e acabam por fixar definições que reprimem e negam alternativas, uma vez que a compreensão de gênero se mantém majoritariamente ligada à tradição das ciências sociais, que, por suas explicações com tendências universalistas, tendem a limitar a interpretação da realidade e suas causalidades, enfraquecendo sua dimensão política pelo seu caráter neutro e funcionalista (Scott, 1995).

Importante compreender que, ainda que sexo seja gênero, local onde se expressam masculinidades, feminilidades e sexo neutro (não binário), gênero não é sexo, mas uma categoria com significado de desigualdades que, pela analítica das hierarquização das diferenças sexuais, permite explorar questões para além das sexualidades como classe e raça, uma vez que tem direta conexão com relações de poder que persistem em promover injustiça social ao subalternizar o feminino e a dissidência das normas (Scott, 2012).

Gênero, portanto, como um dos mais importantes modos de dar significado às relações de poder, evoca símbolos e mitos culturais expressos nas doutrinas educacionais, religiosas, políticas e jurídicas para reforçar o oposto binário do masculino e feminino, subjetivando identidades que se concretizam na vida social. É fundamental, portanto, inserir essa análise ao tratar de questões da dominação, dado o lugar estereotipado atribuído à mulher ao longo da história (Torrão Filho, 2005).

De outra parte, o conceito de gênero possibilita também concepções críticas e de resistência que favorecem enfrentamentos políticos em diversos campos de saber e, por isso, influi em poder, ao desestabilizar as pressuposições dos papéis relacionados ao sexo biológico, culturalmente instituídos para reconhecer socialmente indivíduos, para os outros e para si, como praticantes de certa forma de sexualidade, a qual é atravessada pela construção social que hegemonicamente coloca o homem em posição de dominação (Scott, 2012).

Essa compreensão aproxima-se da formulação dúbia de gênero performativo de Judith Butler, que defende duas bases diferentes para essa concepção: uma pela qual escolhemos radicalmente nosso gênero e outra a que somos submetidos pelas normas de gênero (Butler, 2015). A autora revela que algo ainda possa não ter sido completamente compreendido ou articulado nesse universo, uma vez que tanto a linguagem age sobre nós, circulando ideais e verdades de gênero, muitas vezes nos controlando, como também essa norma pode ser recusada ou revisada. Enfim, ela afirma que o importante é compreender que existe um espaço de resistência com possibilidades de relaxamento do controle coativo das normas na vida de gênero, ainda que dependentes também de condições e convenções sociais (Butler, 2015, setembro 9).

Em outras palavras, ainda que sexo e gênero possam ser, enquanto categorias discursivas, reinscritos performativamente, ou seja, com espaços para a agência da ação, que não é singular, mas tem fins políticos, ao mudar atos para fazer gênero, estilizando o corpo para a identidade que se pretende ser, ainda assim haverá submissão a uma matriz heterossexual (Salih, 2016). Uma vez que essa matriz, ao dar contorno aos corpos, bloqueia a identidade fora de uma linguagem citacional, ou seja, não viabiliza “nenhuma posição de liberdade tácita para além do discurso” e de seus efeitos de verdade que produzem gênero (Salih, 2016, p. 48), resta ao sujeito uma paródia em que a subversão e a agência ficam restritas ao interior dos discursos (Salih, 2016).

De todo modo, conforme Joan Scott (1986, p. 1053), haverá sempre uma gramática social “para evocar traços de caráter ou traços sexuais”, no que consideramos incluir na mesma linha de raciocínio a sigla LGBT, a qual, muitas vezes, é usada sem o devido aprofundamento das relações

de poder que envolvem sua constituição, ou seja, não leva em consideração os conceitos normativos – por meio de símbolos e mitos que limitam possibilidades metafóricas nas relações em que os sujeitos passam a ser artefatos de sistemas anteriores – e o gênero construído pela política (Scott, 1995) que o associa a anatomia e desejo, por isso não promove a democracia sexual, mas verdades reguladas de acordo com os interesses de poder (Scott, 2012).

Dito isso e compreendendo, quanto às identidades, que os corpos não são suficientes para uma definição, mas qualificam para pensar definições instáveis que demandam lutas que abarcam do individual a grandes estruturas, como o capitalismo (Scott, 2012), abordaremos LGBT como o feminismo que se referiu a gênero “relações sociais dos sexos” ou “relações de poder do sexo” (Scott, 2012, p. 342), um eufemismo para as mais diversas possibilidades de sexualidades.

Nesse sentido, o termo LGBT, sigla para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgênero¹⁵ (que sofre igual dissonância em outros países), construído no interior dos movimentos de luta desses grupos, pode ser utilizado no singular, como o faremos neste trabalho, desde que se compreenda tratar-se de pluralidade de processos sociais e de movimento múltiplo e em constante transformação para atender demandas dos que gostariam de se ver reconhecidos. Logo, implica a transformação de tempos em tempos de sua própria autodenominação (Melucci, 2001; Taques, 2012). Essa categoria é política, portanto, potencializadora, como detalharemos adiante ao tratarmos dos movimentos LGBT e de suas conquistas e alianças enquanto grupos identitários,¹⁶ e facilita mecanismos de controle, como teorizado por Foucault (1987):

¹⁵ “Lésbica – mulher que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por uma outra mulher; Gay – 1) diz-se de um homem que se sente atraído fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por um outro homem. 2) usado por vezes como sinónimo de homossexual. Em inglês o termo gay engloba quer o homem homossexual quer a mulher homossexual; Bissexual (Bi) – pessoa que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por pessoas quer do mesmo sexo quer por pessoas de sexo diferente; Travesti – pessoa que se veste com roupas do sexo oposto por prazer ou diversão. Um travesti não é necessariamente um homossexual. Em Portugal, o termo é usado para designar drag queens ou crossdressers, indiferentemente; Transsexual – termo médico, que data de 1850, criado para referir as pessoas que desejam que o seu sexo biológico corresponda à sua identidade de género, mudando assim o seu corpo através de hormonas e/ou cirurgias. Refere-se a indivíduos que não se identificam com o género associado ao sexo que lhes foi atribuído à nascença. Frequentemente descrevem sentir disforia de género e fazem algum tipo de transição com o objectivo de aliviar essa disforia; Trans – termo abrangente que inclui qualquer pessoa que, por qualquer razão, não se identifica com o género associado ao sexo que lhe foi atribuído à nascença. Pode, ou não, fazer algum tipo de transição” (disponível em: <https://www.rea.pt/glossario-lgbt/> recuperado em 1 jun. 2019).

¹⁶ “[...] os processos identitários não se explicam apenas a partir dos atores sociais que mantêm relações do tipo face a face ou apenas por sobredeterminações que agem sobre eles a partir do exterior, mas estão implicados por ambos os fatores, bem como são experimentados e significados de diferentes modos pelos sujeitos” (Ennes & Marcon, 2014, p. 289). Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, 16 (35).

Enquanto a taxonomia natural se situa sobre o eixo que vai do caráter à categoria, a tática disciplinar se situa sobre o eixo que liga o singular e o múltiplo. Ela permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada. Ela é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar “celular”. (Foucault, 1987, p. 175)

No livro *A história da sexualidade – a vontade de saber*, volume 1, Foucault (1988) coloca a sexualidade no interior das matrizes de poder e a serviço de um sistema reprodutivo regulador, voltado para o controle da natalidade e produtividade em detrimento do prazer. Esse processo produz interferência sobre os corpos, em despropósito sexual que não julga, mas, por meio da coação no exame de si mesmo, em correlações de forças que atravessam o corpo social de múltiplas maneiras, produz efeitos hegemônicos sustentados pela intensidade de todos esses afrontamentos. Isso não quer dizer que não haja resistência. Nesse fator correlacional, sempre haverá resistência e com possibilidades de levantes no indivíduo ou no grupo e até promoção de revoluções, porém tais resistências geralmente são fragilizadas pela distribuição de poder e apropriações do saber na dinâmica das mudanças contínuas Foucault (1988).

Numa implicação queer e na busca de solução para esse controle, Judith Butler (2008), no clássico *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, busca convergir as políticas de perspectivas feministas, gays e lésbicas com a teoria pós-estruturalista e aborda a questão de gênero filosoficamente em conjunto, o que chamou de interdisciplinar e pós-disciplinar, no intuito de discutir um sistema político que facilite a emancipação do sujeito por meio da crítica às categorias e construções ontológicas de identidade que excluem aqueles que não se conformam às exigências normativas de um discurso cultural hegemônico baseado em estrutura binária de gêneros inteligíveis, ou seja, que garantem coerência na relação sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Segundo Butler (2008), as categorias de identidade binárias tramadas, naturalizadas e fixadas podem ser compreendidas, a depender de como se articula o campo de poder, mas poderiam ser dissipadas, rompendo ou deslocando a hegemonia heterossexual, desde que se identifique qual seria a repetição subversiva capaz de questionar a própria prática dirigente da identidade que suprime as multiplicidades. Ela acredita em subversão possível nos termos da lei paterna¹⁷ no sentido de que esta vira-se contra si mesma, permitindo novas possibilidades culturais, a exemplo

¹⁷ Chamada “o Simbólico”, segundo Lacan, estrutura toda significação linguística e se torna princípio organizador universal da própria cultura (Butler, 2008).

do “limbo feliz uma não identidade”, relatado por Foucault na história de Herculini,¹⁸ o qual, por ser hermafrodita, torna-se inclassificável nos padrões binários heterossexuais.

Sendo assim, suspender o raciocínio da política de identidade como pressuposto para a elaboração de interesses e empreendimentos da ação política é reconhecer a não necessidade de um agente por trás do ato, mas construído por este, em que cultura e sujeito se envolvem em construções negociadas no interior das práticas de significação repetitivas, promovendo a possibilidade de novos gêneros que contestem os códigos rígidos dos binarismos hierárquicos, em que as identidades sejam efeitos, logo não totalmente definidas, tampouco falsas ou abusivas (Butler, 2008). Esse raciocínio fornece base para a teoria performativa de Butler (2008), segundo a qual a identidade resulta da internalização de lei imposta pela cultura e constituída pela linguagem que põe à mostra o seu caráter contingente, mimético e de encenação (Salih, 2016).

No contexto de identidades, corrobora também esses entendimentos Stuart Hall (2006) no também clássico *A identidade cultural da pós-modernidade*, que trata da crise e do declínio das velhas identidades que estão deslocando e descentrando os sujeitos, o que representa um processo de transformação que provoca a perda de um sentido de si e torna o sujeito “pós” concepções essencialistas e fixas de identidade.

Nesse entendimento, poderíamos ser questionados sobre trabalhar com a categoria LGBT, que trata de perspectivas identitárias tão diversas sob o mesmo prisma, o qual direciona a pretensa imagem estável e universalizante dessas identidades. Responderíamos a tal questionamento, a despeito de não solucionar seus paradoxos, principalmente sobre a necessidade de tornar-se inteligível dentro de um campo pré-configurado, com outros atores, para se fazer representar nas políticas públicas e pautas governamentais, numa ótica de sujeito do movimento que promove políticas solidárias e evita hierarquizações e disputas internas (Facchini & França, 2009).

Nossa defesa da categoria LGBT se firma no entendimento de identidade contingente, ou seja, que não se apresenta no plano da essência, mas se justifica numa associação de coisas distintas, “produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares” (Woodward, 2000, p. 37), para afirmação de força em projetos políticos que reivindicam direitos sociais e individuais negados, em que “esforços de lobby são virtualmente impossíveis sem recorrer à política de identidade” (Butler, 1990, p. 24). Contudo, não se pode

¹⁸ Foucault, M. (2013). *Herculine Barbin*. Vintage.

perder de vista a crítica da ideia totalizadora e universalizante de identidades, discussão da analítica queer, em defesa das vidas não reconhecidas e abjetas, que não devem ser relegadas à precariedade.

Para a não exclusão de gêneros e sexualidades ininteligíveis e dissidentes, frisamos a importância, na contemporaneidade, da atuação dos movimentos queer, diferentes dos movimentos LGBT, voltados para conquistas legais e institucionais (via petições públicas, portarias, leis, casamento de pessoas do mesmo sexo, criminalização da homofobia, cultura, educação e meios comunicação de massa), com boa imagem, aderência à heteronormatividade e geralmente organizados em redes, federações e associações. O movimento queer se coloca de maneira radical e ataca via performance (nas ruas, com produtos culturais e até desobediência civil), adotando postura mais impactante/chocante no questionamento das normas, com vistas a acabar com a produção da cultura LGBT fóbica e misógina, criar novas formas de subjetivação para concepção de identidades fluídas e não hierarquizadas (privilegiando as identidades tidas como abjetas), identificar e praticar formas de subversões, rejeitando, inclusive, a família tradicional burguesa e abrindo-se para interseccionalidade com outros movimentos e possibilidades, como o poliamor,¹⁹ práticas de BDSM (bondage, disciplina, dominação, submissão, sadismo e masoquismo) etc., geralmente organizados de forma mais horizontalizadas e em formato de assembleias (Colling, 2015), em que o gênero passa a ser “a estilização repetida do corpo [...] e o sexo [...] já não mais visto como uma ‘verdade’ interior das predisposições e da identidade, é uma significação performativamente²⁰ ordenada” (Butler, 2008, p. 59). Ou seja,

[...] o ativismo queer e ou de dissidência sexual [...] dialoga mais com as políticas das diferenças, oriundas de uma perspectiva da filosofia das diferenças, e as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades são mais adotadas pelos movimentos LGBT. (Colling, 2015, p. 237-238)

Logo, em conjunto, movimentos LGBT e queer, imbricados e implicados, pois que também convergem na contemporaneidade em questões como o entendimento do gênero e sexualidade a partir da cultura e ambos adotam discursos contra a heteronormatividade, contribuem para o

¹⁹ “Poliamor é um nome dado à possibilidade de se estabelecer mais de uma relação amorosa ao mesmo tempo com a concordância de todos os envolvidos” (Pilao & Goldenberg, 2012). Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. *Revista Ártemis*, 13(1).

²⁰ “[...] enquanto a performance supõe um sujeito preexistente, a performatividade contesta a própria noção de sujeito. [...] a linguagem e o discurso é que “fazem” o gênero” (Salih, 2016, p. 60-61).

combate das mais diversas formas de violência, utilizadas para regular as múltiplas maneiras de expressão de gênero e da sexualidade.

Tal violência, a propósito, em se tratando da categoria LGBT, é um dos eixos mais importantes de sua pesquisa em gestão, devido a esse público ser ainda alcançado, nas mais diversas formas, por essa triste prática. Tal construto relaciona-se com exclusão social e é comumente praticado contra LGBT por meio de silenciamentos, diversas formas de discriminação e assédio verbal ou físico, demandando dessas vidas muitas estratégias de sobrevivência que vão da lógica do “armário” ao enfrentamento. De todo modo, exclusão e violência produzem assujeitamentos e limites às possibilidades de realização das pessoas em prol da manutenção do sexismo.²¹

É fundamental explorar também os aspectos culturais dessa categoria por meio do qual movimentos contraculturais²² se tornam de suma importância para a construção de uma sociedade igualitária e inclusiva, uma vez que, utilizando os argumentos de Butler (2008, p. 24) “gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” e suas normas socialmente instituídas e mantidas (Salih, 2016, p. 46).

1.7 LGBT – cultura e cotidiano

Na Grécia Antiga, em 500 a.C., supunha-se que os deuses vivenciavam casos amorosos com ambos os sexos. Essas relações, além do propósito espiritual e intelectual, proporcionavam elo emocional importante para a força militar. A homossexualidade continuou livre do controle social e legal mesmo após a ascensão do poderio romano e foi proibida – por ser “contra a natureza” – apenas com o advento do Cristianismo (Ambrose & Nazarian, 2011).

De acordo com Foucault (1988), historicamente, os aspectos da homossexualidade já foram tolerados e até admirados, não havendo necessidade de segredos ou reticências. Mas desde o século XVIII, com a repressão sexual, a heterossexualidade foi colocada no centro da sexualidade humana

²¹ Atitude de discriminação fundamentada no sexo.

²² “[...] na contracultura, as estruturas sociais são espontâneas e efêmeras. Os que fazem parte de contraculturas estão constantemente se reunindo em novas moléculas, se fissionando e reagrupando em configurações adequadas aos interesses do momento, como partículas se esbarrando em um acelerador de grande potência, trocando cargas dinâmicas. Nessas configurações eles colhem a vantagem de trocar idéias e criações por intermédio de resposta rápida em pequenos grupos, conseguindo uma sinergia que permite que seus pensamentos e suas visões cresçam e se modifiquem quase que no mesmo instante em que são formulados” (Goffman & Joy, 2007, p. 9) em Gomes (2010). Redes sociais e contracultura: a escola fora da escola.

como a única forma legítima e considerável de vivenciar os prazeres. Esse processo teve início a partir do século XVII, na França, com a prática da perseguição policial a homossexuais e posterior reflexão médica, o que Foucault (1981) chamou de história da repressão, da vigilância e do controle da homossexualidade. O confisco das práticas sexuais pelas famílias capitalistas burguesas fez o sexo se calar na função de reproduzir, em que o estéril, se insistisse em se mostrar, tornava-se anormal e pagaria sanções, ou, hipocritamente, deveria se recolher aos locais permitidos às sexualidades ilegítimas: o *redes-vous* (bordel) ou a casa de saúde (Foucault, 1988).

A mudança da visão de indivíduos sodomitas²³ para a existência de uma cultura gay e lésbica ocorreu num cenário de transformações sociais, políticas e econômicas, ao longo das últimas décadas, em um contexto de evolução do conceito de cultura nas ciências sociais, particularmente na Antropologia (Irvine, 1994).

No Brasil, não foi diferente: a partir de 1500, com a herança europeia – em que a sodomia era crime previsto na legislação e, em caso de controvérsia entre juristas, devia-se recorrer ao direito romano e canônico –, houve punições a atos homossexuais, com a utilização de métodos da Inquisição, os quais lograram controle relativo, descritos historicamente por meio de multas e cumprimento de penitências públicas (Trevisan, 2000). Essas práticas foram sendo sofisticadas a partir da terceira década do século XIX, pelo sistema de controle médico, numa sequência de higienistas, médicos legistas e, finalmente, psiquiatras (Trevisan, 2000). Outro dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas, presente até hoje, é o “armário” (Sedgwick, 2007), mecanismo que funciona como estrutura definidora da opressão gay pelas instituições neste século (Irvine, 1994). Esse símbolo refere-se à escolha do sujeito de revelar, não revelar ou mentir sobre sua orientação sexual – “sair ou ficar no armário” – a partir de autoavaliação de ganhos e consequências da escolha.

Essa abordagem histórica se faz importante uma vez que o cotidiano de experiências vividas e as relações sociais favorecem sistematizar o conhecimento científico da prática para a teoria. O advento de importância da cultura gay é posterior e talvez se possa dizer consequência dos fatos citados. Teve forte avanço a partir do início da década de 1970 e emergiu de dois pilares

²³ Termo bastante usado no discurso religioso (Trevisan, 2000) que, segundo Foucault, era atribuído a identidade homossexual até fins do século XIX, definindo o homem que tivesse desejo sexual por pessoa do mesmo sexo (Foucault, 2003). *A ordem do discurso*. São Paulo. 9. ed. Loyola. “A sodomia feminina sempre foi tratada como um tema ambíguo e os inquisidores nunca conseguiam chegar a um consenso sobre como ela poderia ser praticada entre mulheres” (Napolitano, 2004, p. 5). A sodomia feminina na primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil. *Revista História Hoje*, São Paulo, 1(3).

fundamentais: o “tornar-se gay”, para o que, como cita Foucault (1981), é necessário o combate por direitos e liberdade. Entretanto, essa questão, mesmo sendo de suma importância para as formulações legais, não é única e precede de campos culturais que respondam com efeitos reais, ligados a atitudes e esquemas comportamentais (Foucault, 1994).

A ciência dá importante contribuição à consolidação da cultura gay desde o século passado, quando passou a desenvolver teorias que buscam alertar sobre a inexistência de objetos sexuais determinados de modo absoluto pela natureza e de mecanismos culturais que compartilham de modo insuperável o desejo (Trevisan, 2000), favorecendo a ideia de cultura gay que ganha popularidade e generalização como significante de identidade compartilhada. Esses movimentos identitários que eclodiram na década de 1960 e são bastante estudados na Sociologia como novos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que problematizam as relações de poder buscando alternativas pela garantia de direitos iguais e liberdade, também por seu caráter unitário, regulador e disciplinar podem propiciar processos de exclusão de possíveis subjetividades, como argumenta de Melo (2008), baseado em Seidman, Foucault e teóricos queer.

Há consenso de que gays e lésbicas constituem de fato uma comunidade (Murray, 1992). Essas evidências de cultura gay – que incluem literatura, igrejas, clínicas de saúde e aconselhamento, gírias, meios de comunicação social, equipes desportivas, músicas, empresas, filmes etc. – foram fundamentais para apoiar não só as relações, mas as identidades (Irvine, 1994). No entanto, foram os movimentos sociais, de acordo com Foucault (1984a), que transformaram a vida dos gays, suas atitudes e mentalidades no “modo de vida gay” e, com base em sexualidade comum, se produziram como grupo social que pode “dar lugar a uma cultura” (Foucault, 1981). Esse pensamento é hoje revisto pela cultura queer, que busca questionar os separatismos de gays e lésbicas (Eribon, 2008).

Essas particularidades são evidenciadas no cotidiano pelas características culturais de um grupo que se distancia do modo de vida dominante, sem se desprender dele, que pode ser explicado pela origem das subculturas (Barros, 2007). Comum na cultura gay é “o lugar para ser diferente em conjunto” (Haenfler, 2004), o que permite a construção individual de subjetividades e significados, mecanismo que, para Blackman (2005), resolvia contradições sociais por meio de múltiplas narrativas, em forma de estilos, símbolos e rituais, singulares as suas formações culturais e situadas em um espaço, a exemplo dos chamados “ursos”, “gays afeminados” e muitos outros.

As subculturas gays existem, com respectivos guetos e espaços de homossociabilidade (Campello *et al.*, 2012), como forma de evitar duplas opressões: primeiro, a partir, principalmente, da lógica heteronormativa; segundo, pela assimilação e adequação – aceitação – pelo próprio grupo homossexual (Colling, 2011), que fortalece o orgulho coletivo e alimenta práticas eróticas com maior sensação de segurança, liberdade e identificação. Poderíamos, então, interpretar a cultura acessível a todos os LGBT, porém a subcultura está restrita a grupos, com segregação desses territórios por parte daqueles que não o frequentam (Campello *et al.*, 2012), em processo de vigilância e controle de ambos os lados, produto de poder e dotado de poder (Foucault, 1987).

Para Almeida (2009), o meio cultural tem forte ligação com os movimentos sociais. Nele ocorre um processo mais conjuntural de formação da consciência política, para resistência e mobilização social, que confronta visões individuais e desestrutura consensos no enfrentamento do sistema social dominante. A ideia é fazer emergir novos sujeitos, colocando a consciência coletiva diante de um universo cultural e político individual (Martín-Baró, 1989) a funcionar como alimento aglutinador da sociedade para superação de injustiças em um projeto político socialmente justo.

Ao analisar a importância da questão cultural LGBT na educação, é importante frisar que as práticas do cotidiano escolar, originadas de normas sociais e culturalmente aceitas, contribuem para a modelagem de identidades pela subjetivação²⁴ a partir de valores criticados ou conservados, os quais produzem situações concretas em que alguns sujeitos e grupos sociais são incluídos e excluídos (Silva & Melo, 2011). Não é desconsiderar a existência de materialidade humana, mas entender que o corpo se configura pelas imbricações com as práticas culturais do cotidiano que atribuem sentidos a gestos, sentimentos, alimentos, pessoas e a nós mesmos, as quais se fundamentam na interação, numa elaboração coletiva de significados sociais, ainda que a sexualidade tenha alteridade sobre regras de uma cultura normativa que busca domesticar as expressões da sexualidade (Silva & Melo, 2011).

No seu estudo, Silva e Melo (2011) reuniram diversos artigos de autores(as) nacionais nas temáticas de corpos, gêneros, sexualidades, relações étnico-raciais e identidade docente, no contexto da educação básica e superior, considerando como artefatos políticos de construção cultural e discursiva o currículo (por meio das suas situações de aprendizagens), as narrativas dos professores (para além da transmissão e construção de conhecimentos) e as manifestações artístico-

²⁴ Consideram-se como subjetivação processos pelos quais se produz a constituição de um sujeito, mais precisamente, de uma subjetividade (Foucault, 1995).

culturais e práticas esportivas (gerando reflexões). Não seria desconsiderar a materialidade biológica, mas entendê-la numa associação à cultura (por meio de suas construções discursivas), relacionando-se e construindo corpos, sob o efeito de inscrições nas práticas sociais, conferindo gênero e sexualidade a partir da visibilidade e das vivências que desestabilizam certezas (Silva, Souza, Goellner & Felipe, 2007).

Numa sociedade regida pela heterossexualidade compulsória, que preserva o patriarcado²⁵ e propõe pensamento binário²⁶, segundo o qual o sexo biológico é tomado como algo natural, também na educação o instituído maior e ideal é que tudo permaneça como é (Silva, Souza, Goellner & Felipe, 2007), enquanto o espaço educacional se torna instrumento de reprodução de preconceitos, o que nos impõe desafios na superação de convenções naturalizadas no cotidiano (Sardinha, Tenório & Reis, 2016). É fundamental, portanto, questionar as redes de significação e poder, visto que elas ainda aproximam a imagem dos LGBT a conotações de anormalidade, desvio e abjeção²⁷ (Silva, Souza, Goellner & Felipe, 2007), remetendo à necessidade de lutas pela transformação de mentalidades que busquem novo norte civilizador, com base em novos referenciais e na consolidação de conhecimentos éticos, sociopolíticos e antropológicos que induzam ao respeito às diferenças (Sardinha, Tenório & Reis, 2016).

²⁵ Patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder ou, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Conceito adaptado de DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: Hirata et al. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173-178.

²⁶ Pensamento binário foi dividido entre masculino e feminino até o século XVIII. Desse modo, até o século XVIII, o modelo de sexualidade era o one-sex model. Supor que tenha existido outra forma de pensar a sexualidade, para nós, seres humanos construídos em um mundo onde a diferença de sexos é algo naturalizado e reforçado no pensamento diário, não é nada fácil. Como sujeitos cultural e historicamente constituídos, passamos a vislumbrar a divisão entre masculino e feminino como algo fixo, natural, indiscutível e repleto de verdades inquestionáveis, ou seja, como algo reificado (de Souza & de Pádua, 2010). A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. Revista de Administração Mackenzie, 11(3), p. 49).

²⁷ Abjeção é o espaço da dessemelhança e da não identidade. Apontar o monstruoso, o abjeto, funciona como um poderoso aliado do que Foucault chamou de sociedade panóptica, na qual comportamentos polimorfos são extraídos do corpo dos homens mediante múltiplos dispositivos de poder. A nomeação do monstro alivia a ameaça interna que é coestruturante do homem (Vilaça, 2006). Sujeito/abjeto. Logos, 13(2), 73-84, p.73).

1.8 A discussão acerca do LGBT no contexto organizacional

Incipiente se comparada a outras dimensões da diversidade, como raça, a literatura LGBT organizacional (NG & Rumens, 2017) tanto nacional quanto internacional, além de privilegiar indivíduos gays, não contemplando, portanto, igualmente, todos os espectros dessas identidades, priorizou temas relacionados às questões da discriminação homofóbica em suas investigações (McFadden, 2015; Paniza, 2020). E seguindo os mesmos passos dos estudos sobre diversidade, em categorias mais amplas, o enfoque tem sido majoritariamente instrumentalista e prescritivo em detrimento de abordagens mais críticas (Webster, Adams, Maranto *et al.*, 2017).

Pesquisas recentes (Paniza, 2020; Byington, Tamm & Trau, 2020; Hoel, Lewis & Einarsdóttir, 2021; Laurini & dos Santos, 2021; de Castro; Silva & Siqueira, no prelo) demonstram que nos últimos anos houve expansão dos estudos com essa vertente, inclusive com ampliação de escopos e abordagens, contribuindo científica e academicamente para facilitar a compreensão do fenômeno de inclusão do indivíduo LGBT nas organizações, haja vista a permanência da maior violência praticada contra esse público quando comparada aos seus pares heterossexuais cisgênero no ambiente de trabalho.

Logo, mesmo categorias de análise que sempre se sobressaíram nos estudos desse campo de conhecimento, como a LGBTfobia (opressões, preconceitos e incivilidades “que resultam na discriminação e agressão às pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero” (Andrade, 2019, p. 10) e ações organizacionais para a inclusão das identidades LGBT, têm evoluído no desenvolvimento de investigações que vão além das políticas organizacionais de diversidade, ainda que estimulem significativas melhorias na dinâmica do trabalho, no que concerne a redução do preconceito e discriminação (Lloren & Parini, 2017).

Isso decorre das evidências de que tanto essas políticas quanto os discursos inclusivos não têm sido suficientes para reduzir as discriminações a esse público (Priola, Lasio, Simone *et al.*, 2014; Saraiva & Irigaray, 2009), resultando em baixo impacto nos aspectos culturais – como o sentimento antigay (Coffman & Ericson, 2016) – com consequente perturbação na autoidentificação desses sujeitos com suas sexualidades por identificarem estereótipos negativos a não heterossexuais nesses ambientes, a despeito das posições que deveriam ocupar por essa pertença (Barrantes & Eaton, 2018). Isso implica a recorrente estratégia do “armário” como alternativa atenuante do sofrimento (Capell, 2018). É nesse cenário que emergem também os

estudos sobre os grupos ativistas LGBT nas organizações, os quais em suas dinâmicas favorecem alianças para fazer frente a essas situações degradantes de uma vida digna, tema que detalharemos no próximo tópico por ser central neste estudo.

Com isso, torna-se necessária uma agenda de pesquisa que discuta o papel do suporte organizacional na aceitação social da divulgação dessas identidades (Ozturk & Tatli, 2015) que se agrava nos indivíduos ditos “estranhos” às normas e com identidades menos ocultáveis, numa linguagem trans “sem passabilidade” (Davis, 2009). Isso demanda investir não apenas em ações afirmativas legalistas, mas principalmente em dar voz a esses sujeitos (Rennstam & Sullivan, 2018) para que possam participar efetivamente do discurso organizacional e influir na mudança cultural, a qual tem nas lideranças um papel fundamental (Capell *et al.*, 2018), considerando seu lugar de fala nas relações de poder.

O ativismo LGBT organizacional é, apesar de pouco explorado nacionalmente, tanto teórica quanto empiricamente, um importante mecanismo de contribuição nesse encaminhamento (Silva, Castro & Siqueira, no prelo), dada sua condição de influenciar comportamentos e provocar efeitos na mudança organizacional, ao facilitar a ampliação das vozes que confrontam as estruturas que desqualificam e enfraquecem os grupos minoritários, favorecendo o potencial de construção da igualdade de direitos, de oportunidades e respeito às diferenças pela compatibilização desses objetivos à cultura corporativa (Silva, Castro & Siqueira, no prelo).

Nesse universo de questões em aberto, muitas vezes subliminares, e que tem efeitos diretos na carreira e no bem-estar de muitas vidas nas organizações, o campo LGBT organizacional demonstra carecer de mais estudos empíricos que possam ampliar e evidenciar a efetividade de muitos desses conceitos formulados e aplicados (de Castro; Silva & Siqueira, no prelo), principalmente no que diz respeito às identidades sexuais e de gênero pouco contempladas, como as pessoas trans (Collins *et al.*, 2015) e as vítimas das sobreposições de opressões que interseccionam estigmas (Aksoy *et al.*, 2018).

1.8.1 O ativismo LGBT nas organizações

O ativismo de empregados apareceu pela primeira vez em grandes corporações dos Estados Unidos durante os anos 1970 e 1980, ainda relacionados a questões de raça (Briscoe, Chin & Hambrick, 2014; Silva, Castro & Siqueira, no prelo). Porém, o grande salto na visibilidade e na

organização da atuação gay e lésbica no local de trabalho deu-se no início dos anos 1990. Sugiram oportunidades políticas e institucionais, houve cobertura sem precedentes da mídia sobre ativismo queer e discriminação no emprego, em combinação com mudanças institucionais em direção à diversidade corporativa e a benefícios equitativos. Após a primeira fase de relativo isolamento do movimento institucional, durante o segundo período, entre 1990 e 1994, os ativistas trabalharam arduamente para criar e promover vínculos interorganizacionais entre homossexuais e redes de funcionários. Essas conexões variaram de encontros sociais informais e intercâmbios de e-mail para mecanismos de rede totalmente institucionalizados, como conferências anuais sobre o local de trabalho e grupos guarda-chuva formais, consistindo em diversos tipos de formatos de redes (Raeburn, 2004; Silva, Castro & Siqueira, no prelo).

Importantes organizações internacionais²⁸ foram desenvolvidas para trabalhar com questões LGBT, a exemplo de Diversity Inc; International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (Ilga); Out & Equal Workplace Advocates; Stonewall e Williams Institute. Só o banco de dados da Human Rights Campaign²⁹ lista oficialmente mais de 3 milhões de membros e apoiadores. No Brasil, a causa nas empresas recebe apoio de organizações como: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, rede que articula 300 organizações filiadas e é a maior rede LGBT na América Latina³⁰; Instituto Ethos³¹, que desenvolve orientações para o mundo empresarial em ações voltadas a LGBT; Unaid's Brasil³², que tem projetos voltados à promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho; Amcham³³ Brasil, que tem um comitê de diversidade; Fórum³⁴, criado em março de 2013, organização informal que reúne grandes empresas em torno do compromisso com o respeito e a promoção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e tem por objetivo influenciar o meio empresarial e a sociedade a respeito dessa temática. Tais grupos trabalham com estratégias como: acompanhamento das práticas profissionais, capacitação e formação, consultoria, trabalho voluntário, comunicação e desenvolvimento de vínculo com outras associações para compartilhamento de boas práticas, como é o caso do l'Autre Cercle³⁵, na França.

²⁸ Disponível em: <http://www.ethos.org.br>, recuperado em 3 jun. 2018.

²⁹ Disponível em: <https://www.hrc.org/support>, recuperado em 7 ago. 2019.

³⁰ Disponível em: <http://www.abglt.org>, recuperado em 3 jun. 2018.

³¹ Disponível em: <http://www.ethos.org.br>, recuperado em 3 jun. 2018.

³² Disponível em: <http://www.unaids.org.br>, recuperado em 3 jun. 2018.

³³ Disponível em: <http://www.amcham.com.br>, recuperado em 3 jun. 2018.

³⁴ Disponível em: <http://www.forumempresaslgbt.com/o-forum/>, recuperado em 4 jun. 2018

³⁵ Disponível em: <https://www.autrecercle.org>, recuperado em 7 ago. 2019.

O ativismo LGBT no contexto organizacional tem sido trabalhado na literatura associado aos conceitos de “grupos de recursos de funcionários”, “redes de funcionários”, “grupos de afinidade” (Githens & Aragon, 2009; McFadden & Crownley-Henry, 2017), ou mesmo sendo mencionado como ativismo de pessoas LGBT e seus aliados dentro das organizações (Colgan & McKearney, 2011).

Grupos ativistas corporativos LGBT estimulam cada vez mais as empresas a abordar questões de diversidade, buscando influenciar a natureza e o nível das atividades corporativas de mudança social. Os grupos ativistas são stakeholders secundários no sentido de que a sobrevivência da empresa não depende do seu apoio contínuo (Clarkson, 1995). Eles têm reivindicação que consideram urgente e legítima, mas têm pouco poder de barganha contra as empresas. São ativistas na transformação de ideais compartilhados, preocupações ou queixas em disputa organizada e são grupos, dado que uma identidade coletiva lhes permite superar o problema da ação coletiva. As pessoas podem criar grupos ativistas juntando-se em redes vagamente organizadas (Diani & McAdam, 2003) ou, dependendo da sua capacidade para mobilizar recursos suficientes, podem criar grupos ativistas mais socialmente formais (Den Hond & Bakker, 2007).

Usando a tipologia de análise organizacional, Githens e Aragon (2009, p. 125) buscaram entender como cada tipo de grupo de funcionários LGBT, em sua especificidade, “trabalha[m] de alguma forma para avançar em questões LGBT nos locais de trabalho”, propondo quatro abordagens: convencional, informal internamente responsiva, não oficiais organizadas e radicais/queer (Silva, Castro & Siqueira, no prelo).

Na abordagem convencional, grupos de recursos de funcionários e comitês de diversidade figuram como evidências centrais. Esses grupos são formalmente sancionados pela organização, que institui programas formais e encoraja discussões sobre diversidade para benefício da organização como um todo. O objetivo é enfatizar efetividade organizacional, e o esforço dá-se por encomenda (Githens & Aragon, 2009; Silva, Castro & Siqueira, no prelo).

A abordagem informal internamente responsiva compreende grupos de redes e grupos de mentoria informais. Nessa abordagem, os grupos não são estruturados oficialmente, mas se dedicam a questões como desenvolvimento de carreira e apoio social mútuo entre os próprios trabalhadores LGBT. Porém não se deixa de incentivar a diversidade para obter vantagem competitiva, de modo que a pressão por efetividade organizacional advém dos grupos de LGBT

informais que emergem no seio da organização (Githens & Aragon, 2009; Silva, Castro & Siqueira, no prelo).

A abordagem não oficial organizada exemplifica-se por meio de grupos sindicais LGBT e grupos de aplicação da Lei LGBT. Esses grupos são estruturados externamente e não são sancionados pela organização empregadora. Seu objetivo é conjugar mudança na sociedade com mudança organizacional, e seu esforço é por encomenda (Githens & Aragon, 2009; Silva, Castro & Siqueira, no prelo).

Nas abordagens radicais/queer, a forma é a de pequenos grupos sociais informais, coletivos e movimentos que clamam por mudanças subversivas. A estrutura não formal permite advogar subversivamente por mudanças explícitas que atendam ao objetivo de rejeitar a concepção binária gay/hétero, por exemplo, trabalhando com amplas coalizões e integrando questões sociais mais amplas ao ativismo queer. Esses grupos são emergentes (Githens & Aragon, 2009; Silva, Castro & Siqueira, no prelo).

O ativismo dos funcionários é exemplo poderoso que emerge do cruzamento de organizações de trabalho e movimentos sociais (Raeburn, 2004; Silva, Castro & Siqueira, no prelo). O fenômeno da pressão militante sobre as corporações pode estar no quadro mais amplo da teoria das partes interessadas ou stakeholders, que propõe que as empresas devem estar atentas e equilibrar as necessidades de todos os seus círculos eleitorais (Agle, Mitchell & Sonnenfeld, 1999; Freeman, 1984). Na verdade, os ativistas podem ser pensados como partes interessadas de um certo tipo: não contente com a simples esperança de que as empresas abordem suas necessidades, atuam para alterar os comportamentos e as políticas corporativas (Briscoe, Chin & Hambrick, 2014). Como tal, nos esforços para entender o ativismo nas corporações, os pesquisadores adotaram um conceito central da teoria do movimento social: a ideia de “estrutura de oportunidade” ou a premissa de que as condições contextuais dão forma à probabilidade de o ativismo ser bem-sucedido (King & Pearce, 2010; Schneiberg & Lounsbury, 2008). Assim, é possível inferir que os valores pessoais dos dirigentes de empresa constituem elemento-chave da estrutura de oportunidade para os ativistas. Eles sabem disso e examinam o perfil desses dirigentes em busca de pistas sobre suas crenças, o que é altamente relevante nas suas decisões, como sinal de a empresa ser ou não alvo maduro para ações coletivas. Eles têm que considerar a probabilidade e o custo de resistência e, igualmente importante, pesar os riscos de represálias e prejuízos à carreira (Briscoe, Chin & Hambrick, 2014).

Na questão LGBT, em contraposição às organizações que já apoiam a causa, um estudo internacional (Taylor & Raeburn, 1995) apontou que ativistas funcionários, geralmente, representam uma pequena minoria dos trabalhadores e, na maioria das empresas americanas, tais ativistas podem ser facilmente descartados de seus empregos. Os ativistas correm o risco de ser percebidos como perturbadores e estigmatizados por seus supervisores e colegas de trabalho, de maneira a ter prejuízo em suas carreiras (Taylor & Raeburn, 1995). Apesar dos avanços nos últimos anos, o estigma a essa população ainda é confirmado por estudos recentes, como McFadden e Crownley-Henry, 2017; King et al., 2014; Ozturk e Tatli, 2015; Trau, 2014. Assim, os ativistas funcionários são assimetricamente dependentes de seus empregadores, o que sugere que não serão susceptíveis de usar estratégia de confronto que envolve a retenção de recursos (Frooman, 1999). Outras partes interessadas, como parceiros de negócio ou reguladores, desfrutam de um conjunto mais amplo de influência e opções. De outro modo, ativistas internos, muitas vezes, têm informações sobre as coalizões e os canais de influência necessários para lobby efetivo e podem ter conexões com gerentes seniores que poderiam ajudá-los (Soule, 2012).

A atenção aos dirigentes, por parte dos ativistas, está igualmente refletida na extensa pesquisa qualitativa (Creed & Cooper, 2013; Creed & Scully, 2000; Creed, Scully & Austin, 2002; Raeburn, 2004; Scully, Creed & Ventresca, 1998). Em suma, muitos funcionários que contemplam o ativismo estarão atentos às inclinações ideológicas de seus dirigentes, prontos a mitigar represálias e assédio de supervisores e colegas, que podem reagir negativamente por suas ideologias pessoais ou por seus conflitos com a aceitação da homossexualidade (Ragins & Cornwell, 2001; Scully et al., 1998). Em contraste com as táticas que os ativistas externos, às vezes, empregam para interromper rotinas organizacionais e ganhar cobertura de mídia, ativistas funcionários LGBT tendem a se concentrar em um repertório de táticas de persuasão (Briscoe, Chin & Hambrick 2014), como a convocação para reuniões, distribuição de informações e conversas com colegas e supervisores. Os ativistas LGBT tentam enquadrar seus objetivos usando a lógica de business case, com foco em vantagens, para recrutar e manter trabalhadores, adaptando sua mensagem e adequando-se à cultura corporativa (Creed *et al.*, 2002).

Os movimentos sociais também reconhecem que, em última instância, são os indivíduos que devem agir, mas que essa adesão é bastante influenciada pelos riscos pessoais de sua participação, o que implica a importância dos aspectos microestruturais (individuais – ideologia/experiências anteriores – e de estrutura – apoio) nessa decisão (McAdam, 1986;

Schussman & Soule, 2005; Silva, Castro & Siqueira, no prelo). Os atores que decidem agir, de maneira significativa, respondem a consequências que vão da rejeição hostil à aquiescência e/ou a endosso entusiasmado, pois, na esfera corporativa, essas respostas não são geradas por “organizações” amorfas, mas, em vez disso, emanam de debates e deliberações no dia a dia (Briscoe, Chin & Hambrick, 2014; Silva, Castro & Siqueira, no prelo). Esses agentes de mudança moldam e capitalizam oportunidades na política interna de uma organização, formando grupos internos de funcionários LGBT (Ghosh, 2012; Githens & Aragon, 2009; Scully & Segal, 2002) para, com sua “micromobilização”, desafiar e reformar culturas (Creed & Scully, 2000).

No entanto, um entrave para a proposta de ativismo, a partir de grupos de afinidade, é sublinhado por McFadden e Crowley-Henry (2017): o silêncio dos próprios grupos. Os autores assumem os pressupostos teóricos de que esse silêncio ocorre porque o LGBT, mesmo integrado ao contexto organizacional, é considerado, devido à sua sexualidade, paradoxalmente, distante do grupo, o que o insere no grupo de “estrangeiros”. Em decorrência disso, mesmo com grupos de afinidade LGBT, McFadden e Crownley-Henry (2017) destacam que os funcionários LGBT podem optar por não chamar atenção para sua sexualidade e, portanto, não aderir a redes de funcionários LGBT, ou não expressar abertamente preocupações específicas dos LGBT no trabalho por medo de aumentar suas diferenças (Silva, Castro & Siqueira, no prelo).

Houve grande aumento nas proteções e políticas organizacionais que refletem mudança para a aceitação social da diversidade sexual nas organizações. As políticas de diversidade têm o papel de transmitir as expectativas da organização sobre inclusão no local de trabalho e a proibição de discriminação e assédio contra funcionários que apresentem orientações sexuais e gênero diversos (Elias, 2017). As organizações implementam vários sistemas formais para dar voz aos grupos de trabalhadores desfavorecidos. No entanto, o que parece faltar é o compromisso explícito da gestão com as questões LGBT, já que, atualmente, vigora o apoio à cultura do silêncio. A igualdade de orientação sexual nunca foi abertamente integrada nos esforços de gestão, nem proativamente considerada como questão a ser discutida no nível organizacional. Apesar do *ethos* de inclusão, as práticas discriminatórias, como o silêncio, as fofocas e os comentários depreciativos, são comuns e descritas como normais, o que revela uma cultura heterossexista profundamente enraizada (Priola, Lasio, Simone & Serri, 2014).

A questão da voz e do silêncio nas redes internas de LGBT problematiza o potencial da informalidade da comunicação ao atender a demanda dos funcionários das minorias sexuais e agregar valor à gestão ao mesmo tempo em que recomenda maior inserção e desenho institucionalizado desses mesmos grupos, de modo a configurar estratégias inclusivas mais eficazes. Assim, “o diálogo social informal pode ser frágil e a própria voz é muitas vezes uma dinâmica centrada no poder na relação empregador-empregado” (McNulty *et al.*, 2017, p. 19). Resultados sugeriram, inclusive, que alguns “funcionários LGBT não usam sua voz nas organizações porque acreditam que isso pode levar a maus-tratos ou simplesmente não ter efeito”, além disso, temeram ser rotulados como agitadores ou bagunceiros (McFadden e Crownley-Henry, 2017, p. 17). Neste último estudo, explora-se com maior ênfase o efeito contrário da voz, o silenciamento, fruto do estigma que separa funcionários LGBT dos convencionais por orientação sexual, examinando a importância das redes internas de funcionários como mecanismos para mitigar o isolamento ao dar voz aos LGBT e moderar a solidão e o estigma. Uma base teórica comum aos dois artigos foi o estudo de Dundon, Wilkinson, Marchington e Ackers (2004), que examina significados, propósitos e práticas da voz de funcionários.

A heterossexualidade, portanto, permanece incontestável no ambiente de trabalho (Cunningham, 2011). Lésbicas e gays continuam a colidir com as expectativas sociais e ideias de como as identidades sexuais devem ser (Einarsdóttir, Hoel & Lewis, 2016). Para Siqueira e Zauli-Fellows (2006), promover o debate sobre a discussão da diversidade cultural nas organizações não só beneficia a organização, mas, especialmente no que tange à orientação sexual, permite que os indivíduos se voltem mais uns para os outros, facilitando o entendimento da importância da alteridade e possibilitando a inclusão do gay no ambiente de trabalho, sem discriminação e homofobia.

Nesse sentido, os gestores precisam reconhecer o papel desempenhado pelo clima heterossexista no local de trabalho, que ainda promove a discriminação antecipada em estruturas organizacionais em que a heterossexualidade continua a ser a norma, talvez também demandando a necessidade do ativismo LGBT, uma vez que, como constatam Saraiva e Irigaray (2009), as políticas de diversidade podem funcionar mais como princípios do que como práticas socialmente comprometidas. As empresas transmitem a ideologia representada por “um conjunto de valores e crenças que visa à manutenção de uma determinada ordem social, ocultando os elementos que a ameaçam e lhe são inerentes” (Motta, 1984, p. 19).

Saraiva e Irigaray (2009) evidenciam, em seu estudo empírico, a ausência de senso coletivo e de diversidade e que os discursos empresariais, embora expressos em políticas organizacionais, são pouco efetivos. O preconceito arraigado dos empregados, certa permissividade gerencial, combinada com o preconceito explícito ou velado desses gestores, acaba por minar a efetividade dessas políticas. Isso evidencia que o envolvimento entre o reforço da discriminação a homossexuais e as próprias políticas de inclusão elaboradas pelas organizações podem, conforme outro estudo empírico constatou, promover a manutenção de um status quo pela articulação de relações de poder (Souza, Silva e Carrieri, 2012).

Quanto ao tema da cultura heteronormativa associada ao ativismo nas organizações, Chuang et al. (2016) apresentam a marginalização, a discriminação e o desfavorecimento de funcionários LGBT pela instituição do heterossexismo no local de trabalho, repercutindo o efeito e a importância dos movimentos internos e externos LGBT na probabilidade de as organizações adotarem novas práticas em favorecimento à justiça social desse público a partir da legitimação e do reconhecimento desses grupos. Os autores exploraram com maior ênfase aspectos relacionados à concessão de benefícios.

No estudo de Woodruffe-Burton e Bairstow (2013), o combate à heteronormatividade nas organizações, por meio do ativismo, é defendido pela implicação de esforço para desenvolver culturas que incluam e previnam a opressão por orientação sexual e identidade de gênero, visto que muitas vezes o próprio discurso da diversidade escamoteia noções essencialistas heteronormativas.

A inclusão LGBT no local de trabalho, como ambiente seguro e equitativo, é sempre um desafio por trazer à tona aspectos invisíveis marginalizados ou mesmo estigmatizados das identidades sociais de alguns funcionários. Essa dinâmica, geralmente, desencadeia julgamentos, reações mentais e divisivas por parte das identidades sociais visíveis (Creed & Scully, 2000). Isso leva a que grupos ativistas impulsionem cada vez mais as empresas a abordar tais questões, buscando influenciar a natureza e o nível das atividades de mudança social corporativa e do campo. Nessa luta, são escolhidas diferentes táticas de influência para apoiar as reivindicações nas empresas, invocando mudanças culturais com desinstitucionalização e reinstitucionalização, baseadas na legitimação, pela promoção do bem-estar social (Den Hond & Bakker, 2007).

Dessa maneira, após discorrer sobre aspectos da gestão, universidade, identidade e cultura LGBT, movimentos sociais e ativismo nas organizações, e antes de apresentar pesquisas e práticas do ativismo LGBT nas instituições de ensino superior, campo específico deste estudo,

esclarecemos que o nosso olhar sobre o ativismo LGBT é tão somente o de um especialista em estudos organizacionais, no sentido de auxiliar não apenas estimulando o debate para outras investigações nesse tema, nas ciências sociais aplicadas, mas também de colaborar com conhecimentos para a prática da ação direta, isto é, subsidiando ativistas da causa LGBT em instituições públicas e privadas, profissionais de recursos humanos, líderes empresariais e governamentais, estudiosos, enfim, todos aqueles preocupados e interessados em obter mais informações sobre como lidar com a inclusão e a igualdade nas organizações por meio da ação de grupos ativistas em suas mais diversas estruturas, objetivos e abordagens.

Sendo assim, o que nos interessa não é o significado exato dessas arenas de lutas e alianças, mas a compreensão de como são mutuamente produzidas e manejadas em cada contexto, carregando os traços de relação imanente/persistente entre os elementos (Rodrigues, 2014), inclusive na relação com o Estado, sendo possível demonstrar, por meio dos movimentos do atual governo federal brasileiro que tomou posse em 1º de janeiro de 2019 e já fez várias mudanças nas políticas públicas direcionadas a LGBT. Por exemplo, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) foi reconfigurado pelo “[...] Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019 (Brasil, 2019), que definiu que a continuidade do conselho se daria sem a menção da população LGBT [...]. Nada garante, portanto, que o novo conselho concentre suas atenções para lidar com a pauta LGBT. Há o risco de uma ruptura entre as discussões travadas até 2019” (Pompeu, 2020, p. 154-155).

Dessa forma, essa situação demonstra claramente o dinamismo dessas interações, tanto internas quanto externas às organizações, e sua repercussão em avanços ou retrocessos que podem vir a aumentar a possibilidade de precariedade para essa população que “depende em grande medida da organização das relações econômicas e sociais, da presença ou ausência de infraestruturas e de instituições sociais e políticas de apoio” (Butler, 2018, p. 131).

1.8.2 O ativismo LGBT no contexto universitário

Nas universidades, o ativismo LGBT surge por meio de coletivos que procuram combater a heteronormatividade, baseado, geralmente, num sentimento de indignação dos estudantes diante de situações de homofobia (Amaral, 2014; Cruz, 2012; Souza, 2015). A partir do estudo empírico de Nardi (2013), foi possível evidenciar que a lógica do “armário” de vigilância das expressões de

sexualidade como forma de posicionamento social, na universidade, atinge e determina campos de invisibilidade para estudantes e docentes homossexuais/transexuais. Pensar a inclusão de minorias na universidade, no que diz respeito à orientação sexual e identidade de gênero, é pensar a comunidade universitária envolvendo não apenas estudantes, mas todas as pessoas, entre funcionários e vinculados, que interagem e convivem de algum modo nesse sistema institucional que é, principalmente, de ensino-aprendizagem, mas também é de trabalho, e onde qualquer membro pode vir a sofrer algum tipo de exclusão. Pinheiro e Gois (2013) sinalizam para a dificuldade de gerir e acompanhar as questões relacionadas à diversidade sexual, visto que, muitas vezes, o sujeito escolhe não assumir sua condição, o que torna ainda mais complexa a análise dessa questão se considerarmos a categoria “armário” utilizada, ou melhor, mobilizada quando se quer referir a uma pessoa que não gostaria que sua sexualidade fosse revelada.

No estudo de Alvarez (2008), foi demonstrada ruptura epistemológica fundamental entre diversidade e inclusão no campus. Ao mesmo tempo em que anunciam orgulhosamente seus compromissos com a comunidade diversificada de alunos, as universidades oferecem limitadas possibilidades reais de inclusão significativa, baseando-se na hipótese de que todo grupo desprivilegiado pode, na academia, criar espaço inclusivo. Os esforços para diagnosticar e remediar a discriminação foram transformados em questão econômica e estratégica de marketing para demonstrar que as instituições são inclusivas, por meio de um “truque de fumaça” que acaba sendo investimento institucional em privilégios e práticas heterossexistas, sem sinalizar efetivo compromisso da universidade com a inclusão e a promoção de um campus saudável e aberto.

Butler (2018) destaca que, ao nos depararmos com esse momento, em que a economia neoliberal estrutura as universidades e descarta populações, institui-se condição biopolítica³⁶ de precarização e desigualdade que gera aumento da sensação de ser descartável. Um apelo ao político, diante da conseqüente legitimação, do privilégio e da autoridade que algumas identidades ditas “normais” gozam em detrimento de outras consideradas “marcadas” (Louro, 2000).

³⁶ O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (Foucault, 1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, p.128).

Sendo inegáveis os ganhos que podem ser atribuídos à relação da academia com a militância LGBT nas universidades – como subsídios teóricos para pensar as formas de ativismo, visibilidade a partir de debates abertos e agência política, estabelecimento de parcerias com outros atores sociais por meio de atividades de pesquisa e extensão –, de maneira geral, proporcionam afirmação como sujeitos e legitimação dos discursos fundamentados em suas experiências de vida (Amaral, 2014; Souza, 2015). Fato é que estudantes, em suas auto-organizações, resistências e reafirmação de seus lugares nesses espaços, têm avançado muito mais que a gestão em estratégias que assegurem a expressão de identidades diversas por meio de políticas afirmativas, curriculares e formativas (Silva, 2017).

Na perspectiva de gestão da diversidade, o estudo de Siqueira (2017), que abordou essa questão em instituições públicas de ensino superior, percebeu esse mecanismo de gerenciamento como constituído por processos complexos que envolvem não apenas os grupos minoritários, mas, ao mesmo tempo, revelam as diferenças que devem ser respeitadas. No aspecto voltado para orientação sexual, sinalizou para a importância dos estudos pós-estruturalistas, que examinam eventos históricos, culturais e sociais, modelando identidades de pessoas de diferentes sociedades e evidenciando, a partir da revisão de literatura sobre gestão da diversidade, o impulso à retenção de talentos, criatividade, inovação, resolução de problemas e flexibilidade organizacional. Por outro lado, fez críticas a esse mecanismo por favorecer mais a organização que as pessoas, baseando-se em uma ideologia tecnocrática e de diferenças que pode redundar em resultados aquém do esperado ao promover discrepância de discursos e práticas, silenciamentos e omissões e gerar ações que muitas vezes, no dia a dia, não refletem dignidade e respeito, reconhecimento e visibilidade das identidades sociais LGBT.

Podemos citar como exemplo o estudo empírico de Silveira (2016), que buscou compreender o discurso de uma instituição de ensino superior referente às pessoas LGBT e chegou à conclusão de que existe descompasso entre as propostas do plano de desenvolvimento institucional e as práticas organizacionais executadas e divulgadas nos canais de comunicação da instituição. Mesmo diante desse antagonismo de possibilidades, é possível inferir que a universidade é um espaço coletivo onde a política se faz inerente e potencializa sujeitos por meio da construção da consciência social (Gruginskie, 2015). A universidade ainda favorece aos participantes da comunidade universitária, por meio da fundamentação teórica, um colocar-se a distância e preparar-se, permitindo compartilhar experiências, avaliar fragilidades e

potencialidades dos movimentos sociais (Gruginskie, 2015), por exemplo, na percepção de desgaste dos estudantes em ações internas, quando atrelados a determinados movimentos que têm vinculações partidárias ou estão desvinculados dos movimentos queer, os quais passaram a atrair parte da nova geração de jovens (Amaral, 2014).

Para além da relação com a gestão universitária, o ativismo LGBT, geralmente, prescinde de conexão com o movimento LGBT mais amplo, capaz de abrir portas para atuação extramuros, aliança de saberes e fortalecimento das lutas (Gruginskie, 2015), além de apoiar a mobilização do mínimo de recursos que viabilize as ações dos coletivos, sejam humanos e/ou materiais (Amaral, 2014; Souza, 2015).

Como argumenta Ramos (2006), o ativismo na universidade, em suas mais diversas formas, contribui para a denúncia e a busca de revisão das violências LGBT fóbicas. Amaral (2014) infere que os coletivos LGBT nas universidades têm capacidade de conciliar a atividade acadêmica e a militância, possibilitando ação política. Como exemplos de práticas que incentivam, promovem, realizam ou são palcos de ações ligadas às questões de inclusão e enfrentamento à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, podemos citar a criação de um grupo de trabalho para formular um programa de promoção da diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero na Universidade de Brasília (Oliveira, 2012); a luta efetivada pela comunidade LGBT que tenta dar visibilidade ao grupo KIU – Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual de Salvador, na Universidade Federal da Bahia (Souza, 2015); a produtividade científica na Universidade Federal de Minas Gerais, que contribui para a afirmação da temática de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no meio acadêmico (Viana & Oliveira, 2017); e o papel da universidade no contexto da elaboração da Política Estadual LGBT do Paraná por meio da experiência do trabalho extensionista da Universidade Federal do Paraná (Gorsdorf, Motter & Cechinel, 2013). Há muitos outros casos em outras universidades e nas próprias universidades citadas que vêm promovendo pesquisas e extensão na temática, com fomento à formação e à ação de coletivos LGBT.

Segundo Den Hond e Bakker (2007), grupos ativistas têm a possibilidade de florescer em uma sociedade capitalista avançada e amplamente democrática. Os teóricos da mudança social Creed e Scully (2000) ponderaram um conjunto crescente de fatores da passividade política, variando de comparações sociais favoráveis, que mascaram injustiça, até a falta de recursos ao acesso, que bloqueia a dissidência e condições opressivas que proíbem a ação. Transformar um

encontro (Goffman, 1969) em incidente de micromobilização, em que os indivíduos se identificam com uma categoria e engajam-se em algo autoconsciente e intencional com performances que anunciam e promulgam quem são é a adoção mútua da crença de que as operações desimpedidas de uma sociedade, de um arranjo ou de um sistema de autoridade resultariam em injustiça e, portanto, em risco (Creed & Scully, 2000), uma vez que ambientes heteronormativos, atravessados pela crença da existência de apenas dois sexos naturais, disseminam valores e práticas, geralmente na forma de preconceito social, para coibir qualquer tipo de comportamento transgressor e legitimar a inferiorização entre grupos, tendo a homofobia como seu instrumento de vigilância – contexto social em que as universidades estão inseridas (Amaral, 2013; Foucault, 1987; Pinafi, 2011).

Nos últimos dez anos, avanços sociopolíticos têm possibilitado a consolidação de redes externas de apoio a LGBT universitários, a exemplo da Campus Pride ³⁷ nos Estados Unidos da América, e a expansão de centros internos nas próprias universidades onde os gestores têm apoiado o desenvolvimento de ambientes e políticas com postura mais ativa contra discriminação e assédio por orientação sexual e identidade de gênero. Entretanto, levantamento da Campus Pride que identifica universidades que oferecem melhor suporte para LGBTQ também revela que “membros do corpo docente LGBTQ e alunos eram 23% significativamente mais propensos a sofrer assédio do que seus pares heterossexuais³⁸”. Assim, de alguma maneira, até esse tempo, permanece válida a afirmação do estudo de Alvarez (2008), segundo o qual estudantes que examinam explicitamente sua identidade de gênero ou expressam sua orientação sexual nas universidades são ridicularizados e ameaçados por colegas homofóbicos e heterossexistas. Institucionalmente, tais incidentes são percebidos como “isolados e infelizes”, causados por “crianças” malcomportadas e “valentões”, e que fazem parte da vida. A verdade é que as instituições se descobrem incapazes de proporcionar equilíbrio entre forças conflitantes, o que torna evidente que certas pessoas são privadas de direitos e têm pouco ou nenhum espaço para inclusão Alvarez (2008, p. 71). Nas palavras de Porto (2000):

A exclusão social tem sido uma categoria importante e presente nas análises que buscam relacionar violência e direitos civis. Enfatiza-se o fato de que os excluídos dos direitos tornam-se alvos, ou atores, mais imediatos da violência. Sem negar a importância dos vínculos que, de um modo geral, permitem associar tais fenômenos [...] na qual atores sociais podem vivenciar alternadamente formas de inclusão/ exclusão decorrentes de processos sociais fragmentados, diferenciados e plurais. (Porto, 2000, p. 187)

³⁷ Disponível em: <https://www.campuspride.org/about/>, recuperado em 7 ago. 2019.

³⁸ Disponível em: <https://www.bestcolleges.com/features/best-colleges-for-lgbt-students/>, recuperado em 8 ago. 2019.

Em estudos relacionados à experiência dos transexuais nas universidades e sua inclusividade, foi observado (Beemyn & Rankin, 2016) crescimento do número de pessoas que se identificaram ou se expressaram como parte desse espectro sexual, a despeito de sua presença ainda ser geralmente ignorada. Em uma grande pesquisa de Rankin *et al.* (2010) que envolveu mais de 5.100 alunos, funcionários e corpo docente, incluindo quase 700 indivíduos trans, foi inferido que esses alunos, em algum momento, sofrerão algum tipo de discriminação, dada a percepção do clima de antagonismo dos seus campi. Diante dessa realidade, mais de um terço dos participantes considerou a possibilidade de deixar a escola, o que afeta diretamente não apenas a qualidade de vida dos indivíduos, mas sua permanência na instituição. Os alunos trans também tiveram escores significativamente mais baixos do que os cisgênero LGB e heterossexuais em medidas de ganhos em habilidades cognitivas complexas e capacidade de liderança socialmente responsável, o que pode refletir as dificuldades de desenvolver senso positivo de si mesmo em um ambiente muitas vezes negativo. No trabalho de Bilodeau (2009), foi demonstrado que as faculdades e universidades fizeram pouco ou nada para apoiar os alunos trans.

Outras problemáticas percebidas nas pesquisas com estudantes de minorias sexuais em faculdades ou universidades (Rankin, 2005, p. 17) são o não alcance pleno do potencial acadêmico e a não participação total desses indivíduos nas comunidades do campus. Tais desafios podem ser estendidos a outros LGBT, como professores, funcionários e administradores, e, nesses casos, o resultado dos preconceitos é a limitação da capacidade de alcançar seus objetivos de carreira ou de orientar ou apoiar alunos. Ao pesquisar respostas às experiências de discriminação e exclusão LGBTIQ+³⁹, estudos exploraram a qualidade de vida no campus ou assumiram a forma de avaliações de programas de práticas inclusivas LGBTIQ+ para lidar com baixos índices de qualidade de vida (Waling & Roffee, 2018), e os resultados sugerem que essas pessoas são marginalizadas no campus, tendo dificuldade em acessar serviços relacionados a saúde sexual e mental, e relatam não se perceberem visíveis (Waling & Roffee, 2018).

Por esses e outros motivos, pessoas LGBT nas universidades escondem sua identidade de colegas e outros atores, isolando-se social ou emocionalmente. Aqueles que não escondem sua identidade minoritária sexual têm muitas possibilidades de experienciar discriminação, assédio

³⁹ Sigla que inclui LGBT, intersexuais (pessoas que nascem com características sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino ou masculino), queer e outros que não se reconhecem em nenhuma dessas classificações.

verbal ou físico e silenciamento sutil ou imediato de sua identidade sexual (Rankin, 2005). Participantes do estudo de Waling e Roffee (2018) relataram dificuldade para se conectar e dialogar sobre suas identidades no campus, além de ter a impressão de não aceitação da sua forma de expressar identidade. Esse estudo atenta também para as transformações das formas de exclusão e discriminação em contextos pós-gay, em que algumas vidas são tidas como muito estranhas, a exemplo dos transgêneros não binários, ou não suficientemente estranhos por apenas atender a expectativas homonormativas (Waling & Roffee, 2017).

Nesse sentido das transformações pesquisas recentes indicaram que, além de experiências de violência, assédio e discriminação de pares heterossexuais, os alunos LGBTIQ+ têm experiências negativas com outros alunos LGBTIQ+ sob a forma de microagressões⁴⁰ e agressão física e sexual (Roffee & Waling, 2016; Waling & Roffee 2017). Um estudo que inicialmente buscou explorar as experiências dos estudantes com *bullying*, assédio e violência se deparou com participantes desejosos de falar sobre suas experiências de exclusão e marginalização ao tentar acessar e interagir com espaços LGBTIQ+, evidenciando que grupos excluídos LGBTIQ+ também excluem LGBT nas universidades. Nesse estudo, os alunos percebidos como não aderentes à homonormatividade, ou de certo modo conformistas com a sua condição, sentiram-se excluídos e indesejáveis em alguns grupos. Os autores do estudo descrevem esse fenômeno a partir de Butler (1988), inferindo que, em essência, eles não eram estranhos o suficiente no desempenho de um papel ou de uma identidade apropriada que os levasse à aceitação dentro de determinada sociedade, o que os submeteu ao ostracismo e à marginalização. Em consequência, não puderam ter acesso a recursos que lhes poderiam ser úteis, como suporte a problemas, inclusive de saúde mental, ou ganhando conhecimento sobre a diversidade da comunidade LGBTIQ+ de maneira positiva e encorajadora (Roffee & Waling, 2016; Waling & Roffee 2017).

⁴⁰ “Definidas como “Indignidades verbais, comportamentais e ambientais diárias breves e comuns intencionais ou não intencionais, que comunicam hostilidade, depreciação ou negação [...] insultos à pessoa ou grupo alvo” (Sue et al., 2007b, p. 273). Esses comportamentos antissociais direcionado a pessoas LGBTIQ + criam um clima hostil, contribuindo para sentimento de insegurança” (Roffee & Waling, 2016, p. 191). Como por exemplo: 1. uso de terminologia heterossexual; 2. endosso de cultura / comportamentos heteronormativos; 3. assunção da experiência universal LGBT; 4. exotização; 5. desconforto / desaprovação da experiência LGBT; 6. negação da realidade do heterossexismo; e 7. suposição de patologia sexual / anormalidade Nadal, K.L., Rivera, D.P., Corpus, J. and Sue, D.W. (2010), “Sexual orientation and transgender microaggressions”, in Sue, D.W. (Ed.), *Microaggressions and Marginality: Manifestation, Dynamics, and Impact*, Wiley & Sons, Hoboken, NJ, pp. 217-40.

Para enfrentar os desafios das pessoas LGBT nas universidades, mudança de suposições, premissas e crenças básicas deve ocorrer em todas as áreas da instituição, ou seja, permear sentimentos de democracia, apoio, visibilidade, voz e segurança. Só então o comportamento e as estruturas (práticas e políticas) poderão ser alterados na direção de combater o heterossexismo (Rankin, 2005). Desse modo, quando falamos em inclusão de minorias sexuais e identidade de gênero nas universidades, devemos atentar para além do acesso e avaliar a permanência e a qualidade dessa inclusão que impactam obrigatoriamente a qualidade de vida desses sujeitos. Renn (2010) e Waling e Roffee (2018) observam que muito tem sido escrito sobre a juventude LGBTIQ+ em ensino secundário, enquanto a pesquisa sobre experiências LGBTIQ+ no ensino superior ainda é limitada. Diante dessa lacuna, as universidades continuam a operar em contexto em que não se dispõe de informações para apoiar gestores de campus e aqueles que ali trabalham no sentido de oferecer serviços e ambientes de aprendizagem adequados ao bem-estar LGBTIQ+. O resultado é que grande parte do trabalho desenvolvido não é baseado em evidências, o que pode inviabilizar o alcance do objetivo proposto. A pesquisa de Waling e Roffee (2018) sugere os seguintes passos práticos para as universidades abordarem a exclusão na contemporaneidade, buscando fornecer comunidades inclusivas: atentar para as formas contemporâneas de exclusão, muitas das quais resultantes de atos ou omissões de outros estudantes LGBTIQ+; apoiar iniciativas dos alunos para melhorar a inclusão; e viabilizar a visibilidade queer, criando condições de experiências positivas. Antes de pensar em qualquer simples remédio, deve-se olhar para as diversas necessidades dos alunos (Waling & Roffee, 2018). Esses são caminhos que acreditamos impossíveis de percorrer sem mecanismos dialógicos como o da gestão social, pelo qual processos decisórios incluem diferentes sujeitos sociais (Paula, 2005), os princípios são inclusivos, plurais e democráticos (Pimentel, Brito & Pereira, 2014) e subordinam as lógicas instrumentais a lógicas mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas, fundamentadas em ações de solidariedade que afetam a coletividade.

[...] *o conhecimento foi, portanto, inventado. Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem. É dizer, de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não está absoluto inscrito na natureza humana. O conhecimento não constitui o mais antigo instinto do homem, ou, inversamente, não há no comportamento humano, no apetite humano, no instinto humano, algo como um germe de conhecimento*

FOUCAULT em *A verdade e as formas jurídicas*

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Compreendendo – e em consonância com nosso referencial teórico – que é por meio do discurso que a existência pode ser afirmada ou negada e que é por esse mesmo mecanismo que não só podemos acessar a realidade como transformá-la, neste capítulo, começamos por apresentar a epistemologia foucaultiana no sentido de justificar a importância da contribuição desse filósofo com a análise do discurso LGBT, no que concerne à sua robustez para a análise do poder capaz de demonstrar não apenas como os indivíduos se expressam nos jogos das relações, mas como positivaram efeitos práticos no enfrentamento de desigualdades sociais por meio do discurso de resistência, terreno deste estudo. Assim, em função de organização do texto, preferimos trabalhar de modo articulado à parte teórica de Foucault com a análise do discurso no percurso metodológico.

Como segunda parte, adentramos nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, defendendo as escolhas ontoepistemológicas e fazendo a caracterização geral da pesquisa. Nesse item, expomos o objeto de estudo em sua natureza fenomenológica e explicamos o modo que consideramos necessário para apreendê-lo.

Na terceira parte, que foi subdividida em três etapas, relatamos como definimos as unidades de saber, concernentes ao campo discursivo da investigação. Na sequência, relatamos como transcorreu a construção do *corpus* empírico do trabalho e, por fim, descrevemos a sistemática que utilizamos para operacionalizar a análise do discurso foucaultiana (ADF) nesta tese.

2.1 A contribuição de Foucault com a análise do discurso LGBT

A proposição de Foucault (2019), em termos de epistemologia historiográfica, se relaciona com a epistemologia francesa de Gaston Bachelard, Alexandre Koyré e Georges Canguilhem no momento em que aposta na dimensão histórica da filosofia das ciências – “conhecer como surgiram conceitos e quais modificações ocorreram em várias épocas e lugares” (Lamar & Nascimento, 2014, p. 136) –, evidenciando a possibilidade de rupturas operadas nos discursos e nas práticas, por ser a ciência relacional (Fischer, 2001), porém se diferenciando quando dá conta de um novo objeto: “os saberes sobre o homem” (Huhne, 2002, p. 231).

E isso se torna relevante no instante em que esses saberes, quando aliados às estratégias de poder, conectam “a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, o incitamento à fala, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e da resistência” (Halperin, 2007, p. 61) em redes ou dispositivos que permitem a gestão da vida exercida pelo Estado em uma biopolítica da população (Halperin, 2007).

Nessa compreensão, demanda uma analítica do poder que consiga dar conta da “economia política do discurso sexual” (Halperin, 2007, p. 50), em outras palavras, que esteja atenta às estratégias discursivas preconceituosas e aversivas da sexualidade dissidente, analisando os discursos, portanto, muito mais pelo que ele faz e funciona, nos sistemas de práticas institucionais e discursivas, do que pelo que ele diz, uma vez que “o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder” (Foucault, 1988, p. 117).

Esse processo atua por meio de “uma rede de relações sempre em mudança, as quais tornam o poder um exercício, [e] uma prática social” (Souza, 2014, p. 134) que reorienta a maneira de analisar conceitualmente a sexualidade, transformando-a de objeto de conhecimento para efeito de poder “dependente de um complexo de tecnologia política” (Halperin, 2007, p. 62). “Portanto: analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo, não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder” (Foucault, 1988, p. 102).

Tal proposição operacionaliza-se em três fases, com dois ciclos principais: o arqueológico e o genealógico, que, por essência, visam trazer à tona os discursos, sendo por isso tão cara a esta investigação. A primeira fase, arqueológica (voltada ao saber) e inspirada na questão kantiana da possibilidade de conhecer, trabalha com a constituição de saberes que formam discursividades ao assumir *status* de verdade em determinada época. Nessa fase, Foucault (2019, p. 25) faz uso dos

“conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série, [e] de transformação” para apresentar o discurso como acontecimento singular, em âmbito da formação de conhecimento das ciências humanas e originado dos enunciados. Elucida que estes não obedecem a regras gramaticais lógicas, mas a contextos para seu aparecimento, ou seja, são produtos de campos enunciativos em que os indivíduos, atravessados por signos, se expressam no jogo das relações (Foucault, 2019).

Esses saberes não se caracterizam pela normatividade ou pelo privilégio da verdade, mas abrem espaço para uma positividade que não é recorrente, embora encontrada no nível do discurso e das formulações teóricas enquanto categoria metodológica que obedece a “regras de aparecimento, organização e transformação” (Huhne, 2002, p. 232). Assim, na fase arqueológica, os discursos são precedidos por uma condição de existência em que os saberes lhes dão sentido, por isso Foucault (2019) lança como desafio dessa análise identificar as regras que constituem esses discursos, as quais produzem novos enunciados pela existência de regularidades e dão origem às formações discursivas, controlando os indivíduos que enunciam pela vontade de verdade.

A segunda fase, genealógica (voltada ao poder), absorve a arqueologia e baseia-se na impossibilidade nietzschiana de libertação da nossa própria condição histórica. Foucault (2014) avança na abordagem da relação entre o poder e o saber, descrevendo a história das interpretações em que o saber se faz peça do dispositivo de práticas políticas disciplinares, produzindo poder. É importante esclarecer, neste ponto, que o poder, para Foucault (1979), é uma relação que não constitui uma teoria, e, sim, uma analítica, até porque não é objeto, nem tem essência, lugar fixo ou unidade, e está em constante transformação (Foucault, 1979).

A fase genealógica destaca-se, portanto, por possibilitar averiguar as relações de poder que, em seu caráter positivo, pode ser colocada como ferramenta de luta e enfrentamento social ao se deslocar e produzir efeitos práticos (Foucault, 1988). Nas palavras desse pensador:

[..] múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos retida, que definem formas diferentes de poder. As formas e os lugares de “governo” dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros. (Foucault, 1995, p. 247)

A terceira fase, da ética,⁴¹ que também é genealógica, não foi considerada um novo ciclo por não inovar em termos epistemológicos (Souza *et al.*, 2006; Thiry-Cherques, 2010), sendo, pois, “uma continuação de sua preocupação com o poder normalizador” (Oksala, 2011, p. 123) pela qual só era possível ser sujeito dentro das redes do poder. De outro modo, pelo conceito da resistência, Foucault (1985) passa a advogar nessa fase que “os sujeitos não eram simplesmente construídos pelo poder, mas participavam eles próprios dessa construção e podiam modificar a si mesmos através de práticas de si” (Oksala, 2011, p. 124). Em resumo:

Se, de fato, a suposição de que os trabalhos iniciais de Foucault – relativos ao saber – deixam entrever um sujeito preso nas malhas de uma estrutura, sem possibilidade de pensar e agir por si mesmo; efeito da lógica estrutural (Castelo Branco, 2001), no *último Foucault*, a noção de resistência, que implica necessariamente a liberdade de agir, parte indissociável do poder, leva-o a admitir que, se os sujeitos resistem, então há uma brecha, uma rachadura na estrutura que faz com que se abra espaço para uma manifestação subjetiva. (Paixão, 2017, p. 140)

Para esse ciclo genealógico, que defende análise discursiva pelas relações de poder, ainda que incorporando as questões relativas às regularidades discursivas da fase arqueológica, há uma mudança de ênfase ao pôr sob holofotes, principalmente, as estratégias de controle dos discursos, por meio do desempenho destes dentro das relações de poder. Em outras palavras, o campo de forças, onde os sujeitos estão imersos, que originam esses discursos, os quais devem ser o foco de maior atenção para esta análise.

Por isso importa, nessa perspectiva, o discurso a partir de uma analítica de poder em que as práticas sociais produzem condições desiguais, pelas tecnologias políticas, que materializam o poder (Dreyfus, Rabinow & Carrero, 1995). É, pois, fundamental interpretar essas relações, que são de poder, para compreender os discursos que dela emergem, instituindo discursos da verdade (Foucault, 1988).

⁴¹ “[...] a ética é concebida como a maneira pela qual o indivíduo se transforma, constituindo-se como o próprio sujeito moral do código, estabelecendo para si a substância ética a ser privilegiada como problema. A questão da ética é conduzida por Foucault por meio da pesquisa dos processos históricos segundo os quais as estruturas de subjetivação ligaram-se a discursos de verdade” (Virginio, Delgado & Fortes, 2011, p. 276). “Neste último período ressalta-se o surgimento de um ‘sujeito’ mais efetivo e menos passivo aos desenlaces da história [...] um sujeito das práticas subjetivantes, pelo qual ele se torna sujeito de si para si” (Miranda, 2014, p. 21).

À vista disso, o processo de investigação baseado na obra foucaultiana não apenas desconsidera sequência lógica, como também não permite falar em único procedimento de pesquisa, visto que evolui em cada estudo (Thiry-Cherques, 2010). Segundo Souza *et al.* (2006), na genealogia, fase em que ancoramos nossa construção por ser necessário o debate das relações de poder, faz-se necessário observar cinco procedimentos fundamentais:

O poder não deve ser analisado em seu centro, ou seja, na diretoria de uma empresa. [...] É na periferia que o poder pode ser analisado de forma a se observar a diversidade das forças atuantes em uma organização;

1. [...] Deve ser compreendido na relação direta com o seu objeto, local onde ele se aplica e produz efeitos; [...] busca-se entender o seu *Entstehung*, a emergência de uma força sobre as demais forças que ali atuam;
2. [...] O poder deve ser pensado como um fluxo, algo em constante movimento que circula e só funciona em rede, não se constituindo, assim, em algo fixo;
3. [...] o poder é um fluxo que não está preso nem contingenciado dentro dos limites de uma organização. Ele circula livremente e transpassa sem fronteiras todos os pontos da estrutura social;
4. [...] Para a genealogia foucaultiana o que existe são processos de subjetivação que moldam, desmoldam, enfim, dobram o homem a todo tempo, e constroem sua subjetividade. (Souza *et al.*, 2006, p. 15)

Desse modo, a questão do poder passa a ser central na analítica foucaultiana como uma rede de relações em que se deve observar a positividade do que foi efetiva e regularmente dito, permitindo a individualização de uma prática discursiva que articule saberes a práticas institucionais, sem deixar de consentir resistências, mas moldando corpos a padrões estabelecidos que regulam todo o corpo social (Huhne, 2002). Inclusive, é nessa localização – as relações de poder – que se encontra, segundo Foucault (1988), o domínio da sexualidade, ponto fundamental de contribuição desse autor para delineamento do objeto deste estudo, em que pese a constituição do corpo homoerótico inventado no século XIX para que as normas reguladoras amarrassem as sexualidades. Em suas palavras (Foucault, 1988): “Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos” (Foucault, 1988, p. 108-109).

Isso demonstra que o discurso sexual permanece sistematicamente imerso em jogos de poder, uma vez que, mesmo havendo pessoas defendendo o seu ponto de vista da realidade ⁴²– que produz discursos de resistência⁴³ –, aspirando a uma nova condição relacional que possa superar barreiras sociais e históricas existentes entre os indivíduos (Foucault, 1981), por outro lado, contradiscursos reiteram a permanência do *status quo*, e assim o discurso passa a ter papel central nesse processo, pois não é somente fala e o que traduzem as lutas, mas fundamentalmente “[...] aquilo pelo que se luta, o poder que queremos nos apoderar” (Foucault, 2014, p.10).

Em razão disso, compreende-se que as relações de poder fruto das múltiplas sujeições advindas do corpo social, e não das superestruturas, capilarizam as ações de poder sem fixidez e obedecem a fluxos de movimentos que produzem efeitos práticos (Foucault, 1988), os quais podem ser observáveis, inclusive no que mais nos interessa nesta pesquisa, os pontos de resistência, os quais, nas correlações de força intencionais, atravessam as instituições e as pessoas, transformando ou reforçando comportamentos por meio do discurso e da subjetivação, que produz sujeitos ao “tomar corpo nos aparelhos estatais, na formação da lei, nas hegemonias sociais” (Foucault, 1988, p. 89).

É “que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar [...] [e] as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta sem referências [...] em miríades de acontecimentos perdidos” (Foucault, 1979, p. 18).

Dito isso, partimos para a apresentação da defesa dos olhares que aportamos neste estudo, tanto para caracterizar a natureza do fenômeno investigado (ontologia) quanto para descrever os modos que utilizamos para apreendê-lo (epistemologia), a partir do referencial teórico apontado.

2.2 As escolhas ontoepistemológicas e a caracterização geral da pesquisa

Para operacionalizar a problemática da análise do papel do ativismo político na promoção da diversidade LGBT na UnB, conferindo sistematização coerente, tivemos que, inicialmente, compreender qual era o objeto do estudo, e este emergiu do escrutínio da literatura que trata do tema ativismo como um dos mecanismos que favorecem a superação de questões hegemônicas que

⁴² “[...] a revolta do corpo sexual” (Foucault, 1979, p. 83)

⁴³ “[...] a inversão estratégica de uma ‘mesma’ vontade de verdade” (Foucault, 1979 p. 131)

delineiam processos de dominação, qual seja, o fenômeno da pressão ativista (resistência) exercido no seio das relações de poder sobre as instituições.

Com essa aproximação da realidade, ainda que subjetiva e múltipla, podemos explorar empiricamente a contribuição dessa luta por reconhecimento, numa perspectiva de inclusão pela não discriminação da orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos implicados nas relações de poder (Salih, 2016) que, neste trabalho, foram representados pelas pessoas LGBT ativistas que promovem as resistências.

É no interior dessas estruturas de poder, sexuadas e generificadas, que os sujeitos são formados numa concepção discursiva em que se defende gênero como um processo e “devir”, e nunca um estado ontológico do ser, mas dentro dos atos que constituem sua realidade, ou seja, performativa e intrinsecamente política, em que a cena faz necessária a agência para que haja interpelação e significação. É, então, a autonomia mera ficção (Salih, 2016).

Com isso, para esta construção, fez-se necessário ancorar conhecimentos de vários campos das ciências sociais aplicadas e humanas, como psicologia, sociologia, história, linguística, gestão e outros, os quais foram orientados majoritariamente pela visão pós-estruturalista, segundo a qual “o significado é apenas um momento em um processo de significação sem fim onde o sentido é produzido, não em uma estável e referencial relação entre sujeito e objeto, mas apenas dentro de um infinito e intertextual jogo de significações” (Best & Kellner, 1991, p. 21, tradução nossa).

Assim, nos baseamos principalmente nas teorias foucaultiana e queer, que, além de dialogar como articulado no referencial teórico, defendem a posição que assumimos para discutir os achados de campo neste estudo, quais sejam: a desconstrução binária de sexo e de gênero e o questionamento da exclusão de minorias como aspectos fundamentais para o enfrentamento amplo das diferenças (Aguilar & Gonçalves, 2017).

Em âmbito da diversidade organizacional, privilegamos uma linguagem subjetivista e crítica, necessária a esse tipo de discussão, em que muitas vezes a ação política radical se torna essencial no desenvolvimento da justiça social (Pullen, 2019) ao compreender a realidade como criada psíquica e socialmente, logo, com potencial de alienação (Garrido & Saltorato, 2018). Situados, portanto, fora do *mainstream* funcionalista, nos colocamos ontológica e epistemologicamente no campo organizacional no nível social e na discussão do poder, da resistência e do modo como se configuram as sujeições no contexto específico da UnB.

Para tanto, foi necessário desenvolver um quadro que integrasse as perspectivas teóricas às suposições filosóficas, o qual será apresentado na próxima parte deste capítulo enquanto unidade de saber, permitindo que as questões da pesquisa pudessem ser examinadas de forma dialética e na direção dos interesses dos participantes (Creswell, 2007), fornecendo, pois, recursos para que pudéssemos reconhecer e falar com eles e não por eles. Os enunciados desses ativistas foram apreendidos como acontecimentos que pertencem a determinadas formações discursivas, ou seja, um discurso que está relacionado a determinados campos de saber, os quais obedecem a um conjunto de regras, dadas historicamente, que se afirmam como verdades em um tempo e lugar e estão amarradas às dinâmicas de poder (Fischer, 2001), como podemos deduzir a partir de Bento (2011):

Para se compreenderem os motivos que fazem da escola um espaço destinado, fundamentalmente, a reproduzir os valores hegemônicos, é necessário sair desse espaço, ampliar nosso olhar para a própria forma como a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e por que outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como “normal” e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social. Essas questões não podem ser respondidas exclusivamente nos limites da escola. (Bento, 2011, p. 555-556)

Ainda que essa construção tenha nos lançado a limitações e riscos na dimensão política, como a diversidade dos atores envolvidos com o ativismo sexual e de identidade de gênero, não sendo possível abranger todos os aspectos do processo, uma vez que partem de realidades e vivências diferenciadas, trabalhamos a questão pelas justificativas teóricas de não anseio por resultados totalizantes, como professa o pós-estruturalismo (Sarup, 1996), e da concepção de conhecimento baseada em Nietzsche (2012), em que a teoria do conhecimento não é neutra, ou seja, o conhecimento está relacionado a forças, paixões e instintos. Esse embate de forças, para a teoria nietzschiana, estaria por trás de todo conhecimento, dando condição da formação de determinados domínios de saber a partir de relações de poder ou práticas sociais, em que todo saber é político (Machado, 2006; Foucault, 2011).

Logo, o objeto encontra-se nas relações de poder; não é dado, “há que ser ativamente construído por aquele que pesquisa” (Severiano, 2016, p. 281), uma vez que “o saber é perspectivo (depende de um ponto de vista), agonístico (implica relações de poder, de luta e de conflito) e múltiplo (não passível de unificação)” (Severiano, 2016, p. 267).

Com esses entendimentos, o solo ontoepistemológico deste estudo caracterizou-se pelo descentramento do sujeito, que, em *As palavras e as coisas*, Foucault (2007) anunciou como “a morte do homem”, considerando que não é ele mas as práticas discursivas que constituem o sujeito, formando-o nas tramas que ele constrói no meio sociocultural e que, ao mesmo tempo, também é construído por elas (Foucault, 2003), fazendo que tanto os modos de compreensão quanto as estruturas de conhecimento se alterem, a depender da instituição, do espaço e do tempo, e tornando o discurso uma prática social (Foucault, 2019).

Buscamos, assim, escapar da ontologia do campo das lutas sociais, considerando a crítica de diversos pensadores dos séculos XX e XXI, como Lacan, para quem homem e mulher são efeitos do discurso, na forma de posicionar-se perante o outro, e Butler, que vê o sexo como ininteligível e defende que a verdade do sujeito hoje é a verdade de uma cultura (Ambra, 2015).

Ao aceitar essa forma de construir o conhecimento, trabalhando com bases pós-estruturalistas que rompem com abordagens modernas das ciências humanas que davam ao sujeito centralidade e autonomia, em defesa do homem atravessado por dispositivos políticos e históricos que o formam nas relações discursivas de poderes e saberes, este trabalho repercute nos estudos organizacionais em um distanciamento das teorias funcionalistas que favorecem as organizações ao capturar subjetividades.

Justificamos, portanto, que o pós-estruturalismo, que decidimos adotar e que melhor se adéqua ao objeto desta investigação, “aparece, nesse contexto, como uma alternativa para os estudos organizacionais que envolvem a temática ‘poder’” (Souza, Junquilha, Machado & Bianco, 2006, p. 13). Faz-se necessário distinguir entre esse poder, mas materializado nos efeitos sobre o corpo, e do qual falamos nesta pesquisa, da perspectiva marxista, em que o poder se dá “ao nível da ideologia” (Foucault, 1979, p. 84) e do domínio de uma consciência.

Tendo essa pesquisa em sua base teórica Foucault e sendo o estudo sobre poder, fez-se necessário empreender uma pesquisa genealógica (Souza, Junquilha, Machado & Bianco, 2006), que compreende o discurso em sua forma mais abstrata e menos concreta, atentando aos regimes de verdade que provocam efeitos na sociedade (Foucault, 1979) e, nesta pesquisa, efeitos na promoção da diversidade sexual da UnB.

Pensar a execução deste trabalho – que é contar uma história a partir de dinâmicas sociais que produzem subjetividade, coletividade e discurso, numa multiplicidade de acomodações e lutas que formam o presente a partir de *desvios* (o que se afasta das regras) e *incidentes* (medidas institucionais), em que a agência de indivíduos e grupos é tão importante quanto estruturas políticas, sociais e culturais⁴⁴ – demandou trabalhar qualitativamente. Assim, buscamos compreender o fenômeno social com o mínimo de afastamento do seu ambiente (Godoi, Bandeira de Mello & Silva, 2006), identificando o jogo das dominações no corpo e nas práticas sociais, problematizando a sujeição e os modos de subjetivação que constituem o *a priori* dos discursos e influenciam as práticas organizacionais (Priola, Serri & Simoni, 2018; Foucault, 1987; Miotto, 2016; Albuquerque, 2004), no que qualificamos este estudo como sendo de natureza descritiva, uma vez que proporcionou descrever características de determinada população (Gil, 2008).

Ao falar de diversidade sexual, compreendemos, por fim, que os atores pesquisados representam a capacidade de resistência histórica. Assim, essa análise volta-se tanto para as condições de possibilidade do surgimento e da implantação de práticas de diversidade no sentido de conquistas de direitos, o que se faz fundamental na garantia de espaços e legitimidade, quanto para uma crítica “à prática de tolerância e tentativa de acabar com as diferenças, tendo como referência a ‘normalidade’” (Quartiero & Nardi, 2011, p. 702).

Com esse encaminhamento, no próximo item, relatamos o percurso metodológico como condição *sine qua non* para operacionalizar este estudo e alcançar os objetivos pretendidos.

⁴⁴ “A estrutura nunca é algo exaustivo para Laclau e Mouffe, e seu limite é hegemônica e precariamente assegurado, ou seja, há ausência de estruturalidade na estrutura e de um centro fixo que a comande. Em suas análises, os autores não privilegiam nem a estrutura, nem a agência. Apesar de Laclau e Mouffe (1987) acreditarem na existência de estrutura, a mesma não determina a ação do sujeito. A estrutura psíquica e ideológica é importante, contingenciando a inserção do sujeito” (Souza, Souza & Silva, 2013, p. 205).

2.3 Percurso metodológico

2.3.1 Definição das unidades de saber

Ao tratar das práticas de poder-resistência, nos afastamos de abordagens psychologizantes e nos direcionamos, como a teoria foucaultiana sugere, para os movimentos das relações de força (disposição, manobras, táticas, técnicas e funcionamento) em que não existem dominados ou dominadores, ou seja, não há que procurar localizações do poder (Bretas, 2015), uma vez que a relação poder-resistência ocorre nos enunciados e nos discursos, os quais lhe dão sustentação e promovem sua constituição (Paixão, 2017).

Nesse sentido, buscamos explorar nas práticas do cotidiano da universidade pesquisada a microfísica das relações de poder, apresentando não apenas o aspecto repressivo, mas o micropoder que produz discursos de verdade capazes de influenciar o desenvolvimento de um contexto favorável à diversidade organizacional em uma rede produtiva dispersa nesse tecido social. De outra parte, entendendo que essas práticas discursivas são engendradas por regimes de verdade, que constituem esses sujeitos, foi fundamental debater discursos exteriores (condições conjunturais) à instituição, mas que a situam em um escopo de economia geral do poder.

Para tanto, exploramos inicialmente conceitos em “unidades do saber”,⁴⁵ fruto do levantamento bibliográfico desta tese, que serviram para recortar campos de enunciados e possibilitar o agrupamento em categorias discursivas, as quais, posteriormente, pelo discurso foucaultiano, foram analisadas de modo a responder aos nossos objetivos. Vale ressaltar que esse movimento conceitual indutivo, *a priori*, visou apenas delimitar o campo de enunciados, os quais se mostraram em uma imensidão. O objeto evidenciado no *locus* da pesquisa norteou as discussões e demandou os conceitos específicos para as devidas argumentações e fundamentações.

⁴⁵ “Entretanto, antes de um enunciado ser tido como verdadeiro ou falso, ele deve estar inserido num conjunto prévio de regras que definem a filiação dos enunciados à disciplina, em uma espécie de mapa anterior que pré-posiciona os discursos, em uma organização de procedimentos que traçam as possibilidades de dizer o verdadeiro, de dizer o que tem sentido, de dizer o inteligível, de dizer o significativo. Trata-se, em suma, do que Foucault chamou de polícia discursiva: um conjunto de regras que coagem a multiplicidade dos enunciados a uma organização hierárquica, institucionalizada e unificada do discurso. Assim, surge uma “área”. Surge um “setor de estudo”. Surge uma “unidade do saber” (Severiano, 2016, p. 275).

Como primeira unidade do saber – **sexualidade, poder e resistência** –, compreendemos, baseados em Foucault (1979), que o poder não é apenas repressivo e sempre haverá espaço para formas coextensivas de resistência – “onde existe poder, existe resistência” (Foucault, 1988, p. 91) –, ainda que não se possa escapar desse poder, já que ele se manifesta nas relações, fazendo uso do discurso como instrumento e efeito, ou seja, utilizando-o para reforçar e para minar determinada norma – “fixam suas interdições, mas também afrouxam seus laços e dão margens a tolerância” (Foucault, 1988, p. 91).

Em Foucault (1988), é pelo sexo que todos devem passar para acessar sua própria inteligibilidade, disciplinando os corpos para atender o aparelho de produção no desenvolvimento do capitalismo. Nas organizações, esse poder poderia ser pensado como formas simultâneas de controle, local de empoderamento e objeto de resistência (Fleming, 2007), efeito das relações de poder-saber que agem na individualidade de cada um, vigiando, controlando, regulando e punindo comportamentos para disciplinar e trazer eficiência produtiva aos corpos (Foucault, 1987).

Articulados, tais conceitos – sexualidade, poder e resistência – podem contribuir para analisar, quando trabalhados em uma perspectiva queer, não apenas o fomento da resistência, no caso de nosso objeto – pressões ativistas –, mas para ampliar avaliações de práticas organizacionais locais e empíricas capazes de proporcionar atuação e intervenção diante das mais diversas situações de opressão, com potência para a criação de uma nova realidade social nas organizações, tendo em vista uma concepção de sexualidade múltipla e heterogênea em que homens sejam vistos como semelhantes em suas diversidades, sejam quais forem, banindo discriminações, pressupondo necessariamente combater dispositivos de poder pela biopolítica e gerindo a incapacidade e a neutralização dos indivíduos, que promovem formas de exclusão (Souza & Carrieri, 2010).

Louro (1997), numa perspectiva pós-estruturalista, afirma que o poder se exerce em várias direções e que grupos dominados são capazes de fazer das instâncias de opressão lugares de resistência e exercício de poder, constituindo socialmente diferentes maneiras de feminilidades e masculinidades. A proposta queer é reunir os que desconstroem as classificações fixas de identidade (Sampaio & Germano, 2014) em uma luta plural não circunscrita de antemão pela identidade, mas em um movimento social de alianças que tenha por objetivo se opor às forças e aos regimes disciplinadores e reguladores que expõem vidas a condições precárias (Butler, 2018),

produzindo assujeitamentos⁴⁶ e também resistência (Foucault, 1995). Importante frisar que esse processo não se dá pela desconstrução da categoria identidade, a qual passa a ser utilizada como operação performativa,⁴⁷ mas pelo esfacelamento da heterossexualidade compulsória, rechaçando identidades essencialistas (Taques, 2012), desenvolvendo condições ideológicas e materiais para produção de discursos e práticas de oposição, com vistas a desconstruções e reconstruções de culturas institucionais (Leme, 2017), uma vez que, como sustenta Butler (2009), um eu, mesmo dando conta de si, não tem história exclusiva que não seja história vivida e compartilhada com um conjunto de relações e normas sociais, para não ser incompleta. Segundo o que a autora defende, é dentro do contexto social e político que se deve refletir a moral e praticar a ética, visto que uma ética que não respeita a singularidade seria outra coisa: violência.

Como segunda unidade do saber, induzimos ao *corpus* de possíveis enunciados os conceitos **sujeito e emancipação**. Buscamos apresentar o conceito de emancipação,⁴⁸ sem a qual o sujeito obedece à hegemonia do poder (Foucault, 1988) e, quanto às normas de gênero, “[...] não vive[m] seu gênero de modos inteligíveis e est[ão]á exposto[s] a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência” (Butler, 2018, p. 41). A emancipação parte, portanto, de limitações dadas por preconceitos e exclusões que constroem sujeitos⁴⁹ dotados de diferenças que demarcam as características de subjugados (Franco, Magalhães, Paiva & Saraiva, 2017).

É importante, para melhor fundamentar esse raciocínio conceitual, esclarecer também a perspectiva pós-estruturalista de sujeito, que não acredita numa estrutura essencialista, a qual, discursivamente, em relações externas de linguagem, constrói a subjetividade, mas numa incompletude advinda da contingência social em que

⁴⁶ Ferramentas operadoras – quer de dominação, quer de libertação – moldando relações de poder cujo resultado final será uma dada forma de sujeito. Se for por operação dominadora, a modalidade que produz sujeito será do assujeitamento; se for libertadora, será da subjetivação (Souza, 2010).

⁴⁷ A performatividade é um modo de nomear o poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos (Butler, 2018).

⁴⁸ “Emancipação é algo múltiplo, heterogêneo, processual, contingencial, sempre envolto por poder e em constante movimento. Portanto, emancipação é um ponto-nodal e, assim sendo, um significante vazio, hegemonizado pelas particularidades que a contingenciam. Conforme afirma Laclau (2000b), para que uma particularidade se torne hegemônica, ela precisa atuar como ponto nodal, ou seja, algo capaz de unir as diversas particularidades em torno de um mesmo interesse comum. Desta forma, devido às particularidades que a constituem, só existe emancipação no plural, enfim, emancipações” (Souza, Souza & Silva, 2013).

⁴⁹ “O sujeito foucaultiano é um sujeito disperso e descontínuo na história, por se entender que uma pessoa (sujeito) não se constitui na origem, na gênese de um discurso. Vamos entender, portanto, que, para Foucault, nesse momento, só é possível conhecer determinado objeto a partir do que foi dito sobre ele, ou seja, em uma base linguística. Assim, “[...] o sujeito do enunciado não é o sujeito da frase, como também não é o seu autor. Ele é uma função vazia onde diferentes sujeitos podem vir tomar posição e, assim, ocupar esse lugar quando formulam o enunciado [...]” (MACHADO, 1988, p. 168)” (Silva, 2014b, p. 152).

[...] pensadores como Foucault e Deleuze sugerem que, ao invés de uma única e centralizada estrutura, existem múltiplas estruturas, discursos heterogêneos, relações de poder ou agenciamentos de desejos que são constitutivos da identidade, sendo estes imanentes ao campo social; [e] [...] Derrida e Lacan, enfatiza[m] a estrutura, mas a vê como indeterminada, incompleta e instável. (Souza *et al.*, 2013, p. 205)

Assim, devemos compreender o sujeito do pós-estruturalismo como capaz de se definir e ocupar espaço, recusando-se a ser objeto, exercendo poder de forma inesperada e até subversiva (Salih, 2016), aquele que se esforça, em meio às condições sociais, culturais, econômicas, políticas e pessoais, para conferir sentido às suas experiências e práticas sociais, refletindo e tomando consciência de si (Furlin, 2011). Foucault (1984; 2004b) chama esse processo de subjetivação, concebido pelas tecnologias de poder-saber pelas quais grupos e indivíduos podem operar transformações em si e nos outros com diferentes graus de autonomia, mais relacionado a práticas de liberdade que de libertação, uma vez que não existiria um sujeito soberano, mas transformações dos estados de dominação em relações de poder móveis, reversíveis e instáveis que permitem a liberdade ser praticada (Allen, 2015).

Na fase ética/genealógica, Foucault “[...] objetiva mostrar como o próprio sujeito se constitui nessa ou naquela forma determinada por meio de práticas que são jogos de verdade e relações de poder” (Souza *et al.*, 2013, p. 208). Em Touraine e Khosrokhavar (2004, p. 177), esse é o sujeito que deixa de ser indivíduo e emerge, de maneira individual ou coletiva, por meio de suas ações, resiste e promove transformações sociais mais amplas, ainda que se tornando mais exposto a dessubjetivação, uma vez que “[...] o privado torna-se político, o cultural torna-se político”. Em ambos os autores, esse sujeito emana de uma relação consigo mesmo e aparece numa condição de resistência política que permite afirmação de si (Furlin, 2011), aqui compreendida como mecanismo de inclusão/exclusão e relação de poder, de modo que as significações hegemônicas acabam excluindo as não hegemônicas (Souza & Carrieri, 2010). Não se sujeitar e se emancipar, talvez numa visão queer por Butler (2018), seria:

[...] entender que as normas de gênero são transmitidas por meio de fantasias psicossociais, que não originalmente criadas por nós, podemos ver que as normas do humano, são formadas por modos de poder que buscam normalizar determinadas versões do humano em detrimento de outras, fazendo distinções entre humanos ou expandindo o campo do não humano conforme sua vontade. Perguntar como essas normas são instaladas e normalizadas é o começo do

processo de não tomar norma como algo certo, de não deixar de perguntar como ela foi instalada e representada, e à custa de quem. Para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância. (Butler, 2018, p. 44)

“É um ator que simplesmente se põe de pé e ‘encena’ sua identidade num palco metafórico, de sua própria escolha” (Salih, 2016, p. 42). De todo modo, é prioritário o apoio no que diz respeito a condições materiais, ambientais e tecnologia social, para que corpos possam se mover e assim exercer o seu direito, que não é possível a todos, a depender do nível de precariedade em que se é colocado. É fundamental nesse jogo considerar as relações sustentadas para fins políticos que vulnerabilizam, dando origem a forças de resistências que, em casos extremos, podem até inviabilizar algumas existências (Butler, 2015).

Por último, esclarecemos que, ao usar a expressão emancipação, em vez de “expansão da vida”, termo mais utilizado pelo pós-estruturalismo como catalisador das mudanças sociais, o fazemos sem projetar algo universal e totalizante, nos referimos a emancipações que se relacionam mais ao desejo e menos à razão (Souza & Bianco, 2011).

Para a terceira unidade de saber, trabalhamos com **diversidade, gestão e inclusão social**. A diversidade, na complexidade do termo, em estudos organizacionais, quando direcionada ao gerenciamento, sinaliza dificuldades e oportunidades no trabalho em grupos não homogêneos, e muita ênfase se dá aos estudos de práticas, com possíveis efeitos positivos, os quais podem ser listados em diversos estudos (Siqueira, 2017).

No que compete às minorias sexuais e de identidade de gênero, constructo deste estudo, as estratégias mais utilizadas de gerenciamento da diversidade pelas organizações apontam para a implantação de planos antidiscriminação a fim de encerrar ou diminuir questões homofóbicas no ambiente de trabalho (Siqueira & Zauli-Fellows, 2006). No entanto, como analisam Saraiva e Irigaray (2009), não se sabe se a formalização é condição necessária, e os resultados têm se mostrado pouco efetivos, sugerindo que as políticas de diversidade, nas instituições, têm se constituído ideologicamente para projetar a imagem da empresa junto aos seus *stakeholders*,⁵⁰ permanecendo os preconceitos e as impunidades de comportamentos discriminatórios, a colocar

⁵⁰ Qualquer ator (pessoa, grupo, entidade) que tenha uma relação ou interesses (diretos ou indiretos) com ou na organização. Donaldson, T.; Preston, L. E. (1995). *The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications*. *Academy of Management Review*, Ohio, v. 20, p. 65-91, 1995.

em pauta a dimensão social das organizações que talvez demande gestão social, tendo em vista o seu entendimento como “ação política deliberativa, na qual o indivíduo participa decidindo seu destino como pessoa” (Paula, 2005, p. 45).

Em nosso âmbito de delimitação de estudo, compreende-se que: enquanto o discurso da diversidade sexual nas organizações implicar se referir a um grupo fora do modelo de referência – o padrão heterossexual –, esse discurso continuará a promover, quando muito, a “tolerância” que reitera a prevalência de determinado grupo social hegemônico sobre os demais, como defendido no referencial teórico.

É, portanto, fundamental problematizar a produção dessas diferenças (Silva, 2000) que precedem questões identitárias e importam as mais diversas formas de viver as sexualidades e os prazeres. A ideia dessa unidade de saber é ventilar estratégias de contradiscursos capazes de desconstruir procedimentos normativos, determinados por regimes de verdade que criam estereótipos sexuais carregados de estigmas, nesses ambientes, inviabilizadores da inclusão dos sujeitos LGBT construídos nesses discursos.

Clarificada a posição ocupada pelo sujeito investigado e seu campo de saber, no próximo item, relatamos a construção do *corpus* empírico consoante a consecução da materialidade empírica deste estudo, os enunciados.

2.3.2 Construção do *corpus* empírico

Entendendo que o discurso, enquanto conjunto de enunciados descritos numa formação discursiva, é o instrumento e o efeito desse poder, que o veicula e o produz, o reforça e o mina (Araújo, 1998), introduzindo saberes contra pretensões de dominação hegemônica e, desse modo, pode impactar acontecimentos dispersos que podem vir a favorecer a emergência da promoção da diversidade sexual da UnB, iniciamos a construção desse *corpus* empírico pelo levantamento desses enunciados.

Para chegar aos enunciados, partimos da construção de um arquivo,⁵¹ formado por 25 entrevistas feitas com participantes de coletivos, projetos e/ou programas LGBT da UnB e

⁵¹ “Jogo das regras que, numa cultura, determina o aparecimento e desaparecimento de enunciados [...] discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história” (Revel, 2005, p. 18). “O arquivo contém a episteme: o conjunto de relações que liga os diferentes tipos de discurso, correspondentes a uma época. Depois, integrará os dispositivos, que incluem o social não discursivo” (Thiry-Cherques, 2010, p. 224).

documentos. A entrevista foi um ponto importante do trabalho devido não apenas à dificuldade de acessar esse público nas universidades, mas também ao risco de ter os dados enviesados pela diversidade de atores envolvidos nessas dinâmicas.

Tabela 2 – Perfil dos Entrevistados

Entrevistado	Posição de Sujeito	Duração
E18	Ativista de coletivo	48 min
E11	Ativista de coletivo	56 min
E23	Ativista de coletivo	56 min
E3	Ativista de coletivo	1h 11min
E14	Ativista de coletivo	1h 17min
E5	Ativista de coletivo	1h 02min
E2	Ativista de coletivo	59 min
E8	Ativista de coletivo	58 min
E13	Ativista de coletivo	1h 02min
E4	Ativista de coletivo	53 min
E10	Ativista de coletivo	52 min
E6	Ativista de coletivo	1h 36min
E16	Estudante e participante de ações	46 min
E12	Estudante e participante de ações	41 min
E17	Servidor e participante de ações	47 min
E15	Servidor e participante de ações	1h 11min
E19	Servidor e participante de ações	1h 07min
E21	Servidor e participante de ações	55 min
E7	Servidor e participante de ações	1h10 min
E24	Servidor e participante de ações	1h 07min
E25	Servidor e participante de ações	35 min
E22	Servidor e participante de ações	1h 04min
E1	Ativista de coletivo	52 min
E9	Ativista de coletivo	44 min
E20	Ativista de coletivo	37 min

Elaborado pelo autor.

Optamos por identificar as posições ocupadas pelos sujeitos em detrimento de seus nomes. Essa escolha é coerente não apenas com os critérios éticos definidos para este trabalho, como com a perspectiva foucaultiana, uma vez que o foco de análise está direcionado para as posições de sujeito, independentemente da identidade dos entrevistados. Em outras palavras, o que importa é acessar *o que falam e de onde falam*.

Os participantes foram escolhidos por meio da técnica bola de neve.⁵² Por isso, vale esclarecer que, na seleção de sujeitos por conveniência, ainda que evitando formulações de caráter particularista e tendenciosidades, estabelecemos os seguintes critérios para evitar enviesamentos: era preciso ter, dentre os pesquisados, não um número de saturação teórica, mas acesso a participantes que atuam ou atuaram (distanciamento de, no máximo, quatro anos da atividade) com a temática LGBT em coletivos, ações e programas institucionalizados e não institucionalizados na UnB, e mesclamos participantes que se percebem lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e não binários que fossem vinculados e desvinculados da gestão, além de também entrevistar participantes de ações mais relacionadas à performatividade no ativismo, o que favoreceu explorar as diversas perspectivas teóricas da racionalidade do nosso objeto.

Num entendimento de saturamento do campo (Lincoln & Denzin, 2005), no momento em que percebemos ter entrevistado o número suficiente de pessoas que se apresentavam com as diferentes representações sobre o assunto, demos por concluída a coleta (Gaskell, 2002).

O procedimento de coleta de dados foi aplicado pelo próprio pesquisador e iniciado só após a aprovação por um Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), via Plataforma Brasil (ver anexos 1 e 2). A todos os participantes foram explicados os objetivos da pesquisa e mantido o caráter voluntário da participação, assim como o sigilo de respostas e identidades. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – ver apêndice 1), as entrevistas foram realizadas. Houve gravação consentida para facilitar o processo de análise, e duas delas foram feitas via Skype, casos em que a autorização do TCLE foi dada verbalmente.

Planejamos um roteiro prévio das entrevistas para garantir a qualidade e a efetividade da coleta de dados. Assim, por meio de suas 23 questões (ver apêndice 2), investigamos sobre a participação dos entrevistados nos coletivos LGBT da UnB, no que diz respeito à sua forma de ingresso, às atividades que desenvolve, às experiências e ao histórico desses grupos; adentramos

⁵² A amostra por bola de neve é uma técnica de amostragem não probabilística em que os indivíduos selecionados para serem estudados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos.

também em questões mais individuais sobre as vivências positivas e negativas desses ativistas LGBT nesse espaço e tempo, além de explorar a percepção deles sobre as relações pessoais e grupais nesse ambiente no que compete às questões de diversidade. Tudo isso no intuito de saber, por meio desses discursos, como esses sujeitos se fazem atores políticos e de entender suas lutas e o papel destas últimas na promoção da diversidade da UnB.

As entrevistas foram semiestruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas, para que o informante tivesse a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, podendo fazer perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras, com elasticidade de duração e respostas espontâneas (Boni & Quaresma, 2005). Esse instrumento foi utilizado em todos os objetivos da pesquisa, sendo desenvolvido a partir da teoria/conceito relacionada a cada um deles. Pressupondo:

a) que o pesquisador tenha muito bem definidos os objetivos de sua pesquisa (e introjetados — não é suficiente que eles estejam bem definidos apenas “no papel”); b) que ele conheça, com alguma profundidade, o contexto em que pretende realizar sua investigação (a experiência pessoal, conversas com pessoas que participam daquele universo – egos focais/informantes privilegiados –, leitura de estudos precedentes e uma cuidadosa revisão bibliográfica são requisitos fundamentais para a entrada do pesquisador no campo); c) a introjeção, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista (fazer uma entrevista “não-válida” com o roteiro é fundamental para evitar “engasgos” no momento da realização das entrevistas válidas); d) segurança e autoconfiança; e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação. (Duarte, 2004, p. 216)

Ressaltamos que, para melhor contextualizar e complementar as informações coletadas, também se fez necessária a realização de uma pesquisa documental, a qual abrangeu o máximo de documentos identificados sobre o histórico social dos grupos ativistas LGBT da UnB, bem como seus objetivos e ações, além de um mapeamento das políticas formais e práticas de diversidade dessa instituição. Para tanto, foram utilizados dados de estudos anteriores, arquivos da universidade (tanto arquivos *on-line* quanto registros impressos da Diretoria de Diversidade) e, conjuntamente, levantamento de dados de posse dos coletivos (tanto arquivos *on-line* de suas redes sociais quanto registros impressos que puderam ser compartilhados). Segundo Guba e Lincoln (1981), os documentos podem constituir uma fonte estável e rica de informações de onde o pesquisador poderá retirar evidências que fundamentem suas afirmações, podendo ser consultados em qualquer

tempo, com a vantagem de ter baixo custo financeiro, o que foi fundamental para a caracterização histórico-social dos grupos ativistas LGBT e da política de diversidade da UnB.

Feito isso, passamos a necessitar de um procedimento de análise discursiva que pudesse evidenciar as “[...] regras pelas quais se coordenam ou subordinam os enunciados; [...] ato de poder, não destituído de vontade” (Carrieri, Pimentel & Cabral, 2010, p. 110), que, para Foucault (2014), “[...] precisa ser questionada, possibilitando compreender as condições de formação de um discurso, percebendo por quais desejos e poderes o sujeito luta e quer se apoderar”, tendo em vista que “[...] o discurso não é somente lugar de expressão de um saber, mas que através dele o poder se exerce” (Vandresen, 2010, p. 7). Foi a ADF naturalmente escolhida pela aderência, a qual será detalhada como última parte deste capítulo.

2.3.3 Descrição da ADF como estratégia de análise dos dados neste estudo

Recorremos à análise de discurso foucaultiana (ADF) neste trabalho, nos moldes defendidos por Fischer (2001), para uma análise enunciativa capaz de dar conta das práticas concretas ainda vivas nos discursos naturalizados pelos dispositivos de saber-poder que estabelecem e reforçam desigualdades que correspondem à negação de sexualidades ditas desviantes, caracterizadas enquanto anormais (Foucault, 1988).

Entendemos que a constituição dos sujeitos é perpassada por processos de subjetivação que constroem discursivamente, através de fluxos e forças, identidades e subjetividades, em que os indivíduos não têm escolha, a não ser se submeter aos “jogos de verdade” (Souza, 2014). Foucault (1985) utiliza o termo dispositivo⁵³ para teorizar sobre o processo segundo o qual todos são formados e organizados para serem “naturalmente” heterossexuais. Desse modo, tal dispositivo

⁵³ “[...], tanto no uso corrente quanto na perspectiva foucaultiana, esse termo diz respeito a uma série de práticas e de mecanismos (sejam eles linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) como resposta a uma urgência e obtenção de um efeito. Nesse caminho, buscando a etimologia da palavra ou sua genealogia teológica, como ele mesmo afirma, o filósofo italiano [Giorgio Agamben] diz que o termo latino dispositivo – do qual deriva a palavra dispositivo – é um ancestral a se mirar. Segundo ele, o termo se constitui como a tradução de um conceito implantado pela teologia cristã, *oikonomia*, o qual se mistura com a noção de providência e ganha contornos semânticos ligados ao governo do mundo e da história dos homens. Muitas vezes traduzido como sinônimo de aparelho, especialmente quanto à sua transposição para a língua inglesa – o que se mostra uma impropriedade, já que se trata muito menos de uma maquinaria física do que uma engenharia complexa para entendimento dos mecanismos de poder – há autores que propõem a expressão “rede de inteligibilidade” como sua equivalente: “[...] se tivermos em mente que a ‘rede de inteligibilidade’ é o método eficaz do historiador, [...] então deveríamos nos aproximar de uma compreensão mais adequada daquilo que Foucault compreende por dispositivo” (Dreyfus; Rabinow, 2010, p. 134) (Paixão, 2017, p. 71-72).

ativa na relação poder-saber múltiplas redes de relações sociais das quais ninguém escapa, mas nem por isso é somente dominante ou dominado (Souza *et al.*, 2006).

Os dispositivos de natureza relacional incluem, além dos discursos, práticas, instituições e táticas. Nesse sentido, vários outros elementos podem produzir novas distribuições e alterar sua posição (Thiry-Cherques, 2010; Raffnsøe, Gudmand-Hoyer & Thaning, 2016). Ou seja, enquanto categoria, o dispositivo “[...] é um operador metodológico que nos auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação [...] concebidas como instituições, pois têm uma realidade material e disparam efeitos, tais como: lutas, processos de servidão e dominação” (Lemos & Cardoso Jr., 2009, p. 356).

Para operacionalizar a análise, consideramos entrevistas semiestruturadas com ativistas LGBT da UnB relacionados à questão de diversidade sexual. A escolha desses artefatos se deu pelo reconhecimento do seu valor em face da discussão que pretendíamos problematizar e dos objetivos que almejávamos alcançar com o desenvolvimento desta pesquisa.

O *corpus* foi constituído primariamente de enunciados originados de 25 entrevistas com participantes de movimentos, projetos e programas em prol da causa LGBT na universidade (quadro sociodemográfico apresentado no tópico anterior), verificando, nos discursos estabelecidos, o efeito de contribuição no desenvolvimento da diversidade sexual na UnB.

Os dados foram analisados visando caracterizar como certos enunciados e práticas conformam os sujeitos LGBT na universidade, produzindo o sujeito de direito da diversidade sexual⁵⁴ que contribui com a emergência das práticas de diversidade. Lançamos um olhar crítico a essas políticas por ser o comum transformarem-se em políticas de tolerância: “Não questionando a exclusão, e nem os mecanismos de produção desta. Mas, ao contrário, procurando esquecê-los em nome de uma urbanidade e simpatia [...] Tolerando os outros que precisam ser cuidados, incluídos, acolhidos, pela sua ‘má sorte’” (Rodrigues & Silva, 2018, p. 133). Nesse sentido, a análise visa também trazer à luz as percepções construídas nas relações de poder que favorecem a transposição de limitações e coerções relacionadas à diversidade sexual a partir da experiência de resistência.

⁵⁴ “O sujeito viável que, rendido diante das garantias civis e jurídicas já alcançadas, ajusta-se à norma, ao mercado e aos discursos que o fabricam como um corpo livre da abjeção” (Sierra, 2013, p. 81).

Tais enunciados produtores desses modos de vida (Rodrigues & Silva, 2018) constituem-se como práticas sociais e apresentam regularidades intrínsecas que definem uma rede conceitual que lhes é própria e se impõe a todos que falam em determinado campo discursivo (Fischer, 2001).

Nessa perspectiva, o estudo leva em consideração uma proposta metodológica de deslocamento analítico em direção ao exterior e atrelado a concepção e operacionalização da instituição num contexto global, identificando o modo como o poder se expressa nesse espaço-tempo e posteriormente encaixa esse debate no plano micropolítico, onde “[...] o discurso não seria apenas veículo pelo qual são retratados os fatos, mas, sobretudo, um objeto de disputa política” (Porto, 2014, p. 365).

Para isso, foi necessário trabalhar tanto em nível macro com os cenários que colaboram com constituição dos regimes de verdade e propiciam a emergência da diversidade sexual nas instituições de ensino superior no Brasil e no mundo, enquanto acontecimentos (condições conjunturais, espaço e sociedade em que surge), quanto em nível micro, explorando os elementos discursivos e institucionais, bem como as relações sustentadas e reproduzidas que produzem efeitos de poder nas práticas organizacionais. E assim buscamos uma ordem teleológica dos fatos que se volte para o ponto de origem e para o devir (Nalli, 2006; Porto, 2014; Bretas, 2015).

O cenário externo que conforma os regimes de verdade foi discutido a partir de levantamento bibliográfico relacionado ao tema, enquanto, para análise dos enunciados dos entrevistados, fizemos uso da ADF, baseados nas asserções teórico-metodológicas de *A ordem do discurso* (Foucault, 2014), que marcou a transição da fase arqueológica para a genealógica, em que o discurso é produzido pelo poder, que é exterior a ele (Vandresen, 2010), aduzindo a procedimentos exercidos interna e externamente que legitimam o acesso à ordem discursiva.

Quanto aos procedimentos que “[...] se exercem de certo modo do exterior e funcionam como sistemas de exclusão; concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (Foucault, 2014, p. 20), são independentes deles e, sendo assim, impõem um limite à circulação discursiva.

A primeira forma dessa exclusão discursiva se dá pelo controle sobre o que pode ser dito, em que circunstância e a quem é permitido falar (a condição para a interdição, que é como se denomina a primeira forma de exclusão do discurso que, por sua vez, aparecendo associada ao desejo e ao poder, indica que, como os próprios discursos são formadores de objetos de desejo, são eles mesmos uma forma de dominação por meio de determinadas práticas sociais), no que

trabalhamos ao analisar as condições em que os objetos dos discursos LGBT ativistas na UnB têm sido interditados/limitados.

A segunda forma de exclusão é pela separação e pela rejeição: a separação razão-loucura está ligada ao fato de que o discurso da razão é o discurso que circula, é aceito e acreditado, e o dos “loucos” deve ser invalidado (Foucault, 2014). Nesse sentido, identificamos como os discursos dos sujeitos LGBT têm sido silenciados e censurados na UnB.

A terceira forma de exclusão pode ser compreendida como a vontade de verdade, que funciona como a direção para as duas outras formas de exclusão acima elencadas: interdição da palavra e segregação da loucura (um binômio que se altera em favor de épocas, lugares e pessoas; assim, é mais do que uma simples dicotomia). Considera-se que as práticas discursivas que vão em direção à vontade de verdade encontram-se estabelecidas e reforçadas em espaços e instituições, autoridades, sujeitos enunciativos etc. Em termos literais, “[...] essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 2014, p. 17). Para essa forma de exclusão, quisermos compreender que práticas de saber disciplinam o objeto do discurso desses ativistas LGBT na UnB.

Quanto aos procedimentos de controle, que se exercem no interior dos discursos, investigamos os procedimentos comentário, autor e disciplina os quais “[...] funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, dessa vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (Foucault, 2014, p. 20). Esses procedimentos são desempenhados pelos próprios discursos e controlam a função de dispersão, acontecimento e aleatoriedade, sendo eles compreendidos da seguinte forma:

- **Comentário:** o primeiro procedimento interno é o que mantém um desnível solidário em relação ao texto a que se refere (o comentário é o que permite a aparição – aleatória – daquilo que foi dito a partir do discurso e que não era anteriormente previsto, tornando-se parte do próprio discurso). “O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado [...]. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2014, p. 24-25). Nesse procedimento, analisamos o relacionamento dos comentários com o discurso vigente na UnB com o fim de saber se este se integra ou busca a subversão.

- **O autor:** é o segundo procedimento interno, que consiste no sujeito por trás do discurso, o qual é acionado como princípio de agrupamento dos discursos referentes a determinado grupo de textos. Mas a grande ideia por trás é a de que existe alguém que ocupa um status na ordem do discurso. “[...] o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. [...] O comentário limitava o acaso do discurso com o jogo de uma identidade que tinha a forma da repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso com o jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu” (Foucault, 2014, p. 25 e 28). Para esse procedimento, buscamos identificar o sujeito por trás do discurso e qual sua posição no *locus* da pesquisa.
- **As disciplinas:** é o terceiro grupo das formas de limitação interna, e a primeira observação é a de que elas agem em sentido inverso tanto do comentário quanto do autor. Distanciam-se dos comentários pelo fato de não buscarem a essência daquilo que já foi dito, fazendo que determinados discursos, embora requeiram atualização de enunciados, tendam a ser repetidos. Distanciam-se do autor por agirem de forma anônima a qualquer um que possa acessá-las. “[...] seria preciso reconhecer também no que se denomina, não as ciências, mas as ‘disciplinas’, outro princípio de limitação. Princípio este também relativo e móvel. Princípio que permite construir, mas conforme um jogo restrito” (Foucault, 2014, p. 28). Para tal, analisamos o reconhecimento das proposições tornadas verdadeiras às custas das que são tornadas falsas.

Cabe relatar que esse processo, na prática, se deu após a seleção, a sistematização e a alocação dos enunciados a determinadas práticas discursivas, conforme exposto a seguir, tendo o cuidado de obdecer aos três grupos de funções sugeridas por Foucault (2014, p. 48): “interrogar a nossa vontade de verdade; restituir ao discurso o seu carácter de acontecimento; finalmente, abandonar a soberania do significante” ao analisar as condições, jogos e efeitos dos discursos.

Assim, para estruturar a análise de dados, evitando tautologias ou definições circulares, ainda que haja total conexões das partes, desenvolvemos inicialmente uma tabela no *software* Microsoft Excel, em que distribuímos os enunciados selecionados em práticas discursivas, pelo que consideramos tanto mais aderente à discussão em atendimento aos objetivos da pesquisa, quanto em conjuntos relacionados a uma mesma formação discursiva, ou seja, pertencentes a um

mesmo campo discursivo, o qual foi definido pelas unidades de saber apresentado no tópico anterior desse capítulo.

Com base nisso, atendemos ao objetivo geral desse empreendimento ao operar a análise de enunciados dos ativistas LGBT da UnB, no sentido de identificar as resistências que contribuem para a promoção da diversidade sexual desse ambiente.

Quadro 2 – Relação das práticas discursivas com o campo de saber, objetivos de pesquisa e enunciados empíricos coletados

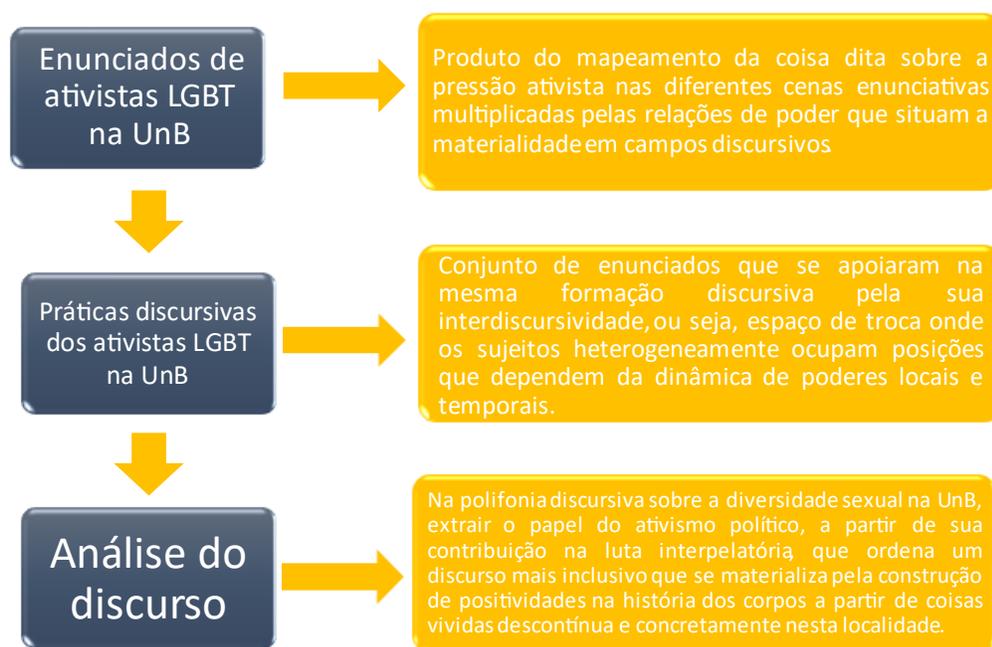
Unidades de saber	Objetivos específicos de pesquisa	Práticas discursivas	Enunciados
Sexualidade poder e resistência	* Identificar a dinâmica das lutas LGBT por igualdade de direitos e respeito as diferenças na UnB;	* “Lutar por si mesmo, porque é uma questão que fala sobre a gente, mas não é sobre nós”: a aliança política dos corpos;	Ex. “Eu acho que é mais uma questão de laços, de redes, formação de redes, se reconhecer, de se empoderar, de se autoafirmar, de se colocar, se posicionar” [E9]
Sujeito e emancipação	* Explorar a construção histórica do sujeito político LGBT na UnB, individual e coletivamente;	* “Nascemos das lutas, como defensores dos oprimidos e problemáticos”: a construção do sujeito LGBT ativista na UnB;	Ex. “A Corpolítica ⁵⁵ surge em uma tendência dos novos movimentos sociais de se radicalizar, de pegar suas pautas e de começar a combater as estruturas de preconceito, de poder, de apropriação [...]” [E6]
Sujeito e emancipação	* Investigar no discurso dos ativistas LGBT da UnB seu processo emancipatório;	* “Querendo ou não é um espaço que pressiona muita gente de diversas formas”: o processo emancipatório, em sujeitos LGBT ativista na UnB, subjetivados pelo neoliberalismo;	Ex. “Porém eu acho que é bem clara essa questão de quem está no padrão consegue mais fácil...” [E20]
Diversidade, Gestão e Inclusão	* Analisar nos discursos dos ativistas LGBT na UnB o efeito de poder de suas práticas e relações para que a diversidade exista como é nesse espaço e tempo ao dar conta de saberes insurgentes, locais e descontínuos que provocam rupturas.	* “Começou um processo de ativismo muito intenso dos alunos e isso foi criando um novo clima na faculdade”: como ações dos ativistas LGBT nas relações de poder da UnB contribuíram para que a diversidade sexual pudesse se tornar o que é?	Ex. “[...] só da pessoa ser tratada no pronome” [em referência à política do nome social] [E1]; “[...] momento bem fecundo de direitos LGBT” [E3]; “[...] tentativas da gestão de chamar os coletivos para conversar” [E8]

Elaborado pelo autor.

⁵⁵ Projeto de extensão e coletivo da UnB.

A partir desse ponto, foi possível reduzir o volume de dados transcritos, os quais ultrapassaram 600 laudas impressas, e seguir para o ordenamento dos discursos dentro de uma história genealógica que possibilitou a estes nascerem e se perpetuarem, apesar e através dos procedimentos de *exclusão* e *rarefação*, exercendo poder nos discursos organizacionais de diversidade sexual na UnB, o que pode ser demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxo de operação da ADF neste trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Fischer (2001).

Em suma, relatamos o contexto do aparecimento dos enunciados dos ativistas LGBT na UnB pela expressão dos indivíduos nos jogos das relações de poder, influenciados por saberes que lhes promovem sentido e possibilitam regularidades, criando formações discursivas que exercem sobre eles certo controle, pela vontade de verdade, que é positiva e possibilita lutas que podem produzir efeitos práticos de mudança.

Nesse sentido, a análise se firma ao se observar nessa rede de relações o que foi regularmente dito, em termos de resistência, e que permitiu individualizar práticas discursivas, as

quais articulam saberes e práticas institucionais capazes de moldar corpos e padrões que regulam todo corpo social, nesse espaço e tempo, relativo à diversidade sexual.

Para tanto, foi necessário criar um quadro que integrasse as perspectivas teóricas às suposições filosóficas, que chamamos de unidades de saber, sendo elas: sexualidade, poder e resistência; sujeito e emancipação; diversidade, gestão e inclusão social. Tais unidades permitiram dialeticamente examinar as questões da pesquisa por meio do ordenamento discursivo que é produzido pelo poder exterior a ele, por meio de procedimentos externos e internos que impõem limite à circulação das práticas discursivas que engendram regimes de verdade e constituem sujeitos, dando conta, pois, de práticas concretas que ativam na relação poder-saber a emergência das práticas de diversidade nessa instituição.

Desse modo, os dados foram analisados e discutidos a partir das práticas discursivas ancoradas nas relações de poder, como sugere Foucault (2014; 2019), levando-se em consideração nesses discursos tanto os procedimentos internos quanto externos, supramencionados, e que exercem influência na coisa dita ao encarregar-se de contínua reprodução e controle de sua dispersão. Finalmente, retomamos os objetivos propostos neste trabalho e concluímos confirmando seu alcance, suas limitações e sugestões de novos estudos.

Na próxima parte desta tese, fazemos a apresentação e a análise dos resultados, tendo por base todo o referencial teórico discutido.

Que lugar ocupo?

*O Estado me afronta, diz me reconhecer
Na verdade, me manipula, me lê
De qualquer forma e sem dignidade, quero me recuperar
Eu preciso ser ouvida, ter o meu lugar
Que identidade é essa?
Sou bissexual, transviada, não binária
Sem direito de ser mãe
Nem me permitem ir ao banheiro com dignidade
Quanta negligência!
Eu quero ser, quero viver
Subsistir com todas as letras
Sentir-me íntegra
Enfim, não quero me identificar
Só quero ser
Humana como sempre fui
E individual como realmente sou*

LUISE FERNANDES – UNB CORPOLÍTICA

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo, ao abordar a genealogia foucaultiana na localidade da UnB, nos últimos quatro anos, busca demarcar aspectos de tempo e lugar por compreender que a subjetivação do indivíduo é em movimento e impactada por aspectos históricos e geográficos (Narvaz & Nardi, 2007).

Assim, nesta parte do trabalho, o ponto de problematização passa a ser onde o poder estabelece e produz seus efeitos, circulando os indivíduos sem fixidez ou dominação, mas nas formas e instituições que se aproximam das microfísicas e favorecem que estes sejam passivos e ativos, ou seja, materialmente permeados de acontecimentos de aceitação e resistência, em um jogo permanente de sentidos que emaranha interpositividades (Pogrebinschi, 2004; Foucault, 2008).

Isso se faz importante porque é nesse contexto que os dispositivos criam categorias e hierarquias identitárias para classificar, julgar e condenar vidas em determinado tempo e espaço (Foucault, 1999), fazendo uso de suas micropolíticas para permitir a emergência de diferentes formas de sujeitos, os quais são submetidos a jogos de verdade em que a subjetividade é objeto de práticas de coerção, de liberdade e de si (Foucault, 1988; 1997).

Dessa forma, depreender a construção discursiva e institucional é fundamental ao se intentar deduzir a contribuição dos ativistas para que determinadas práticas de diversidade sexual aconteçam na UnB de maneira institucionalizada ou não, visto que esses processos ocorrem em campos discursivos que servem à produtividade das relações e ao exercício de poder (Peci, Vieira & Clegg, 2006).

Quando o que está em jogo, apoiado por instrumentos de saberes, são os efeitos de subjetivação e sujeição que produzem sujeitos pautados na sociedade de controle (Foucault, 1987), torna-se fundamental, para discutir o que nos propomos neste trabalho, analisar o dispositivo da sexualidade, buscando nele isolar estratégias dominantes dessas relações de força que modelam, contaminam e controlam indivíduos (Agamben, 2005), os quais são de possível visualização pela genealogia dos seus movimentos históricos que expõem curvas de enunciação e visibilidade (Deleuze, 1990) e demonstram as práticas sociais de poder que objetivam nas suas tecnologias e subjetivam por seus efeitos (Dreyfus & Rabinow, 1995) em uma “rede de inteligibilidade”.

Esse processo ocorre a partir das formas de resistência, estratégias antagônicas que pressupõem o descontínuo e o disperso que se ligam ao devir histórico, ontologia crítica do presente, pelo qual a história não é memória, mas, sim, genealogia (Alvim, 2010; Revel, 2005; Foucault, 1995).

Narramos essa história em duas partes. Na primeira, contamos a história de luta dos grupos ativistas, em favor da diversidade na UnB, tanto pela lente dos entrevistados desta pesquisa quanto por meio de pesquisa documental no que diz respeito a descrições, objetivos, estrutura, abordagens e ações. Além disso, ainda nessa parte, caracterizamos as políticas formais identificadas quanto a história, finalidade, ações e percepção dos entrevistados, entendendo que essas práticas institucionalizadas, em que pese às críticas e problemáticas envolvidas, têm potencial para estabilizar processos de mudanças organizacionais (Peci, Vieira & Clegg, 2006) e, portanto, se tornam importantes em apoio à desestabilização dos poderes hegemônicos que oprimem.

Na segunda parte dos resultados e discussão, a partir das práticas discursivas coletadas nas entrevistas, em que analisamos a ordem do discurso dos ativistas LGBT da universidade, mediado pela teoria foucaultiana e queer sobre a construção do sujeito, suas formas de resistência e os efeitos emancipatórios dessas relações de poder, concretizamos a construção genealógica que permitiu não só identificar acontecimentos que confrontam os padrões hegemônicos, mas mostrar instabilidades,

incertezas, conflitos e possibilidades sempre presentes, como sugere a literatura, no processo de promoção da diversidade sexual em organizações, o que se confirma neste estudo.

3.1 Histórico social dos grupos ativistas LGBT e caracterização das políticas de diversidade da UnB

Antes de contar a história desses grupos, é importante apresentar a Universidade de Brasília (UnB), instituição que elegemos para a realização deste estudo empírico, por motivo de ser uma das percussoras, dentre as instituições públicas de ensino superior no Brasil, a implantar políticas, projetos e programas voltados para a diversidade sexual.

Importante se faz lembrar que sua a história é permeada por lutas “no dia 29 de agosto de 1968, a Universidade de Brasília (UnB) foi alvo de uma invasão militar que resultou no espancamento, prisão e tortura de estudantes e funcionários [...] Um dos grandes alvos da operação foi a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB)”⁵⁶, ainda assim manteve-se plural demonstrando que sua comunidade nunca foge à luta e que o pensamento crítico faz parte de sua natureza.

Essa instituição que nasceu em 1962, hodiernamente, além de ser referência acadêmica nacional, apresenta a diversidade cultural nos seus *campi* como uma de suas características mais marcantes e se propõe, enquanto missão, a “produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável”.⁵⁷

Como já apresentado, a dimensão da UnB em números (ver tabela 1 na fundamentação teórica) mostrou-se grandiosa. De outra parte, entendemos que a instituição se diferencia, principalmente, por outro aspecto, qual seja: “entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país”,⁵⁸ o que nos levou a perceber ser a UnB o cenário e o contexto ideais para a realização deste trabalho, que, além das justificativas já elencadas, produz justa memória das lutas LGBT deste tempo nessa instituição.

⁵⁶ Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/2475-50-anos-da-invasao-da-universidade-de-brasilia-a-luta-por-democracia-ontem-e-hoje>. Acesso em: 19 abr. 2021

⁵⁷ Disponível em: <https://www.unb.br/institucional/a-unb>. Acesso em: 19 abr. 2021.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/historia>. Acesso em: 19 abr. 2021.

3.1.1 Os grupos LGBT

Evidenciou-se neste trabalho a existência de grupos de LGBT ativistas na UnB, os quais são formados a partir de indivíduos que se identificam pelos seus interesses comuns, na defesa de direitos iguais ou de respeito às diferenças, e visam impactar a comunidade universitária, importando como objetivo imperioso produzir contradiscursos e ações no intuito de proporcionar apoio social e provocar desarranjos nas normatizações e normalizações que prescrevem hierarquizações e classificações marginalizadoras das formas de viver as sexualidades e os gêneros em contraposto às heteronormas.

Considerando que muitos desses grupos operam de maneira informal e às vezes se reúnem de forma espontânea e esporádica, e não sendo objetivo deste trabalho o mapeamento detalhado desses grupos, mas debater seu papel na promoção da diversidade nesse espaço e tempo, privilegiamos nessa descrição aqueles que se mostraram mais contínuos, presentes internamente, independentes de partidos políticos e com maior reconhecimento, por parte dos entrevistados, que representam, de maneira ampla e obviamente incompleta e instável, sexualidades e gêneros dissidentes da heterossexualidade compulsória presentes nesse *locus* de pesquisa.

Não sendo também objetivo desta investigação fazer enquadramentos tipológicos, de toda forma, apoiando-nos em Githens e Aragon (2009), historicizamos esses grupos pelo que essa literatura considera como sendo de maior relevância, qual seja: suas variações quanto a objetivos/metas; estrutura; abordagens e ações, conforme demonstrado no Quadro 3, que, inclusive, apresenta de forma ilustrativa percepções dos entrevistados sobre o cotidiano desses agrupamentos.

Destacamos nessa caracterização a importância da inclusão da Diretoria de Diversidade da UnB (DIV), ainda que faça parte da gestão universitária, pela sua relevância nesse processo enquanto estrutura catalizadora não apenas da formação de atores do ativismo interno nessa instituição, mas, sobretudo, por exercer poder, quando, pelos meios formais institucionais que lhe são conferidos, articula e executa ações, programas e políticas voltados à diversidade.

A DIV é uma das diretorias que compõem o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) e foi criada pelo Ato da Reitoria nº 488, de 9 de maio de 2013. De acordo com o *site* oficial⁵⁹ da Diretoria de Diversidade, seus objetivos são: “elaborar, implementar, coordenar, executar e avaliar as políticas, programas, projetos e ações, visando à igualdade de oportunidade, ao acolhimento e

⁵⁹ Disponível em: <http://div.unb.br/index.php/diretoria-div>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ao respeito à diferença, bem como sua valorização”; “ser um canal de referência para acolhimento de vítimas, por meio de orientações, aconselhamento e demais encaminhamentos nos casos de violação de direitos relacionados às questões da diversidade”; “promover a cidadania e o exercício prático da democracia no âmbito da comunidade universitária”; “promover fóruns e espaços permanentes de discussão, para elaboração de políticas, programas, projetos e ações relacionadas à questão da diversidade na comunidade universitária”.

Quanto a questões estruturais, na Diretoria de Diversidade, existe uma coordenação específica LGBT chamada Codsex, cuja estrutura é formada por servidores, o que favorece processos sucessórios e atuação perene. Por ser instituída pela administração superior, tem características das abordagens do tipo convencionais (Githens & Aragon, 2009). Nesse sentido, suas causas podem se deparar com situações ambivalentes, no que diz respeito aos objetivos institucionais e da comunidade LGBT, que em algumas situações não convergem.

Suas principais ações têm sido de acolhimento de denúncias LGBTfóbicas e encaminhamento à rede de proteção; de visibilidade e sensibilização por meio de cursos e calendário de eventos; e de desenvolvimento e implementação de políticas, normas e editais voltados para o público LGBT no âmbito da UnB.

Na percepção dos entrevistados, a DIV apresenta: problemas orçamentários – “[...] na troca do governo, que antes tinha o dinheiro, tinha um prazo para receber, mudou o governo e de repente o dinheiro desapareceu e ninguém sabe onde é que está” [E1]; importância como aliado dos coletivos – “Aqui dentro da UnB eu acredito que é indispensável você ter respaldo, na questão LGBT tem que ter um respaldo da DIV, enquanto ela existir (porque não é uma certeza de que exista para sempre)” [E3]; apoio aos ativistas – “DIV reconhece nossa voz” [E4]; ser parte da arena de disputas da gestão universitária – “A UnB é uma instituição política [...] Dependendo das forças políticas e dos sujeitos envolvidos e articulados, a gente vai ter ações mais progressistas, mas em outros momentos, principalmente em contextos de crise, a gente vai, sem dúvida nenhuma, pelo discurso economicista ou de cultura que reproduz um pensamento cis hétero patriarcal, cis hétero sexista, racista e LGBTfóbico, a gente vai ser muito atacado, inclusive no plano mais administrativo legal” [E7]; aspectos de coletivo LGBT – “[...] apesar de não ser um movimento, ser alguma coisa institucional, porém, entretanto, eu colocaria como um movimento sim porque é um movimento institucionalizado” [E15].

Quadro 3 – Histórico e características gerais dos principais grupos ativistas identificados no estudo

1. Rexistir

Projeto de extensão dos alunos de Direito da UnB criado em 2016⁶⁰ que compreende um Centro de Resistência e Conscientização e um Observatório Jurídico.⁶¹

Objetivos / Metas / Lutas

De acordo com o projeto de extensão,⁶² seus objetivos são:

- Desenvolver um ambiente de resistência, liberdade e empoderamento para pessoas LGBT;
- Prestar assistência interdisciplinar aos LGBT;
- Promover projetos de conscientização e combate a todas as formas de discriminação e preconceito;
- Mapear as instituições que trabalham com a defesa de Direitos LGBTs no Distrito Federal e Entorno.

Estrutura

Está organizado em torno do projeto de extensão e sediado no Núcleo de Prática Jurídica de Ceilândia (Região Administrativa IX do Distrito Federal).

Abordagem

Aprovada pela UnB como projeto de extensão, tem características das abordagens do tipo convencionais, porém sua atuação externa, de forma estruturada e mais voltada para mudança social ampla, acaba por lhe atribuir também aspectos da abordagem não oficial organizada (Githens & Aragon, 2009). Nesse sentido, suas causas pouco privilegiam a eficácia organizacional.

Principais ações

- Organização de eventos relacionados aos seus objetivos;
- Oferta de espaço de acolhimento aos LGBT dentro e fora do espaço da UnB;
- Assistência jurídica popular para demandas de violência LGBT;
- Divulgação do trabalho de instituições que dão suporte à população LGBT.

Percepção dos entrevistados

⁶⁰ Disponível em: <https://campus.fac.unb.br/materias/2019-09-26-grupo-rexistir-reuniu-instituicoes-relacionadas-a-populacao-lgbt-para-conversa/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁶¹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/RexistirNucleoLGBT/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁶² Disponível em: https://noticias.unb.br/images/Noticias/2017/Documentos/cartilha_extensao_final.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

Benefícios da institucionalização “[...]tem uma tradição bem forte de estudantes que participam e continuam participando mesmo depois de graduado, nesses projetos, e não tinha nenhuma área de direito de população LGBT” [E3]. Comparação da atuação de coletivos “Na Resistir a gente tinha outro tipo de trabalho, na Corpolítica tinha um aspecto muito acadêmico, na Resistir tem às vezes, mas a gente faz... acho que uma assessoria jurídica: se uma pessoa LGBT tem algum tipo de problema, alguma violação de direito e ela procura a gente, a gente assessora essa pessoa, não necessariamente tem que ser uma demanda que esteja relacionada à LGBTfobia, são “...” (inaudível), mas eu pelo menos entendo que qualquer pessoa LGBT pode ir lá e pedir a nossa ajuda. A Resistir tem menos consistência teórica do que a Corpolítica, mas eu acho que é por conta da própria natureza dos dois projetos” [E2].

2. Corpolítica

Surgiu em novembro de 2014, na Faculdade de Direito da UnB, com a participação de aproximadamente 20 estudantes LGBTI+ e um professor. Marcada por deslocamentos de composições e foco de atividades, tornou-se projeto de extensão em 2016 “[...] como grupo misto das mais diversas cores e corpos”.⁶³ Atualmente, encontra-se quase desativada.

Objetivos / Metas / Lutas

De acordo com livro da coletiva, citado anteriormente (Duarte, 2019), seus objetivos são:

- “Promoção da consciência cidadã autônoma, tanto das sujeitas envolvidas quanto da coletividade”;
- “Conscientizar as pessoas acerca dos Direitos Humanos e da importância de produzir uma luta política horizontal, auto-organizada e interseccional”;
- Abrir espaço “para vozes plurais, não obstante silenciadas por violências”.

Estrutura

Estruturou-se em torno de um projeto de extensão e atuou externamente a partir de 2016 num espaço em Ceilândia e em São Sebastião e, em 2017, em Taguatinga, todas Regiões Administrativas do Distrito Federal. A partir de então, tornou-se itinerante por onde surgiam as oportunidades de atuação, sendo priorizado o aspecto de formação de seus participantes.

Abordagem

Por ser formalizada pela instituição como projeto de extensão e ao mesmo tempo ter nas suas bases o questionamento da normalização da heteronormatividade associado a outras formas de opressões, tem características tanto das abordagens do tipo convencionais quanto radical queer

⁶³ DUARTE, E. C. P. *Corpolítica: contra-normatividades periféricas*. 1. ed. Brasília: Corpolítica, 2019. v. 1. 84 p.

(Githens & Aragon, 2009), sendo marcante o estímulo à expressão da autenticidade e de diferenças pessoais.

Principais ações

- Reuniões internas e externas à UnB para explorar temáticas de “territorialidade, gênero, sexualidade, raça/ etnia, direitos de minorias e identidades de [...] LGBTI+” em rodas de conversas, atividades artísticas e oficinas participativas onde se estimulam a história de vida e a escuta sensível;
- “Produção de conteúdo informativos e de vivências sobre direitos humanos e cidadania para a população LGBTI”;
- “Interação virtual por meio de compartilhamento das produções nas redes sociais”;
- Desempenho de papéis “como ativistas em outras organizações sociais”;
- Articulações com organizações governamentais, não governamentais e outros movimentos na luta por políticas públicas voltada ao seu público-alvo;
- Projetos de iniciação científica e disciplinas na UnB, participação em entrevistas e debates. Fonte: (Duarte, 2019).

Percepção dos entrevistados

Identificação pela luta e não por identidades “[...]como o próprio nome diz era um coletivo que está muito ligado à ideia dos significados dos corpos no mundo, então, ela era um coletivo bastante interseccional” [E2]; Interseccionalidade “[...]então a gente defendia diversas pautas, desde a pessoa com deficiência, a pauta racial, a pauta da classe, da luta trabalhadora, das mulheres, da liberdade sexual feminina, da luta contra as instituições manicomiais, no sentido de internar compulsoriamente as pessoas, também pela liberdade de expressão e comunicação, de mídia, de jornalismo” [E6]; Estrutura “Não tinha hierarquia nenhuma, sempre foi bastante horizontal, desde o início” [E17].

3. Rua Juventude Anticapitalista

É um movimento de juventude criado em 2014, no formato nacional de organização política, e se insere nas lutas relacionadas a educação, feminismo, raça/etnia, meio ambiente e LGBT.

Objetivos / Metas / Lutas

De acordo com o site oficial,⁶⁴ seus objetivos são:

- Lutar contra o extermínio, por saúde, cultura e educação;
- Fazer defesa antiproibicionista e pela legalização da maconha!

Estrutura

⁶⁴ Disponível em: <https://www.movimentorua.org/#quem-somos>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Funciona a partir de uma estrutura política central e setorizada nos estados e no Distrito Federal dentro dos movimentos estudantis, negros, LGBT, feminista, indígena e populares de periferia.

Abordagem

Estruturado externamente e com lideranças formais, apresenta características da abordagem não oficial organizada (Githens & Aragon, 2009). Pela natureza de suas lutas, demonstra não cooptar forças econômicas, mantendo-se mais livre para questionar o sistema vigente e hegemônico.

Principais ações

Em relato do *site* oficial, esse processo gira em torno de “discussões nacionais, a partir das experiências regionais e estaduais, para definir nossa intervenção política e organizar campanhas, mobilizações e propagandear as ideias anticapitalistas”.

Percepção dos entrevistados

Estrutura “Esse coletivo tinha uma organização que a princípio se pensava horizontal, eram grupo temáticos, esses grupos se chamavam de autogestionáveis. Então, as pessoas se indicavam para esses grupos para debater os temas específicos. [...] Sobre a atuação em rede, esse coletivo vem muito de uma tradição de esquerda ligada hoje às correntes do PSOL [...] como era um coletivo de juventude, ele disputava as eleições da União Nacional dos Estudantes (UNE) [...] LGBTs compunham coletivos dentro das suas universidades” [E5]; “Tem! Tem encontro físico, deliberações físicas, temos coordenadores, dirigentes, temos tudo isso. E nos encontros tem votação, tem os delegados [...]. [...] Então é uma rede mesmo. Às vezes a gente briga com coletivo, e aí a gente não fecha com eles, mas às vezes fecha, igual nessa eleição agora que teve de DCE, que foi bem unificada.” [E11].

4. Roda das Minas

Coletiva feminista e projeto de extensão da Universidade de Brasília⁶⁵

Objetivos / Metas / Lutas

De acordo com o projeto de extensão,⁶⁶ seu objetivo é:

“Apresentar noções e discussões de gênero compreendidas em conjunto com questões raciais e de desigualdade social, e políticas públicas de enfrentamento de violência contra as mulheres para estudantes adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal. Pretende fomentar debates que permitam a construção de senso crítico e informativos por intermédio de roda de conversas e entrega de materiais (cartilhas, folder, cartazes) construídos pelo projeto”.

Estrutura

⁶⁵ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/rodadasminass/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁶⁶ Disponível em: http://www.gpp.unb.br/images/GPP/Edital_PIBEX.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

Bolsistas de graduação da UnB e estudantes de outras instituições públicas do DF em âmbito de um projeto de extensão universitária.

Abordagem

Esse coletivo parte de abordagem mais informal e internamente responsiva, de modo que é orientado por demandas locais e se reúne de forma espontânea para uma abordagem mais convencional com a formalização de sua atuação (Githens & Aragon, 2009) enquanto projeto de extensão. A dificuldade de inserção em outras instituições externas à UnB para execução de suas atividades e o acesso a recursos nos pareceram fundamentais para que esse coletivo demandasse institucionalização.

Principais ações

- “Fomentar o debate de gênero, com suas especificidades, em Escolas do Distrito Federal e entorno”;
- “Incentivar a criação de espaços de debate e coletivos autogeridos pelos próprios estudantes, de modo que promova a Igualdade de Gênero e quebra da lógica patriarcal”;
- “Distribuir material informativo sobre Políticas Públicas de Gênero e Relações de Gênero (*folder*, cartilhas, cartazes, material em redes sociais)”;
- “Promover divulgação de eventos relacionados para as estudantes”;
- “Promover interação entre as estudantes da escola e as discussões da Universidade”.

Fonte: http://www.gpp.unb.br/images/GPP/Edital_PIBEX.pdf

Percepção dos entrevistados

A influência do macro ambiente “[...]a gente sempre pauta quais discussões esses grandes coletivos estão trazendo, quais questões estão sendo pautadas para a atuação no micro, nesses microespaços, para que seja alinhada, mas, por vezes, como a gente está no ambiente acadêmico, essa relação com as grandes coletivas e movimentos LGBTs às vezes é um pouco conflituosa porque como a gente está na academia, a gente debate muitos termos, muitos conceitos” [E8].

5. COB-TV – Centro-Oeste Ballroom TV – Central Online Ballroom

“É um projeto híbrido criado na Comunidade Ballroom ⁶⁷para o mundo. Colocando a comunidade LGBTQIA+ preta y periférica em destaque. Uma plataforma de produção e difusão de conteúdo sobre a Cultura Ballroom através da comunicação de impacto. Um acervo central de arquivos para o registro histórico da Ballroom no Centro Oeste do país, mantendo assim, o compromisso

⁶⁷ Na Nova York dos anos 1980, a comunidade LGBT encontrava refúgio nas *ballrooms*. Muito além de uma simples festa, a *ballroom* era e ainda é um espaço de acolhimento, um lugar seguro onde essas pessoas que viviam diariamente às margens da sociedade poderiam, ao menos por uma noite, se sentir bem consigo mesmas. Disponível em: <https://medium.com/@luciosouza/ballroom-glamour-orgulho-e-resist%C3%A2ncia-f8d393e095cb>. Acesso em: 15 abr. 2021.

com a comunidade de ter sua história contada garantindo o acesso a informação”.⁶⁸ Segundo entrevistada, a inserção na UnB da COB-TV se deu a partir das oficinas de vogue da *House Caliandra*, que aconteciam no Instituto de Artes dessa instituição, passou a ser pesquisa da graduação e se pretende institucionalizar como projeto de extensão da universidade.

Objetivos / Metas / Lutas

De acordo com participante:

- Celebrar e enaltecer pessoas que estão à margem da sociedade;
- Promover relações interpessoais;
- Criar possibilidades de trabalho e profissionalização dos participantes;
- Fazer registro histórico dos acontecimentos.

Estrutura

Se estrutura em torno das *Balls*.⁶⁹

Abordagem

Por ser mais subversiva, tem características das abordagens do tipo queer radical (Githens & Aragon, 2009). Apesar do desejo de se institucionalizar, sua atuação se propõe, em acordo com essa abordagem, a melhorar as condições de vida social dos seus participantes e defende todas as maneiras de performar o corpo e viver as sexualidades, principalmente abraçando a causa trans.

Principais ações

- Filmar as *Balls*;
- Construir acervos;
- Facilitar senso de comunidade.

Percepção dos entrevistados

Arquivo “[...] era importante existir um registro histórico em audiovisual, em formato de acervo mesmo, cada evento, cada pessoa, porque tem as premiações e dentro da cultura *ballroom* existem alguns títulos que eles são designados para as pessoas através do trabalho delas, então como que a gente vai saber quais trabalhos que tal pessoa fez para intitular ela com algum título?! Então através desses registros a gente consegue ter uma ideia, um levantamento de tudo que aconteceu. Lá tem quem era jurado, quem era apresentador, quem era DJ, quem participou de tal categoria, quem ganhou, tem toda essa relação” [E1].

⁶⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFF71dzFXYj/?igshid=65oenmkbjysd>. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁶⁹ “Ball é uma competição da cena *underground* LGBT dos Estados Unidos, que consiste em apresentações em discotecas, muitas vezes feitas por *drag queens*, de diferentes tipos e objetivos. Começou em Harlem há pelo menos 5 décadas e atualmente existem *ballrooms* em mais de 15 cidades dos Estados Unidos, a maioria na costa nordeste (Nova York, Newark, Jersey City, Filadélfia, Baltimore e Washington)”. Disponível em: <https://gay.blog.br/gay/ball-culture-voguing/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

6. House of Caliandra

“Coletivo de voguing que nasce do processo de ocupação da Faculdade de Ciência e Informação (FCI) em oposição aos retrocessos da educação pública e a PEC 55 no ano de 2016”⁷⁰. Também considerado “uma cena” [E18] que gira em torno da estrutura das houses (locais que abriga os dançarinos, não sendo obrigatório atualmente o espaço físico fixo).

Objetivos / Metas / Lutas

De acordo com matéria de pesquisador da UnB, citada em rodapé do parágrafo anterior, depreende-se que os objetivos são:

- Criar espaços seguros de articulação, aceitação e empoderamento da juventude LGBT da periferia do Distrito Federal;
- Promover a transferência de conhecimento da estética de dança *vogue femme* e da cultura *ballroom* sem a mercantilização de seus meios.

Estrutura

Existia um espaço chamado “cali sala” [E10] onde o grupo realizava seus encontros na UnB para dançar, treinar e fazer reuniões. As atividades do grupo eram subdivididas de acordo com as habilidades dos integrantes, o que inclui comunicação nas redes sociais, fotografia, artes das festas etc.

Abordagem

Tem muitas características da abordagem radical queer, uma vez que a cena *voguing* aponta para problemáticas interseccionais de opressões que se somam na sociedade (Githens & Aragon, 2009). Nesse sentido é uma atuação tanto de resistência subversiva quanto de acolhimento e apoio a todas as formas de expressar e fazer gênero.

Principais ações

- Promover fóruns, oficinas e espaços permanentes de discussão;
- Elaborar projetos e propor ações relacionadas à questão da diversidade na comunidade universitária.

Percepção dos entrevistados

Movimento artístico “Caliandra é o nome da nossa família, e o conceito que a gente utilizou (a gente não porque eu não estava no comecinho, eu entrei depois), mas o conceito que elas usaram, a mãe e o pai da casa, é que Caliandra é uma flor do Cerrado, nasce aqui no Cerrado, e ela nasce

⁷⁰ Disponível em: <https://medium.com/@gcunham/voguing-e-viv%C3%A0ncia-lgbt-da-academia-%C3%A0s-periferias-do-distrito-federal-b4a7ad50fb0b>. Acesso em: 15 abr. 2021.

em um ambiente totalmente não propício para nascer, é a flor do deserto, ela tem raízes bem profundas. Muitos falavam que era a flor do inferno porque ela chega até... [sentido de profundidade]. Ela é muito bonita, muito diferente, e ela era a característica da maioria das integrantes da casa. Era isso: ser muito diferente, muito individual, ter essa personalidade bem forte, onde uma estava todo mundo saber quem era, em vários ambientes aqui da UnB e fora eu falava que era da Caliandra e todo mundo já sabia quem eu era, de onde eu vim” [E10]. Saúde “[...] movimento Vogue, na verdade, ele nasce na epidemia de HIV, então, a gente tem esse tema, um dos pilares da nossa discussão” [E18].

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa documental, entrevistas e Githens & Aragon, 2009.

Observou-se que a maioria dessas coletivas, como preferem ser identificadas, tem menos de uma década de existência, o que demonstra tanto a efervescência desses movimentos nesse período, em acordo com a literatura de diversidade nas organizações, quanto o seu curto ciclo de vida, visto que várias já se desarticularam e alguns participantes acabaram por migrar para outros grupos ou se afastar do ativismo.

Evidenciou-se também, pela percepção dos participantes da pesquisa, que a DIV, apesar de fazer parte da estrutura de gestão da UnB, enfrenta disputas internas de poder e que nem todas as suas demandas são atendidas pela instituição, existindo problemas, principalmente, relacionados à questão orçamentária, o que, em muitas situações, inviabiliza sua plena atuação. Os demais agrupamentos LGBT caracterizados nesta investigação, também, em sua maioria, para nossa surpresa, tendo em vista muitos terem características subversivas, demandam institucionalização, o que se verifica estar muito relacionado à possibilidade de captação de recursos, que lhes favoreça sustentação, e à facilitação do acesso a espaços públicos para suas mobilizações.

De maneira geral, as coletivas trabalham em duas frentes principais: no apoio social no que diz respeito ao acolhimento/integração e suporte nas denúncias de violência; e na produção, por diversas modalidades de manifestações, de contradiscursos que favoreçam a mudança cultural, tendo sido a luta por direitos sempre presente, mas secundária na maioria das pautas.

Não podemos deixar de fazer menção, mesmo que de forma simplificada, a outros grupos citados pelos entrevistados que também têm relevância na dinâmica do movimento LGBT da UnB, ainda que alguns tenham deixado de existir, outros sejam emergentes e vários, em que pese à questão LGBT, apenas funcionem como pauta setorial de suas lutas. São eles:

- **Coturno de Vênus:** “organização não governamental, com diretoria colegiada (não hierárquica), composta por ativistas lésbicas e feministas, fundamentadas no anti-racismo, na anti-LGBTfobia, na anti-gordofobia, focadas no cultivo das alegrias que podemos usufruir na vida, na combativa e insistente postura de potencializar o respeito e a autonomia das mulheres, na promoção da visibilidade lésbica”⁷¹ e tem parceria com o Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero da UnB;⁷²
- **Afetadas:**⁷³ criada em 2014 após acusação da tentativa do estupro de mulheres por um mesmo aluno da UnB, tinha como objetivos mapear e dar continuidade a denúncias que não tiveram continuidade dentro da universidade e se insere no contexto LGBT por lutar contra a violência sexual e de gênero;
- **Kizomba:** coletivo nacional de juventude negra com dez anos de atuação e luta contra opressões. Carrega a pauta LGBT em defesa, principalmente, das vidas trans e tem forte aliança com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Diretório Central de Estudantes (DCE) da UnB;
- **Juntos:** fundado em 2011, é um coletivo nacional de jovens que lutam por um futuro sem injustiça, na defesa do anticapitalismo, do anti-internacionalismo, das opressões e do meio ambiente, sendo a questão LGBT uma de suas pautas. Tem universitários da UnB como participantes;
- **União da Juventude Socialista – UJS:** luta desde 1984 por um país socialista, talvez o mais antigo em atuação dos que foram analisados, apoia pautas LGBT, negras e de mulheres e tem estudantes da UnB como integrantes;
- **Afrobichas:** “[...] foi uma coletiva que começou aqui na Universidade de Brasília, que começou... (agora não vou lembrar o ano, se foi em 2017 ou em 2016, eu acho

⁷¹ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/coturno.devenus/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁷² “O Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NEDIG/CEAM/UnB) é uma instância de promoção de ensino, pesquisa e extensão voltada para a construção de representações justas sobre a diversidade sexual e de gênero. Em permanente diálogo com a comunidade interna e externa à universidade, o NEDIG/CEAM prima pelo esforço coletivo na garantia de direitos para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), bem como outros indivíduos e/ou grupos sociais que sofram precarização da vida em função da não correspondência a normas hegemônicas de expressão de gênero e das práticas sexuais”. Disponível em: https://www.ceam.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=138:nota-de-repudio&catid=182&Itemid=738. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁷³ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/coletivoafetadasunb/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15 abr. 2021.

que foi em 2017) no mês da consciência negra. Léo Dias, que é um mestrando de Serviço Social, fez uma reunião sobre bichas pretas e aí várias bichas pretas, gays pretas, foram. Daí Léo Dias perguntou se podia criar um grupo no Facebook e no WhatsApp para essas pessoas continuarem se falando, se relacionando e daí começou o projeto das Afrobichas, começou o coletivo, e cresceu muito rápido, foi um “boom”, teve reuniões gigantescas onde foi uma coisa muito de afeto mesmo, de fortalecimento entre os nossos” [E4];

- **TRAfem:** criada em janeiro de 2019, se intitulam “Um bando de travesti e transgêneros que veio pra subverter o feminismo, o tradicionalismo, o cisnormatismo e a sua cabeça. Segura esse TRA”⁷⁴. Esse coletivo tem alunos como representantes que atuam na UnB de forma mais independente;
- **Batalhas das minas e das bichas:** batalhas de rimas que acontecem no *campus* da UnB como pano de fundo para debater questões sociais como sexualidade, gênero, raça e classe.

Percebe-se claramente o florescimento de movimentos ligados à arte, a reboque do crescimento da abordagem queer radical, o que demonstra a busca de caminhos alternativos para a resistência, apesar da barreira a performances mais “ousadas” (foram narrados nas entrevistas incidentes no *campus*, como abordagem policial e corte de energia durante atuação dos grupos de vogue). Por outro ângulo, vias menos tradicionais talvez possam inserir a crítica social na arena de disputas de poder existente, no ambiente universitário, de maneira mais lúdica, inclusive podendo favorecer o processo de alianças entre indivíduos, grupos, redes e gestão.

Concluimos essa caracterização entendendo que esses grupos são fortemente influenciados por fatores exógenos, seja no que compete à formulação das pautas, formas de intervenção e até mesmo submissão a orientação hierárquica de estruturas localizadas fora da universidade, mas que, de toda forma, customizam essas influências para as problemáticas e para o contexto local, de maneira a favorecer a adesão de participantes, fator fundamental para a implementação das ações de visibilidade, já que a mobilização ativista se assenta na exposição dos corpos motivados por repercussões de suas ações nas suas vidas e na coletividade.

⁷⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/trafem/about/?ref=page_internal. Acesso em: 15 abr. 2021.

3.1.2 As políticas de diversidade

No intuito de abordar as relações de poder no âmbito da diversidade, devemos considerar, para além dos sujeitos, as políticas organizacionais que tentam instrumentalizar essas relações. Assim, em atendimento ao escopo da problemática deste trabalho, essas políticas foram tão somente mapeadas no intuito de evidenciar, pela sua concretização, as dinâmicas de poder que favoreceram sua emergência, sobretudo no que concerne ao envolvimento do ativismo LGBT nesse processo.

Tais políticas, conforme já discutido no referencial teórico, não implica concomitantemente a inclusão das sexualidades dissidentes em organizações. De todo modo, pela lente da dimensão do poder, ao rompermos com o funcionalismo e adotarmos o estudo dos discursos organizacionais como saberes que, ao se transformarem em práticas discursivas, acabam por formar os objetos de que falam (Foucault, 2019), essas práticas institucionais têm potencial para colaborar com a promoção da diversidade.

Apresentamos no Quadro 4 a caracterização dessas políticas, bem como evidências da interação dos ativistas com esses objetos, em que a promoção de valores referentes a direitos iguais e respeito às diferenças se fazem presentes, buscando assegurar garantias e sensibilizar consciências, em toda a comunidade universitária, sobre a questão da diversidade, mormente quando torna concretos novos processos administrativos e disponibiliza recursos para essa causa.

Quadro 4 – Caracterização das políticas formais de diversidade identificadas

1. Uso do nome social no âmbito da UnB

Data de criação: 9 de novembro de 2017.

Forma de institucionalização: Resolução do conselho de administração n. 0054/2017.

Órgão institucionalizador: Conselho de administração.

Objetivo principal: “Regulamentar o uso do nome social na Universidade de Brasília, de modo assegurá-lo a servidoras e servidores, estudantes e demais integrantes da comunidade universitária, cujo nome de registro civil não reflita a sua identidade de gênero”.

Ações principais: Cadastro de dados e informações de uso social; comunicações internas de uso social; endereço de correio eletrônico; identificação funcional de uso interno à UnB (crachá) e de estudantes em diário de classe, editais, carteira estudantil e emissão de todos os documentos oficiais; lista de ramais; e nome de usuário em sistemas de informática.

Finalidades: Garantir o direito àquelas e àqueles que solicitarem de serem tratados pelo nome social.

Percepção dos entrevistados: “é necessário comemorar essas pequenas vitórias porque só da pessoa ser tratada no pronome e no nome que ela se sente mais confortável já é muita coisa” [E1]; “eu demorei para conseguir o meu nome social na chamada. [...] até hoje, já com tudo na minha documentação, toda com o nome certinho, eu não consigo alterar meu nome no Moodle, está lá o nome de registro no Moodle. [...] Essa é minha experiência negativa, principalmente, até me prejudica na questão de notas, o professor vai lançar a nota e às vezes o meu nome não está lá, vai ver na matrícula e dá SR como se eu não tivesse feito a matéria”. [E16]; “O nome social, do jeito que ele foi regulamentado, atualmente ele foi construído bastante com o movimento trans, foi um processo bem legal, tocado pela DIV muito em conjunto com pessoas trans da universidade, principalmente estudantes” [E13].

2. Programa de Atenção à Diversidade (PADiv)

Data de criação: 9 de julho de 2020.

Forma de institucionalização: Resolução do conselho de administração nº 011/2020.

Órgão institucionalizador: Conselho de Administração.

Objetivo principal: “minimizar as desigualdades sociais e possibilitar a permanência e a diplomação de estudantes de graduação da UnB, pertencentes a segmentos socialmente vulneráveis, em virtude das especificidades de gênero, raça, etnia, origem e orientação sexual”.

Ações principais: “auxílio emergencial no valor de R\$ 465,00, em até três parcelas, que serão concedidas a partir de uma reavaliação da situação do/a estudante”. “O PADiv é composto por auxílio financeiro, acesso emergencial às refeições no Restaurante Universitário (RU) da UnB e acompanhamentos socioassistencial, psicossocial e pedagógico realizados pela Diretoria da Diversidade (DIV)”.

Finalidades: Minimizar as violências e violações de direitos, perpetradas sobretudo, pelos membros familiares de pessoas pertencentes à comunidade LGBT da UnB.

Percepção dos entrevistados: “é uma burocracia enorme para você conseguir. Eu já acho que para as pessoas trans deveria ser facilitado porque a chance de uma pessoa trans ser expulsa de casa por ser trans é muito maior do que uma pessoa que, sei lá, está querendo sair de casa porque ela está optando viver pelo dinheiro dela e não ser mais sustentado por alguém” [E1]; “cinco estudantes foram representados pela DPU [Defensoria Pública da União], a DPU solicitou da Universidade de Brasília um posicionamento, e aí a universidade vai e insere esses cinco estudantes no Programa de Assistência Estudantil” [E24]; “[...] não se enquadravam como vulneráveis e aptas para receber o auxílio, por exemplo, talvez a renda dos pais era alta, mas do que importa isso se a pessoa não está com os pais? Os pais não estão ligando? Ou talvez a pessoa

tenha uma família que tem imóvel fixo no Distrito Federal, mas do que importa isso se a família que tem esse imóvel fixo é um parente que não te apoia? E a DIV tinha esse contato de ir na DDS e explicar: “olha, essa questão é vulnerável por conta disso, disso e disso”, priorizar os alunos LGBTs” [E6].

Ressalvamos que, na coleta desses dados, essa política se dava por meio da antiga Resolução da Reitoria de nº 0109/2013,⁷⁵ que dispõe sobre o auxílio emergencial na Universidade de Brasília, que tem caráter mais geral, assim esse novo mecanismo aprimorado poderá proporcionar outras percepções aos seus beneficiados.

Fonte: elaborado pelo autor com base em informações disponíveis no *site* da Diretoria de Diversidade da UnB⁷⁶ e das resoluções⁷⁷ que institucionalizaram essas políticas.

Pela percepção dos entrevistados, alguns dos quais usuários dessas políticas e outros colaboradores do seu processo de desenvolvimento, confirma-se o que a literatura sobre diversidade nas organizações defende: dificuldades de que estas sejam de fato efetivas. Observaram-se críticas à lentidão de adequação dos aparatos tecnológicos e processuais da UnB, às políticas em questão e resistências da comunidade a dar respostas comportamentais resolutivas e de plena adaptação a essas instruções.

Nesse sentido, colaboramos com a ideia, evidenciada por esses dados, de que assegurar a cidadania aos indivíduos LGBT é um caminhar permanente com paradoxos, utopias e muitos desafios. E sendo o discurso, como já defendido, instrumento que se apresenta como influenciado e influenciador das mudanças organizacionais, na próxima etapa desta discussão, analisaremos as práticas discursivas de ativistas que permeiam a UnB, depreendendo como possibilitam em seu processo dinâmico contribuir com a promoção da diversidade nesse espaço e tempo, uma vez que é por meio dessas práticas discursivas – responsáveis pela conexão entre os saberes e as relações de poder – que se dá a resistência ao se produzirem discursos contrários à inviabilização e à punição dos dissidentes da matriz heterossexual, independentemente de quais sejam a identificação sexual e o gênero (Rumens, 2016; Foucault, 1997b).

⁷⁵ Disponível em: http://dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/9---Regulamentaes-UnB---Resoluo-da-Reitoria-n.-0109_2013-Concesso-do-Auxlio-Emergencial---UnB.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁷⁶ Disponível em: <http://div.unb.br/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁷⁷ Uso do nome social. Disponível em: http://div.unb.br/images/Documentos/ResolucaoCAD00542017_-_Regulamenta_o_Uso_do_Nome_Social_na_UnB.pdf. PADiv. Disponível em: http://div.unb.br/images/Documentos/CAD_11_2020_PADiv.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

3.2 Práticas discursivas: vulnerabilidade e resistência dos ativistas LGBT na UnB

Subdividimos a análise em quatro partes de práticas discursivas, com subseções, conforme apresentadas no Quadro 5 que, submetidas aos dispositivos de poder desse *locus* (UnB), se materializaram pelos discursos dos ativistas LGBT e, assim, ofereceram condições de responder aos objetivos de pesquisa. É importante reafirmar que trabalhamos “na linha de uma genealogia das tecnologias de poder. [...] [para] reconstituir o funcionamento do texto, em função não das regras de formação desses conceitos [arqueologia], mas dos objetivos, das estratégias a que ele obedece e das programações de ação política que sugere” (Foucault, 2008c, p. 47-48).

Quadro 5 – Práticas discursivas e subseções de análise

Práticas discursivas	Subseções
3.2.1 “Lutar por si mesmo, porque é uma questão que fala sobre a gente, mas não é sobre nós”: a aliança política dos corpos	3.2.1.1 Importância das relações de aliança na resistência; 3.2.1.2 A concreta mobilização dos corpos; 3.2.1.3 Diferenças nas posições reivindicatórias.
3.2.2 “Nascemos das lutas, como defensores dos oprimidos e problemáticos”: a construção do sujeito LGBT ativista na UnB	3.2.2.1 Subjetivação do sujeito político LGBT na UnB; 3.2.2.2 Posições de lutas e o incômodo que esse ativismo causa às normalizações e normatizações.
3.2.3 “Querendo ou não é um espaço que pressiona muita gente de diversas formas”: o processo emancipatório, em sujeitos LGBT ativista na UnB, subjetivados pelo neoliberalismo	3.2.3.1 A influência da governamentalidade na subjetivação dos sujeitos LGBT na UnB, ao bloquear sua emancipação; 3.2.3.2 Resistência pela ética e pelo cuidado de si como espaço emancipatório do sujeito LGBT na UnB.
3.2.4 “Começou um processo de ativismo muito intenso dos alunos e isso foi criando um novo clima na faculdade”: como ações dos ativistas LGBT nas relações de poder da UnB contribuíram para que a diversidade sexual pudesse se tornar o que é?	3.2.4.1 Acontecimentos que produzem saber histórico para diversidade sexual na UnB; 3.2.4.2 Contestações da disciplina que favorece práticas que coagem as sexualidades dissidentes; 3.2.4.3 Alternativas enunciadas para evitar fragmentações em movimentos que impulsionam a diversidade.

3.2.1 “Lutar por si mesmo, porque é uma questão que fala sobre a gente, mas não é sobre nós”: a aliança política dos corpos

Nessa primeira prática discursiva – “Lutar por si mesmo, porque é uma questão que fala sobre a gente, mas não é sobre nós”: a aliança política dos corpos – abrangeu enunciados pertencentes à unidade de saber **sexualidade, poder e resistência**, fazendo emergir materialmente a importância das relações de aliança, da concreta mobilização dos corpos e das diferenças nas posições reivindicatórias para viabilizar contradiscursos, potentes o bastante, na direção de provocar mudanças no ambiente. Com isso, foi possível discutir o primeiro objetivo específico: identificar a dinâmica das lutas LGBT por igualdade de direitos e respeito às diferenças na UnB.

Para tanto, inicialmente, foi necessário nos remetermos ao debate sobre resistência e poder, os quais se apresentam intrinsecamente ligados, como partes condicionantes de suas subsistências, em que a resistência não se apresenta sob a circunstância de exterioridade ou reação ao poder, mas, ao contrário, sua existência promove a natureza relacional do poder, ao ser compreendida como forças, sem estratégias e nunca hegemônicas, com potencial para abalar o estável poder, sem ocupar o seu espaço (Souza, 2014), portanto, é sempre em movimento. Já o poder é uma situação estratégica de determinada sociedade que não é nem substância nem estrutura, mas relacional, logo impossível de se possuir, uma vez que a resistência participa de maneira produtiva, móvel e sempre presente (Foucault, 1988; 1999b).

Assim, é possível compreender como resistência a ação dos movimentos sociais em que são formados grupos com diversos objetivos e de várias formas, de modo a influenciar comportamento e concomitantemente mudança nas organizações. Tais grupos têm potencial para ampliar, no caso deste trabalho, a voz LGBT e gerar mensagens ao confrontar estruturas que desqualificam e enfraquecem grupos minoritários (Silva, Castro & Siqueira, no prelo), e, por serem construídos e construir coletivamente suas lutas, esses grupos demandam alianças.

3.2.1.1 Importância das relações de aliança na resistência

Começaremos a contar essa história por meio da narrativa dos ativistas LGBT da UnB a respeito de suas lutas. Nos discursos, agrupados em conjuntos de enunciados, exploramos aspectos discursivos que, pela ótica da ordem do discurso, são materializados e tornam-se *acontecimentos*⁷⁸ a partir de sua possibilidade de regularidade em séries.

Nesse primeiro conjunto de enunciados, foi possível observar a importância das relações de aliança entre atores internos e ou externos para viabilização dos recursos, quer sejam humanos ou materiais, que possibilitem suas ações.

“Eu acho que é mais uma questão de laços, de redes, formação de redes, se reconhecer, de se empoderar, de se autoafirmar, de se colocar, se posicionar” [E9]; “Todas as dificuldades que a gente teve e que a gente continua tendo, a gente busca auxílios de outras instituições que tratam de temas LGBT, que podem nos ajudar, então, esse apoio mútuo é uma coisa indispensável” [E3]; “Lá em Brasília era muito importante para a gente o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Tinha um grupo de LGBT que participava do movimento e nos ensinava bastante. [...] A gente conseguir nos colocar enquanto LGBT no ambiente político” [E5]; “[...] foi construído bastante com o movimento trans, foi um processo bem legal, tocado pela DIV muito em conjunto com pessoas trans da universidade, principalmente estudantes” [E13]; “É... na verdade é um caminho de mão dupla, a gente ajuda com assistência jurídica, que muitos deles não tem, enquanto eles ajudam a gente com coisas que a gente também não tem ou está precisando internamente... mas, é isso, a gente tem contato com o CREAS da Diversidade, com Defensoria Pública, com esse Centro LGBT, com outros coletivos daqui também, com a DIV, o pessoal da DIV sempre conversa com a gente” [E3].

Esses excertos demonstram lutas que subvertem no sentido de um conjunto de vozes reagir contrariamente a determinado ordenamento de poder (Carrieri *et al.*, 2010b), rompendo com as condições de dominação e submissão a que grupos de minorias são submetidos pelos grupos hegemônicos. Para isso, aciona-se discursivamente nos excertos uma inversão da *interdição* que

⁷⁸ Acontece aos corpos, ele é sempre atributo (a ferida, a vitória, a derrota, a morte) da mistura entre os corpos. [...] o acontecimento nada diz sobre os corpos, mas é aquilo que excede os corpos, é uma parte sempre inacabada das efetuações, no passado e no futuro. [...] Seria, nesta perspectiva, restituir à história um enunciado que apenas diz ‘algo’ da ação dos corpos, sem pretender, contudo, atribuir um sentido que não seja o próprio acontecimento a esta ação. [...] Assim, a análise do enunciado proposta por Foucault não se faz a partir da oposição entre determinações, não ressignifica e não estabelece novas regras ao enunciado. Na realidade, é uma análise que pretende desconstituir a raridade do enunciado efetuada pelas práticas discursivas. Quer dizer, a análise foucaultiana busca manter a indeterminação do enunciado, a possibilidade de as coisas serem designadas por um enunciado sempre determinável e não determinado, do enunciado não pertencer a um sujeito que fala, mas permanecer sempre no mais breve instante” (Temple, 2013, p. 140, 144 e 145).

excluiria vozes em um jogo de poder, pois, como nos esclarece Foucault (1995, p. 248), “De fato, entre relação de poder e estratégia de luta, existe atração recíproca, encadeamento indefinido e inversão perpétua. A cada instante, a relação de poder pode tornar-se, e em certos pontos se torna, um confronto entre adversários”.

E é por esse empenho genealógico, evidenciado nos enunciados acima, que conseguimos alcançar a estratégia ou as intenções políticas localizadas nos discursos que permitem que o poder se desloque das correntes hegemônicas, pelas resistências, podendo causar modificações na posição dos sujeitos⁷⁹ nesse ambiente e tempo histórico, como argumenta Foucault (1979):

[...] que seja feita violência à violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles que dominam. [...] O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; [...] conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas. (Foucault, 1979, p. 17)

Ou, como defende a teoria queer, uma política de ressignificação que rompe com contextos anteriores e subverte a linguagem, transformando o que é negativo em apropriação positiva, uma vez que esses sujeitos estão aprisionados “às estruturas de poder que os subordinam” (Salih, 2016, p. 122) e sua identidade é obrigatoriamente assujeitada à lei que intercambia poder e psique (Salih, 2016), o que foi possível de ser evidenciado pelo excerto: “[...] depois da morte da Louise, que foi um episódio bem dramático aqui na UnB, a gente teve as quatro coordenações. As coordenações sempre buscaram trabalhar em conjunto, mas a Coordenação LGBT com a Coordenação de Mulheres, que a gente fica aqui no mesmo espaço, a gente está sempre trabalhando junto, até porque é difícil separar, a gente tem, muitas vezes, mulheres trans, que são mulheres que a gente pode atender tanto... até melhor ser atendida na Coordenação de Mulheres” [E21].

Nesse ponto, pela visão queer, a psicanálise se conecta à teoria foucaultiana para defender o poder produtivo que pode ser subvertido pela psique ao exercer o poder rompendo com a moralidade que o obriga a voltar-se contra o eu em Nietzsche e reprimir-se para a psicanálise, num movimento contrário ao que Butler chamou de autoviolência (Salih, 2016), conforme diz o

⁷⁹ ““posições de sujeito” (o que Žižek, via Lacan, chama de ponto nodal, ou point de capiton, o nome designa um contingente e um princípio organizador aberto para a formação de grupos políticos. É nesse sentido que o antidescritivismo fornece uma teoria linguística para uma política de identidade antiessencialista”” (Butler, 2015, p.343).

enunciador [22]: “Daí chego na UnB e ali eu já fui mais pautado, dentro do doutorado, já deixava mais aberto, já batia um pouco em algumas coisas públicas, já estava me colocando”.

Na análise de uma pessoa entrevistada, “a diversidade, inevitavelmente, vai arrombar os portões aí de qualquer resistência que esses jovens docentes têm [discentes]. E a sexualidade é a primeira!” [E24]. Desse modo, foi perceptível o reposicionamento dos sujeitos LGBT na UnB, ainda que sob o risco de renormalização, em que a melancolia de gênero, independentemente de a ação/escolha não ser superada, mas poder ser reconhecida, visto que “a heterossexualidade surge a partir de uma homossexualidade repudiada” (Salih, 2016, p.135), em que o desejo sempre é sublimado.

Para que essa estratégia discursiva se viabilizasse, foi possível observar por esse conjunto de enunciados a importância das redes de apoio no enfrentamento dos discursos hegemônicos como forma de ampliar as dimensões da voz LGBT na instituição, de modo a buscar configurar estratégias inclusivas mais eficazes (McNulty *et al.*, 2017). Em Halperin (2007, p. 47-48), até mesmo Foucault, quando resiste à ideia de um nós nessas lutas de minorias, por compreender que seria outra forma de promover dominações e concentrar poder, entende que alianças temporárias e de cooptação são responsáveis por multiplicar “os locais de polêmica política para além dos lugares tradicionais [...] desafia[ando] [...] as formas tradicionais pelas quais o conhecimento adquire poder”, o que facilita as mudanças por assimilação das resistências, no que poderíamos citar como exemplo na UnB a luta das coletivas House of Caliandra, COB-TV e Batalha das Bichas, as quais criam espaços de articulação política, aceitação e empoderamento dos LGBT por meio de uma estética artística.

Também, nesse mesmo sentido, relatamos, a partir dos achados da pesquisa documental, a existência na UnB de redes internas (Programa Escuta Diversa – DESABAPHO; Programa Ressignificando Vivências Raciais – REVIRA-ANPSINEP; Centro de Atendimento Psicológico – CAEP) e externas (Casa da Mulher Brasileira; Centro de Referência Especializado da Diversidade Sexual, Religiosa e Racial – Creas Diversidade-GDF; Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência – DECRIN; Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM),⁸⁰ as quais reforçam os discursos enunciados sobre a importância dessas alianças, no caso, das duas redes supracitadas, principalmente no que compete ao fortalecimento do enfrentamento das situações

⁸⁰ Disponível em: <http://div.unb.br/images/Artigos/Principal/codsex-site.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LGBTfóbicas. “Assim, a solidariedade é um gesto, um ponto de apoio e resistência à injúria e estigmatização dos homossexuais na sociedade. Acrescenta-se que, por meio da visibilidade de si, se denuncia a ordem sexual vigente, tal como ela é e se constrói a coletividade necessária para a autonomia e liberdade individuais” (Castro, 2020, p. 60).

3.2.1.2 A concreta mobilização dos corpos

No segundo grupo de enunciados para essa mesma prática discursiva, observamos condições de produção e descontinuidades em que conceitos “essenciais” sofrem deslocamentos e rupturas, dando origem a novos discursos em circunstâncias concretas (Fischer, 1995): “Eu estou visibilizando pautas, meu corpo visibiliza pautas” [E15]; “A gente sempre tentar colocar os nossos para trabalhar ou também questionar” [E1]; “A Corpólítica acabou tendo um portfólio muito grande de assuntos para apresentar e isso, inclusive, facilitou o processo de transformação do projeto em um projeto de extensão, que foi bom porque permitiu a gente captar recursos da universidade.” [E2]; “a *ballroom* também surgiu com intuito de ser uma união para gerar emprego e renda, que é o que eu tento fazer com o COB-TV” [E1]. Nesses excertos, foi possível verificar a operação de inversão da *vontade de verdade*, no jogo do biopoder, em que a conduta do outro deixa de ser, nesse instante, subserviente ao poder dominante, como exemplificado pela conquista de recursos pela Corpólítica, com o projeto de extensão, geração de renda por meio das atividades da COB-TV e outros enunciados que igualmente demonstram esse rebelar-se contra as condições hegemônicas impostas.

Com isso, mesmo o biopoder se sustentando, ao fazer uso da biopolítica para o controle social da vida e dos corpos, apoiado pelo sistema capitalista neoliberal que, além de gerar disciplina, sustenta ações econômicas (Revel, 2005; Foucault, 1997) para evitar transgressões e produzir “corpos dóceis” (Foucault, 1987; 1988), por outro lado, a resistência, que se faz sempre presente nas relações de poder, permitiu aos sujeitos investigados adentrar no jogo político, como constatado nesse grupo de enunciados, para lutar contra o poder heteronormativo que, nesse caso, “é o objeto e o instrumento na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso” (Foucault, 1979, p. 42). Os sujeitos expuseram de maneira concreta suas vontades, as quais podem vir a ser agência de transformação por meio de uma “insurreição dos saberes dominados” (Foucault, 1979, p. 96), como argumentado no excerto “Eu acho que a universidade, de certa forma,

ajuda a romper com essas amarras, justamente por ser um espaço onde a discussão é vanguarda, nesse sentido. Então... é contraditório inclusive [risos], porque é isso que eu acabei de falar: eu acho que é uma estrutura que reproduz tudo isso que está dentro da sociedade, uma política que eu acho que é uma LGBTfobia de Estado mesmo, enquanto política coordenada, mas ao mesmo tempo eu acho que a universidade abre um espaço para romper com essa lógica, no debate, na criação desses espaços onde a diversidade possa ser explorada” [E19].

Dito de outra forma, os enunciados apresentados nesse item demonstraram um sublevar contra as expectativas de um estado natural que impõe a heterossexualidade compulsória, ou seja, atacaram o dispositivo da sexualidade que funciona articulando prescrições, nos processos sociais e de controle, com vistas a manter a heterossexualidade como algo a ser buscada por ser o coerente e superior (Miskolci, 2007). Promovem, com essa mobilização, um impulso desconstrutivista dos saberes hierarquizadores e classificatórios, nesse ambiente e tempo, colaborando para desarticular os processos heteronormativos normalizadores ali vigentes (Miskolci, 2007). Como dito no enunciado “[...] nesse espaço de transição surgiu uma tensão com a questão da estética, do corpo, das possibilidades de expressividade. Isso leva, de alguma forma, agregando alguns perfis que queriam discutir pressão interna: o que está acontecendo comigo, o que a gente faz, como é a discriminação, como eu estou?... É como você diz, não é um desvio da norma, é a quebra da norma: como é que a gente muda esse padrão normativo e ao mesmo tempo aposta na arte?!” [E22].

Assim como professa a literatura sobre ativismo organizacional LGBT, essas vidas, não contentes com a simples esperança de que as instituições abordem suas necessidades, atuam para alterar os comportamentos e as políticas organizacionais (Briscoe, Chin & Hambrick, 2014).

3.2.1.3 Diferenças nas posições reivindicatórias

Como destacam Pullen, Rhodes, McEwen e Liu (2019, p. 2), ao tratar do enfretamento da estrutura de poder das políticas hegemônicas por um viés de liderança de políticas democráticas radicais nas organizações, “[...] as realidades experienciais das relações hierárquicas de poder não precisam dar lugar a uma política resignada com a persistência dessas hierarquias”. Porém, em atenção às diferenças, é preciso ter cuidado nessa luta para não reproduzir novos essencialismos ao construir soberania de corpos. A ideia é dar visibilidade ao interseccional por meio de relações

éticas que solidarizam “múltiplos eixos de diferença com lutas e privilégios inerentes”, desafiando todas as linhas de opressão que existam historicamente ou que possam surgir (Pullen *et al.*, 2019).

Problemática concretamente demonstrada na fala de um dos nossos entrevistados: “[...] não se sentir aceito no movimento negro por ser LGBT e não se sentir aceito no movimento LGBT por ser negro, então, quando o jovem LGBT preto e de periferia, principalmente, fica à margem dos movimentos porque existem violências dentro dos movimentos” [E10]. Equipara-se essa problemática ao discutido na fundamentação teórica sobre os grupos de afinidades em que algumas pessoas podem optar por não chamar atenção ou mesmo não aderir a essas redes por medo de aumentar suas diferenças (McFadden & Crowley-Henry, 2017).

Submerge, com isso, mas ainda sob a égide da mesma prática discursiva, “Lutar por si mesmo, porque é uma questão que fala sobre a gente, mas não é sobre nós”: a aliança política dos corpos, a compreensão de que todo sujeito LGBT, possuidor de uma sexualidade construída sob o efeito de tecnologias políticas heterossexistas, baseadas no corpo, carrega consigo o estigma de que qualquer dissidência só pode ser lida como anormal. Ressaltamos, no terceiro conjunto de enunciados, a seguir, que essa questão é ainda mais complexificada ao tratarmos das resistências, tendo em vista que são permeadas por muitas heterogeneidades, as quais fazem emergir conflitos internos nesses grupos quando ativistas promovem ações coletivas. Sob o pano de fundo de objetivos comuns, na prática, esse cenário reivindicatório acaba por promover muitas disputas por representação.

Assim, ao abordar as hierarquizações de poder dentro do ativismo LGBT entre e intracoletivos que repercutem nos processos de subjetivação dessas pessoas e nas características dessas lutas, evidenciamos inicialmente os enunciados que confirmam essa problemática no *locus* de pesquisa: “Ah, existe sim o respeito, mas também a dinâmica da alta política. Todas essas lutas identitária trazem consigo demandas e questionamentos, e muitas vezes são questionamentos à pessoas que estão militando junto com você ou à práticas estabelecidas dentro da militância, ou a privilégios que algumas pessoas têm e outras não” [E2]; “[...] a gente tinha muitas críticas, a gente não gostava do formato deles de criar ***** e de não dialogar” [E6]; “[...] talvez eu pudesse falar sobre um processo de antropofagia dos próprios movimentos, que os movimentos nascem e eles nos próprios conflitos internos se autoconsomem, fazem aquilo que tinham que fazer, se diluem e surgem outras coisas” [E15]; e “Vemos empresas investindo em um marketing, como a Natura, por exemplo, voltado à comunidade LGBT, empresas investindo justamente na parada LGBT,

colocando artistas internacionais para cantar lá. Existe um envolvimento do mundo liberal nessa pauta. No âmbito dos coletivos organizados são arraigadamente de esquerda estatistas voltados às ideias. Na minha opinião ultrapassada do socialismo, eles não conseguem construir esse diálogo” [E14].

Antes de analisá-los, é importante esclarecer que, por uma questão ética, nesse grupo de enunciados, não mencionamos termos utilizados pelos entrevistados que possam, de algum modo, identificar os coletivos. Tais termos foram substituídos por *****.

Nesses excertos, pela ordem discursiva, foi possível observar a operação de um procedimento de *interdição* que, ao pôr em jogo poder e desejo, exclui vidas, privilegia e dá exclusividade a alguns sujeitos em detrimento de outros. Fato é que, mesmo no seio de grupos que defendem a diversidade, os corpos são dispostos em redes assimétricas de poder, expondo pontos frágeis para além das interpelações LGBTfóbicas externas aos movimentos, submergindo dos discursos analisados inferiorizações dos que lhes são semelhantes, o que reforça os parâmetros da heteronormatividade que limita a pluralidade, o que pôde ser evidenciado também na fala: “É mais no sentido de objetivos diferentes, então, um subgrupo quer mais uma coisa, outro subgrupo valoriza mais outra coisa. [...] como é uma cena que você batalha, uma batalha de dança como se fosse qualquer outra dança de rua, tem grupos que priorizam mais a vitória, tem grupos que prioriza mais prêmios, tem grupo que prioriza mais a vivência coletiva, então, são objetivos muito distintos e isso acaba influenciando a dinâmica do grupo, é por isso que a gente decidiu fechar” [E18].

A dificuldade de poder atender as demandas LGBT sob o mesmo prisma se revela não apenas pela “fragilidade das características político-identitárias da sigla” (Saraiva, Santos & Pereira, 2020, p. 120), o que já é em si espaço de muitos conflitos, mas se intensifica pelas tensões provocadas pela hegemonia dos que interseccionam privilégios, a exemplo dos gays brancos de classe média, em detrimento dos que em última análise são excluídos por serem considerados “abjetos” nas pautas comuns (Paniza, 2020; Saraiva, Santos & Pereira, 2020), marcadamente demonstrado na verbalização: “Eu não me identifico enquanto gay, só enquanto pessoa negra, preta, foi muito complicado para mim porque eu estava lá desde a fundação e aí ser gay significa ser um homem que sente atração por outro homem, e aí eu nem me identifico” [a pessoa entrevistada se reconhece como sendo não binária] [E4].

É importante compreender, pela constatação desses últimos enunciados, que as diferenças sexuais não são simples diferenças materiais, como nos ensina Butler (2011). Sexo é normativo e faz parte de práticas produzidas pelo poder regulador, cuja materialidade é imposta ao longo do tempo pela reiteração discursiva de regras que consolidam o imperativo heterossexual, ou seja, a materialidade dos corpos deriva de uma tirania de poder firmada em normatizações hegemônicas culturais em que o sujeito assume o sexo com que se identifica, levando em consideração áreas habitáveis da vida social para não se tornar abjeto (Butler, 2011). Exemplo disso é a fala: “Algumas pessoas traziam a questão da raça, algumas traziam a questão de ser periférica, do território, e ia mitigando que o espaço se transformasse e abarcasse também aquelas discussões. Então foi a partir disso, desse tensionamento entre diferentes grupos, diferentes espaços de fala, locais de fala, que ela foi adquirindo novos desenhos” [E6].

Dessa forma, os discursos políticos que mobilizam categorias pela identificação de grupos em favor de objetivos comuns, por um lado, promovem a competição democrática para a reconceitualização dos corpos naturais que são suprimidos e valorados pelo social em disputas pela superfície da inscrição em que o gênero é o significado social do sexo. Porém, de outra maneira, sendo o sexo também uma fantasia e ficção em que a inteligibilidade cultural dá vida a sujeitos falantes e atos pela interpelação de gênero que repetem o “apropriado”, e o abjeto acaba sendo sempre excluído dessa relação (Butler, 2011). Por isso, como defende Butler (1998):

Para que o sujeito seja um ponto de partida prévio da política é necessário adiar a questão da construção e regulação política do próprio sujeito, pois é importante lembrar que os sujeitos se constituem mediante a exclusão, isto é, mediante a criação de um domínio de sujeitos desautorizados, pré-sujeitos, representações de degradação, populações apagadas da vista. [...] [como teorizou Joan Scott] uma vez entendido que os sujeitos se formam mediante operações exclusivistas, torna-se politicamente necessário remontar às origens das operações dessa construção e apagamento. (Butler, 1998, p. 22-23)

Como bem defendeu Caetano (2011) ao tratar de masculinidades, androcentrismo e heteronormatividade em experiências escolares, tais espaços deveriam abrigar discursos sociais mais amplos e potentes o bastante para romper significados, refazer interesses e encontrar ideias em que a inconformidade pudesse possibilitar novas configurações de estar no mundo, estranhando o saber, com o fim de inventar o desconhecido e novos saberes protagonistas de seus movimentos.

Porém, sempre haverá um preço a pagar, e isso não foi apenas identificado na literatura (ver McAdam, 1986; Schussman & Soule, 2005; Briscoe, Chin & Hambrick, 2014), mas também se constatou nos achados de campo, a exemplo do excerto seguinte, mais longo, porém elucidativo:

“[...] alguns querem romper! Mas [pausa] é complicado não, é?! Porque é uma escolha muito pessoal. Eu posso escolher adaptar ou posso escolher romper, ou posso escolher os dois em certas medidas [...] o romper parte muito da violência, não é?! E enquanto LGBT você ser violento é também encarar muita retaliação. Eu já fui violento (eu falo violento no discurso) em vários momentos na universidade e toda vez que eu fui violento no discurso eu não consegui nada, só eu consegui alguma coisa a partir do momento que eu, infelizmente, tive que conciliar alguma coisa, então eu tive que ceder um espaço e disputá-lo de outra forma [...] O Vogue, na verdade, é esse movimento de romper, de você romper com tudo e de você chocar com expressões de gênero que ninguém nunca viu, com essa performance de gênero, então... [pausa] Mas é aquilo, estando dentro da universidade, estando dentro da sociedade, a gente precisa disputar a institucionalidade também, então a gente nunca vai conseguir fazer evento sem autorização, para fazer um evento com autorização a gente precisa fazer um projeto, a gente não pode só “meter as caras” e, em muitos momentos, a gente ocupou o espaço público sem autorização, sem nada, mas em todos esses momentos a gente teve conflito, e esse conflito não foi saudável para quem puxou o movimento, vários momentos eu puxei esse enfrentamento de ocupação do território e eu paguei a consequência, levei um processo administrativo que hoje está lá no meu relatório da universidade, qualquer empresa, qualquer emprego que vá me contratar vai ver meu currículo” [E18] .

Desse modo, sendo a universidade um espaço que promove ideais políticos que favorecem mudanças sociais, como já discutido no referencial teórico, na UnB, os ativistas LGBT encarnam esse papel analisando o que deve ser desafiado localmente para assim exercer a micropolítica de maneira ativa. Ainda que esses movimentos, nessa localidade, não sejam sincronizados, impulsionam o desenvolvimento de novas formas discursivas que se dirigem não para grandes fontes de opressões que demandariam “revoluções”, mas estratégica e cotidianamente, apesar de seus conflitos, articulam “[...] combater normas, instituições, técnicas e procedimentos, além de saberes e agentes desses saberes que trabalham para aperfeiçoar suas tecnologias de vigilância e exploração” (Silva, 2017b, p. 49) intrínsecas às relações de poder, o que pôde ser compreendido por meio do seguinte excerto:

“O grande objetivo da universidade com as políticas [de diversidade] é a permanência dos estudantes, e a gente tenta ver essa questão da permanência, que é importante, mas também a qualidade, é uma permanência com qualidade, e como as pessoas estão dentro da universidade porque ela tem que estar aqui, mas tem que estar psicologicamente bem, tem que estar conseguindo interagir tendo pelo menos algum tipo de prazer no que está cursando, tendo ganhos estando aqui na universidade e conseguindo contribuir, porque a diversidade, a gente fala assim: parece que é uma política de favor, “ah, a UnB está acolhendo os coitadinhos”, mas não é porque a gente sempre diz: quem ganha com a diversidade é a própria instituição porque uma instituição sem essa diversidade ela é uma instituição sem muita troca, sem ganhos para as pessoas que estão aqui, com pouco ganho, porque a diversidade é que enriquece a instituição” [E21].

À vista disso, esta investigação confirma não apenas o entendimento de que “o oposto de poder é a dominação e não a resistência” (Souza, 2014), mas que esses grupos ativistas na UnB – a partir de suas abordagens peculiares, que vão da luta por direitos e igualdade, bem representados por coletivos como a Rexistir,⁸¹ até a arte democrática e subversiva que inverte a hierarquia das interseccionalidades, materializada pelos grupos de Vogue⁸² –, de uma maneira ou de outra, exercem influência no seu espaço-tempo. Pela classificação desses grupos, segundo as abordagens de Githens e Aragon (2009) apresentadas no referencial teórico desta tese, ficou evidente, pela multiplicidade de ações e formatos relatados, o intercâmbio de práticas convencionais (lutas por direitos) e radicais (performances subversivas), internas (atuações em rede, por coletivos e individuais) e externas (parcerias e apoios), que somadas produzem efeitos de poder na UnB e que em um estudo tipológico aprofundado poderia ser assunto para outra tese devido às complexidades e variáveis envolvidas.

Assim, retornando para o contexto problema, se refletirmos sobre os modos de subjetivação praticados, para além da dimensão das lutas identitárias (sem excluí-las), identificamos novas formas de resistência que se alinham às práticas de si que possibilitam “[...] ao indivíduo: efetuar, sozinho ou com a ajuda de outrem, um certo número de operações sobre seu corpo, sua alma, seus pensamentos, suas condutas e seu modo de ser [que lhes permite] transformar-se” (Grabois, 2013, p. 79).

⁸¹ Coletivo LGBT da UnB.

⁸² “As houses de vogue formam uma cena ainda pouco conhecida no Distrito Federal, que abriga dançarinas de muito talento, sendo um lugar seguro para uma população tão exposta à violência. A experiência de ir a uma ball foi imergir num mundo de resistência e experimentação pulsantes”. Em: <https://www.metropoles.com/vozes-lgbt/a-cena-vogue-um-espaco-de-seguranca-e-resistencia-que-deve-ser-vivido>

A partir desse encaminhamento, da relação consigo mesmo, em que o discurso é a força motriz de todos esses processos, como argumenta Carrieri et. al. (2010, p. 115): “com sua força, o discurso torna-se capaz de modelar comportamentos e delimitar racionalidades que visam tanto incluir quanto excluir visões de mundo, padrões de ação, etc. [...] nesse sentido, as histórias podem ser observadas como um processo discursivo que é coproduzido por múltiplos membros”, sendo, portanto, fundamental conhecer quem são esses sujeitos por trás dessas lutas na UnB e como se constituem, o que nos demandou outra prática discursiva para sua análise.

3.2.2 “Nascemos das lutas, como defensores dos oprimidos e problemáticos”: a construção do sujeito LGBT ativista na UnB

Nessa segunda prática discursiva – “Nascemos das lutas, como defensores dos oprimidos e problemáticos”: a construção do sujeito LGBT ativista na UnB – contemplou enunciados pertencentes à unidade de saber **sujeito e emancipação**, fazendo emergir pelo dito desses atores o processo de constituição do sujeito político LGBT por meio de sua subjetivação, suas posições de lutas e o incômodo que esse ativismo causa às normalizações e normatizações. Com isso, é possível discutir o segundo objetivo específico: explorar a construção histórica do sujeito político LGBT na UnB, individual e coletivamente.

Para refletir sobre a construção dos sujeitos LGBT ativistas na UnB, se faz mister, inicialmente, esclarecer que escolhemos para a discussão não utilizar o conceito de identidade. Primeiro, porque Foucault (1988; 1995; 2004c; 2014), um dos principais teóricos que nos amparam nesta reflexão e análise, critica esse conceito pelos riscos de sua cristalização e opta por fazer uso dos processos de subjetivação e do conceito de subjetividade como pilares que compõem o sujeito. Segundo, porque, para falar dessas vidas, pela ótica da teoria queer, devemos estar atentos à possibilidade de um “eu” falante que não assume nenhuma identidade, evitando, com isso, construir qualquer tipo de abjeção/exclusão (Butler, 2015).

Desse modo, para discutir a subjetivação, a partir dos discursos pronunciados e pertencentes ao controle de uma ordem discursiva, em que o ser humano se transforma em sujeito, se faz importante frisar que esses momentos são dinâmicos e ocorrem quando os indivíduos se proclamam quanto aos jogos de verdade, identificando-se ou se opondo às práticas sociais (Foucault, 1995; 1988; 2014). Esse jogo tem como porta a sexualidade, que, a partir de determinados saberes, instala

um dos mais importantes dispositivos para controle de pessoas e populações, normalizando condutas pela produção de subjetividades, ao demarcar e categorizar indivíduos de forma a afetar o seu lugar na sociedade (Foucault, 1988; 1995; 2014).

3.2.2.1 Subjetivação do sujeito político LGBT na UnB

Por meio de dois grupos de enunciados, debatemos a utilização dos saberes supracitados que circulam na UnB como formação discursiva que engendra *vontade de verdade* em matéria de construção de uma identificação em ser sujeito LGBT ativista ao vivenciar o espaço dessa universidade. Nos enunciados analisados, depreendemos pelo menos duas regularidades discursivas que apresentam posicionamentos sociais opostos acerca da função do sujeito ativista LGBT a partir das práticas divisoras que ora o subjetivam como “defensor dos oprimidos”, ora o subjetivam como “problemático”. Vale elucidar que, quando nos remetemos a “defensor dos oprimidos”, referimo-nos no sentido de posição de luta em causa social; e “problemático”, no sentido de oferecer riscos permanentes e/ou causar incômodos às normalizações e normatizações instituídas nas relações de poder vigentes.

Como primeiro conjunto de enunciados, a reprodução dos excertos visa regular o elo entre a questão da sujeição dos ativistas LGBT e os preceitos da defesa das minorias sexuais. Admite-se, à luz de estudos de Foucault, que “as lutas políticas pressuporiam que a batalha deveria ter um conteúdo histórico, isto é, tomariam certas narrativas do passado como válidas e legítimas, num movimento que regularizará e disciplinará a produção de conhecimento histórico” (Dussel, 2004, p. 56), e os sujeitos passam também a ser efeito desses discursos produzidos nas relações e vividos nos corpos, o que foi possível verificar nos seguintes ditos: “Nós nascemos das lutas de base, dos trabalhadores e na pauta LGBT, nós circulamos muito em volta disso” (E12); “[...] foi como surgiu esse movimento lá no Estados Unidos, nas periferias de Nova York” (E1); “A Corpolítica surge em uma tendência dos novos movimentos sociais de se radicalizar, de pegar suas pautas e de começar a combater as estruturas de preconceito, de poder, de apropriação [...]” (E6). Essa rede de enunciados indica a *vontade de verdade*, na qual práticas de saber são valorizadas nas sociedades. Conforme Foucault (2014), a *vontade de verdade*, sob o amparo do suporte e distribuição institucional no verossímil e na ciência, aporta condição de que esses discursos possam não só ser considerados verdadeiros como vir a influenciar outros discursos.

Também verificamos nesse grupo de enunciados, pelo ordenamento discursivo no excerto “[...] palestra de uma aula magna (que no Direito tem, todo semestre tem uma aula magna com um professor convidado)” (E3), a operação de um procedimento interior ao discurso, o *comentário*, pelo qual o autor faz circular um discurso a partir da repetição e expansão do que já foi falado, dito e validado pelo ritual acadêmico. Ou seja: “O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado” (Foucault, 2014, p. 24), indicando uma *vontade de verdade*.

Por fim, observamos no excerto “[...] isso acontece bastante, na UnB rola muitos escrachos” (E11) um discurso que, ao se recusar a ser objeto, exerce poder de forma inesperada e até subversiva (Salih, 2016), apresentando aspectos de *acontecimentos* por produzir coisas e se fazer nos corpos. Ainda assim, esse discurso obedece a determinado regime de possibilidades que eclode de uma série nas sociedades contemporâneas e demonstra vinculação a outros enunciados por colateralidade. Para localizar a *vontade de verdade* nesse último excerto, ressaltamos que esse tipo de luta, à qual esse discurso se refere, é teorizado nas abordagens radicais/queer como forma de agir de pequenos grupos sociais informais, coletivos e movimentos que clamam por mudanças subversivas. Tais grupos são emergentes (Githens & Aragon, 2009), a exemplo dos grupos de vogue e rimas da UnB.

3.2.2.2 Posições de lutas e o incômodo que esse ativismo causa às normalizações e normatizações

Compreende-se, portanto, que tal processo de construção dos sujeitos políticos não pode ser pensado sem que se levem em conta todos os atores presentes em seu campo e a dinâmica entre eles (Facchini & França, 2009). A despeito da crítica de alguns ativistas sobre a chamada “sopa de letrinhas” da inserção dos queer, intersexo e transgênero (Stone, 2009), devemos tomar o movimento LGBT como ator social complexo necessariamente em relação a outros que o influenciam e por ele são influenciados (Facchini & França, 2009). Da mesma maneira, não se pode supor homogeneidade do movimento LGBT, considerando-se que ele é composto por organizações de diferentes formatos que, por sua vez, alternam entre a cooperação e o conflito no trato com outros grupos (Facchini & França, 2009). De acordo com Eleftheriadis (2017), é importante estudar a visibilidade e a mobilização LGBT em diferentes escalas sem percebê-las

como entidades separadas, em que atores são moldados e constrangidos pelas visões e práticas das políticas concorrentes colocadas em determinado lugar, das alianças que eles criam e dos resultados comuns que suas ações coletivas implicam.

Assim, entendendo que por trás dos coletivos sempre existe o indivíduo, o próximo grupo de enunciados identificados subjetiva os ativistas LGBT como problemáticos ao regularizar discursos que apontam para formas de *rejeição* nos procedimentos da ordem discursiva, desautorizando o direito privilegiado desses discursos, ao considerá-los ilógicos, valendo-se de procedimentos discursivos de *exclusão* “[...] como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa *vontade de verdade*” (Foucault, 2014, p. 19-20) e “desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino” (Souza & Carrieri, 2010).

Empiricamente, observamos o procedimento externo de *separação/rejeição* nos excertos “Eu acho que a gente tinha que mudar o protagonista do problema, o objeto do problema” (E10); “Então a gente está no plano também dessa coisa da loucura [...] porque, se eu assumir a posição de discriminado, eu vou ser visto como problemático” (E22); e “Eu sou muito maluco, ‘saca’?” [E2]. Tais discursos demonstram claramente uma separação pelas instituições de quem pode circular um discurso verdadeiro e, por esse mecanismo de *separação/rejeição*, determinados discursos são colocados na condição de não serem dotados de razão, logo não devem ser considerados válidos. Exemplos disso são expostos nos excertos: “Desde que a gente não fale, ninguém vai ouvir” [E12] e “Eu acredito que muito é dito, talvez até tudo seja dito, mas acredito que as pessoas é que não estão ouvindo mesmo, e eu acho que essa ‘não escuta’ ou ‘não entendimento’ [...] não tem como obrigar as pessoas a ouvirem, estar lembrando a todo momento que é normal, é natural, tem que respeitar” [E4].

Nesse sentido, confirma-se a nossa fundamentação teórica de que a heterossexualidade, portanto, permanece incontestável no ambiente de trabalho (Cunningham, 2011) e os LGBT continuam a colidir com as expectativas sociais e ideias de como as identidades sexuais devem ser (Einarsdóttir, Hoel & Lewis, 2016), o que leva a que, muitas vezes, os discursos proferidos por essas pessoas não tenham autoridade social, por isso não devem ser aceitos e recaem em ruído (Foucault, 2014). Apesar de ainda vigente esse procedimento de exclusão, na contemporaneidade, torna-se mais frágil, mas a *vontade de verdade*, segundo Foucault (2014, p. 19), só tem se tornado “[...] mais profunda e incontornável”, demandando, muitas vezes, discursos potentes, como no

excerto “[...] no ódio mesmo, sabe?! Falar ‘aquele lugar não é para mim’, e aí foi preciso um tempo de desconstrução, passei um semestre fora para poder falar ‘não, esse lugar é meu também’ e chegar metendo o pé na porta mesmo” [E23], os quais “[...] procuram contornar essa *vontade de verdade* e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura” (Foucault, 2014, p. 20).

É importante acrescentar que essas subjetividades também são controladas e capturadas por tecnologias sutis de governamentalidade⁸³ que induzem os sujeitos LGBT, por meio de estratégias do biopoder,⁸⁴ a se constituírem como corpos governáveis, o que, no contexto do neoliberalismo, permite a eles estarem inseridos nos jogos de mercado e das relações econômicas (Lopes, 2009) que marcam a sociedade moderna. Isso é possível por um discurso de homogeneização que produz não só o “sujeito neoliberal” (Dardot & Laval, 2016), mas modelos de relacionamento social que buscam estrategicamente programar e controlar as atividades e os comportamentos desses indivíduos, determinando como devem ser a partir de como se situam diante de si mesmos, a envolver, portanto, políticas de subjetivação (Costa & Campos, 2003; Costa, 2009).

Nesse sentido, no próximo item e por meio de outra prática discursiva, discutiremos a questão da emancipação desses atores, sob a ótica do referencial teórico desta tese, em que se cogita a possibilidade de cair na armadilha da adoção dos mesmos modelos de dominação, em que se é oprimido, ao se constituírem como sujeitos regulados na realização da pretensa luta emancipatória (Butler, 1998), em que pese as questões interseccionais envolvidas nesse processo. Não à toa, o sujeito emancipado foi chamado de mito iluminista por Horkheimer e Adorno (1985) ao discutirem a essência do homem na modernidade, uma vez que o interesse econômico acaba por tornar esse sujeito determinado pelo capitalismo (Enriquez, 2006).

⁸³ “por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes” (Foucault 2008c, p.143).

⁸⁴ “O biopoder é uma forma de exercício de poder que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, é a tentativa de racionalização dos problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças etc.” (Grabois, 2011, p. 22).

3.2.3 “Querendo ou não é um espaço que pressiona muita gente de diversas formas”: o processo emancipatório, em sujeitos LGBT ativista na UnB, subjetivados pelo neoliberalismo

Nessa terceira prática discursiva – “Querendo ou não é um espaço que pressiona muita gente de diversas formas”: o processo emancipatório em sujeitos LGBT ativistas na UnB, subjetivados pelo neoliberalismo –, trouxemos enunciados também pertencentes à unidade de saber **sujeito e emancipação** que produziram materialidade sobre a influência da governamentalidade na subjetivação dos sujeitos LGBT, ao bloquear sua emancipação, e resistência pela ética e pelo cuidado de si como espaço emancipatório do sujeito. Com isso, é possível discutir o terceiro objetivo específico: investigar no discurso dos ativistas LGBT da UnB seu processo emancipatório.

Considerando a escolha epistemológica pelo pós-estruturalismo, ao abordar essa questão, nos atentamos para a tarefa de lançar um olhar para a subjetividade que possa dar conta da racionalidade instrumental defendida por Adorno e Horkheimer (1985), em que a emancipação estaria mais relacionada à libertação dos aprisionamentos da psique em relação às estruturas do inconsciente, abordagem psicanalítica, do que às relações organizacionais que aprisionam essa subjetividade.

3.2.3.1 A influência da governamentalidade na subjetivação dos sujeitos LGBT na UnB, ao bloquear sua emancipação

Quando abordamos a produção da subjetividade de pessoas ativistas LGBT na UnB, sob a ótica de uma “população”, enquanto gestão de corpos disciplinados em conjunto (Foucault, 1988; 1979), apresentamos para debate enunciados que foram pronunciados nas entrevistas dos ativistas LGBT, dando conta desse sujeito influenciado pela governamentalidade neoliberal com repercussões em suas subjetividades. Essas subjetivações são fruto de representações simbólicas que invalidam situações e práticas que não correspondem à relação homem e mulher e, como formação discursiva, engendram procedimentos de exclusão e rarefação discursiva ao reafirmar a primazia da biologia sobre questões sociais e culturais, ao mesmo tempo em que em algumas situações validam esses mesmos discursos, quando convém.

A primeira discussão pôde ser constatada no conjunto de enunciados em que foi observada uma das estratégias mais utilizadas pelo neoliberalismo para submissão das vidas ao seu sistema: o sequestro da psique e dos corpos de seus espaços-tempos por meio de uma racionalidade de seleção e exclusão (Duarte & Coelho, 2020).

“O Direito na UnB é um lugar que tem muita concorrência entre os estudantes e é um grande lugar gerador de networking. Então, tem muitas coisas importantes naquela faculdade e isso cria um clima... menos... menos livre” [E2]; “Com a terapeuta a gente combinou de criar um personagem para que eu conseguisse terminar meu curso, para que eu pudesse ter a liberdade financeira e todas as outras liberdades, para que eu pudesse ser a pessoa que eu sou, porque antes disso não dá” [E4]; “Eu me desvinculei um pouco da universidade, da militância aqui, porque, querendo ou não, é um espaço que pressiona muita gente de diversas formas, de você ter que estudar, sair da quebrada para vir estudar aqui, passar muito mais tempo no ônibus do que dentro da sala de aula e tudo mais, e aí eu meio que mudei o meu lugar aqui na universidade porque antes eu vivia para a militância e não dava continuidade às minhas outras demandas da vida” [E9]; “Os corpos trans são corpos que estão sempre sendo jogados para fora dos espaços, principalmente os corpos que não estão dentro da cisnorma, os corpos sem passabilidade” [E1].

Esses discursos fazem circular um ordenamento pelo princípio das *disciplinas*, ancorando-se em estratégias biopolíticas do regime capitalista que promove

[...] encontro dos enunciados e imperativos econômicos, produzindo uma fricção entre um sujeito compósito, a normalização da concorrência econômica, a subsunção do indivíduo à lógica do capital humano, [...] e uma ascese contínua, que só permite ao indivíduo uma relação consigo na qualidade de empresa de si. (Duarte & Coelho, 2020, p. 12)

Na sequência, ainda que em uma mesma regularidade discursiva que ressignifica o neoliberalismo e busca impingir um autocontrole dos corpos, foi possível constatar, no segundo grupo de enunciados, o temor do discurso do atual governo na vida desses ativistas e de suas causas LGBT, uma vez que, como ensina Foucault (2014, p. 9), “[...] as regiões onde a grelha mais se aperta, onde os quadrados negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: longe de ser um elemento transparente ou neutro [...], é como se o discurso fosse um dos lugares onde estas regiões exercem, de maneira privilegiada, alguns dos seus mais temíveis poderes”. Assim, constata-se as repercussões dos discursos no nível macro que contribuem para a constituição dos regimes de verdade e impactam internamente a UnB.

Os excertos analisados desse grupo de enunciados – “Hoje a gente assiste um cenário que é muito conservador, e um projeto político que entrou no poder falando da questão da ideologia de gênero” [E6]; ““Ah não, mas nosso governo atual só fala muitas coisas, eles não vão fazer nada”, aí eu: “e só falar já não é fazer?”” [E8]; “A gente não consegue autorização para fazer batalha de *vogue* no meio da UnB como a gente conseguia anteriormente, muito desse contexto acirrado que a universidade vive” [E18]; “não sofrer mais com retaliações do governo” [E3] – demonstram uma rarefação discursiva pela qual se apagam individualidades e, em torno da figura do *autor* governo, cria-se um discurso fantasmagórico que inibe comportamentos mais progressistas sob o temor real ou imaginário de algum tipo de represália.

Dessa forma, é importante observar que as relações de dominação e opressão que permeiam as relações de poder com potencial para bloquear a emancipação, muitas vezes, agem de forma velada, manipulando sentidos e distorcendo estruturalmente a comunicação, bloqueando recursos ou invalidando ações políticas que promovem relações cooperativas e recíprocas (Forester, 1994), como constatado na verbalização: “Quando a DIV foi criada, ela foi para o restaurante universitário, junto com a cozinha do RU, ninguém conhece a cozinha do RU, ninguém sabe como chegar lá, então, era uma diretoria só para falar que existia mesmo. Para os servidores era péssimo porque a cozinha do RU é super quente, ninguém sabia que existia DIV. Depois ela saiu do RU e foi para a Casa do Estudante, depois que a reforma da Casa do Estudante acabou, só que a Casa do Estudante, apesar de ser um ambiente melhor para os servidores porque era mais salubre, era muito distante da comunidade porque fica lá perto da Faculdade de Educação Física, muito longe, e ninguém sabia que existia, aí mais recentemente é que a DIV veio para o ICC Sul, atrás da caixa, que ainda é meio escondido, ainda é meio ruim, mas a galera fez um mural ali...” [E13]. Portanto, apesar do *ethos* de inclusão, as práticas discriminatórias são comuns, o que revela uma cultura heterossexista profundamente enraizada (Priola, Lasio, Simone & Serri, 2014).

Esse movimento pode também ser demonstrado pelos discursos da diversidade que escamoteiam noções essencialistas heteronormativas e criam descompasso entre as propostas do plano de desenvolvimento das instituições e suas próprias práticas organizacionais, como já relatado por Silveira (2016) e Saraiva e Irigaray (2009), verificado no terceiro conjunto de enunciados.

“A gente sempre depende de pessoas individuais, nunca da instituição enquanto um corpo mais pautado e comprometido com a pauta, a gente conta com pessoas que estão dentro e estão comprometidas com essa pauta” [E8]; “[...] aparece um garoto, homem e hétero, é incrível como ele é o sucesso na academia, ele consegue as coisas mais fácil, entendeu?!” [E11]; “Não deveria ser assim, deveríamos poder nos portar dentro dos ambientes que exigem da gente certa etiqueta com naturalidade” [E14]; “Olha professora, é o seguinte, sou trans, meu nome aqui está Maria, mas no sistema vai estar João, e aí quando você for passar minha nota, dá a nota para esse nome João que você vai achar lá no sistema” [E13]; “Nas listas de eleição não aparecia o nome social dos estudantes, só aparecia o nome de nascimento dos estudantes, uma violência institucional extrema porque aquele não é o estudante, o nome social do estudante é o nome onde ele se conhece, onde ele se coloca, onde ele é ele” [E12].

Pela ótica da ordem discursiva, podemos considerar tais discursos articulados pelo princípio da disciplina que “[...] constitui uma espécie de sistema anónimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que o seu sentido ou a sua validade estejam ligados ao seu inventor” (Foucault, 2014, p. 29), ou seja, nesses discursos, emergem proposições novas, porém baseadas em coerência e sistematicidade de conhecimentos já existentes e aceitos socialmente. Conforme Saraiva e Irigaray (2009), muito da contradição entre práticas e discursos adotados nas organizações encontra lastro no preconceito dos próprios trabalhadores, reforçado por permissividades da gestão.

No último grupo de enunciados que abordam a questão do neoliberalismo atrelado à subjetivação dos ativistas LGBT na UnB, foi importante problematizar, a partir dos achados de campo, a hierarquização e a classificação dos corpos que, sob o capitalismo, deixam marcas indelévels ao controlar a sexualidade como meio de obter a máxima energia dos corpos a seu favor e eficácia. Essa discussão é fundamentada em Foucault (1988) a partir da “hipótese repressiva” pela qual o pensador critica repressão, defendendo que, pelo contrário, durante os últimos três séculos, fomos cada vez mais instigados a falar do sexo, e a tão proclamada estratégia libertadora não passa de mais um mecanismo de controle ao provocar nova caça às sexualidades periféricas, incorporando perversões e especificações aos indivíduos, de modo que, mais do que interditar, visa-se intercambiar discursos para penetrar nas condutas, como verificado nas verbalizações:

“[...] enquanto gay, mesmo produzindo muito bem, eu acabo ficando alguns pontos atrás daquele rapaz heterossexual que se comporta bem, digamos assim” [E18]; “já notei na universidade que eu achei negativo foi, talvez, a desvalorização do conhecimento que o LGBT produz. [...] eu sentia que quando eu ia falar, quando eu ia me expressar, havia uma indisposição das pessoas em acreditar,

validar e legitimizar a minha fala, então eu sentia algumas coisas nesse sentido, sabe?!” [E6]; “[...] recai sobre a gente dúvidas sobre como as pessoas vão enxergar, qual a qualidade do seu trabalho acadêmico produzido, de qual é a sua capacidade de estar à altura de vários outros pares seus dentro de uma pesquisa, dentro da sala de aula. Então... é muito complicado!” [E19].

Tal prática discursiva que estimulou a proliferação do discurso sexual a partir do século XVIII e foi interpretada por meio do dispositivo da sexualidade lida tecnologicamente com os “anormais sexuais”, esquadrihando as condutas sexuais e vigiando as “sexualidades periféricas” no intuito de especificar os indivíduos com base em seu sexo e desejo, inventando identidades de modo a normatizar comportamentos sexuais e demarcar padrões e formas predeterminadas de subjetividades que aportam acesso à própria inteligibilidade, e fazendo que as ciências confessionais subjetivem o que as ciências humanas objetivam (Foucault, 1988).

Todo esse emaranhado de controles pode ser enquadrado na noção de dispositivo, já apresentada neste trabalho, e é por esse aparelho que buscamos apreender nos seus contornos e movimentos, que se voltam para as práticas concretas e discursivas, como funciona a operação de captura das subjetividades que promove efeitos de poder, como a diversidade na UnB. O dispositivo da sexualidade aqui eleito para essa análise justifica-se principalmente por articular-se buscando controlar as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres e a natureza dessas impressões (Foucault, 1988). Esse processo de operação do dispositivo da sexualidade se dá em práticas de classificação e punição dos corpos por meio de medidas de coerção, fazendo uso das técnicas disciplinares nas relações de poder e instituições, adestrando os indivíduos a corresponder a determinados comportamentos ditos “adequados” pela vigilância hierárquica (Foucault, 1987), o que foi observado nos seguintes enunciados:

“Tem certas coisas que você não pode fazer porque se você fizer haverá uma piadinha” [E10]; “Porém eu acho que é bem clara essa questão de que quem está no padrão consegue mais fácil...” [E20]; “Na verdade o que mais impacta nessa universidade é a incapacidade de a burocracia central chegar dentro das faculdades. Não chega mesmo, não tem nenhuma diretriz que eu veja ali concretamente realizada em termos de diversidade...” [E22]; “[...] tudo por terem essa disforia de gênero, enfim, acaba não utilizando o banheiro...” [E23]; A gente tem vários casos de estudantes travestis que evadiram, então... falta um pouco mais de acompanhamento” [E18].

Nesse ponto, observa-se o que Foucault (1999, p. 28) chamou de “Polícia do sexo: isto é, [a] necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”, ou seja, esses discursos encontram sua condição de funcionamento pelas *disciplinas*, aqui notadamente as das ciências humanas, que fazem desses corpos alvos de uma tecnologia política na microfísica do poder (Courtine, 2013) e assim corroboram os processos de constituição de subjetividades ao obedecer à ordem de uma racionalidade discursiva, logo sócio-histórica (Foucault, 1988).

Essa operação que faz o discurso sobre o sexo ser multiplicado ao invés de reprimido dentro e a favor do poder promove tensões e contracorrentes entre a teoria foucaultiana e a psicanálise, principalmente em âmbito clínico (Silva, 2017b; Teshainer, 2004), demonstrando a repressão como positiva no sentido estratégico da produção do poder e, na fase genealógica, funcionando como tecnologia ao atribuir ao discurso do interlocutor a capacidade de produzir subjetivação e efeitos na expansão do biopoder, por definir a veracidade do desejo confessado, a partir de uma interpretação que localiza sexualidades anormais e mascara mecanismos de poder para criar espaços de aceitação, ou seja, a verdade de si relatada é decifrada como verdade do sujeito por meio da autoridade de saber (Foucault, 1988; 2004b; 2006; Vilas Boas, 2002), evidenciado na fala:

“Então, eu acredito que a universidade não é totalmente segura, as pessoas (eu acho que na grande maioria) acham que não há nenhuma barreira, que aqui é uma “porra louca”, que todo mundo é livre para ser o que quiser e fazer o que quiser, mas eu acredito que não é assim, que as pessoas (muitas) estão se podendo e se resguardando por muito medo e eu falo isso por mim mesma porque eu não me sinto segura para transitar da forma que eu quero, para ir nas minhas aulas da forma que eu quero, tanto que em terapia e tudo mais, com a terapeuta a gente combinou de criar um personagem para que eu conseguisse terminar meu curso, para que eu pudesse ter a liberdade financeira e todas as outras liberdades, para que eu pudesse ser a pessoa que eu sou, porque antes disso não dá...” [E4].

O intuito deste tópico é identificar o agenciamento das linhas de subjetivação dos ativistas LGBT na dinâmica da UnB, entendendo que estas remetem a diferentes construções de subjetividade, singularizando e normatizando ações que hierarquizam gênero e tornam as relações de poder assimétricas. O pano de fundo são os regimes de visibilidade e invisibilidade que regulam os discursos, fazendo falar os sujeitos e dos sujeitos (Foucault, 1988; Pinafi, 2011).

Esse controle se abona por uma gestão social para o governo da vida que “garante” o funcionamento da sociedade por meio das tecnologias de segurança (Foucault, 2008c), ancorando-

se na regulação que se dá, intervindo por meio de um sistema liberal que sugere igualdade de direitos políticos e jurídicos, mas regra o uso que cada indivíduo faz de sua liberdade. Assim, coletivamente, conduz ações que formam indivíduos produtivos (Silva, 2017b; Foucault, 2008c) escamoteados na retórica de que tais mecanismos estatais garantem segurança e bem-estar, visto que se pode, inclusive, justificar a morte quando esta é sugerida em defesa de um corpo social (Foucault, 1988), conforme os enunciados:

“[...] quando a gente é vetado de exercer nossa afetividade em qualquer campus da universidade. Essa violência também é quando a gente não pode andar de mãos dadas em alguns lugares porque a gente corre risco de ser agredido, sabe?!” [E23]; “minha irmã participava de um projeto de pesquisa juntamente a ela e ela estava comentando isso, a pesquisa que ela produz, do que ela discute constantemente, colocado de maneira, inclusive, bem distorcida, e o que a gente vê é que as nossas vidas acabam em risco” [E19]; “É ... Sinto que a UnB é um lugar muito diverso e plural. Você vai ter de tudo aqui. Você vai ter, por exemplo, grupos que são capazes de pichar “morte aos gays”, grupos que não pichariam, mas que também não acham tão ruim assim, e grupos que acham que isso é um grande absurdo. Então, você tem cursos muito progressistas como Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia, Serviço Social, você tem alguns espaços do Direito, e também tem espaços bem conservadores, você vê isso na hora da votação para a Reitoria, DCE, principalmente na Faculdade de Tecnologia ou nesses cursos como Física, Matemática, Biologia. Acho que a UnB é muito plural, tem de tudo” [E17].

Essa fragmentação, para Foucault (1999), insere racismo de Estado nos mecanismos de poder, afirmando discursos de que grupos de indivíduos são perigosos e inferiores, por isso devem ser censurados em favor da perpetuação da espécie, tendo como mecanismo operante a norma que controla corpos em espaços disciplinares e cristaliza processos desejanter (Peres & Toledo, 2011) de modo a produzir a subjetividade útil que conduz a uma população de corpos regulados (Agamben, 1998). Com isso, todo esse debate remete à pergunta: há que se falar em sujeitos políticos LGBT emancipados na UnB? Responderíamos: sim e não. Não, pelo que foi dito até esse ponto da problematização, dessa prática discursiva; sim, se quisermos discutir a genealogia do sujeito reconhecendo o que Foucault (1994b; 1994c) chamou de tecnologias de eu⁸⁵ como forma de o próprio indivíduo operar sobre si, se transformando por meio de um processo em que a sexualidade passa a ser objeto de preocupação moral.

⁸⁵ As *techniques de soi*, descritas por Foucault na análise dos textos clássicos, transformavam o imperativo socrático do "conhece-te a ti mesmo" em algo mais "prático", porém, bem mais amplo: não só conhecer-se, mas governar-se, aplicar ações a si próprio, tendo por certo que o objetivo maior somos nós mesmos e, ainda, que o instrumento de chegada ao que nos define somos nós mesmos também (Fischer, 1999, p. 53).

3.2.3.2 Resistência pela ética e pelo cuidado de si como espaço emancipatório do sujeito LGBT na UnB

Por essa linha foucaultiana da ética, a preocupação moral não opera no sentido da repressão e interdição, mas de uma dimensão política de etos do indivíduo em que a resistência se dá pela estética da existência. É se comprometer com as práticas de liberdade, de forma refletida e ética, nas mais diversas relações com os outros e as artes de governo, procedendo uma forma alternativa de produção inventiva da subjetividade, a qual comporta até maneiras de ser improváveis, uma vez que permite libertar-se dos jogos de força e para além de um contexto histórico, visto que se contrapõe à retórica no passado (Foucault, 1994b; 1994c; 2004b), como retratado na fala “vou dar aula daqui a pouco, estou de lápis! Eu venho maquiada para dar aula! Porque eu quero e porque eu posso! Pronto! Cabou-se! Então há essa liberdade e isso daqui também é discursivo, isso daqui também fala muito! A gente toma discursivo numa perspectiva mais ampla, além do textual, do texto verbalizado, mas além de outras semioses. Meu corpo grita!” [E15].

Esclarecemos que não se trata de um movimento egoísta de voltar-se para si, mas de refletir a existência que subverte os jogos de desejos ao modo de como o experimentamos. Não mais submisso ao controle dos dispositivos, que sob o subterfúgio da defesa cartesiana do conhece-te a ti mesmo pressupõe acesso à “verdade”, que manipula e desarticula esse cuidado de si. O privilégio por essa visão é dado a tornar possível o conhecimento da verdade a partir de uma existência singular (Pagni, 2010). Como bem articula Rago (2010) ao falar das autobiografias feministas:

[...] elaboração do próprio eu, escapando dos dispositivos biopolíticos de produção das individualidades, recusando a normatividade insistentemente imposta sobre nossos corpos, quanto a construção de uma nova relação com o outro, já que narrar a própria vida é também uma forma de abrir-se a um outro, ao contrário do que ocorreria com o diário íntimo. (Rago, 2010, p. 4)

Nesse entendimento, o operar sobre si seria caminho para o fim do essencialismo identitário sobre o sujeito em um movimento político de questionamento e transformação de estruturas da operação das relações de poder e dos discursos na sociedade que determinam individualidades, uma vez que não somos apenas sujeitos do conhecimento e da relação com os demais, pois também podemos ser fruto da nossa ação moral (Oksala, 2011; Pagni, 2010).

Para encerrar a prática discursiva, foi fundamental a análise de mais um conjunto de enunciados que pudessem explorar essa perspectiva em excertos que traduzem essa condição de vida e, portanto, dão margem a estabelecer um diálogo teórico com a genealogia localizada na terceira e última fase do pensamento foucaultiano, a ética, bem como com a teoria queer.

“A gente está falando de prazer e de como viver e experimentar seu corpo, das próteses que você quer ou não colocar no seu corpo, às vezes eu tenho interesse de continuar homem, mas ter seios, às vezes eu tenho interesse de fazer uma tatuagem, às vezes eu tenho interesse de fazer uma redesignação sexual, trocar o meu aparelho reprodutor, sei lá, é só uma prótese que a gente coloca no nosso corpo e que cada um vai ter uma experiência completamente individual do que quer fazer com o próprio corpo, independente de questões de gênero, e do que gosta de fazer com o próprio corpo no sexo com outras pessoas ou não, independente de questões de sexualidade, cada pessoa tem uma experiência completamente individual.” [E3]; “aí ela virou para mim e falou assim: “uai, mas eu achei que você era um homem trans porque o jeito que você se veste não é o jeito de outras lésbicas que eu conheço”, aí eu: “então, só porque eu tenho a cabeça raspada?” (na época eu estava com a cabeça raspada, igual a sua assim), ela: “não, mas eu achei que você era um menino”, aí eu: “então, eu não sou um menino, eu sou uma mulher com a cabeça raspada, só isso”, aí ela: “não, então me desculpa porque eu estava te tratando de uma forma e eu percebi que não é isso”, aí eu falei: Então, você não pensou em nenhum momento em me perguntar, sabe?!” [E9]; “Eu posso sentir atração por mulher, mas eu tenho meus limites também, então não tem uma definição” [E11]; “Nossa, mas você não é um homem trans?”, e eu fico tipo ‘e daí?’” [E16].

Tais excertos demonstraram a rarefação do discurso, procedimento de *comentário* (Foucault, 2014), no apoio institucionalizado do que deveria ser visto como verdadeiro, ao acionar a teoria queer como conhecimento científico para reiterar discursos de *comentário* que “[...] desafiam-nos a desnaturalizar não só as categorias gênero, orientação sexual e identidade sexual, mas também a própria noção de sexo” (Sampaio & Germano, 2014). Nesse sentido, pelo *cuidado de si* ainda que a *vontade de verdade* também afete esse sujeito, o importante é que este não seja objeto do discurso verdadeiro, havendo, portanto, nesses discursos controle da função de dispersão, acontecimento e aleatoriedade, tendo em vista que o dito não foi previsto.

A ideia central dessa fase foucaultiana é que liberdade sexual não significa ser libertado da sexualidade; pelo contrário, a liberação e proliferação dos discursos sobre sexo só produziu mais subjugação sobre como devemos usar a liberdade. Nesse sentido, deveríamos nos permitir emancipar da liberdade que regula e normatiza (Halperin, 2007). Isso ficou evidenciado no último conjunto de enunciados em que os ativistas subvertem fenômenos relacionados com a sexualidade

e gênero, politizando-os, sendo atores que se constroem sujeitos e não se subordinaram à dominação dos sistemas de poder, promovendo resistência. Por isso, a leitura foucaultiana acaba por ser um respiro de emancipação. Nas palavras de Touraine (2009):

Michel Foucault nada mais é que o grande barqueiro. Este, partindo de sua oposição a Satre, e atravessando os maiores temas do discurso interpretativo, alcança a idéia de sujeito e de subjetivação que nos liberta do sufoco imposto pela noção de uma sociedade sem atores, sem reflexão e sem consciência. (Touraine, 2009, p. 101)

Essas práticas de si não são nem individuais nem coletivas, mas transversais e relacionais, uma vez que incitam tanto o indivíduo a conhecer-se, dominar-se e transformar-se quanto o corpo social a agir de acordo com uma moral definida, a partir do coletivo, impactando tanto o exercício de poder quanto as relações com a verdade (Foucault, 1985; 2006b; 2008b), como justifica o enunciador [22]: “Elas tinham uma posição muito mais subversiva, mas iam subvertindo em si mesmas. Elas tinham uma necessidade de explorar a própria dinâmica dos corpos delas em relação aos outros, o tempo inteiro. Talvez tenha um pouco da dinâmica dentro do movimento das trans mesmo, tem muito mais uma subversão dos lugares”.

Dessa maneira, a análise da resistência LGBT que opera no tempo presente a partir de ações de contraconduta, sublevação e lutas⁸⁶ que fazem oposição à obediência imposta por biopoder e governamentalidade, e em uma possibilidade de atuação também como sujeito da própria subjetivação e maior libertação da individuação em um exercício de si sobre si (Foucault, 2008b; Grabois, 2011), elucida que não há que se falar em liberdade, mas na permanente relação poder-saber, o que torna a questão um problema eminentemente político e, portanto, fenômeno fundamental a ser investigado no momento em que essas ações podem provocar crises no pastorado que prometia a “salvação” e na conduta da governamentalidade que incide sobre os efeitos de poder, nesse caso, podendo exercer influência na promoção da diversidade sexual na UnB, como

⁸⁶ “A Contraconduta é o movimento de ‘querer ser conduzido de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e de outros métodos’, seriam formas de ‘escapar da conduta dos outros’, procurando ‘definir para cada um a maneira de se conduzir’ (Foucault, 2008, p. 257). A sublevação é a ação “através do qual um homem solitário, um grupo, uma minoria, ou um povo diz ‘eu não obedeco mais’, e joga no rosto do poder que ele considera injusto o risco de sua vida” (Foucault, 1976-1988, p. 790). “Em Foucault, as Lutas se diferenciam em três tipos sociais: as que fazem frente às formas de dominação (étnica, social e religiosa); as que contestam as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; e as lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão, que enfrentam tudo aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros” (Grabois, 2011).

analisado na verbalização: “As ações, também da DIV, nunca se limitaram a atendimentos no âmbito da proteção, atendimentos socioassistenciais, psicossociais e pedagógicos, elas são também envidadas no sentido da promoção e formação também para a diversidade” [E7].

Tendo identificado quem são os sujeitos LGBT na Universidade de Brasília e de que lugar falam, a partir dos discursos que os subjetivam, e conhecendo suas resistências aos dispositivos que o capturam, encaminhamo-nos para um desfecho dessa história que se fez importante. E é essa a tônica do próximo tópico, isto é, articular enunciados dos ativistas LGBT que podem vir a demonstrar como se deram suas participações na irrupção de acontecimentos que produziram efeitos na materialidade da diversidade sexual da UnB, enquanto conquistas, ainda que sem características de “revoluções”, como vaticina Foucault (2008b), que assim o deveria ser, uma vez que, para o filósofo, o progresso não se encontraria nos grandes acontecimentos.

3.2.4 “Começou um processo de ativismo muito intenso dos alunos e isso foi criando um novo clima na faculdade”: como ações dos ativistas LGBT nas relações de poder da UnB contribuíram para que a diversidade sexual pudesse se tornar o que é?

Nessa quarta prática discursiva – “Começou um processo de ativismo muito intenso dos alunos e isso foi criando um novo clima na faculdade”: como ações dos ativistas LGBT nas relações de poder da UnB contribuíram para que a diversidade sexual pudesse se tornar o que é? – contemplou enunciados pertencentes à unidade de saber **diversidade, gestão e inclusão** que materializaram acontecimentos que produzem saber histórico para diversidade sexual na UnB, contestações da disciplina que favorece práticas que coagem as sexualidades dissidentes e alternativas enunciadas para evitar fragmentações em movimentos que impulsionam a diversidade. Com isso, é possível discutir o último objetivo específico: analisar nos discursos dos ativistas LGBT na UnB o efeito de poder de suas práticas e relações para que a diversidade exista como é nesse espaço e tempo ao dar conta de saberes insurgentes, locais e descontínuos que provocam rupturas.

Empreender uma análise que possibilite compreender os reflexos do ativismo na promoção da diversidade sexual da UnB a partir de discussões relacionadas à dimensão do poder nos remete, por Foucault (1999), a trabalhar com o que emerge das práticas cotidianas e naturalizadas como forma de reflexão da expressão do poder. Isso nos leva, conforme entendimento elaborado por

Porto (2014, p. 363), a três perguntas fundamentais: “como tais práticas emergem, são postas em funcionamento e passam por processos de naturalização em contextos determinados?”.

Assim, estamos alinhados com o pensamento pós-estruturalista, para o qual o processo organizativo é construído por práticas e relações de disputas políticas experienciadas no cotidiano, em que o poder não é fruto de causas, mas efeito das relações de forças dispersas (Alcadipani & Tureta, 2009; Pádua Carrieri, Perdigão & Aguiar, 2014). Para esse debate, narraremos a história pela ótica dos ativistas LGBT que participaram e participam na e da consecução dessas práticas de diversidade, analisando nos seus discursos o efeito da participação, efeito de poder, para que esse espaço de diversidade exista como é, tendo em vista que as “práticas” são produtos das relações de poder.

Tal operação foi viável ao compreender que o exercício do não discursivo (práticas, instituições e táticas) como sustentáculo do poder, num corpo social, cristaliza discursos que permitem, pelo conjunto de seus enunciados que formam as práticas discursivas, investigar o “saber” que orienta como determinado grupo de sujeitos deve se relacionar e se dirigir à instituição e aos outros, em determinado espaço e tempo (Foucault, 1987; 1988).

É importante, inicialmente, compreender que interações relacionais de poder que assumem dimensão política não devem operar sob a égide da “subordinação”, mas pela ordem de governo das coisas, ou seja, do embate político de determinados grupos que constantemente naturalizam e normatizam as relações para manter o governo, e fazer a manutenção de condutas, em que o discurso é objeto dessa disputa (Porto, 2014; Foucault, 1995; 1999).

Sem esse pressuposto, prevalece a dominação, e não há que se falar em relações de poder. Seria o ativismo arremessado em solo extremamente árido, pois, como já relatado no referencial teórico, quanto mais próximo de regimes autoritários, menos o ativismo será acionado e gerará efeitos produtivos aos seus reclames, tendo seu melhor encaminhamento, portanto, em ambientes democráticos que permitem a discordância de posições – cenário até então privilegiado das universidades públicas brasileiras.

Dessa forma, prevalece a *vontade de verdade* (Foucault, 2014), garantindo o funcionamento das disputas discursivas em que grupos de interesses colocam suas estratégias discursivas, ou seja, tomam a palavra em defesa da qualidade de discurso de verdade, buscando com essa legitimidade chegar à aceitação social para apropriar-se da história, como sugere Foucault (1988):

[...] buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. As "distribuições de poder", e as "apropriações de saber" não representam mais do que cortes instantâneos em processos, seja de reforço acumulado do elemento mais forte, seja de inversão da relação, seja de aumento simultâneo dos dois termos. As relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são "matrizes de transformações". (Foucault, 1988, p.109-110)

Por esse raciocínio, selecionamos três grupos de enunciados para debater a questão, ao observarmos a rede de acontecimentos discursivos que continuam a atravessar o espaço da UnB em favor da diversidade, num processo de fazer história, que podemos relacionar ao que Foucault (2004) chamou de *acontecimentos*, o qual favorece a determinado grupo de interesse a autoridade de falar e, por meio disso, produzir saber histórico ao entrarem em cena “novos referenciais, novos episódios paradigmáticos, novos objetos que anteriormente não tinham visibilidade” (Porto, 2014, p. 366).

3.2.4.1 Acontecimentos que produzem saber histórico para diversidade sexual na UnB

Isso se justifica pelo fato de que “o processo de significação é sempre material” (Butler, 2015, p. 129) e instrumentalidade para o conjunto de relações linguísticas de diferenciação, em constante negociação, de modo que “as identificações nunca estão completas e terminantemente acabadas; elas são incessantemente reconstituídas e, como tal, estão sujeitas à lógica volátil de iterabilidade. Elas são constantemente reordenadas, consolidadas, cercadas, contestadas e, ocasionalmente, obrigadas a ceder” (Butler, 2015, p. 188-189). O que pôde ser verificado nos excertos:

“[...] o que eu sei é que desde 2012 começou um processo de ativismo muito intenso dos alunos e isso foi criando um novo clima na faculdade, era algo que passava pelo Centro Acadêmico e o Centro Acadêmico começou a pautar outras coisas, eles fizeram uma bandeira LGBT como símbolo do Centro Acadêmico, eles pintaram uma escada com as cores da bandeira, que na época deu uma grande polêmica. [...] Hoje em dia tem bandeira LGBT por toda a faculdade e ninguém liga” [E2]; “[...] na história toda do Brasil, em todas as épocas, as mudanças só ocorrem porque a sociedade se mobilizou, né, e brigou, apanhou, ganhou. Mas se fez presente. Então é fundamental que surjam” [sobre os coletivos na UnB] [E25]; “Mas também é necessário comemorar essas pequenas vitórias porque só da pessoa ser tratada no pronome e no nome que ela se sente mais confortável já é muita coisa” [em referência à política do nome social] [E1]; “Mas aí, a gente

estava nesse momento bem fecundo de direitos LGBTs e a gente achou que seria interessante fazer um grupo, um coletivo, que associasse o movimento LGBT com a expertise de estudantes de Direito, juristas, futuros advogados, e a gente via que aqui em Brasília não tinha nada que tratasse nessa área, então, eu e esse amigo reunimos um grupo de seis pessoas e começamos a conversar: o que seria esse projeto, qual a forma que ele teria...” [E3]; “se a gente faz um histórico, a gente já viu tentativas da gestão de chamar os coletivos para conversar, de alguma maneira, mesmo que a gente discorde de como aconteceu, mas já houve tentativas, por exemplo, agora a gente foi chamada enquanto Roda para participar de uma reunião para falar sobre os projetos que abarcam gênero, então, isso é uma ação da gestão que está convidando todos os projetos de extensão que pautam questão de gênero para se reunirem e pensar ações” [E8].

Tais enunciados são discursivamente ordenados pela *vontade de verdade* que valida determinados discursos e os faz funcionar produzindo efeitos de poder na sociedade por meio de uma ordem sociológica proporcionada pela “tomada de consciência das rupturas da evidência induzidas por certos fatos” (Revel, 2005, p. 14), nesse caso em específico, demonstrando que a luta LGBT teve papel ativo na ressignificação do discurso organizacional sobre diversidade nesse ambiente, inclusive permeando novas práticas institucionais, como expõe o enunciador [7]: “Uma outra questão que está prevista na resolução é que a gente vai promover a formação do quadro profissional da UnB, no sentido de essas formações serem continuadas, das capacitações serem continuadas principalmente para equipe da DDS [Diretoria de Desenvolvimento Social], mas também para as unidades acadêmicas de referenciar a gente para orientar no sentido de manter a permanência das pessoas, para que por conta desses tipos de violência, elas não evadam ou não desliguem do curso, ou não tenham impacto acadêmico no currículo [treinamento interno sobre diversidade sexual]”.

Defendemos que essas práticas são fruto de diversos programas, ações e políticas da UnB voltadas para a diversidade sexual que têm conseguido dar voz às pessoas vulneráveis, as quais apresentam os problemas de precariedades em que alguns corpos são submetidos, ainda que nesse espaço as definições e avaliações da conduta sexual sejam objeto também de amarga contestação, fruto do que Rubin (2012) chama de sistema de estigma erótico. Isso acaba por repercutir também na ponderação dos LGBT em aderir a esses movimentos, ao se sentirem apoiados, uma vez que estes são atravessados permanentemente por aspectos microestruturais, de ideologia e experiências anteriores, o que torna necessário tomar decisões quanto aos riscos pessoais de participação (McAdam, 1986; Schussman & Soule, 2005), como dito nas verbalizações: “Nos meus casos que fui agredida, sempre a DIV me deu apoio bem... bem bom” [E20]; “A gente conta muito com apoio

de docentes que estão próximos da gente e que a gente sabe que são comprometidos e querem que nós, não eles, que nós ocupemos esses espaços e pautemos isso. A gente contou com dinheiro do departamento, por exemplo, eles direcionaram o dinheiro para pagar a van quando precisava, quando a prefeitura não conseguia...” [E8]; “É por isso que é necessário a rede de apoio, para a pessoa não desistir” [E1].

Como demonstrado nos achados de campo e defendido pela literatura, o cruzamento entre o ativismo LGBT e as organizações tem se firmado como um poderoso instrumento de pressão para a mudança organizacional na direção de ambientes mais justos (Raeburn, 2004), evidenciando-se, principalmente, no que diz respeito a direitos, como constatado pela institucionalização das políticas do uso do nome social e de auxílio financeiro, aos LGBT em situação de risco, pela UnB.

3.2.4.2 Contestações da disciplina que favorece práticas que coagem as sexualidades dissidentes

Para a questão da contestação, apresentamos o próximo conjunto de enunciados, em que se nota o enfrentamento do procedimento interno da disciplina, numa tônica de denúncia do julgamento do certo ou errado como falho e carregado de hipocrisia, verificado nos seguintes excertos: “eles são o objeto do problema porque eles não nos aceitam” [E10]; “teve uma parada LGBT que foi escoltada pelos seguranças da universidade. Eu não sei qual foi o propósito daquilo. Se eles queriam nos proteger... Mas nos proteger de que? Ou se eles queriam nos conter?” [E12]; “Eles colocam que a busca pela nossa cidadania é na verdade uma ideologia cultural, política, que quer mudar os valores da sociedade, e não lutar pelos direitos de pessoas que já existem, que já são reais” [E6].

Em um sistema social que não tem estrutura monolítica e onipotente, contínuos conflitos quanto a definições, avaliações, arranjos, privilégios e custos do comportamento sexual promovem, como principais campos de batalhas, a ideologia sexual e a regulação legal (Rubin, 2012), o que favorece a marginalização e a discriminação das sexualidades dissidentes pela instituição do heterossexismo e consubstancia a necessidade premente do ativismo LGBT (Chuang *et al.*, 2016).

Para Cascais (2006), o associativismo LGBT não se fez do dia para noite, nem se irrompeu numa tábula rasa histórica, social e cultural, mas confronta-se com a história de opressão, de

negação e de controle social, constituindo grande desafio cognitivo. Em termos teóricos, como argumenta Brandão (2009), o ativismo LGBT repousa em contradição fundamental: buscar conciliar a abordagem construtivista sexual (que critica o essencialismo universalizante e naturalista que recai sobre a teoria clássica de gênero) (Cossi & Dunker, 2017) e identitária e um ponto de apoio estável que facilite a mobilização política. Isso pode ser corroborado com o pensamento de Sandoval (2001), que indica que as ações coletivas dependem da adesão de um sujeito particular e de sua consciência política, que é individual e não do grupo, como identificado nas verbalizações de um membro da House of Caliandra: “[...] tornar o processo mais horizontal no sentido de que todo mundo tem a mesma voz, o mesmo poder dentro da casa, de tirar essa figura, esse poder de decisões só da mãe ou do pai, mas deixar um processo orgânico que todo mundo possa decidir e fazer acontecer junto [...] a house que eu construí a gente decidiu, no processo de maturidade, terminar a house, e a partir do processo de identificação eu construí outras, então, estou nesse processo de construir outra house após o término da que eu participava” [E18]; e da COB-TV: “[...] eu descobri a arquivologia, eu descobri que tudo que eu estava fazendo era arquivologia, e comecei a me interessar e decidi fazer a mudança de curso e estou querendo utilizar ele como um o foco da minha pesquisa na graduação mesmo” [E1]. Pelo já debatido, isso tem florescido na Universidade de Brasília, que se diga, antes da pandemia, visto que o cenário político, social e econômico que nos aguarda ainda é incerto; o certo são seus efeitos na sexualidade, como já exaustivamente demonstrados.

3.2.4.3 Alternativas enunciadas para evitar fragmentações em movimentos que impulsionam a diversidade.

Há também o risco de fragmentação severa, com diferentes identidades e questões que competem pelo domínio, como ativistas que se juntam a determinado movimento social por causa de sua marginalização na sociedade e correm o risco de serem marginalizados dentro do movimento social por questões como gênero (Stone, 2009). Inclusive, o relato de um dos entrevistados é muito marcante quando expressa: “[...] na verdade, eu passei por muitas experiências de racismo, de homofobia durante a graduação, e boa parte das minhas experiências de racismo ocorreram dentro de contextos de militância, inclusive, as mais traumáticas” [E2].

No estudo empírico de Stone (2009), foi possível observar a preocupação, por exemplo, das lésbicas com a dinâmica do poder dentro dos seus grupos políticos e sociais, atentando sobre as consequências da inclusão de transgênero no espaço exclusivo para mulheres. Isso permite observar as complexidades da criação de um movimento social inclusivo, composto por identidades identitárias e aliadas ou marginais, o que origina identidade coletiva queer como uma luta por reconhecimento que enfoque o combate à heteronormatividade, e não a valorização de uma identidade específica (Miskolci, 2017).

Com isso apresentamos, no último conjunto de enunciados, para essa mesma prática discursiva, excertos que demonstram, pelas suas discursividades alternativas para a questão problematizada, fragmentação de grupos LGBT, tendo estes demonstrado a *vontade de verdade*, procedimento de exclusão (Foucault, 2014), ao observar o apoio institucionalizado do que deveria ser visto:

“A gente tenta se organizar para dar formação para essas pessoas [as abjetas]” [E1]; “a violência tem que ser anunciada para que seja percebida” [racismo e homofobia dentro dos movimentos] [E2]; “Com diálogo, com reconhecimento [...] O que vocês estão precisando realmente para conseguir estar dentro desse espaço? Que acompanhamento vocês precisam? Da onde é que vocês são? Para onde vocês vão? Onde é que vocês estão? Como vocês estão? O que vocês fazem? O que vocês precisam?” Vem muito do de cima para baixo: “a gente sabe vocês existem, a gente imagina o que vocês precisam e a gente dá o que a gente pode, e dá o que pode, mas muito irrisoriamente, a gente dá para falar que dá e sintam-se felizes” [E9].

Assim, nos encaminhando para o fim desta discussão, podemos comparar todos esses achados com a literatura, em que, segundo Gohn (2011, p. 335), os movimentos sociais agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social adotando diferentes estratégias que vão da “simples denúncia a pressões diretas e indiretas, por meio de mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.” E ainda de acordo com a mesma autora, na atualidade, os principais movimentos sociais, em que incluímos os movimentos LGBT, “[...] atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais e utilizam-se bastante dos novos meios de comunicação e informação, como a internet” (Gohn, 2011, p. 335-336) para viabilizar seus objetivos e criar identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, favorecendo ações coletivas que alcancem reconhecimento e legitimidade social. Consideramos que os coletivos

LGBT da UnB avançaram em muitas dessas frentes, como relatamos sobre a atuação em rede e a versatilidade de ações que vão do convencional ao subversivo.

A literatura também defende que um ponto de partida para definir movimento social é considerá-lo como compartilhamento de crenças sobre um estado preferido do mundo capaz de mobilizar pessoas em coletivos organizados com força para resolver problemas sociais, buscando transformar a ordem estabelecida (Den Hond & Bakker, 2007). Tais movimentos permitem aos participantes aprendizagens de ordem prática, teórica, técnica, linguística, política, econômica, social, cognitiva, reflexiva e ética (Gohn, 2011), o que nos parece, por essa análise, ainda ser um longo caminho a ser percorrido na UnB, em se tratando, principalmente, das vidas tidas como “abjetas”, o que dificilmente seria diferente em uma instituição que faz parte de uma cultura maior que objetiva e subjetiva a compreensão excludente.

E assim, deixando para apresentar no próximo item deste trabalho a síntese do alcance de cada um dos objetivos específicos pretendidos nesse empreendimento, concluímos, ao defender a tese de que a dinâmica relacional dos ativistas LGBT na UnB contribui para que a diversidade sexual na UnB possa ser o que é, ainda que processos de exclusão e sujeição façam que alguns desses discursos não ocupem posição de verdade e não tenham significância em detrimento de outros. Logo, nessa perspectiva, libertamo-nos, como orienta Foucault (2006), da noção de totalidade segundo a qual a verdade é objetiva e possuidora de essência preexistente. Nosso projeto segue o projeto da genealogia: dar “visibilidade a outras possibilidades de interpretação que foram subsumidas pela prevalência de visões dominantes e totalizantes” (Resende, 2020, p. 339).

*o presente não conhece senão sínteses
provisórias [...] nos incita à apropriação
crítica de uma “pluralidade de
passados”, sem uma prévia determinação
exclusivista do futuro*

HAROLDO DE CAMPOS – poema pós-utópico

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese refina e amplia a teoria sobre o ativismo LGBT no campo organizacional. No estudo, foi possível, com base principalmente na literatura foucaultiana, construir uma analítica personalizada para desenvolver uma discussão teórica que articulasse o ativismo e a promoção da diversidade, a partir dos poderes que permeiam as práticas discursivas, controlando discursos que se materializam nos corpos.

Tendo em vista que o poder não tem essencialidade e, portanto, não é possível de ter teoria geral, assim tão somente definimos as relações sociais fruto de jogos de forças concretos e instáveis que em um momento histórico favoreceu constatar práticas e discursos específicos.

O debate favoreceu pensar a importância da microfísica do poder nas relações localizadas e sobre as interdições nos discursos da sexualidade, como forma de elaborar estratégias e táticas que, ao conseguir modificar relações, pela produção de outros saberes, podem acarretar o bloqueio da propagação de determinados efeitos e tornar mais difícil o trabalho dos dispositivos que servem aos aparelhos hegemônicos, como o Estado e o capitalismo, na produção de classificações que hierarquizam vidas e favorecem regimes de dominação.

Os objetivos específicos traçados foram alcançados e reflexões sobre eles são expostas a seguir.

A – Identificar a dinâmica das lutas LGBT por igualdade de direitos e respeito às diferenças na UnB

Foi possível mostrar que, na UnB, a resistência se articula, principalmente, por meio de grupos que se aliam interna e externamente para obter recursos materiais e humanos que favorecem suas mobilizações.

A forma de atuar dos ativistas na UnB demonstrou-se bastante diversificada, indo das práticas convencionais e ordeiras, na defesa de direitos iguais, a ações mais radicais, que

reivindicam a visibilidade e o respeito as diferenças, o que, muitas vezes, gera conflitos intra e extragrupos.

Importa neste estudo que tais resistências conjugaram vozes diferentes que se ligaram em práticas discursivas capazes de promover enfrentamentos a ordenamentos de poder, nesta localidade e neste tempo, produzindo descontinuidades e rupturas nos discursos dominantes, a demonstrar que o poder não é uma propriedade ou condição exclusiva de determinado grupo ou instituição.

B – Explorar a construção histórica do sujeito político LGBT na UnB, individual e coletivamente

Sendo o indivíduo constituído sujeito pelo efeito de poder, pela visão foucaultiana, passa então a ser também o seu centro de transmissão. Com isso, compreender a construção desses sujeitos políticos foi pressuposto não só para entender a posição desses sujeitos em face da sujeição, mas também os preceitos da resistência que encampam.

Nesta análise, identificamos o quão as práticas de saber são valorizadas na sociedade e que até mesmo os discursos que constituem os sujeitos ativistas LGBT são ordenados por essa *vontade de verdade*, que não apenas os constrói, mas também favorece discursos considerados verdadeiros vir a influenciar outros discursos em prol do social.

Importante que se diga que esse processo se dá nos corpos, por isso funciona de forma heterogênea e dispersa, fazendo que muitos desses sujeitos na UnB tenham sido considerados problemáticos pelas políticas concorrentes, como forma de rejeitar seus discursos ao desautorizá-los por serem ilógicos, no que se destaca, sobretudo, aqueles que buscam questionar a oposição binária de sexo e gênero.

C – Investigar no discurso dos ativistas LGBT da UnB seu processo emancipatório

O controle e a captura de subjetividades, por tecnologias sutis de *governamentalidade* arquitetadas pelo neoliberalismo, que buscam homogeneizar sujeitos como forma de facilitar o seu controle, evidenciaram-se fortemente nesta análise na medida em que os sujeitos ativistas também têm seus corpos disciplinados, ao serem disferidos ataques sobre os seus espaços-tempos. Disso resulta que, muitas vezes, eles se dobrem ao sistema, seja por medo de represálias, seja por entender, ao ter sua subjetividade capturada, que essa é a melhor estratégia para auferir ganhos e

fazer parte desse sistema de poder que escamoteia, inclusive, o discurso de diversidade para proteger essencialismos de forma subliminar, tendo como pano de fundo discursos que defendem minorias atreladas a tecnologias de segurança social e “bem-estar”. No que perguntamos: para quem?

Por outra vertente do cuidado de si, em que a ética pela relação consigo assume papel central na liberação dos jogos de força e retórica do passado, identificamos que esse movimento se fez presente em ativistas LGBT da UnB, enquanto mecanismo emancipatório que não apenas incita individualmente a mudança, mas transversaliza-se para o social, ao ativar outros saberes, ainda que descontínuos e muitas vezes desqualificados por exercitar a crítica. De todo modo, esses ativistas conseguiram construir acontecimentos e históricos de lutas por apresentar alternativas contra a subordinação da tirania englobante, dos discursos que criam privilégios.

D – Analisar nos discursos dos ativistas LGBT na UnB o efeito de poder de suas práticas e relações para que a diversidade exista como é nesse espaço e tempo ao dar conta de saberes insurgentes, locais e descontínuos que provocam rupturas.

Para dar cabo desse objetivo, foi essencial fazer o que Foucault (1979, p. 91) chamou de “descrição espacializante dos fatos discursivos”. Com isso, pudemos analisar os efeitos de poder ativados por saberes insurgentes, locais, descontínuos e contrários à instância unitária que busca ordená-los em nome de conhecimentos verdadeiros.

Apresentaram-se, portanto, a partir dos discursos analisados, pela ordem discursiva, efeitos de poder das práticas e relações desses ativistas na promoção da diversidade advindos de acontecimentos discursivos que continuam a atravessar o espaço da UnB, num processo de fazer história, em que se dá visibilidade a corpos antes abjetos, como concretizado no movimento vogue, e favorece construções de políticas, programas e ações voltadas a aspectos de direitos.

Apesar de fragmentações, conflitos e interrupções, as práticas e relações dos ativistas LGBT na UnB se mostraram produtoras de efeitos benéficos às suas causas, pela constante busca dos que lutam para produzir verdades, sabendo ou não que essa é a condição *sine qua non* para a transmissão de efeitos de poder. Nas palavras de Foucault (1979, p. 101), “acabamos por viver e morrer em função dos discursos verdadeiros”.

Nesse sentido, em resposta ao objetivo geral deste estudo, defendemos que, sim, os discursos dos LGBT ativistas têm reflexos na promoção da diversidade sexual na UnB a partir de

suas interações sociopolíticas. Foi identificado, portanto, que a dinâmica relacional dos ativistas LGBT na UnB contribui para que a diversidade sexual na UnB possa ser o que é, ainda que processos de exclusão e sujeição impeçam que alguns desses discursos ocupem posição de verdade e tenham significância em detrimento de outros.

Percorrer essa cena, que é em movimento, foi um desnudar das entranhas dessas articulações que ocorrem tramadas tanto do individual para o coletivo, a partir de demandas internas, produto de frustrações, perseguições, discriminações, vulnerabilidades e força, quanto de influências externas fruto do contexto socio-histórico que atravessa as estruturas dos que se consideram mais aguerridos e autônomos, repercutindo, portanto, no seu ser e agir, tonando-o ator por vezes, e até escultor de si, a exercer poder, mas que na maioria das vezes é sugado pelo sistema que habita. De todo modo coletivamente promovem mudanças, algumas totalmente tangíveis, porém as que verdadeiramente importam estão submersas nos discursos que também os instruem na intuição de manter-se vigilantes, posto que nada é permanente.

O pesquisador, que também é objeto dessa pesquisa, ao beber das dores e conquistas, no escrutínio do discurso de seus participantes, que são diferentes, muito diferentes por vezes, se fortalece, principalmente ao se identificar nas lutas e aportar conhecimentos que lhes qualifica a ousadia de também poder-saber lançar sua voz, mas que se vulnerabiliza ao rever fantasmas adormecidos, alguns que só deixaram marcas, e estão distantes, porém também ver outros que se mostram capazes de retornar a sua forma presente, e a depender do cenário social, político, cultural e econômico, que os sustente, tornar a agir friamente. É angustiante.

Este trabalho contribui para o campo da administração, visto que amplia no país a discussão sobre ativismo nas organizações, trabalhando com a construção de sujeitos políticos envolvidos no encaminhamento das ações de inclusão por orientação sexual e identidade de gênero, suas resistências e o efeito de poder das suas relações, logo um olhar mais abrangente para as relações de poder, observando vieses e jogos de interesse, *gap* apontado pela literatura.

Em termos de limitações, elencamos a diversidade dos sujeitos envolvidos; a dificuldade de concentração em meio aos milhares de mortos diariamente pela pandemia; e o cuidado em manter o distanciamento epistemológico necessário, por ser sujeito e objeto da pesquisa.

Dada a importância dessa discussão para a mudança organizacional, no sentido de favorecer saberes capazes de melhorar as condições de vida das pessoas dissidentes das sexualidades cisgênero, que convivem nos ambientes universitários, sugerimos investigações que aprofundem

esse conhecimento, com trabalhos referentes à tipologia desses grupos, e ampliem esse debate para outras instituições como forma de estender o conhecimento sobre essas relações de poder, suas estratégias e táticas, entendendo que cada espaço e tempo tem suas próprias histórias e características, ainda que influenciadas pelos mesmos regimes de verdade.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Agamben, G. (1998). Homo sacer: el poder soberano y la nuda vida. *Revista de Occidente*, (208), 63-76.
- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo?. *Outra travessia*, (5), 9-16.
- Agle, B. R., Mitchell, R. K., & Sonnenfeld, J. A. (1999). Who matters to CEOs? Na investigation of stakeholder attributes and salience, corporate performance, and CEO values. *Academy of Management Journal*, 42: 507–525.
- Aguilar, M. A. B., & Gonçalves, J. P. (2017). Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. *Revista Conhecimento Online*, 1, 36-44.
- Agreli, M. S. (2017). A inclusão da diversidade sexual na Universidade. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. doi:10.11606/T.59.2018.tde-23032018-103830. Recuperado em 2021-04-18, de www.teses.usp.br
- Aksoy, C. G., Carpenter, C. S., Frank, J., & Huffman, M. L. (2019). Gay glass ceilings: Sexual orientation and workplace authority in the UK. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 159, 167-180.
- Albuquerque Júnior, D. M. (2004). A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. *Anos 90*, 11(19), 79-100.
- Alcadipani, R., & Tureta, C. (2009). Teoria ator-rede e análise organizacional: contribuições e possibilidades de pesquisa no Brasil. *Organizações & sociedade*, 16(51), 647-664.
- Allen, A. (2015). Emancipação sem utopia sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista. *Novos estudos Cebrap*, (103), 115-132.
- Almeida, M. A. B. (2009). Luta, resistência e cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT. *Sociedade Brasileira de Psicologia Política*, 9(18), 23-41
- Almeida, T. M. C. ed. (2019). **BARREIRAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE À INCLUSÃO DA DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES**. In: *Comunicação, diversidades e organizações: pensamento e ação*, 1st ed. [online] São Paulo: Abrapcorp, pp.249 - 268. Available at: <<http://portal.abrapcorp.org.br/ebooks/>> [Accessed 30 December 2020].
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, (76), 49-86.
- Altbach, P. G. (1989): Perspectives on Student Political Activism, *Comparative Education*, 25:1, 97-110

- Alvarez, S. D., & Schneider, J. (2008). One college campus's need for a safe zone: A case study. *Journal of Gender Studies*, 17(1), 71-74.
- Alves, M. A., & Galeão-Silva, L. G. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *RAE-revista de administração de empresas*, 44(3), 20-29.
- Alvim, D. M. (2010). Pensamento indomado: história, poder e resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze. *Dimensões*, v. 24, p. 193-207, 2010.
- Amaral, J. G. (2013). Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. *Revista Teoria & Sociedade*.
- Amaral, J. G. (2014). *Lutas por reconhecimento e heteronormatividade nas Universidade Um estudo sobre os Coletivos Universitários de Diversidade Sexual do Brasil* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Ambra, P. E. S. (2015). Gênero, Sexualidade e Política: para uma crítica psicanalítica da identidade. *Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise*. ISSN 2175-7291, 7(1).
- Ambrose, T., & Nazarian, E. (2011). Heróis e Exílios: ícones gays através dos tempos. Gutenberg.
- Andrade, L. (2020). Universidade: autonomia, diversidade e inclusão. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 1600-1614.
- Andrade, M. G. T. D. (2019). A psicologia fora do armário: contribuições com as estratégias governamentais de promoção de direitos e enfrentamento à LGBTfobia em Pernambuco. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.
- Araújo, I. L. (1998). *Introdução à filosofia da ciência*. 2a ed. Curitiba: Edição da UFPR.
- Baggio, M. C. (2017). About the relation between transgender people and the organizations: new subjects for studies on organizational diversity. *REGE – Revista de Gestão*, 24(4), 360–370.
- Barrantes, R. J., & Eaton, A. A. (2018). Sexual orientation and leadership suitability: How being a gay man affects perceptions of fit in gender-stereotyped positions. *Sex Roles*, 79(9), 549-564.
- Barreiro, J. H., Nabosne, I. P., Menezes, R. T., & Matsumoto, A. S. (2015). Diversidade nas Organizações: uma análise de resultados. In *XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão*.
- Barros, L. G. de. (2007, setembro). Subculturas, um conceito em construção. *Intercom, congresso brasileiro de ciências da comunicação*. Santos, SP, Brasil, 30.
- Becker, L. R. (2015). A metodologia da pesquisa no direito e o paradigma emergente de Boaventura de Sousa Santos. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 10(3), 1667-1684.

- Beemyn, G., & Rankin, S. R. (2016). Creating a gender-inclusive campus. *Trans-studies: The challenge to hetero/homo normativities*, 21-32.
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, 19(2), 549-559.
- Best, S. & Kellner, D. (1991), *Postmodern theory: critical interrogations*. Nova York, The Guilford Press
- Bezrukova, K., Thatcher S.M.B. & Jehn K. (2007). Group heterogeneity and faultlines: comparing alignment and dispersion theories of group composition. In *Conflict in Organizational Groups: New Directions in Theory and Practice*, ed. KJ Behfar, LL Thompson, pp. 57–92. Evanston, IL: Northwestern Univ. Press.
- Bierema, L. L. (2010). *Critical organization development for human resource development and adult education*. Malabar: Krieger.
- Bilodeau, B. (2009). *Genderism: Transgender students, binary systems and higher education*. Saarbrücken, Germany: Verlag Dr. Müller.
- Biolo, Marisa. (2012). Support Groups with Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgender Youth in Schools. Retrieved from *Sophia, the St. Catherine University repository* website: https://sophia.stkate.edu/msw_papers/4.
- Blackman, S. (2005). Youth subcultural theory: A critical engagement with the concept, its origins and politics, from the Chicago school to postmodernism. *Journal of youth studies*, 8(1), 1-20.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2(1), 68-80.
- Bowl, M., & Bathmaker, A.M. (2016). ‘Non-traditional’ students and diversity in higher education. In J. Cote & A. Furlong (Eds.), *Routledge handbook of the sociology of higher education* (pp. 142–152). Abingdon, Oxon: Routledge.
- Brandão, A. M. (2009, novembro). Democracia, cidadania e direitos lgbt em Portugal: algumas questões em aberto. Seminário, *Para além do arco-íris: activismos lgbt e feminista nos 40 anos de Stonewall*, Coimbra, Portugal, 1.
- Bretas, P. F. F. (2015). Normalizar... Resistir... Normalizar...: o jogo de poder em uma organização pública, a partir de um grupo de discussão on-line. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Briscoe, F., Chin, M. K., & Hambrick, D. C. (2014). CEO ideology as an element of the corporate opportunity structure for social activists. *Academy of Management Journal*, 57(6), 1786-1809.
- Buenestado-Fernández, M., Álvarez-Castillo, J. L., González-González, H., & Espino-Díaz, L. (2019). Evaluating the institutionalisation of diversity outreach in top universities worldwide. *PloS one*, 14(7), e0219525.

- Butler, J. (1988). "Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory." *Theatre Journal* 40 (4): 519–531.
- Butler, J. (1990). *Contingent Foundations: Feminism and the Question of "Postmodernism"*. Tradução: Pedro Maia Soares. University of California at Berkeley. Nova York. Disponível em: <<http://marcoareliossc.com.br/butler3.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo. cadernos pagu, (11), 11-42.
- Butler, J. (2009). *Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Mutaciones.
- Butler, J. (2015). *Corpos que importam/Bodies that matter*. Sapere Aude, 6(11), 12-16.
- Butler, J. (2015, setembro 9). *Rethinking, Vulnerability and Resistance: I Seminário Queer: cultura e subversões das identidades*, Sesc, 2015, São Paulo. [Arquivo de vídeo] Disponível em: http://www.sescsp.org.br/online/artigo/9269_I+SEMINARIO+QUEER+CULTURA+E+SUBVERSOES+DA+IDENTIDADE#/tagcloud=lista. Acesso em: 01 fev 2021.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 264pp.
- Butler, J. (2008). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2011). *Bodies that matter: On the discursive limits of sex*. Taylor & Francis.
- Byington, E. K., Tamm, G. F., & Trau, R. N. (2020). Mapping sexual orientation research in management: A review and research agenda. *Human Resource Management*.
- Caetano, M. (2011). Masculinidades, androcentrismo e heteronormatividade em experiências escolares. *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação*, [recurso eletrônico] Uruguaiana. RS: UNIPAMPA, 182: 59.
- Campello, L. B. B., Novena, N. P., da Silva, J. G., de Araújo, H. R. B., & Silva, C. E. (2012, setembro) *Vivências, Circulação e Visibilidade dos Grupos LGBT: um estudo sobre as interações sociais em Recife/PE*. *Congresso Internacional em Diversidade Sexual e Gênero da ABEH*, Salvador, BA, 3.
- Capell, B., Tzafirir, S. S., Enosh, G., & Dolan, S. L. (2018). Explaining sexual minorities' disclosure: The role of trust embedded in organizational practices. *Organization Studies*, 39(7), 947-973.
- Caproni Neto, H. L., Saraiva, L. A. S., & Bicalho, R. D. A. (2014). Diversidade sexual nas organizações: um estudo sobre coming out. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 8(1), 86–103.

- Caproni Neto, H. L. C., & Saraiva, L. A. S. (2018). Masculinidades, trabalho e reprodução de preconceitos: um estudo com trabalhadores gays, lésbicas e bissexuais. *Revista de Administração IMED*, 8(1), 191-215.
- Caproni Neto, H. L. C., Bretas, P. F. F., Saraiva, L. A. S., & da Silva, A. N. (2015). Desenhando a vivência: um estudo sobre sexualidade, trabalho e tabu de homens gays. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 9(12).
- Carlos, E. (2012). Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos. (Tese de Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.
- Carlos, E., Dowbor, M., & Albuquerque, M. D. C. (2017). Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas. Balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 17(2).
- Carrano, P. C. R. (2002). Jovens e participação política. *Estado do Conhecimento*, (7), 18-18.
- Carrieri, A. D. P., & Correia, G. F. A. (2020). Estudos organizacionais no Brasil: construindo acesso ou replicando exclusão?. *Revista de Administração de Empresas*, 60(1), 59-63.
- Carrieri, A. D. P., Pimentel, T. D., & Cabral, A. C. D. A. (2010). O discurso e sua análise no enfoque foucaultiano da formação discursiva: um método de pesquisa nos estudos organizacionais. *GESTÃO. Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 3(2), 107-121.
- Carrieri, A. D. P., Saraiva, L. A. S., Lima, G. C. O., & de Albuquerque, C. M. S. (2010b). Estratégias subversivas de sobrevivência na “feira hippie” de Belo Horizonte. *Gestão. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 6(2).
- Carrieri, A. d. P., Souza, E. M. d., & Aguiar, A. R. C. (2014). Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(1), 78-95.
- Carvalho, A. V. D., Nascimento, L. P. D., & Serafim, O. K. (2012). *Administração de Recursos Humanos*. v. 1, rev. São Paulo: Cengage Learning.
- Carvalho, R. F. de (2013). Limites, possibilidades e desafios no processo de gestão e participação das IFES/UFT. *Avaliação (Campinas; Sorocaba)*, 18(2), pp. 351-372.
- Cascas, A. F. (2006). Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (76), 109-126.
- Castelo Branco, G. (2001). The resistance to power in Michel Foucault. *Trans/form/ação*, 24(1), 237-248.
- Castro, G. H. C. D. (2020). Levando a homofobia e a heteronormatividade na esportiva: discursos de resistência em clubes brasileiros de futebol gay. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE), Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, Brasil.

- Castelo Branco, G. (2001). The resistance to power in Michel Foucault. *Trans/form/ação*, 24(1), 237-248.
- Chatterton, P., Fuller, D., & Routledge, P. (2007). Relating action to activism: Theoretical and methodological reflections. *Participatory action research approaches and methods: Connecting people, participation and place*, 216-222.
- Chatterton, P., Hodkinson, S., & Pickerill, J. (2010). Beyond Scholar Activism: Making Strategic Interventions Inside and Outside the Neoliberal University. *Acme: An international e-journal for critical geographies*, 9(2).
- Chojnicka, J. (2015). Contesting Hegemonic Gender and Sexuality Discourses on the Web: Latvian and Polish Discourses of Gender Dissidents. *Critical Approaches to Discourse Analysis across Disciplines*, Lancaster, v. 7, n. 2, p. 223-242.
- Chuang, Y. -, Church, R., & Hu, C. (2016). Effects of movements and opportunities on the adoption of same-sex partner health benefits by corporations. *Journal of Management*, 44(7), 2766-2800. doi:10.1177/0149206315623839
- Clark, Burton R. (1973). Development of the Sociology of Higher Education. *Sociol. Education*, 46(1), pp. 2-14.
- Clarkson, M. B. E. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, 20: 92–117.
- Coffman, K. B., Coffman, L. C., & Ericson, K. M. M. (2016). The size of the LGBT population and the magnitude of antigay sentiment are substantially underestimated. *Management Science*, 63(10), 3168-3186.
- Colgan, F., & McKearney, A. (2011). Equality, diversity and corporate responsibility. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*. <http://dx.doi.org/10.1108/02610151111183225>
- Colling, L. (2011). Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero. *PELÚCIO, Larissa [et al.](organizadores). Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária.*
- Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Edufba.
- Collins, J. C., McFadden, C., Rocco, T. S., & Mathis, M. K. (2015). The problem of transgender marginalization and exclusion: Critical actions for human resource development. *Human Resource Development Review*, 14(2), 205-226.
- Connell, R. W. (1998). Masculinities and globalization. *Men and masculinities*, 1(1), 3-23.
- Cossi, R. K. & Dunker, C. I. L. (2017). A Diferença Sexual de Butler a Lacan: Gênero, Espécie e Família. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 33, pp. 1-8.

- Costa, I. S. A., & Campos, A. M. M. (2003). Pós-modernismo e teoria organizacional: um ensaio bibliográfico. *Revista de Administração Pública*, 37(3), 627-639.
- Costa, J. B. D., Torres, A. R. R., Burity, M. H. L., & Camino, L. (1994). Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. *Temas em Psicologia*, 2(1), 17-35.
- Costa, M. D. D. (1988). Movimentos sociais e cidadania: uma nova dimensão para a política social no Brasil. *Rev. adm. pública*, 22(2), 3-10.
- Courtine, J. J. (2013). *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Editora Vozes Limitada.
- Cox, T. H., & Blake, S. (1991). Managing cultural diversity: Implications for organizational competitiveness. *Academy of Management Perspectives*, 5(3), 45-56.
- Cox Jr, T. (2001). *Creating the multicultural organization: A strategy for capturing the power of diversity*. Jossey-Bass.
- Creed, W. E. D., & Scully, M. A. (2000). Songs of ourselves: Employees' deployment of social identity in workplace encounters. *Journal of Management Inquiry*, 9: 391–412.
- Creed, W. E. D., & Cooper, E. (2013). What red light, officer? The grooming of political opportunity in institutional change processes (Working Paper). Kingston, RI: College of Business Administration, University of Rhode Island.
- Creed, W. E. D., Scully, M. A., & Austin, J. R. (2002). Clothes make the person? The tailoring of legitimating accounts and the social construction of identity. *Organization Science*, 13: 475–496.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Cruz, D. E. dos S. (2012). *Diversidade sexual na UFRN como questão de direitos humanos: sujeitos coletivos e estratégias em defesa da liberdade de orientação e expressão sexual*. (Trabalho de conclusão de curso). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, Brasil.
- Cunningham, G. B. (2011). Creative work environments in sport organizations: the influence of sexual orientation diversity and commitment to diversity. *Journal of Homosexuality*, 58(8), 1041–1057. doi: 10.1080/00918369.2011.598413
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *Revista Olho da História*, 22.
- Davis, D. (2009). Transgender issues in the workplace: HRD's newest challenge/opportunity. *Advances in Developing Human Resources*, 11(1), 109-120.
- de Castro, G.H.C.; Silva, D. W. G.; Siqueira, M.V.S., (no prelo). *LGBT nas organizações: revisão internacional, debate e agenda*”. *Revista Economia & Gestão*

- de Melo, M. R. (2008). Educação e Movimento Homossexual: Reflexões Queer. *Revista Fórum Identidades*, 2 (4), 71-80.
- de Pádua Carrieri, A., Perdigão, D. A., & Aguiar, A. R. C. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de Administração*, 49(4), 698-713.
- Deleuze, G. (1990). Que és un dispositivo? In: Deleuze, G. Michel Foucault: filósofo. Trad. Wanderson F. do Nascimento. Barcelona: Gedisa.
- Den Hond, F., & De Bakker, F. G. (2007). Ideologically motivated activism: How activist groups influence corporate social change activities. *Academy of Management Review*, 32(3), 901-924.
- Diani, M., & McAdam, D. (Eds.). (2003). *Social movements and networks: Relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.
- Diniz, A. P. R., Carrieri, A. D. P., Gandra, G., & Bicalho, R. D. A. (2013). Políticas de diversidade nas organizações: as relações de trabalho comentadas por trabalhadores homossexuais. *Revista Economia & Gestão*, 13(31), 93-114.
- DIVERSIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/diversidade/>. Acesso em: 17/12/2020.
- Donaldson, P. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, Ohio, v. 20, p. 65-91, 1995.
- Douglas, L. A. (1894). Two Loves. *The Chamaleon* (1).
- Dreyfus, H. L., Rabinow, P., & Carrero, V. P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Dreyfus, H., Rabinow, P. Michel. (2010). *Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Tradução Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 296-327.
- Duarte Costa Corrêa, M., & Coelho de Andrade e Souza, K. (2020). Afetar o por vir dos corpos: micropolíticas da insegurança neoliberal. *Polis. Revista Latinoamericana*, (55).
- Duarte, E. C. P. (2019). *Corpolitica: Contra-Normatividades Periféricas*. 1. ed. Brasília: Corpolitica. v. 1. 84p.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em revista*, (24), 213-225.
- Dundon, T., Wilkinson, A., Marchington, M., & Ackers, P. (2004). The meanings and purpose of employee voice. *The International Journal of Human Resource Management*, 15, 1149–1170.
- Dussel, I. (2004). Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. *Educação & Realidade*, 29(1).

- Einarsdóttir, A., Hoel, H., & Lewis, D. (2016). Fitting the bill? (Dis)embodied disclosure of sexual identities in the workplace. *Work, Employment & Society*, 30(3), 489-505. doi: 10.1177/0950017014568136.
- Eleftheriadis, K. (2017). Cosmopolitanism, Nationalism, and Sexual Politics in the European Periphery: a Multiscalar Analysis of Gay Prides in Thessaloniki, Greece. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 30(4), 385-398.
- Elias, N. M. R. (2017). Constructing and implementing transgender policy for public administration. *Administration and Society*, 49(1), 20–47
- Elwick, A. (2020). Valuing diversity in universities: institutional value statements and the reality of student intakes. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 42(3), 269-284.
- Enriquez, E. (2006). O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. *RAE eletrônica*, 5(1), 0-0.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. (Procópio de Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Facchini, R., & Lins França, I. (2009). De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, (3), 54-81.
- Fischer, R. M. B. (1995). A análise do discurso: para além de palavras e coisas. *Educação & realidade*, 20(2).
- Fischer, R. M. B. (1999). Foucault e, O Desejável Conhecimento do Sujeito. *Educação & Realidade*, 24(1).
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de pesquisa*, (114), 197-223.
- Fleming, P. (2007). Sexuality, power and resistance in the workplace. *Organization Studies*, v. 28, n. 2, p. 239-256.
- Fleury, M. T. L. (2000). Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, 40(3), 18-25.
- Forester, J. (1994). Teoria crítica e análise organizacional. *Plural*, v. 1, p. 131-148, 1994.
- Foucault, M. (1994). Le triomphe social du plaisir sexuel. *Dits et écrits*, 4, 308-309.
- Foucault, M (1994b). Usage des plaisirs et techniques de soi In: *Dits et Écrits IV ((1954-1988 I 1980-1988)*. Paris: Editions Gallimard, pp.539-561.
- Foucault, M (1994c). Michel Foucault une interview: sexe, pouvoir et la politique de l'identité. In: *Dits et Écrits IV*. Paris: Editions Gallimard, pp.735-746.

- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4.
- Foucault, M. (1981). De l'amitié comme mode de vie. *Gai pied*, 25(1987), 8-20.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. (M. T. Albuquerque, Trad.) Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1984a). Sexe, pouvoir et la politique de l'identité. *Dits et écrits*, 2, 1554-1565.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; trad. *Raquel Ramalhete*, Petrópolis, Vozes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. (16ª ed.). Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. 16ª edição.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, HL, Rabinow, P. *Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249.
- Foucault, M. (1997) O nascimento da biopolítica. In: FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 87-97.
- Foucault, M. (1997b). *Resumo dos cursos do collège de France:(1970-1982)*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1999b). Não ao sexo rei. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1999, pp. 229-242.
- Foucault, M. (2003). Poder e saber. In: Foucault, M. *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 5, 265-287.
- Foucault, M. (2004a). *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004b). A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In Foucault, M. *Ética, sexualidade, política* (pp. 264-287). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004c). *Tecnologias de si, 1982*. verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol., (6).

- Foucault, M. (2006b). *A Hermenêutica do Sujeito. Curso no College de France (1981-1982)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas*. 10ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. tradução de Luiz Felipe Baeta neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). *Le gouvernement de soi et des autres*. Paris: Seuil / Gallimard.
- Foucault, M. (2008c). *Segurança, território, população*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2011). *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.
- Foucault, M. (2014). *A Ordem do discurso*. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2019). *A arqueologia do saber*. 8ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Franco, D. S., Magalhães, A. F., Paiva, K. C. M., & Saraiva, L. A. S. (2017). Entre a inserção e a inclusão de minorias nas organizações: uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. *Revista Economia & Gestão*, 17(48), 43-61.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston, MA: Pitman.
- Freire, P. (1981). *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Freitas, M. E. d. (2015). Contexto, políticas públicas e práticas empresariais no tratamento da diversidade no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(3), 87-135.
- Frooman, J. (1999). Stakeholder influence strategies. *Academy of Management Review*, 24: 191–205.
- Furlin, N. (2011). A noção de sujeito em Touraine e Foucault: contribuições epistemológicas para o pensamento social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15. 2011. Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR.
- Gallardo-Nieto, E. M., Gómez, A., Gairal-Casadó, R., & del Mar Ramis-Salas, M. (2021). Sexual orientation, gender identity and gender expression-based violence in Catalan universities: qualitative findings from university students and staff. *Archives of public health*, 79(1), 1-13.
- Garcia, A., & Souza, E. M. d. (2010). Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. *Revista de Administração Pública*, 44(6), 1353-1377.
- Garrido, G., & Saltorato, P. (2018). Paradigma Humanista-Radical: Uma Construção Teórica Alternativa para a Análise Organizacional. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 5(1), 147-173.

- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In Bauer, M. W., & Gaskell, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.
- Genro, M. E. H., & Santos, I. C. P. C. (2004, setembro) Movimentos em Direção a uma Cidadania Democrática. *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Portugal, 08.
- Ghosh, A. (2012). Leveraging sexual orientation workforce diversity through identity deployment. In C. L. Scott & M. Y. Byrd (Eds.), *Handbook of research on workforce diversity in a global society: Technologies and concepts*. Hershey, PA: IGI Global.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6. ed.). Editora Atlas SA.
- Gilbert, J. A., Stead, B. A., & Ivancevich, J. M. (1999). Diversity management: A new organizational paradigm. *Journal of business ethics*, 21(1), 61-76.
- Githens, R. P., & Aragon, S. R. (2009). LGBT employee groups: Goals and organizational structures. *Advances in Developing Human Resources*, 11(1), 121-135.
- Giugni, M. & Passy, F. (1998), “Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation”, in M. Giugni, D. McAdam e C. Tilly (orgs.), *From contention to democracy*, Lanham, MA, Rowman and Littlefield Publishers, pp. 81-107.
- Giugni, M. (1998). Was it worth the effort? The outcomes and consequences of social movements. *Annual Review of Sociology*, p. 371-393. <10.1146/annurev. soc.24.1.371>.
- Givigi, A. C. N., & de Oliveira, C. S. (2013). Aquenda! Universidade: o Recôncavo baiano sai do armário. *Gênero e sexualidade*, 13 – 29.
- Godoi, C. K., Bandeira-de-Mello, R., & Silva, A. D. (2006). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2.
- Goffman, E. (1969). *Strategic interaction*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Goffman, E. (1988) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gohn, M. D. G. (2011). Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista brasileira de Educação*, 16(47).
- Gomes, L. F. (2010). Redes sociais e contracultura: a escola fora da escola. *Anais do*, 3.
- Gomes, R., & Felix, B. (2019). O self no armário: uma teoria fundamentada sobre o silêncio de gays e de lésbicas no ambiente de trabalho. *Cadernos Ebape.BR*, 17(2), 375-388.
- Gorsdorf, L., Motter, A., & Cechinel, V. (2013, agosto). Políticas públicas LGBT: a extensão entre o Estado e a Sociedade Civil. *Seminário de extensão universitária da região sul*, Florianópolis, SC, Brasil, 31.

- Grabois, P. F. (2011). Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. *Cadernos de ética e filosofia política*, (19), 7-27.
- Grabois, P. F. (2013). Práticas éticas de subjetivação e resistência política em Michel Foucault. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 3(1), 72-87.
- Gruginskie, C. L. (2015). Universidade pública e sujeito político: olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1981). *Effective evaluation: Improving the usefulness of evaluation results through responsive and naturalistic approaches*. New York: Jossey-Bass Publishers.
- Haenfler, R. (2004). Rethinking subcultural resistance: Core values of the straight edge movement. *Journal of contemporary ethnography*, 33(4), 406-436.
- Hall, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A
- Halperin, D. (2007). San Foucault: para una hagiografía gay. El cuenco de Plata.
- Hambrick, D. C., & Chen, M. J. (2008). New academic fields as admittance-seeking social movements: The case of strategic management. *Academy of management review*, 33(1), 32-54.
- Harris, M. S. (2019). An Empirical Typology of the Institutional Diversity of US Colleges and Universities. *Innovative Higher Education*, 1-17.
- Hoel, H., Lewis, D., & Einarsdóttir, A. (2021). Sexual orientation and workplace bullying. *Dignity and Inclusion at Work*, 363-391.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- Huhne, L. M. (2002). *Metodologia científica: caderno de textos e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora Agir.
- Irigaray, H. (2006). Prejudice against lesbians, gays, and bisexual employees and its impacts on their health and well being. In *INTERNATIONAL CONGRESS OF APPLIED PSYCHOLOGY* (Vol. 26).
- Irigaray, H. A. R., Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. D. P. (2010). Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(5), 890-906.
- Irigaray, H. A. R., & Freitas, M. E. d. (2011). Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. *Organizações & Sociedade*, 18(59), 625-641.

- Irigaray, H. A. R., & Vergara, S. C. (2011). O tempo como dimensão de pesquisa sobre uma política de diversidade e relações de trabalho. *Cadernos EBAPE. BR*, 9(4), 1085-1098.
- Irigaray, H. A., & Freitas, M. E. d. (2013). Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. *Revista Psicologia Política*, 13(26), 75-92.
- Irvine, J. M. (1994). A place in the rainbow: Theorizing lesbian and gay culture. *Sociological Theory*, 12(2), 232-248.
- Jackson, S. E., May, K. E., Whitney, K., Guzzo, R. A., & Salas, E. (1995). Understanding the dynamics of diversity in decision-making teams. *Team effectiveness and decision making in organizations*, 204, 261.
- Junqueira, R. D. (2012). " Aqui não temos gays nem lésbicas": estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. *BagoasEstudos gays: gêneros e sexualidades*, 3(04).
- King, E. B., Avery, D. R., Hebl, M. R., & Cortina, J. M. (2017). Systematic subjectivity: How subtle biases infect the scholarship review process.
- King, B. G., & Pearce, N. A. (2010). The contentiousness of markets: Politics, social movements, and institutional change in markets. *Annual Review of Sociology*, 36: 249–267.
- King, E. B., Mohr, J. J., Peddie, C. I., Jones, K. P., & Kendra, M. (2014). Predictors of identity management: An exploratory experience-sampling study of lesbian, gay, and bisexual workers. *Journal of Management*, 43(2), 476-502. doi: 10.1177/0149206314539350
- Köllen, T. (2016). Lessening the difference is more – The relationship between diversity management and the perceived organizational climate for gay men and lesbians. *The International Journal of Human Resource Management*, 27(17), 1967-1996.
- Kreitz, P. A. (2007). Best Practices for Managing Organizational Diversity. *Journal of Librarianship*.
- Lamar, A. R., & Nascimento, L. R. (2014). Vinculações filosóficas de Michel Foucault. *Revista Húmus*, v. 3, n. 9, 122-139.
- Lau, D.C. & Murnighan, J.K. (1998). Demographic diversity and faultlines: the compositional dynamics of organizational groups. *Acad. Manag. Rev.* 23:325–40.
- Laurini, M. M., & dos Santos, A. S. (2021). DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NOS EVENTOS DA ANPAD. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 12(1)
- Leme, L. M. de L. (2017) Universidade: limites e potencialidades no ambiente educacional de uma instituição pública de educação superior no interior do Estado de São Paulo. 2017. 195p. (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Piracicaba,SP, Brasil.

- Lemos, F. C. S., & Cardoso Júnior, H. R. (2009). A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 353-357.
- Lincoln, N., & Denzin, Y. (2005). *The Handbook of Qualitative Research*. Sage: London.
- Lionço, T., Tavira, L. V., de Baére, F., & de Souza Portela, R. (2016, julho). Escuta diversa: análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade LGBT da UnB. *Seminário Internacional de Educação e Sexualidade*, Vitória, ES, Brasil, 4.
- Litvin, D. R. (1997). The discourse of diversity: From biology to management. *Organization*, 4: 187-209.
- Lloren, A., & Parini, L. (2017). How LGBT-supportive workplace policies shape the experience of lesbian, gay men, and bisexual employees. *Sexuality Research and Social Policy*, 14(3), 289-299.
- Lopes, M. C. (2009). Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Louro, G. L. (2000). Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, 25(2).
- Louro, G. L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 541-553. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica.
- Louro, G. L. (2018). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica.
- Lozano, J. F., & Escrich, T. (2017). Cultural diversity in business: A critical reflection on the ideology of tolerance. *Journal of Business Ethics*, 142(4), 679-696.
- Machado, F. V., & Rodrigues, C. S. (2015). Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. *Estado, ambiente e movimentos sociais. [recurso eletrônico]*. Florianópolis: ABRAPSO, *Edições do Bosque*, 2015. p. 22-45.
- Machado, R. (2006). *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Magalhães, A. F., de Andrade, C. R., & Saraiva, L. A. S. (2017). Inclusão de minorias nas organizações de trabalho: análise semiótica de uma estratégia de recrutamento de uma multinacional de fast food. *TPA-Teoria e Prática em Administração*, 7(2), 12-35.
- Magalhães, J. R., & Gil, A. D. (2008). Os movimentos sociais e a construção da cidadania: um estudo do projeto capoeira angola. *Horizonte Científico*, 3(2).

- Mannix E. & Neale M.A. (2005). What differences make a difference? The promise and reality of diverse teams in organizations. *Psychol. Sci. Publ. Inter.* 6:31–55
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder. Psicología social desde Centroamérica II*. San Salvador: Editora UCA.
- Máximo, T. A., Araújo, A. J. D. S., & Silva, A. C. S. D. (2010). O poder e suas faces. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 405-407.
- McAdam, D. (1986). Recruitment to high-risk activism: The case of freedom summer. *American Journal of Sociology*, 92: 64–90.
- McFadden, C. (2015). Lesbian, gay, bisexual, and transgender careers and human resource development: A systematic literature review. *Human Resource Development Review*, 14(2), 125-162.
- McFadden, C. & Crowley-Henry, M. (2017). ‘My People’: the potential of LGBT employee networks in reducing stigmatization and providing voice. *The International Journal of Human Resource Management*, 29(5), 1056-1081. DOI: 10.1080/09585192.2017.1335339
- McNulty, Y., McPhail, R., Inversi, C., Dundon, T., & Nechanska, E. (2017). Employee voice mechanisms for lesbian, gay, bisexual and transgender expatriation: the role of Employee-Resource Groups (ERGs) and allies. *The International Journal of Human Resource Management*, 29(5), 829-856. DOI: 10.1080/09585192.2017.1376221
- McQuarrie, F.A.E. (1998) Expanding the concept of diversity: Discussing sexual orientation in the management classroom. *Journal of Management Education*, 22,2, 162–72.
- Mckenna, B. & Chughtai, H. (2020). Resistance and sexuality in virtual worlds: an LGBT perspective. *Computers in Human Behavior*, United Kingdom, v. 105, n. 106199.
- Melucci, A. (2001). *A Invenção do Presente: Movimento Sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Mesquita, M. R. (2003). Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 117-149.
- Miotto, M. L. (2016). Da Psicologia à Questão da " Morte do Homem" em Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, 39(2), 119-146.
- Miranda, W. S. (2014). FOUCAULT E A QUESTÃO DO SUJEITO: as tecnologias do eu e a criação de novas subjetividades. *Fenomenologia e Psicologia*, 2(1), 19-34.
- Miskolci, R. (2007, Jun). A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In *Congresso de leitura do Brasil (Vol. 16, pp. 10-12)*.
- Miskolci, R. (2017). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Autêntica.

- Moreira, K. D., Pereira, M., de Amorim, S. S., & Moretto Neto, L. (2011). Políticas de inclusão aplicadas na Universidade Federal de Santa Catarina: gestão social ou gestão estratégica? *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 4(4), 251-273.
- Motta, F. C. P. (1984). As empresas e a transmissão da ideologia. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 24(3), 19-24.
- Moura, R. G. d., & Nascimento, R. P. (2020). O estigma da feminilidade nas organizações: um estudo a partir da visão de sujeitos gays. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 19(2), 203-226.
- Murray, S. (1992) 'Components of gay community in San Francisco', in G. Herdt (ed.) *Gay Culture in America: Essays from the Field*, Boston: Beacon Press.
- Nadal, K. L., Rivera, D. P., Corpus, J. H., & Sue, D. W. (2010). Sexual orientation and transgender microaggressions. *Microaggressions and marginality: Manifestation, dynamics, and impact*, 217-240.
- Nalli, M. (2006). Foucault e a fenomenologia. Edições Loyola.
- Nardi, H. C.; Machado, P. S.; Machado, F. V.; Zenevich, L. (2013) O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria & Sociedade*, 21 (2), 179-200.
- Narvaz, M., & Nardi, H. C. (2007). Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, 7(1), 45-70
- Neto, O. C., & Athaides, R. (2019). Sobre a alteridade, a intolerância e a história: uma entrevista com Karl Schurster. *Revista Trilhas da História*, 8(16), 222-231.
- Ng, E., & Rumens, N. (2017). Diversity and inclusion for LGBT workers: Current issues and new horizons for research. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 34(2), 109-120.
- Nietzsche, F. (2012). *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nkomo, S. M., Bell, M. P., Roberts, L. M., Joshi, A., & Thatcher, S. M. (2019). Diversity at a critical juncture: New theories for a complex phenomenon. *Academy of Management Review*, 44(3), 498-517.
- Nkomo, S. M., & Cox Jr, T. (1999). Diversidade e identidade nas organizações. *Handbook de estudos organizacionais*, 1, 334-360.
- Nolas, S. M., Varvantakis, C., & Aruldoss, V. (2017). Political activism across the life course. *Contemporary Social Science*, 12(1-2), 1-12.
- Oertel, S. (2018). The role of imprinting on the adoption of diversity management in German universities. *Public Administration*, 96(1), 104-118.

- Oksala, J. (2011). *Como ler Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ortiz, R. (2017). *Universalismo e diversidade*. Boitempo Editorial.
- Oliveira, C. S., & de Lima Lúcio, M. (2016). A polissemia do conceito de desenvolvimento no seio da formulação estratégica nacional sobre ciência, tecnologia e inovação. *Guaju*, 2(2), 26-58.
- Oliveira, L. L. D. (2012). *Homofobia e gestão da diversidade na Universidade de Brasília*. (Monografia – especialização em gestão universitária). Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, Brasil.
- Osei-Kofi, N., Shahjahan, R. A., & Patton, L. D. (2010). Centering social justice in the study of higher education: The challenges and possibilities for institutional change. *Equity & Excellence in Education*, 43(3), 326-340.
- Ozturk, M. B., & Tatli, A. (2015). Gender identity inclusion in the workplace: broadening diversity management research and practice through the case of transgender employees in the UK. *The International Journal of Human Resource Management*, 27(8), 781-802.
- Pagni, P. A. (2010). O cuidado de si em Foucault e as suas possibilidades na educação: algumas considerações. *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária, 19-45.
- Paixão, H. P. (2017). *Resistência e poder no dispositivo da moda*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Paniza, M. R. D. (2020). Entre a emergência, a submersão e o silêncio: LGBT como categoria de pesquisa em Administração. *Cadernos Ebape.BR*, 18(1), 13-27
- Patton, L. D., Sánchez, B., Mac, J., & Stewart, D. L. (2019). An inconvenient truth about "progress": An analysis of the promises and perils of research on campus diversity initiatives. *The Review of Higher Education*, 42(5), 173-198.
- Paula, A. P. P. (2005). Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 36-49.
- Pazeto, A. E. (2002). *Universidade e diversidade: descaminhos do modelo universitário brasileiro*. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, 18(1).
- Peci, A., Vieira, M. M. F., & Clegg, S. R. (2006). A construção do "Real" e práticas discursivas: o poder nos processos de institucionaliz (ação). *Revista de administração contemporânea*, 10(3), 51-71
- Pedrosa, R. H. (2013). A universidade e a inclusão social. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(1), 13-16.

- Pelled, L. H., Eisenhardt, K. M., & Xin, K. R. (1999). Exploring the black box: An analysis of work group diversity, conflict and performance. *Administrative science quarterly*, 44(1), 1-28.
- Peters, M. (2000). Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. (Trad.). Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.
- Pereira, Marcus Abílio G. (2008), *Cyberactivismo e democracia: movimentos sociais e novos repertórios de acção*, Coimbra, FEUC (Tese de Doutorado).
- Peres, W. S., & Toledo, L. G. (2011). Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 261-277.
- Pimentel, M. P. C., Brito, M. J., & Pereira, J. R. (2014). Gestão social: perspectivas, princípios e (de) limitações. In *Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária* (pp. 148-169). 2ª ed. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa.
- Pinafi, T. (2011). Militante... Já viu, né? A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do movimento LGBT.
- Pinheiro, J. L., & Gois, J. B. H. (2013). Amplitude da gestão da(s) diversidade(s) - implicações organizacionais e sociais. *Revista de Carreira e Pessoas*, São Paulo, 3(2), 72-90.
- Pogrebinschi, T. (2004). Foucault, beyond disciplinary power and biopower. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (63), 179-201.
- Pompeu, S. L. E., & de Souza, E. M. d. (2018). A produção científica sobre sexualidade nos estudos organizacionais: Uma análise das publicações realizadas entre 2005 e 2014. *Organizações & Sociedade*, 25(84), 50-67.
- Pompeu, J. C. B., & Motter, J. (2020). Conselho nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: agenda política e atividades executadas.
- Porto, J. R. S. A. (2014). Uma analítica do poder para as políticas públicas: Foucault e a contribuição da Anthropology of Public Policy. *Estudos Sociedade e Agricultura*.
- Porto, M. S. G. (2000). A violência entre a inclusão e a exclusão social. *Tempo social*, 12(1), 187-200.
- Prasad, P., & Mills, A. (1997). Understanding the dilemmas of managing workplace diversity. *Managing the organizational melting pot: Dilemmas of workplace diversity*, 1.
- Priola, V., Lasio, D., De Simone, S., & Serri, F. (2014). The sound of silence. Lesbian, gay, bisexual and transgender discrimination in “Inclusive Organizations”. *British Journal of Management*, 25(3), 488–502. doi: 10.1111/1467-8551.12043.

- Priola, V., Lasio, D., Serri, F., & De Simone, S. (2018). The organisation of sexuality and the sexuality of organisation: A genealogical analysis of sexual ‘inclusive exclusion’ at work. *Organization*, 25(6), 732-754.
- Pullen, A., Rhodes, C., McEwen, C. and Liu, H. (2019), "Radical politics, intersectionality and leadership for diversity in organizations", *Management Decision*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/MD-02-2019-0287>
- Pullen, A., Vachhani, S., Gagnon, S. and Cornelius, N. (2017), “Editorial: critical diversity, philosophy and praxis”, *Gender, Work and Organization*, Vol. 24 No. 5, pp. 451-456, doi: 10.1111/gwao.12192
- Quartiero, E. T., & Nardi H. C. (2011). A diversidade sexual na escola: produção de subjetividade e políticas públicas. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, XI(2), 701-725.
- Rabelo, A. M., & Nunes, S. C. (2017). “Sair ou ficar no armário”? Eis a questão! Estudo sobre as razões e os efeitos do coming out no ambiente de trabalho. *E&G – Economia & Gestão*, 17(48), 82-97.
- Raeburn, N. C. (2004). Working it out: the emergence and diffusion of the workplace movement for lesbian, gay, and bisexual rights. In D. J. Myers & D. M. Cress (Eds.), *Authority in contention* (pp. 187–230). Amsterdam: Elsevier.
- Raffnsøe, S.; Gudmand-Hoyer, M., & Thaning, M. S. (2016). Foucault’s dispositive: the perspicacity of dispositive analytics in organizational research. *Organization*, 23(2), 272-298.
- Ragins, B. R., & Cornwell, J. M. (2001). Pink triangles: Antecedents and consequences of perceived workplace discrimination against gay and lesbian employees. *Journal of Applied Psychology*, 86: 1244–1261.
- Rago, M. (2010). A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. Marília: Oficina Universitária, 01-18.
- Ramos, S., & Carrara, S. (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis: revista de saúde coletiva*, 16(2), 185-205
- Rankin, S. R. (2005). Campus climates for sexual minorities. *New Directions for Student Services*, 2005(111), 17-23.
- Rankin, S., Weber, G., Blumenfeld, W., & Frazer, S. (2010). State of higher education for lesbian, gay, bisexual and transgender people. Charlotte, NC: Campus Pride.
- Rennstam, J., & Sullivan, K. R. (2018). Peripheral inclusion through informal silencing and voice—A study of LGB officers in the Swedish police. *Gender, Work & Organization*, 25(2), 177-194.

- Renn, K. A. (2010). LGBT and queer research in higher education: The state and status of the field. *Educational Researcher*, 39(2), 132-141
- Resende, H. (2020). A genealogia de Michel Foucault e a história como diagnóstico do presente: elementos para a História da Educação. *Cadernos de História da Educação*, 19(2), 335-344.
- Rêses, E. D. S. (2015). *Universidade e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Fino Traço Review, 91(5).
- Revel, J. (2005). Foucault: conceitos essenciais. Tradução Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz.
- Rhodes, C. (2017). Ethical praxis and the business case for LGBT diversity: political insights from Judith Butler and Emmanuel Levinas. *Gender, Work & Organization*, 24(5), 533-546.
- Risberg, A., & Pilhofer, K. (2018). Diversity and difference research: a reflection on categories and categorization.
- Ristoff, D. L. (2002). O Exame Nacional de Curso e a Avaliação Institucional. In: Sobrinho, José Dias & Ristoff, Dilvo L. *Avaliação Democrática: para uma Universidade Cidadã*. Florianópolis: Insular.
- Roberson, Q., Holmes IV, O., & Perry, J. L. (2017). Transforming research on diversity and firm performance: A dynamic capabilities perspective. *Academy of Management Annals*, 11(1), 189-216.
- Roberson, Q. M. (2019). Diversity in the workplace: A review, synthesis, and future research agenda. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, 6, 69-88.
- Rodrigues, J. R. B., & Silva, J. M. M. (2018). Práticas discursivas da diversidade sexual e políticas curriculares para a educação básica. *Revista Margens Interdisciplinar*, 11(17), 13.
- Rodrigues, S. Aguião. (2014). Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP.
- Roffee JA & Waling A. (2016). Rethinking microaggressions and anti-social behaviour against LGBTIQ+ youth. *Safer Communities* 15: 190–201.
- Rubin, G. (2012). Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas de sexualidade. 2003. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf> . Acesso em: 26 jan. 2018.
- Rumens, N. (2016). Towards Queering the Business School: A Research Agenda for Advancing Lesbian, Gay, Bisexual and Trans Perspectives and Issues. *Gender, Work & Organization*, v. 23, n. 1, p. 36–51.

- Sales, A. L. L. D. F., Fontes, F. F., & Yasui, S. (2018). Para (re) colocar um problema: a militância em questão. *Trends in Psychology*, 26(2), 565-592.
- Salih, S. (2016). *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Sampaio, J. V., & Germano, I. M. P. (2014). Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 290-300.
- Sandoval, S. A. (2001). The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 173-195.
- Santos, B. D. S. (1989). Da idéia da universidade á universidade de idéias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 11-62.
- Santos, B. D. S. (1995). *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. D. S. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. D. S. (2004). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. (Vol. 120). Cortez.
- Santos, B. D. S. (2019). O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. In *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul* (pp. 478-p).
- Santos, B. S.; Nunes, J. A. “Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade”. In: SANTOS, B. S. (Org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Afrontamento, 2004, p. 20-51.
- Saraiva, L. A. S., & dos Reis Irigaray, H. A. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso?. *RAE-Revista de administração de empresas*, 49(3), 337-348.
- Saraiva, L. A. S., Santos, L. T. D., & Pereira, J. R. (2020). Heteronormatividade, Masculinidade e Preconceito em Aplicativos de Celular: O Caso do Grindr em uma Cidade Brasileira. *BBR. Brazilian Business Review*, 17(1), 114-131.
- Sardinha, A. C., Tenório, A. & Reis, M. V. F. *Diversidade e o campo da educação: (re) leituras e abordagens contemporâneas*. Macapá: UNIFAP, 2016.
- Sarup, M. (1996). *Identity, culture and the postmodern world*. Georgia: The University of Georgia Press.
- Schmidt, S. W., Githens, R. P., Rocco, T. S., & Kormanik, M. B. (2012). Lesbians, gays, bisexuals, and transgendered people and human resource development: An examination of the literature in adult education and human resource development. *Human Resource Development Review*, 11(3), 326-348.

- Schneiberg, M., & Lounsbury, M. (2008). Social movements and institutional analysis. In R. Greenwood, C. Oliver, R. Suddaby & K. Sahlin (Eds.), *The handbook of organizational institutionalism*: 650–672. London, U.K.: Sage.
- Schurster, K. (2020, julho 16). Aula virtual - Educar para alteridade, Museu do Holocausto, 2020, Curitiba. [Arquivo de vídeo] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pb-v6Cck1v0>. Acesso em: 01 fev 2021.
- Schussman, A., & Soule, S. A. (2005). Process and protest: Accounting for individual protest participation. *Social Forces*, 84: 1083–1108.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, Vol. 91, No. 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, 20(2).
- Scott, J. (2012). Os usos e abusos do gênero. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 45.
- Scully, M. A., & Segal, A. (2002). Passion with an umbrella: Grassroots activists in the workplace. In M. Lounsbury & M. J. Ventresca (Eds.), *Research in the sociology of organizations*, vol. 19: 125– 168. New York, NY: JAI/Elsevier
- Scully, M. A., Creed, W. D., & Ventresca, M. J. (1998). More than switchpersons on the tracks of history: Situated agency and contested legitimacy during the diffusion of domestic partner benefits. Paper presented at the Annual Meeting of the Academy of Management, San Diego, CA.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *cadernos pagu*, 28(1), 19-54.
- Segnini, L., & Alcadipani, R. (2014). Poder e resistências nas organizações: a propósito das contribuições de Fernando C. Prestes Motta. *Revista de Administração de Empresas*, 54(3), 341-347.
- Seidl, E. (2009). Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pro-Posições*, 20(2), 21-39.
- Severiano, P. (2016). Pesquisar com Michel Foucault. *Textura – Revista de Educação e Letras*, 18(36), 265-285.
- Sierra, J. C. (2013). Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: o governmento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Silva E. (2017). Trajetória, permanência e afiliação de estudantes LGBTs na UFRB: a transformação do estigma em orgulho. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em estudos interdisciplinares. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

- Silva, A., Bastos, G. M. F., Lima, T. C. B. d.; Ferraz, S. F. d. S., & Cabral, A. C. d. A. (2013). Sentido do trabalho e diversidade: um estudo com homossexuais masculinos. *Revista ADM.MADE*, 17(2), 85-105.
- Silva, D. W. G.; de Castro, G.H.C.; Siqueira, M.V.S., (no prelo). Ativismo LGBT Organizacional: debate e agenda de pesquisa. *Recadm: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*.
- Silva, F. F. D. & Melo, E. M. B. (2011). Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação [recurso eletrônico] Uruguaiana. *RS: UNIPAMPA*, 182.
- Silva, F. L. (2001). Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos avançados*, 15(42), 295-304.
- Silva, F. L. (2014). *Universidade, cidade, cidadania*. São Paulo: Hedra.
- Silva, L. T. D. (2017b). Sexualidade e política em Michel Foucault: normalização dos corpos e estratégias de resistência.
- Silva, M. R. S. D., Souza, N. G. S. D., Goellner, S. V., & Felipe, J. (2007). Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG.
- Silva, T. T. da. (2000). A produção social da identidade e da diferença. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 73-102.
- Silva, E. J. L. (2014b). A análise arqueológica do discurso: uma lente de pesquisa em educação. Universidade Federal da Paraíba. *Revista Temas em Educação*, 23(1), 148.
- Silveira, T. (2016). Reflexões sobre as pessoas LGBT nas Organizações Públicas: a diversidade sexual no discurso institucional de uma Instituição de Ensino Federal (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito, Vitória, ES, Brasil.
- Siqueira, M. M. (2017). Políticas institucionais de gestão da diversidade: uma análise da Universidade Federal de Uberlândia. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional - Mestrado Profissional da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil.
- Siqueira, M. V. S., & Andrade, A. (2012). Em busca de uma pedagogia gay no ambiente de trabalho. In: M. E. Freitas, & M. Dantas (Eds.). *Diversidade sexual no trabalho* (pp. 99-120). São Paulo: Cengage Learning.
- Siqueira, M. V. S., & Mendes, A. M. (2014). Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. *Revista Do Serviço Público*, 60(3), p. 241-250. <https://doi.org/10.21874/rsp.v60i3.25>

- Siqueira, M. V. S., & Zauli-Fellows, A. (2006). Diversidade e identidade gay nas organizações. *GESTÃO.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 4(3), 70-81.
- Siqueira, M. V. S., Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. d. P., Lima, H. K. B. d., & Andrade, A. J. d. (2009). Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. *Organizações & Sociedade*, 16(50), 447-461.
- Siqueira, MVS; Medeiros, B.; Silva, D. W. G., & de castro, GHC. (2020). A ascensão do imaginário político conservador entre gays na contemporaneidade. In: XXIII SEMEAD - Seminários em Administração, 2020, anais... São Paulo.
- Soule, S. A. (2012). Social movements and markets, industries, and firms. *Organization Studies*, 33: 1715– 1733.
- Sobral, F., & Bisseling, D. (2012). Exploring the black box in Brazilian work groups: a study of diversity, conflict and performance. *BAR-Brazilian Administration Review*, 9(2), 127-146
- Souza, E. M. (2014). Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 113-160.
- Souza, E. M. d. (2017). A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: revisando conceitos sobre identidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 308-326.
- Souza, E. M. D., & Bianco, M. D. F. (2011). Subvertendo o desejo no teatro das organizações: problematizações contemporâneas sobre o desejo e a expansão da vida nas relações de trabalho. *Cadernos Ebape. BR*, 9(2), 394-411.
- Souza, E. M. D., & Carrieri, A. D. P. (2010). A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 46-70.
- Souza, E. M. D., Junquillo, G. S., Machado, L. D., & Bianco, M. D. F. (2006). A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. *Organizações & Sociedade*, 13(36), 13-25.
- Souza, E. M. d., Silva, A. R. L. D., & Carrieri, A. D. P. (2012). Uma análise sobre as políticas de diversidade promovidas por bancos. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 315-326.
- Souza, E. M. d., Souza, S. P., & Silva, A. R. L. D. (2013). O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(2), 198-217.
- Sousa França, G. K. C. (2017). O conceito de liberdade em Arendt e em Foucault: Aproximações e Distanciamentos. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, 3(2), 59-70.
- Souza, M. H. D. (2015). *A militância LGBT na universidade: Um estudo de caso do Coletivo KIU*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA, Brasil.

- Spargo, T. (2017). Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Autêntica.
- Stone, A. L. (2009). More than adding a T: American lesbian and gay activists' attitudes towards transgender inclusion. *Sexualities*, 12(3), 334-354.
- Taques, F. J. (2012). Movimento LGBT de Portugal e Espanha: um estudo comparativo. Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Tarrow, S. (1997). El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza Editorial.
- Taylor, V., & Raeburn, N. C. (1995). Identity politics as high-risk activism: Career consequences for lesbian, gay, and bisexual sociologists. *Social Problems*, 42: 252–273.
- Temple, G. C. (2013). Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault.
- Teshainer, M. C. R. (2004). Um estudo sobre a psicanálise na obra de Michel Foucault.
- Thiry-Cherques, H. R. (2010). À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, (81), 215-248.
- Thomas Jr, R. R. (1990). From affirmative action to affirming diversity. *Harvard business review*, 68(2), 107-117.
- Torrão Filho, A. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *cadernos pagu*, (24), 127-152.
- Touraine, A., & Khosrokhavar, F. (2004). *A busca de si: diálogo sobre o sujeito*. Bertrand Brasil.
- Touraine, A., Clasen, J. A., & Alves, E. F. (1999). *Poderemos viver juntos: iguais e diferentes*. Vozes.
- Touraine, A. (2009). *Pensar Outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Trau, R. N. (2014). The impact of discriminatory climate perceptions on the composition of intraorganizational developmental networks, psychosocial support, and job and career attitudes of employees with an invisible stigma. *Human Resource Management*, 54(2), 345-366. doi: 10.1002/hrm.21630
- Trevisan, J. S. (2000). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. (3ª ed.). Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record.
- Vandresen, D. S. (2010). O discurso na arqueologia e genealogia de Michel Foucault. Recuperado em 15 fevereiro, 2020, de:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/Daniel_Salesio_Vandresen.pdf

- Vecchione, M., Schwartz, S. H., Caprara, G. V., Schoen, H., Ciecuch, J., Silvester, J., ... & Alessandri, G. (2015). Personal values and political activism: A cross-national study. *British journal of psychology*, 106(1), 84-106.
- Veiga-Neto, A., & Fischer, R. M. B. (2004). Foucault, um diálogo. *Educação & Realidade*, 29(1).
- Veiga-Neto, A. (2012). É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, 17(50), 267-282.
- Veiga-Neto, A. (2020). A hipercrítica: mais uma volta no parafuso IV. *Momento-Diálogos em Educação*, 29(1), 16-35
- Viana, A. F., & Oliveira, D. A. (2017, setembro). A Produção Científica Acerca da Temática LGBT: Um estudo Propedêutico nas teses e dissertações na Universidade Federal de Minas Gerais. *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 18.
- Vilas Boas, C. T. (2002). Para ler Michel Foucault. 2ª Edição-Eletrônica-2002. Disponível em [www. filoczar. com. br/ foucault/](http://www.filoczar.com.br/foucault/). Acesso em, 15.
- Villaça, N. (2006). Sujeito/objeto. *Logos*, 13(2), 73-84.
- Virginio, D. F., Delgado, A. K. C., & Fortes, L. (2011). Microfísica do poder no turismo: reflexões sobre as relações de poder no Conselho Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(2).
- Waling, A., & Roffee, J. A. (2017). Knowing, performing and holding queerness: LGBTIQ+ student experiences in Australian tertiary education. *Sex Education*, 17(3), 302-318.
- Waling, A., & Roffee, J. A. (2018). Supporting LGBTIQ+ students in higher education in Australia: Diversity, inclusion and visibility. *Health Education Journal*, 0017896918762233.
- Wanderley, L. E. W. (1994). *O que é universidade*. (9ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Webster, J. R., Adams, G. A., Maranto, C. L., Sawyer, K., & Thoroughgood, C. (2017). Workplace contextual supports for LGBT employees: A review, meta-analysis, and agenda for future research. *Human Resource Management*, 57(1), 193-210.
- Wharton, A. S. (1992). The social construction of gender and race in organizations: A social identity and group mobilization perspective. *Research in the Sociology of Organizations*, 10, 55-84.
- Woodruffe-Burton, H., & Bairstow, S. (2013). Countering heteronormativity: Exploring the negotiation of butch lesbian identity in the organisational setting. *Gender in Management: An International Journal*, 28(6), 359-374. <http://dx.doi.org/10.1108/GM-01-2013-0015>
- Williams, K., & O'Reilly, C. (1998). The complexity of diversity: A review of forty years of research. *Research in organizational behavior*, 21, 77-140.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, 15, 7-72.

Yadav, S., & Lenka, U. (2020). Workforce diversity: from a literature review to future research agenda. *Journal of Indian Business Research*.

Anexo 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FACULDADE INSPIRAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DIVERSIDADE SEXUAL EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Pesquisador: Danuzio Weliton Gomes da Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 19625219.3.0000.5221

Instituição Proponente: Faculdade Inspirar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.608.408

Apresentação do Projeto:

Esse trabalho se propõe a Analisar a dinâmica de ações de inclusão por orientação sexual e identidade de gênero na UnB e UFRPE a partir das interações entre ativismo, gestão universitária e aparato governamental no contexto da construção e execução das políticas de diversidade. Observamos que a ampliação do acesso a universidade pública não garante a inclusão, no caso, da orientação sexual e da identidade de gênero. Para muitos pesquisadores, as universidades produzem e reproduzem desigualdades, gerando violências e opressões (Amaral, 2014; Nardi, 2013; Givigi, 2013; Silva, 2017), o que demanda mecanismos de estabilização para os conflitos sociais nos quais podemos incluir a atuação dos coletivos LGBT. Para alcançar esse objetivo A pesquisa será qualitativa, buscando compreender e explicar o fenômeno social com o mínimo de afastamento do seu ambiente (Godoi, Bandeira de Mello & Silva, 2006). Terá natureza exploratória, uma vez que proporciona visão geral de tipo aproximativo acerca do fato investigado (Gil, 2008) e, geralmente, examina temas pouco estudados no intuito de formular conceitos de forma mais clara (Selltiz, 1974). E fará uso do método de estudo de caso, no intuito de explicar uma situação a partir da prática (Godoi, Bandeira de Mello & Silva, 2006). Na coleta de dados, haverá triangulação em entrevistas individuais e análise documental. Por fim, os dados serão interpretados pela técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011).

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a dinâmica de ações de inclusão por orientação sexual e identidade de gênero na UnB e

Endereço: Rua Inácio Lustosa,792

Bairro: São Francisco

CEP: 80.510-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3019-2828

Fax: (41)3019-2828

E-mail: cep@faculdadeinspirar.com.br

Continuação do Parecer: 3.608.408

UFRPE a partir das interações entre ativismo, gestão universitária e aparato governamental no contexto da construção e execução das políticas de diversidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos são mínimos. Em caso raro poderá haver desconforto com alguma pergunta, para isso esclareceremos o objetivo e os benefícios da pesquisa antes, e retiraremos todas as dúvidas do participante para só depois solicitar sua assinatura no TCLE, para que este de maneira livre e voluntária escolha participar ou não da pesquisa.

Benefícios:

De forma prática, a divulgação deste trabalho poderá motivar novas pesquisas e estimular o apoio de simpatizantes, militantes, gestores, organizações governamentais e não governamentais, a partir de uma melhor compreensão dessas dinâmicas e de suas contribuições. Socialmente, esse tipo de pesquisa é relevante, pois coopera para a promoção do paradigma contra-hegemônico, estimulando as formas de participação política para além dos procedimentos eleitorais, reconhecendo os coletivos LGBT como atores fundamentais na luta pela resignificação de práticas sociais que não favorecem o processo democrático (Amaral, 2014), uma vez que a inclusividade é um desafio quando identidades sociais visíveis desencadeiam reações divisivas (Wharton, 1992). Em tempos de neoconservadorismo e inflexão dos direitos e conquistas dos LGBT no Brasil, somados a constatação de que os jovens LGBT estão em maior risco de ideação suicida, risco sexual, vitimização e problemas de saúde mental, torna-se imperativo haver mais estudos para a prática de apoio social nos espaços educacionais, inclusive por compromisso com a justiça social, conforme indica Biolo (2012). Em termos teóricos, o ativismo LGBT nas organizações é muito pouco discutido internacionalmente e quase inexistente no Brasil. Pompeu e de Souza (2018) identificaram, a partir de uma revisão bibliográfica em 14 periódicos na área de estudos organizacionais, sendo sete nacionais e sete internacionais, de 2005 a 2014, a escassez de pesquisas políticas no contexto de estudos organizacionais. Fizemos um levantamento, em outubro de 2018, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com os seguintes filtros: "Coletivos LGBT", "Movimentos LGBT" e "Militância LGBT". Apenas sete trabalhos consideraram a universidade como campo e trabalharam com coletivos LGBT. Nenhum dos estudos abordou a dinâmica de atuação desses coletivos na perspectiva da inclusão de minorias, integrando, nos levantamentos de dados, todos os atores sociais envolvidos no processo. Nesse sentido, quando nos propomos a trabalhar com as características dos diversos atores políticos envolvidos no encaminhamento das ações de inclusão por orientação sexual e identidade de gênero nas universidades pesquisadas, sua forma

Endereço: Rua Inácio Lustosa,792

Bairro: São Francisco

CEP: 80.510-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3019-2828

Fax: (41)3019-2828

E-mail: cep@faculdadeinspirar.com.br

Continuação do Parecer: 3.608.408

de operar, como fazem a representação social das violências lá praticadas e a forma de construção e execução das políticas de enfrentamento na relação com gestão universitária e aparato governamental, entendemos que estabelecemos relação com o gap aventado por pesquisadores como Briscoe, Chin e Hambrick (2014), que, nesse estudo publicado em revista de alto impacto e muito citado, levantam a necessidade de pesquisas futuras, fazendo, inclusive, referência a outros pesquisadores importantes no campo, sobre: comparação dos diferentes tipos de ativismo e sua forma de atuação; diferenças entre ativistas internos e externos as organizações e como as inclinações dos gestores afetam suas respostas ao ativismo. Acreditamos, portanto, que este estudo será válido, pois o confronto entre a teoria e a realidade permitirá; obter resultados significativos, aportando conhecimentos empíricos sobre a dinâmica dessas atuações, e poderá identificar novas lacunas de pesquisas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A escrita do projeto é clara e detalhada, não deixando dúvidas da relevância da pesquisa.

Todos os termos apresentados estão de acordo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE - corrigir a frase: Este projeto foi revisado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais via Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto liberado para a execução da forma como apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1413700.pdf	22/08/2019 12:41:15		Aceito
Outros	Termo.pdf	22/08/2019 12:30:43	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceito
Outros	Carta.pdf	22/08/2019 12:29:25	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	22/08/2019 12:26:54	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceito

Endereço: Rua Inácio Lustosa,792

Bairro: São Francisco

CEP: 80.510-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3019-2828

Fax: (41)3019-2828

E-mail: cep@faculdadeinspirar.com.br

Continuação do Parecer: 3.608.408

Cronograma	Cronog.pdf	22/08/2019 12:25:26	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceitc
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/08/2019 12:23:56	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceitc
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	22/08/2019 12:21:44	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceitc

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 30 de Setembro de 2019

Assinado por:
Angélica Lodovico
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Inácio Lustosa,792**Bairro:** São Francisco**CEP:** 80.510-000**UF:** PR**Município:** CURITIBA**Telefone:** (41)3019-2828**Fax:** (41)3019-2828**E-mail:** cep@faculdadeinspirar.com.br

Anexo 2 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP EMENDA

FACULDADE INSPIRAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: DIVERSIDADE SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Pesquisador: Danuzio Weliton Gomes da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 19625219.3.0000.5221

Instituição Proponente: Faculdade Inspirar

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.757.169

Apresentação do Projeto:

Analisar a influência dos coletivos LGBTQ+ no processo de construção de políticas organizacionais de diversidade sexual. a)Universo: UnB - Universidade de Brasília, escolhida pela facilidade de acesso e ser pioneira em políticas de diversidade. b)Recorte temporal: Dinâmicas ativas ou ocorridas em, no máximo, quatro anos. c)Participantes: Esse é um ponto delicado e importante do trabalho devido não apenas a dificuldade de acessar esse público nas universidades, mas também ao risco de ter os dados enviesados pela diversidade de atores envolvidos nas dinâmicas de relação com a universidade. Sendo assim, os participantes serão escolhidos por meio da técnica bola de neve, o que facilitará acessá-los. Na seleção de sujeitos por conveniência, ainda que evitando formulações de caráter particularista e tendenciosidades, estabelecemos os seguintes critérios para evitar enviesamentos: é preciso ter, dentre os pesquisados, não um número de saturação teórica, mas acesso a participantes de coletivos diferentes da universidade que atuem com a temática LGBTQ+ em ações e programas institucionalizados e outros desvinculados da gestão, participantes de ações mais relacionadas a performatividade e ativismo, o que favorecerá explorar as diversas perspectivas teóricas, a

Endereço: Rua Inácio Lustosa,792

Bairro: São Francisco

CEP: 80.510-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3019-2828

Fax: (41)3019-2828

E-mail: cep@faculdadeinspirar.com.br

Continuação do Parecer: 3.757.169

racionalidade da construção das políticas de diversidade e a questão das representações sociais de violência. Serão, portanto, entrevistados 20 participantes. O procedimento de coleta de dados será aplicado pelo próprio pesquisador. Esse procedimento só será iniciado após aprovação pelo Comitê de ética e Pesquisa (CEP) via Plataforma Brasil. d) Instrumentos de coleta de dados: Para cada instrumento, será planejado um roteiro prévio e disponibilizados os equipamentos necessários que garantam a qualidade e a efetividade das coletas. e) Análise de dados: Trabalharemos a partir de uma Análise de Discurso Foucaultiana (ADF), identificando como os discursos apontam para regularidades epistêmicas. Enfocando práticas, funções econômicas e políticas manifestas no discurso de ativistas LGBTQ+ e como eles atuam na constituição subjetiva e identitária das minorias sexuais na universidade f) Elaboração do relatório final da tese: Articularemos os resultados da análise para responder ao objetivo geral da pesquisa por meio de um relatório final desenvolvido ora focando o campo, ora a questão da pesquisa, visando a uma síntese (Stake, 2011). Parte-se de questões ou focos de interesses amplos, os quais vão se tornando mais diretos e específicos no transcorrer da investigação, em que as abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima (Godoy, 1995).

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a influência dos coletivos LGBTQ+ no processo de construção de políticas organizacionais de diversidade sexual

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os autor, são riscos e benefícios da pesquisa:

Riscos:

Os riscos são mínimos. Em caso raro poderá haver desconforto com alguma pergunta, para isso esclareceremos o objetivo e os benefícios da pesquisa antes, e retiraremos todas as dúvidas do participante para só depois solicitar sua assinatura no TCLE, para que este de maneira livre e voluntária escolha participar ou não da pesquisa.

Benefícios:

De forma prática, a divulgação deste trabalho poderá motivar novas pesquisas e estimular o apoio de simpatizantes, militantes, gestores,

Endereço: Rua Inácio Lustosa,792

Bairro: São Francisco

CEP: 80.510-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3019-2828

Fax: (41)3019-2828

E-mail: cep@faculdadeinspirar.com.br

Continuação do Parecer: 3.757.169

organizações governamentais e não governamentais, a partir de uma melhor compreensão dessas dinâmicas e de suas contribuições. Socialmente, esse tipo de pesquisa é relevante, pois coopera para a promoção do paradigma contra-hegemônico, estimulando as formas de participação política para além dos procedimentos eleitorais, reconhecendo os coletivos LGBT como atores fundamentais na luta pela ressignificação de práticas sociais que não favorecem o processo democrático (Amaral, 2014), uma vez que a inclusividade é um desafio quando identidades sociais visíveis desencadeiam reações divisivas (Wharton, 1992). Em tempos de neoconservadorismo e inflexão dos direitos e conquistas dos LGBT no Brasil, somados a constatação de que os jovens LGBT estão em maior risco de ideação suicida, risco sexual, vitimização e problemas de saúde mental, torna-se imperativo haver mais estudos para a prática de apoio social nos espaços educacionais, inclusive por compromisso com a justiça social, conforme indica Biolo (2012). Em termos teóricos, o ativismo LGBT nas organizações é muito pouco discutido internacionalmente e quase inexistente no Brasil. Pompeu e de Souza (2018) identificaram, a partir de uma revisão bibliográfica em 14 periódicos na área de estudos organizacionais, sendo sete nacionais e sete internacionais, de 2005 a 2014, a escassez de pesquisas políticas no contexto de estudos organizacionais. Fizemos um levantamento, em outubro de 2018, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com os seguintes filtros: "Coletivos LGBT", "Movimentos LGBT" e "Militância LGBT". Apenas sete trabalhos consideraram a universidade como campo e trabalharam com coletivos LGBT. Nenhum dos estudos abordou a dinâmica de atuação desses coletivos na perspectiva da inclusão de minorias, integrando, nos levantamentos de dados, todos os atores sociais envolvidos no processo. Nesse sentido, quando nos propomos a trabalhar com as características dos diversos atores políticos envolvidos no encaminhamento das ações de inclusão por orientação sexual e identidade de gênero nas universidades pesquisadas, sua forma de operar, como fazem a representação social das violências lá praticadas e a forma de construção e execução das políticas de enfrentamento na relação com gestão universitária e aparato governamental, entendemos que estabelecemos relação

Endereço: Rua Inácio Lustosa, 792

Bairro: São Francisco

CEP: 80.510-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3019-2828

Fax: (41)3019-2828

E-mail: cep@faculdadeinspirar.com.br

Continuação do Parecer: 3.757.169

com o gap aventado por pesquisadores como Briscoe, Chin e Hambrick (2014), que, nesse estudo publicado em revista de alto impacto e muito citado, levantam a necessidade de pesquisas futuras, fazendo, inclusive, referência a outros pesquisadores importantes no campo, sobre: comparação dos diferentes tipos de ativismo e sua forma de atuação; diferenças entre ativistas internos e externos as organizações e como as inclinações dos gestores afetam suas respostas ao ativismo. Acreditamos, portanto, que este estudo será válido, pois o confronto entre a teoria e a realidade permitirá; obter resultados significativos, aportando conhecimentos empíricos sobre a dinâmica dessas atuações, e poderá identificar novas lacunas de pesquisas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma Ementa ao projeto previamente aprovado pelo cep. Segundo o autor, "a emenda é exclusiva de seu Centro Coordenador, então as alterações realizadas em seu projeto, em virtude da emenda, NÃO serão replicadas nos Centros Participantes vinculados e nos Comitês de Ética das Instituições Coparticipantes, quando da sua aprovação."

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados estão de acordo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ementa aceita. Projeto liberado para a execução da maneira como apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1465623_E1.pdf	05/11/2019 14:10:32		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	05/11/2019 14:03:33	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/11/2019 12:07:12	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	05/11/2019	Danuzio Weliton	Aceito

Endereço: Rua Inácio Lustosa,792

Bairro: São Francisco

CEP: 80.510-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3019-2828

Fax: (41)3019-2828

E-mail: cep@faculdadeinspirar.com.br

Continuação do Parecer: 3.757.169

Outros	Roteiro.pdf	12:06:17	Gomes da Silva	Aceit
Outros	Termo.pdf	22/08/2019 12:30:43	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceit
Outros	Carta.pdf	22/08/2019 12:29:25	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceit
Folha de Rosto	Folhaderostoassinada.pdf	22/08/2019 12:21:44	Danuzio Weliton Gomes da Silva	Aceit

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 10 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Angélica Lodovico
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Inácio Lustosa,792

Bairro: São Francisco

CEP: 80.510-000

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3019-2828

Fax: (41)3019-2828

E-mail: cep@faculdadeinspirar.com.br

Apêndice 1 – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa *Diversidade sexual em uma universidade pública brasileira: análise da dinâmica relacional entre Coletivos LGBTQ+ e gestão universitária* de responsabilidade de Danuzio Weliton Gomes da Silva, estudante de doutorado da Universidade de Brasília.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a influência dos coletivos LGBTQ+ no processo de construção de políticas organizacionais de diversidade sexual a partir das interações entre ativismo e gestão universitária. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, como entrevistas, fitas de gravação e anotações, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais semiestruturadas. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa, de forma prática, motivar novas pesquisas e estimular o apoio de simpatizantes, militantes, gestores, organizações governamentais e não governamentais, a partir de uma melhor compreensão dessas dinâmicas e de suas contribuições para o enfrentamento de desigualdades que geram violências e opressões a LGBT nas universidades.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará nenhuma penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida quanto à pesquisa, pode me contatar pelo telefone (61) 98147-3754 ou pelo e-mail danuzioweliton@hotmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de arquivo eletrônico do trabalho quando aprovado, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa via Plataforma Brasil.

Este documento foi elaborado em duas vias: uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador

_____, ____ de _____ de _____

Apêndice 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

Nome / fictício:

Data e local da entrevista:

Grau de escolaridade:

Forma de ingresso na universidade:

Local de nascimento:

Tempo de residência em Brasília ou entorno:

1. De qual coletivo participa? como foi sua forma de ingresso e quais atividades desenvolve?

2. Caso seja LGBTQ+ já vivenciou alguma experiência positiva ou negativa em ser LGBTQ+ na universidade? Considera o ambiente amigável aos LGBTQ+?

3. Consegue lembrar alguma situação / acontecimento em relação ao ambiente universitário, no que diz respeito às sexualidades e identidade de gênero, que influenciaram seu comportamento ou de algum LGBTQ+?

4. Acredita existir na universidade alguma barreira para que se possa viver a sexualidade e identidade de gênero? Onde, quando e de que forma se daria essa barreira? Se ela existir que estratégia você já utilizou ou percebeu utilizarem para se moldar ou enfrentar esse impedimento? Como sabe que essa estratégia é adequada? Acha que vem havendo transformações nessas barreiras? Para melhor ou pior?

5. Existe ao seu ver algum grupo discriminado ou estigmatizado devido a orientação sexual ou identidade de gênero na universidade? Por que acha que isso acontece?

6. O que acredita ser importante, mas não pode ser dito, em relação às sexualidades e identidade de gênero na universidade? O que é permitido falar? Quem permite ou proíbe essa fala?

7. Já se sentiu vigiado (a) ou controlado (a) na sua sexualidade e identidade de gênero? Existe na sua concepção algum tipo de punição para quem infringe essas normas? Quais se houver?

8. O que vem à mente quando você pensa em violência contra LGBTQ+ na universidade? Como você explicaria o que é essa violência? Poderia me descrever e dar exemplos dos mais diversos tipos dessa violência, em situações em que uma pessoa LGBTQ+ foi vítima seja direta (agressão física) ou indireta (insultos e piadas), ou mesmo um sentimento de exclusão por parte da universidade?

9. Conhece pessoas LGBTQ+ que saíram do armário e se sentiram empoderados (as) em suas identidades de gênero e sexualidades após entrar na universidade? O que acredita ter sido importante para esse processo?

10. Poderia me contar a história desse coletivo, qual tem sido a luta de vocês, o que defendem e como atuam? De que forma vocês, enquanto coletivo, se organizam e estão estruturados? Existe alguma formalização da atuação? Têm alguma atuação em rede interna ou externamente (ações conjuntas)?

11. Quais outros coletivos você conhece que atuam também aqui na universidade? O que acredita que os diferencia?

12. Como se dá a relação entre vocês e os movimentos LGBTQ+ mais amplos, externos à universidade? Esses movimentos contribuem de alguma maneira para a mobilização interna, em caso positivo de que forma?

13. Percebe os ativistas tendo voz e seus anseios debatidos de forma livre neste ambiente? De que forma a universidade contribui ou não contribui em apoio? Existe reconhecimento dos coletivos LGBTQ+ pela gestão?

14. Quais políticas de diversidade da universidade você conhece? Acredita que essas políticas foram estabelecidas por consenso com os coletivos e pessoas LGBTQ+ em geral da universidade (planejamento, execução e avaliação)?

15. Os processos decisórios da universidade são inclusivos, democráticos e plurais?

16. Quais dessas políticas de diversidade considera proporcionar intervenção em situação de opressão que impedem a construção, empoderamento e emancipação de sexualidades múltiplas? O que diria que é prático e o que diria que é simbólico e qual o impacto de cada um desses aspectos.

17. Quais políticas em âmbito de governo ou mesmo leis você conhece e acredita que de algum modo repercutem na universidade no que diz respeito a sexualidades e identidade de gênero? Como avaliaria o atual cenário e a construção dessas políticas?

18. Me fale como as ações do seu coletivo são concebidas? Poderia também falar-me do processo de negociações com a gestão, das conquistas, embates e derrotas que lhes foram marcantes.

19. Quais alianças você considera importante aos coletivos para alcançar seus objetivos?

20. Considera que há igualdade de direitos e oportunidades na universidade em se tratando de identidade de gênero e sexualidades?

21. Pensando na possibilidade de discriminação sexual percebe potencialização dessa questão quando interseccionadas com outros fatores como raça, origem, classe social, e outros, comente.

22. Que tipo de ação na universidade considera conseguir sensibilizar as consciências em relação a diversidade? Como deveria ser planejada e executada essas ações?

23. Como conceituaria a cultura da universidade em relação aos LGBTQ+? O que acha que precisa ser mudado? É possível e como?